

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

VOLUME L

Número 100



Lisboa
2015

APOIO

FCT Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÉNCIA

Portugal

MEIO SÉCULO DE GEOGRAFIA

Com o lançamento do número 100, comemoramos 50 anos de publicação ininterrupta da *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, fundada, em 1966, por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral e editada pelo Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa. A *Finisterra* nasceu da necessidade de divulgar a investigação, que ia sendo realizada, e também para possibilitar permutas com revistas de instituições estrangeiras, à época quase única maneira de saber o que se fazia “lá fora”. No artigo de abertura, faz-se um balanço dos 50 anos da revista, descrevem-se as características dos artigos, os temas tratados e a afiliação dos autores: subscrivendo o eclectismo de Orlando Ribeiro, os editores da *Finisterra* foram acolhendo autores de diferentes escolas geográficas e correntes de pensamento, pois esta diversidade sempre se revelou enriquecedora. Focam-se igualmente as estratégias de internacionalização e disseminação, sempre presentes, agora mais fáceis devido à *internet* e à presença em numerosas bases de indexação.

Foram sobretudo geógrafos que, durante estes últimos 50 anos, escreveram para a revista. Optámos, neste número especial, por um critério diferente. Pedimos a “não-geógrafos” que dissertassem sobre um tema central da Geografia: o **Espaço**. Foi lançado o desafio a diversas personalidades das artes, das ciências e das letras, dando-lhes total liberdade na forma de expressão e no conteúdo. A resposta que tivemos excede as expectativas, sendo agora editadas as diferentes contribuições. Alguns dos autores são amigos de longa data, de modo que os convites não foram

HALF A CENTURY OF GEOGRAPHY

The publication of the 100th issue of *Finisterra* celebrates 50 years of uninterrupted publication of this Portuguese Journal of Geography that was founded by Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau and Ilídio do Amaral in 1966. *Finisterra* was edited by the Centre of Geographical Studies (CEG) of the University of Lisbon. It was launched to meet the need to disseminate the research carried out in Portugal and also to promote exchanges with journals of foreign institutions, which, at the time was almost the only way to know what was being carried out abroad. The opening article features a 50-year balance of the Journal and describes the characteristics of the articles, the subjects dealt with and the affiliation of the authors. Following the eclecticism of Orlando Ribeiro, the editors of *Finisterra* welcomed authors from different schools of geography and currents of thought, since this diversity has always proved enriching. This paper also focuses on internationalisation and dissemination strategies, always an important issue, now made easier due to the internet and the inclusion in numerous indexation bases.

During these last 50 years the majority of the authors that wrote for the journal were geographers. We have opted for a different criterion for this special issue. We asked “non-geographers” to write about a central theme of geography: Space. The challenge of providing texts on this subject, with total freedom concerning the form of expression and content, was set to several personalities from the Arts, Sciences and Humanities. The response exceeded our expectations. Some of the authors are long-time friends therefore the invitations were not made

completamente aleatórios. De outros apenas conhecíamos a obra; mas de igual maneira acederam generosamente ao nosso apelo. A todos estamos muito gratos.

Começamos por dois textos mais diretamente relacionados com Arte. Abrimos com um trabalho de Pedro Calapez, a quem a *Finisterra* muito deve. Em 2001, colaborou no número temático sobre “Paisagem”, oferecendo então à *Finisterra* sete pinturas, que hoje fazem parte do espólio do CEG, de entre as quais se escolheu a capa da revista com a esfera armilar em fundo azul. Para marcar o número 100, foi utilizada outra das suas imagens. Estamos também gratos pela generosidade com que nos tem ajudado a melhorar aspectos estéticos da *Finisterra*. Pela abrangência com que figurativamente aborda o espaço, Pedro Calapez abre caminhos interpretativos para os textos seguintes. Vem depois uma contribuição de Duarte Belo, com o título “Tinta e Pó. Fotografias em Viagem”. As imagens que completam o texto transmitem uma visão de paisagens portuguesas, ao mesmo tempo plenas e despojadas. O seu encanto estará nessa aparente contradição.

Seguem-se textos sobre os mais diversos tipos de espaço, reais e fictícios, conhecidos ou não. Victor Gonçalves escreve sobre espaços inventados, dando sobre eles interessantes e inesperados exemplos. Parte do mundo imaginário e sem fronteiras da boa literatura de ficção científica para a necessidade de interpretação espacial e cartográfica desses espaços fictícios. Henrique Garcia Pereira discute a categoria filosófica de espaço, o seu impacte em diferentes ciências, bem como o seu significado nas artes e na literatura, passando em revista os grandes pensadores da interpretação espacial. António e André Nóvoa reflectem sobre o espaço visível e invisível, conhecido e desconhecido. Fazem, de certo modo, um

completely at random. Other authors were known to us only through their work and, nonetheless, they generously responded to our appeal. We are very grateful to all of them.

We begin with two texts directly related to Art. The first one was written by Pedro Calapez to whom *Finisterra* is very indebted. In 2001, he collaborated in the thematic issue on “Paisagem” (Landscape) and offered seven paintings to *Finisterra*, which are now part of the estate of CEG. One of the paintings, with the armillary sphere on blue background, was then chosen for the journal’s cover page. Another of his paintings was selected to celebrate the 100th issue of *Finisterra*. We are also grateful for his generosity in helping us to improve the aesthetic aspects of *Finisterra*. The extent to which Pedro Calapez figuratively address space opens up interpretive paths for the following texts. A contribution by Duarte Belo, titled “Paint and Powder. Photos trip” follows. The images that complement the text convey a vision of Portuguese landscapes, which are at the same time full and uncluttered. Its charm lies in this apparent contradiction.

Next we find texts about the various types of space, real and fictional, known or unknown. Victor Gonçalves writes about invented spaces providing interesting and unexpected examples. He starts with the imaginary and boundless world of good science fiction literature and reaches the need for spatial interpretation and mapping of these fictitious spaces. Henrique Garcia Pereira discusses the philosophical category of space, its impact in different sciences as well as its meaning in the arts and in literature and reviews the works of great thinkers of spatial interpretation. António and André Nóvoa reflect on the visible and invisible, known and unknown space. In a way they

zoom (também temporal) entre espaços infinitos, espaços delimitados por proximidades e distâncias e o espaço-tempo na perspectiva relacional.

Partimos depois para o “espaço” (no sentido de Universo) e para a atmosfera. Teresa Lago chama a atenção para um espaço físico muito concreto, caracterizado pelas enormes distâncias entre corpos celestes, e reflecte sobre o modo como as novas tecnologias têm enriquecido o conhecimento das diversas galáxias. João Corte-Real discute os fundamentos da previsão do tempo num espaço específico – a atmosfera – e as vantagens daí decorrentes para a prevenção de desastres de origem meteorológica.

Os dois textos seguintes completam-se, na medida em que José Reis objectiva a deambulação ética e filosófica acerca das políticas e dos direitos abordados por Porfírio Silva. José Reis revisita “dois mundos: o da interpretação e do conhecimento do território e o das formas de lidar com ele através das políticas públicas”. Porfírio Silva, para responder à interrogação de quem é o espaço entre instituições, discute a dicotomia entre espaço objectivo e subjectivo e introduz a teoria do actor-rede. Conclui que o espaço é uma construção cooperativa entre a natureza e os agentes em sociedade, entre os quais as instituições.

O binómio espaço-tempo em Portugal leva os nossos convidados a reflexões diversas. Marcelo Rebelo de Sousa sintetiza em poucas frases dilemas dessa relação no “Espaço Portugal”. Filomena Silvano discute a evolução da noção de lugar e a desterritorialização (que surpreendentemente pode contribuir para a reconstrução do “lugar”), a partir de um estudo etnográfico na ilha do Pico nos Açores. Faz uma interpretação da hibridação local-global a partir da relação desse Portugal insular com os EUA. Maria do Carmo Piçarra traz-nos uma

‘zoom’ (in space as well as in time) between infinite spaces, spaces delimited by proximity and distance and space-time in a relational perspective.

“Space” (in the sense of Universe) and the atmosphere come next. Teresa Lago draws attention to a very specific physical space characterised by huge distances between celestial bodies and points out how new technologies have enriched the knowledge of the galaxies. João Corte Real discusses the basics of weather forecasting in a specific space – the atmosphere – and the resulting advantages for the prevention of weather-induced disasters.

The two following texts complement each other as José Reis addresses in an objective fashion the ethics and philosophical discourse of Porfírio Silva on politics and rights. José Reis revisits “two worlds: the interpretation and knowledge of the territory and the way to deal with it through public policies”. In order to answer the question of who owns the space between institutions, Porfirio Silva refers the dichotomy between objective and subjective space and explains the ‘actor-network’ theory. The Author concludes that space is a cooperative construction between nature and the agents in society, namely the institutions.

The relationship between space and time in Portugal, leads our guests to different reflections. Marcelo Rebelo de Sousa sums up in a few sentences the dilemmas of that relationship in the “Space-Portugal”. Filomena Silvano discusses the evolution of the concept of place and deterritorialisation (which oddly can contribute to the reconstruction of the “place”) from an ethnographic study on the island of Pico in the Azores. She provides an interpretation of the local-global hybridisation based on the relationship of insular Portugal with the US. M. do Carmo Piçarra comments on the

narrativa do poder exercido pela nação portuguesa no “Ultramar”, a partir da filmografia documentarista do Estado Novo. É comentado um filme realizado numa expedição às “colônias” em 1935, uma “paisagem sem homens”, onde Orlando Ribeiro, como participante, introduziu a compaixão do investigador por esse mundo então quase desconhecido. Alexandra Lucas Coelho fala-nos de “A serra”, que Orlando Ribeiro lhe ajudou a descobrir como uma comunidade e transpirando poesia. Tal como Duarte Belo, que escreve numa prosa poética, também Alexandra Lucas Coelho e Maria do Carmo Piçarra, evocam o humanismo tocante de Orlando Ribeiro.

Afinal, nestes textos de convidados não geógrafos, revisitam-se e reconstruem-se alguns dos conceitos centrais em Geografia.

A partir do próximo número deixarei de ser Directora da *Finisterra*, cargo que detenho desde 2000. Durante estes 15 anos, dediquei-me à revista com empenho e entusiasmo, coadjuvada por colegas que constituíram os diversos “Secretariados”, “Comissões de Redacção” ou, ultimamente “Comissões Executivas” (CE), cujos nomes constam no primeiro artigo deste volume. Cada um, com a sua personalidade e interesses diversos, contribuiu para um eficaz trabalho de grupo, permitindo ir enfrentando as habituais vicissitudes da edição de uma revista científica e concorrendo para a sua progressiva modernização. Foram anos de partilha, de discussões construtivas, de busca de soluções, de novas ideias para a revista e... de muito trabalho. Apostou-se na normalização de procedimentos, na internacionalização e na difusão em acesso aberto. A obra feita está descrita no primeiro artigo deste número 100 da *Finisterra* e cada um poderá julgar por si.

power exerted by Portugal in the overseas colonies, based on the filmed documentaries of the “Estado Novo” (New State). She comments on a film made during an expedition to the “colonies” in 1935, a “landscape without men”, in which Orlando Ribeiro, as a participant, conveys the compassion of the researcher for what was then a nearly unknown world. Alexandra Lucas Coelho in a poetic text speaks of the Serra” (Estrela Mountain) that Orlando Ribeiro helped her to discover as a community. Like Duarte Belo, who writes in a poetic prose, A. Lucas Coelho and M. do Carmo Piçarra evoke the touching humanism of Orlando Ribeiro.

After all, some of the central concepts in geography are rethought and rebuilt in the texts written by our non-geographer guests.

After the current issue I will cease to be Director of *Finisterra*, a position I have held since 2000. During these 15 years, I have devoted myself to the journal with commitment and enthusiasm. I was assisted by several colleagues who worked in the various “Bureaus”, “Drafting Committees” and lately in “Executive Committees” (EC); their names appear in the first article of this volume. Each one of them, with his/her own personality and interests, contributed to an effective team work, facing the usual vicissitudes of editing a scientific journal. Those were years of sharing, of constructive discussions, search for solutions and new ideas for the journal ... and a lot of work! The results we achieved are described in the first paper of this issue and readers can judge for themselves.

The person I have worked with the longest (since 1999) is Margarida Queirós of the Executive Committee. We shared chal-

Da Comissão Executiva que agora termina funções, foi com Margarida Queirós que trabalhei mais tempo (desde 1999). Partilhamos desafios, tarefas árduas e preocupações, mas também o prazer de ver resultados como a publicação ininterrupta da *Finisterra* e a sua progressiva integração em listas de indexação. Além disso, partilhámos com as equipas então em funções, a organização de dois colóquios, a que corresponderam números temáticos da revista, um sobre “Paisagem” (em 2002) e um outro relativo a Sistemas de Informação Geográfica (em 2005). Nos últimos anos M. Fernanda Alegria voltou à *Finisterra* e a sua inestimável experiência, trabalho árduo e espírito crítico foram uma enorme mais-valia para a revista. Paulo Morgado, membro activo da CE desde 2001 e nosso editor cartográfico e Ricardo Garcia, recentemente integrado na CE, tiveram papel muito relevante em inúmeras tarefas, incluindo a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). A Directora e a CE passaram a ser assistidas, desde 2010, por Rute Vieira, a muito diligente, dedicada e eficiente Secretária da *Finisterra*, cuja lista de tarefas é extensíssima. Refira-se também o papel das diversas comissões editoriais (internas e externas, nacionais e internacionais), dos editores de secção e dos revisores anónimos, cujos nomes se publicam de dois em dois anos, a quem muito devemos.

Uma revista é editada por pessoas que, em conjunto, fazem “andar o barco”, por vezes em detrimento do seu trabalho profissional ou da sua vida pessoal. A todas devo um agradecimento especial (incluindo, claro, todos os elementos das “comissões” anteriores, com quem trabalhei, e que não citei individualmente para não me alongar demasiado). Digo palavras de apreço à Professora Suzanne Daveau e ao Professor Ilídio do Amaral que, conjuntamente com o Professor Orlando

ges and concerns, but also the pleasure of seeing results such as the uninterrupted publication of *Finisterra* and its gradual integration into indexation platforms. In addition, we shared with the teams in office at the time the organisation of two colloquiums that led to the publication of thematic issues, one about “Landscape” (in 2002) and another one on “Geographical Information Systems” (GIS, in 2005). In recent years, M. Fernanda Alegria returned to *Finisterra* and her invaluable experience, hard work and critical mind have been a huge asset. Paulo Morgado, EC member since 2001 and our cartographic editor, and Ricardo Garcia recently integrated in the EC, had very important roles in numerous fields, including the management of the Open-Access Scientific Repository of Portugal (RCAAP). Since 2010, we have been assisted by Rute Vieira, the very diligent, dedicated and efficient Secretary of *Finisterra*, whose to-do list is a mile long! It is worth noting the role of the various editorial committees (internal and external, national and international), of section editors and of the anonymous reviewers whose names are listed every two years and to whom we owe so much.

A journal is edited by people who, together, make things happen sometimes to the detriment of their professional and personal life. I owe all of them a special thank you (including, of course, all the elements of the “Commissions” I have worked with in previous years). I owe a word of thanks to Professor Suzanne Daveau and Professor Ilídio do Amaral who, together with Professor Orlando Ribeiro, founded the Journal. Ilídio do Amaral had a vital role in the “gestation” of *Finisterra* and in the preparation of its first issue, while S. Daveau was instrumental in the subsequent issues of the Journal;

Ribeiro, fundaram e dirigiram a revista e que sempre me apoiaram. Ilídio do Amaral teve um papel imprescindível na “gestação” da *Finisterra* e na preparação do 1º número, enquanto S. Daveau foi fundamental em números subsequentes da revista, ambos secundados por A. Machado Guerreiro. Ao Professor Jorge Gaspar, agradeço o convite para o cargo de secretária da *Finisterra* em 1992 e o seu interesse participativo na vida da revista. Ao Professor Carlos Alberto Medeiros, que me precedeu na Direcção e com quem aprendi muitíssimo, devo também a sugestão do meu nome ao Conselho Científico do CEG para a Direcção da *Finisterra*, no ano 2000. Estou igualmente grata aos Dirigentes do CEG e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e a numerosos Colegas e Funcionários que, ao longo dos anos, apoiaram a *Finisterra*. Aos Autores e Leitores, que são a nossa razão de ser, obrigada pela confiança e interesse pela revista.

Muito foi feito, muito está ainda por fazer. Considero que a nova Directora, Margarida Queirós, tem qualidades comprovadas de trabalho e de inteligência para a liderança da revista, ideias interessantes para a sua renovação e determinação para executar o seu programa. Além disso, reuniu uma equipa de promissores e entusiastas jovens geógrafos que, em conjunto, conduzirão seguramente a *Finisterra* por caminhos acertados e inovadores. Desejo a Margarida Queirós as maiores felicidades na Direcção da *Finisterra*.

both were assisted by A. Machado Guerreiro. I wish to thank Professor Jorge Gaspar for insisting with me to accept the post of secretary of *Finisterra* in 1992 and for his participation in the Journal's life over the years. To Professor Carlos Alberto Medeiros, who preceded me as the director of *Finisterra* and with whom I learned so much, I also owe the suggestion of my name as his successor to the Scientific Council of the CEG in 2000. I am also indebted to the Directions of the CEG and of the Institute of Geography and Spatial Planning as well as to many Colleagues and Co-Workers who have supported *Finisterra* over the years by backing up its Director and the successive committees. To the authors and the readers, who are the ultimate reason for the publication of a Journal, thank you for your trust and confidence.

Much has been achieved but much still remains to be done. I believe that the new director, Margarida Queirós, has proven qualities of intelligence and hard work to lead the journal. She has interesting ideas for renewal and the determination to implement her program. Furthermore, she has assembled a team of promising and enthusiastic young geographers who will surely help her to lead *Finisterra* through suitable and innovative paths. I would like to wish Margarida Queirós every success in the direction of *Finisterra*.

FINISTERRA.

BIOGRAFIA DE UMA REVISTA DE GEOGRAFIA (1966-2015)

MARIA JOÃO ALCOFORADO¹

MARIA FERNANDA ALEGRIA²

MARGARIDA QUEIRÓS²

RICARDO A. C. GARCIA²

PAULO MORGADO²

RUTE VIEIRA³

O mundo está agora enleado nas malhas dum equipamento técnico sem precedentes na história. Os benefícios que isto traz para o próprio conhecimento do Globo são cada vez mais evidentes e a Geografia deles largamente está aproveitando. [...] Cada vez é mais necessário que a gente de reflexão se aplique com argúcia em alcançar uma perspectiva de compreensão, de tolerância e de equidade, de que, no meio de perigosas incertezas e de terríveis antinomias, o nosso tempo tanto carece.

(Orlando Ribeiro, Orientação, *Finisterra*, 1, 1966, p. 9)

RESUMO – Com a publicação do número 100, celebram-se os 50 anos de *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia* (1966-2015). Neste texto biográfico, depois de um breve enquadramento, que situa o nascimento da revista, reconstitui-se o percurso das suas estruturas organizativas desde o primeiro número, analisam-se os tipos de textos publicados ao longo do tempo e faz-se uma análise minuciosa e ilustrada dos artigos durante os 50 anos de existência (autores, espaços e temas tratados, idiomas, ilustrações). As principais fases do percurso da revista replicam de algum modo aspectos evolutivos da Geografia.

¹ Directora da Finisterra e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Universidade de Lisboa. E-mail: mj.alcoforado@campus.ul.pt

² Membros da Comissão Executiva da Finisterra e Investigadores do CEG/IGOT/ULisboa. E-mail: mfalegría@netcabo.pt; margaridav@campus.ul.pt; rgarcia@campus.ul.pt; paulo@campus.ul.pt

³ Secretária da Finisterra e bolsieira do CEG/IGOT/ULisboa. E-mail: rutevieira@campus.ul.pt

A fase de lançamento (1966-1975) da *Finisterra*, concebida desde início como uma publicação internacional, acompanhou o aumento do número de geógrafos, bem como o confronto de ideias e de correntes de pensamento contemporâneo. No período seguinte, de consolidação (1976-1994), iniciaram-se alterações nas estruturas organizativas e no aspecto gráfico, ao mesmo tempo que se divulgavam novos temas de investigação geográfica. No período de alterações estruturais (1995-1999) criaram-se outros órgãos consultivos externos, novas normas de publicação e diferentes formas de apresentação dos textos. Pode dizer-se que se lançaram as bases para a fase seguinte, estandardização de procedimentos, internacionalização e difusão em acesso aberto (2000-2015). Nestes anos mantiveram-se as preocupações com o controlo de qualidade dos textos e o aumento da difusão da revista, agora facilitada pela era digital. Em todas as fases, foi determinante o papel dos revisores científicos, cujo empenho silencioso, anónimo e gracioso nos apraz destacar nesta celebração dos 100 números da *Finisterra*. Parafraseando Ruben A. “o geógrafo não cansa, avança”: são estas as perspectivas para a nova fase, que se iniciará em 2016.

Palavras-chave: Finisterra, CEG, Geografia, revista, divulgação, Portugal.

ABSTRACT – FINISTERRA. THE BIOGRAPHY OF A GEOGRAPHICAL JOURNAL (1966-2015). With the publication of the 100th issue, *Finisterra - the Portuguese Journal of Geography* celebrates its 50th anniversary (1966-2015). In this memoir, after a brief historical overview that begins with the creation of the journal, the organisational structures from the first issue onwards are reconstituted before moving on to conduct a thorough and illustrative analysis of the articles published over the 50 year existence of *Finisterra*. The main stages of the journal's journey somehow replicate the evolutionary aspects of Geography. The *launch phase* (1966-1975) of *Finisterra*, conceived from the beginning as an international publication, accompanied the increase in the number of geographers, and the confrontation of contemporary ideas and trends. The next *period of consolidation* (1976-1994), initiated with changes in structure and graphic layout, while simultaneously publishing new geographic research topics. In the *period of structural change* (1995-1999) other external advisory bodies, new standards of publishing and different ways of presenting texts were established. It can be said that these changes laid the foundation for the next phase, *internationalisation and open access* (2000-2015). In these years concerns remained with controlling the quality of texts and increasing the journal's dissemination, now facilitated by the digital age. At every stage, the role of scientific referees has been crucial, whose quiet, anonymous and gracious commitment we would like to highlight in this celebratory 100th issue of *Finisterra*. Paraphrasing Ruben A. “The geographer does not give up, but moves forward”: these are the prospects for the new phase, which will begin in 2016.

Keywords: Finisterra, CEG, Geography, journal, dissemination, Portugal.

I. ENQUADRAMENTO

Em 1966 saiu o primeiro número de *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, que mantém edição regular e ininterrupta desde então. Muito antes desse ano já Orlando

Ribeiro pensava em criar uma revista do Centro de Estudos Geográficos (CEG), fundado por ele em Lisboa em 1943. Dessa ideia antiga dão testemunho alguns dos seus contemporâneos, bem como correspondência dirigida a amigos, de que é exemplo uma missiva para Jean Gottmann, de 5 de Setembro de 1943. “L’année prochaine le Centre lancera une revue, qui serait très heureuse d’avoir votre collaboration. Nous publierons des articles sur la Géographie du Portugal et des colonies mais aussi sur des questions générales. Une revue des tendances de la géographie économique à l’heure actuelle serait du plus haut intérêt.”

Em 1949, terminado o Congresso da União Geográfica Internacional, realizado em Lisboa por iniciativa de Orlando Ribeiro, e quando ainda não tinha sido possível lançar a revista, confessava em carta de 20 de Outubro de 1949 ao amigo Mariano Feio, futuro colaborador: “Se quisermos ultrapassar o quadro da investigação regional [entenda-se nacional], falta-nos bibliografia. A revista seria excelente meio de permuta que faz falta no nosso meio”.

A publicação da revista iniciou-se em 1966. O nome “Finisterra” terá surgido a Orlando Ribeiro num passeio pela Galiza, já que a palavra sugere a extremidade ocidental do velho continenteⁱ, “onde a terra acaba e o mar começa”, no dizer de Camõesⁱⁱ.

A vida do CEG e a da *Finisterra* são, desde o início, indissociáveis do percurso da licenciatura em Geografia da Universidade de Lisboa. Quando o CEG e a *Finisterra* foram criados, o ensino universitário de Geografia só existia em Lisboa e em Coimbra, com um número de alunos muito reduzido.

As revistas científicas com edição ininterrupta são raras em Portugal e no estrangeiroⁱⁱⁱ. A receptividade a diversas formas de pensar, interagir e trabalhar estava longe de ser regra em Portugal, mesmo no meio universitário. A criação de uma revista científica constituía um acto de coragem. Só uma pessoa decidida e com amplos horizontes se poderia abalar a semelhante iniciativa. Abrir a ciência e os cientistas ao mundo, não se fechar sobre o País, era uma ideia cara a Orlando Ribeiro e aos outros dois fundadores da *Finisterra*. Suzanne Daveau tinha trabalhado e leccionado em França e em vários países africanos, e tinha um espírito livre e aberto a diferentes correntes de pensamento. Ilídio do Amaral, de origem angolana, estudou na Alemanha e tinha convívio frequente com geógrafos de outros países em diversas reuniões científicas internacionais. Assim, a *Finisterra* afirmar-se-ia, desde o primeiro número, como uma revista internacional, com a colaboração de franceses, italianos, espanhóis, alemães e brasileiros.

Mais tarde, quando a revista já era conhecida e prestigiada, discutiu-se, numa reunião dos investigadores do CEG, realizada pouco depois do 25 de Abril de 1974, se a *Finisterra* se deveria desdobrar em duas revistas especializadas tematicamente, separando a Geografia humana da física. Havia então quem defendesse a especialização geográfica, considerando ultrapassada a Geografia até então praticada. Essa separação constituía, para alguns, um sinal de mudança e de modernidade. Acabou por prevalecer a opinião de dar continuidade à revista que, no decurso dos 50 anos de existência assinalou publicamente vários aniversários (10, 30, 35 e, agora, 50 anos).

Os primeiros 35 anos da *Finisterra* estão minuciosamente documentados por Ilídio do Amaral, no número temático sobre a “Paisagem”, destinado a assinalar aquele aniversário (Amaral, 2001)^{iv}. Dar-se-ão aqui mais pormenores sobre os últimos 15 anos e tentar-se-á fazer um balanço global, que possa ser útil aos futuros colaboradores nos vários órgãos da revista.

II. ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DIFUSÃO

1. Direcção e Secretariado

A publicação de uma revista exige recursos vários e de natureza diversa que, no caso da *Finisterra*, revista não profissionalizada, se foram improvisando. Não é apenas a vontade de um cientista decidido e prestigiado como Orlando Ribeiro, que lhe consegue dar corpo. É grande a diversidade de tarefas e de funções para se manter a regular publicação de uma revista científica de qualidade. Para apoiar a Direcção foram sendo criadas outras estruturas, à medida das possibilidades do CEG e, também, da imaginação dos responsáveis mais directos da revista.

Quando a *Finisterra* nasceu, em 1966, havia apenas a Direcção, constituída por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral, e como Secretários Carlos Alberto Medeiros e posteriormente Carminda Cavaco. A Fundação Calouste Gulbenkian, assegurou o apoio financeiro, que se manteve até 1980. Ilídio do Amaral e António Machado Guerreiro, responsável pela secretaria do CEG e licenciado em Românicas (1969) partilharam “as responsabilidades das acções práticas e burocráticas para a concretização do projecto” [a edição dos primeiros números da *Finisterra*] (Amaral, 2001: 15^{iv}). A partir de 1968, a preparação da revista foi, em grande parte, assegurada por Suzanne Daveau, sempre com a colaboração de Machado Guerreiro.

Os três fundadores asseguraram a Direcção de 1966 a 1975 (quadro I, 10 anos, 20 números) e, ainda, de 1976 a 1994, agora apoiados por Carlos Alberto Medeiros e Jorge Gaspar (mais 18 anos e 36 números). Em 1995 iniciou-se uma nova etapa, com um único Director, Carlos Alberto Medeiros, coadjuvado por uma Comissão de Redacção (1995-1999, 5 anos, 10 números). A partir de 2000 a direcção ficou a cargo de Maria João Alcoforado (2000 – 2015, 16 anos, 32 números).

Para apoiar a Direcção houve desde o início um ou mais “Secretários” (1966-1994). O secretariado foi substituído pela “Comissão de Redacção” (1995-2009) e, mais tarde, pela “Comissão Executiva” (desde 2010). Os membros do secretariado, com as suas várias designações posteriores, foram no geral bastante empenhados. Tinham interesses variados dentro do campo da Geografia e contribuíram, ao longo dos anos, com sugestões diversas para o desenvolvimento, a inovação e a difusão da revista.

Quadro I – Membros da Direcção e do Secretariado da *Finisterra* (1966-2015).

Table I – Finisterra's Directors and different executive Committees (1966-2015).

| ANOS E Nº | DIRECÇÃO | SECRETÁRIOS (1966-1994) |
|------------------------|--|--|
| 1966-1971 (1-6) | O. Ribeiro, S. Daveau, I. do Amaral Os 3 fundadores, mais C.A. Medeiros e J. Gaspar | C. A. Medeiros |
| 1972-1975 (7-20) | | C. Cavaco |
| 1976-1980 (21-30) | | A. M. Guerreiro |
| 1981- 1983 (31-35) | | A. M. Guerreiro, J. Ferrão |
| 1983-1985 (36-38) | | A. M. Guerreiro, D. Abreu |
| 1986-1988 (39-45) | | A. M. Guerreiro, M. F. Alegria |
| 1988-1990 (46-50) | | A. M. Guerreiro, I. M. André, C. Patrício |
| 1991 (51-52) | | M. L. Rodrigues, C. N. Silva |
| 1992-94 (53/54-58) | | M. J. Alcoforado ^v , N. M. Costa, M. L. Rodrigues, C. Silva, J. L. Zézere |
| ANOS E Nº | DIRECÇÃO | COMISSÃO DE REDACÇÃO (1995-1999) |
| 1995-1998 (59/60 - 66) | C. A. Medeiros | M. J. Alcoforado (coord.), A. Lopes, E. B. Henriques, M. Fragoso, S. Claudino |
| 1999 (67/68) | | M. J. Alcoforado (coord.), C. Mora, E. Reis, M. Queirós e P. Feio |
| ANOS E Nº | DIRECÇÃO | COMISSÃO DE REDACÇÃO (2000-2009) |
| 2000-2001 (69 -72) | M. João Alcoforado | <i>Idem</i> sem a coordenadora, que passa a Directora |
| 2002 (73-74) | | M. Queirós (coord.), C. Mora, E. Reis, P. Morgado, P. Soares |
| 2003-2004 (75 -78) | | M. Queirós (coord.), H. Andrade, E. Reis, P. Morgado |
| 2005-2006 (79 -84) | | M. Queirós (coord.), H. Andrade, P. Morgado, G. Vieira, M. Neves |
| 2007-2009 (85 -88) | | <i>Idem</i> mais M. F. Alegria |
| ANOS E Nº | DIRECÇÃO | COMISSÃO EXECUTIVA (desde 2010) |
| 2010-2013 (89 -95) | M. João Alcoforado | M. Queirós, M. F. Alegria, M. L. Rodrigues, P. Morgado |
| 2013 (96) | | <i>Idem</i> mais Ricardo Garcia |
| 2014-2015 (97-100) | | M. Queirós, M. F. Alegria, Paulo Morgado, Ricardo Garcia |

O quadro I mostra que, ao longo dos anos, muitos investigadores do CEG tiveram funções executivas na publicação da *Finisterra*. A Direcção tinha a seu cargo a orientação científica da revista, pugnando pela qualidade dos textos, pela sua divulgação no país e no estrangeiro e, em certas alturas, pela obtenção de financiamento. As tarefas de base de secretários/Comissão de Redacção/Comissão Executiva (conforme as diversas denominações) foram sendo ampliadas com o tempo, incluindo agora também a selecção e contactos com os revisores independentes, edição gráfica, gestão de plataformas digitais e a difusão da *Finisterra*.

Quadro II – Estruturas de apoio à edição da *Finisterra*.

Table II – Finisterra's Editorial bodies.

| ANOS E Nº's | CONSELHO DE REDAÇÃO (1986-1994,41-58) | CONSULTORES |
|--------------------|--|---|
| 1966-1985 (1-40) | Não houve até 1986 | |
| 1986-1994 (41-58) | M. V. Guerreiro, C. Cavaco, A. de B. Ferreira, M. E. Moreira, M. C. Mendes, T. B. Salgueiro | Não houve até 1995 |
| ANOS E Nº's | COMISSÃO EDITORIAL (1995-2009, 59-88) | CONSULTORES (1995-2009) |
| 1995 (59/60) | M. V. Guerreiro, J. Gaspar, C. Cavaco, A. de B. Ferreira, M. E. Moreira, T. B. Salgueiro, M. H. Dias, M. L. Fonseca, D. de B. Ferreira, J. M. Simões, A. R. Pereira, I. M. André, Catarina Ramos, Teresa Alves, Carlos N. Silva | M. F. Alegria e P. Lema (U. Nova Lisboa), A. Bally (Genève), C. Buttler (St. Andrews), H. Capel (Barcelona), E. Rebelo, F. Cravidaõ e L. Cunha (Coimbra), J. Ferrião (Lisboa), B. Mérenne-Schoumaker (Liège), Rosa M. F. Silva (Porto), N. Pusty (New Jersey), M. Santos (S. Paulo) ^{vi} |
| 1996-97 (61-64) | <i>Idem</i> e M. Alexandre Lousada | |
| 1998 (65-66) | <i>Idem</i> , e José Luís Zézere | |
| 1999-2000 (67-70) | <i>Idem</i> , e M. Luisa Rodrigues, Mário Vale, C. da S. Neto, Herculano Cachinho | |
| 2001 (71-72) | <i>Idem</i> e Eduarda Costa, Jorge Malheiros | |
| 2002 (73-74) | <i>Idem</i> e Margarida Queirós | |
| 2003 (75-76) | <i>Idem</i> e Sérgio Cláudino, Luís Moreno, Eduardo B. Henriques, I. Henrique Andrade, António Lopes | |
| 2004-05 (77-79) | <i>Idem</i> e Henrique Andrade, António Lopes | |
| 2005-06 (80-82) | <i>Idem</i> e Mário Neves, Gonçalo Vieira, Alina Esteves | |
| 2007 (83-84) | <i>Idem</i> e Pedro Tílde Gómes, Carla Mora, Francisco Roque Oliveira | |
| 2008 (85-86) | <i>Idem</i> e Nuno Costa | |
| 2009 (87) | <i>Idem</i> e Carlos Ferreira, Jennifer Monteizsuma, António Gomes | |
| 2009 (88) | <i>Idem</i> e Inês Fonseca, Patrícia Abrantes | |
| ANOS E Nº's | EDITORES DE SECÇÃO (2010-2015, 89-100) | COMISSÃO EDITORIAL EXTERNA (2010-2015, 89-100) |
| 2010-2011 (89-92) | M. J. Alcoforado (CLIMA), M. Lucinda Fonseca (MIGRARE), João Garcia ^{vii} (HEGEC), Jorge Maheiros (NETURB), Edwarda M. da Costa (MOPF), A. Ramos Pereira (SLIF), José M. Simões (TERRITUR), Mário Vale ^{viii} (NEST), Gonçalo Vieira (AntECC), José L. Zézere (RISKam). Ed. Cartográfico Paulo Morgado | Abel ALBERT i MAS (U. Autònoma, Barcelona), Antoine BALLY (U. Genève), Michael Barbour (U. California), Horacio CAPEL (U. Barcelona), Carminda CAVACO (U. Lisboa), João CORTE-REAL (U. Évora) Fernanda CRAVIDÃO (U. Coimbra), Lício CUNHA (U. Coimbra), Michael DEAR (U. Berkeley, California), Wilfried ENDLICHER (U. Humboldt, Berlin), João FERRÃO (U. Lisboa), Jacobo GARCIA ALVAREZ (U. Carlos III, Madrid), Maria Dolors GARCIA-RAMON (U. Autònoma, Barcelona), Thomas GLADE (U. Vienna), Ricardo MENDEZ GUTIERREZ DEL VALLE (Conselho Sup. Inv. Científica, Madrid), Rogério HAESBAEK (U. Federal Fluminense), Peter VHALL (U. Simon Fraser, Vancouver), Queti KLEIN (U. Otttaw, Ronald van KEMPEN (U. Utrecht), Russell KING (U. Sussex), han-Luis KLEIN (U. Quebec-Montréal), Denis LINEHAN (U. Cork), Diana MACCALLUM (U. Griffith), Javier MARTÍN VIDÉ (U. Barcelona), Andreas MATZARRAKIS (U. Freiburg), Héctor MENDOZA-VARGAS (U. Naciónal Autónoma de México), Bernatde MERRENNE-SCHOUmaker (U. Liege), Piotr MIGON (U. Wroclaw), Janice MONK (U. Arizona), Armando MONTANARI (U. La Sapienza, Roma),Iaco MUCINA (U. Curtin Technology), Frederick NELSON (U. Delaware), Jorge OLICINA CANTOS (U. Alicante), Mary PEDLEY (U. Michigan), Andy PIKE (U. Newcastle), Fernando REBELO (U. Coimbra), Emmanuel REYNARD (U. Lautsane), José María SILVA (U. Estadual Ponta Grossa), Mauro SOLDATI (U. Modena e Reggio Emilia) Robert STIMSON (U. Queensand), José Luis Carlos TEIXEIRA (U. British Columbia), Allan WILLIAMS (U. Surrey), Brenda YEOH (U. Singapura) |
| 2012-2013 (93-96) | M. J. Alcoforado (CLIMA), Herculano Cachinho (HEGEC), M. Lucinda Fonseca (MIGRARE), Jorge Matheiros (NETURB), Edwarda M. da Costa (MOPF), A. Ramos Pereira (SLIF), José M. Simões (TERRITUR), Isabel André (NEST), Gonçalo Vieira (AntECC), José L. Zézere (RISKam). Ed. Cartográfico Paulo Morgado | Isabel André (ZOE), Maria Lucinda Fonseca (MIGRARE), António Lopes (ZEPHYRUS), Edwarda Marques da Costa (MOPF), Ana Ramos Pereira (SLIF), José Manuel Simões (TERRITUR), José Luis Zézere (RISKam) |
| 2014-2015 (97-100) | | |

2. Estruturas de apoio à edição

A partir de 1986 a Direcção da *Finisterra* foi apoiada por outras estruturas (quadros II e III). O Conselho de Redacção começou por incluir apenas 6 investigadores mas, a partir de 1995, quando Carlos Alberto Medeiros passou a dirigir a revista, a Comissão Editorial (que substituiu o Conselho de Redacção) passou a agregar, de forma automática, todos os investigadores do CEG com doutoramento (quadro II). Com o tempo verificou-se que esta estrutura, criada com a intenção de implicar mais os investigadores do CEG na edição da revista, não era muito eficaz, acabando por manter-se apenas por inércia. Em 2010, após o reconhecimento formal de 10 “Núcleos de Investigação” pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) decidiu-se que o coordenador de cada um deles passava a integrar os “Editores de Secção”, designação que a partir desse ano substituiu a Comissão Editorial. A partir de 2014, os agora designados “Grupos de Investigação” reduziram-se para 7, continuando os coordenadores a fazer parte dos “Editores de Secção”.

Com a direcção de Carlos Alberto Medeiros (1995), foi criada uma primeira “Comissão Editorial Externa” que incluía investigadores que não pertenciam ao CEG, cujos membros eram consultados sobre a qualidade dos textos, de acordo com o tema e a língua do artigo. A responsabilidade de publicação recaía fortemente sobre o Director e a Comissão de Redacção. Na década de 2000, foi iniciado o processo de revisão sistemático por pares e criada a figura de “Editor Responsável” por cada artigo.^{ix}

Em 2010, os “Consultores” passaram a constituir a “Comissão Editorial Externa”, que foi alargada (quadro II), passando a integrar maior número de investigadores estrangeiros. A decisão sobre a escolha dos seus membros foi tomada após consulta aos membros do CEG, que também foram envolvidos na decisão final, a qual foi aprovada pela Comissão Científica desta instituição. Sempre que o tema ou a língua do artigo assim o obrigaram, passaram a ser enviados artigos para revisão também a especialistas nacionais e estrangeiros, que não faziam parte destas comissões. A partir de 2010, a *Finisterra* passou a contar com uma Secretária.^x

No que toca ao financiamento houve também alterações no decurso da vida da revista. Quando, em 1980, a Fundação Calouste Gulbenkian deixou de financiar a *Finisterra*, a sua sobrevivência foi complicada por mais 10 anos, tendo a situação melhorado em 1991-92, com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (quadro III). Entre 1993 e 1995, a *Finisterra* foi financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica (JNICT) e a Fundação da Universidade de Lisboa, mas a revista ficou novamente sem apoio entre 1996 e 2000. A Biblioteca Nacional também apoiou pontualmente a *Finisterra* (quadro III). A partir de 2000, o financiamento do CEG passou a ser assegurado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sendo votada anualmente, em Comissão Científica do CEG, uma verba para publicações, nas quais se inclui a *Finisterra*, que também dispõe de receitas próprias (assinaturas e vendas). Embora grande parte do trabalho para a edição da *Finisterra* seja feita a título

gracioso por investigadores do CEG (principalmente os da Direcção e Comissão Executiva da *Finisterra*) e pelos revisores (internos e externos), a *Finisterra* necessita de verba para despesas de edição, revisão profissional de textos em vários idiomas e ainda despesas de correio.

Quadro III – Instituições que financiaram a *Finisterra* (1966-2015).

Table III – Finisterra's external financial sources (1966-2015).

| Anos e números | Instituições ^{xi} |
|--------------------|--|
| 1966-1980 (1-29) | Fundação Calouste Gulbenkian |
| 1980-1990 (30-50) | Sem apoio |
| 1991-1992 (51-53) | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa |
| 1993-1995 (55-60) | Junta Nacional de Investigação Científica (JNICt); Fundação da Universidade de Lisboa |
| 1996-2000 (56-60) | Sem apoio |
| 2000-2001 (70-71) | Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) |
| 2001 (72) | Fundação da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras; Biblioteca Nacional |
| 2002 (73-74) | Fundação para a Ciência e Tecnologia; Biblioteca Nacional; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa |
| 2003-2004 (75-78) | Fundação para a Ciência e Tecnologia; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa |
| 2005-2015 (79-100) | Fundação para a Ciência e Tecnologia |

3. Impressão e distribuição

No decurso da sua já longa existência foram várias as tipografias onde a *Finisterra* foi impressa^{xii}. Cumprindo uma das suas primeiras premissas, são feitas permutes com diversas revistas, além de ofertas a cientistas e instituições. Há também assinantes, quer a título particular, quer institucional. A situação em 2015 está registada no quadro IV. Embora a principal divulgação da revista impressa seja feita em Portugal, existem permutes e assinaturas de bibliotecas estrangeiras, nomeadamente de Espanha, França e Alemanha, que mantêm interesse em completar a coleção dos 100 números em papel, embora todos eles estejam disponíveis *online* desde 2010.

Quadro IV – Número de permutas, assinaturas e ofertas da *Finisterra*.

Table IV – Number of exchanges, subscriptions and gifted copies of Finisterra.

| Países | Permutas | Assinaturas | Ofertas | Total |
|-------------|----------|-------------|---------|-------|
| Portugal | 24 | 32 | 30 | 86 |
| Espanha | 18 | 2 | 7 | 27 |
| França | 17 | 1 | 2 | 20 |
| Alemanha | 16 | 1 | 1 | 18 |
| Brasil | 6 | 4 | - | 10 |
| Bélgica | 4 | - | - | 4 |
| Reino Unido | 3 | 1 | - | 4 |
| Itália | 3 | 6 | - | 9 |
| Suíça | 3 | - | 1 | 4 |
| Canadá | 2 | 1 | - | 3 |
| Polónia | 2 | - | - | 2 |
| Holanda | - | 1 | - | 1 |
| EUA | 1 | 6 | 2 | 9 |
| Outros | 15 (a) | 1 (b) | - | 16 |
| TOTAL | 114 | 56 | 43 | 213 |

(a) Angola, Áustria, Argentina, Cabo Verde, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Equador, Eslovénia, Índia, Japão, México, Moçambique, Tunísia, Rússia; (b) Irlanda

A distribuição foi assegurada pela “Livraria Portugal” entre 1966-1988 (n.º1-45) e pela “Livraria Arco Íris” entre 1988 e 1994 (46- 58)^{xiii}. A partir de 1995 (59/60), a distribuição passou a ser feita directamente pelo CEG. Antes da vulgarização da *internet*, a visibilidade científica da Geografia era às vezes assegurada pelos *media*, por questões de moda ou por acontecimentos ocasionais. É oportuno lembrar quanto a divulgação dos primeiros números da *Finisterra* deve ao escritor Rúben Andresen Leitão, mais conhecido por Ruben A., que fez sucessivas recensões aos primeiros números (1-10), entre 1966 e 1971 na rubrica “Livros Escolhidos” do *Diário Popular*. A 15 de Setembro de 1966, a propósito do lançamento do 1º número da revista, Ruben A. escreveu: “A cultura portuguesa contemporânea não pode ficar indiferente ao aparecimento de uma revista deste calibre – facto que tem de ser devidamente assinalado, tanto no aspecto científico, como também nas múltiplas potencialidades que oferece ao leitor comum.” Mais à frente acrescentava: “Há uma investigação feita no espaço e no tempo, regional e global e (...) que evoca tanto a posição europeia e mediterrânea de Portugal, como a sua posição no Globo.” Nos anos seguintes, que antecederam o seu desaparecimento prematuro, Ruben A. vai dando conta do conteúdo dos diversos números da *Finisterra*, analisando em profundidade os artigos, sobretudo os mais orientados para a Geografia humana, deixando transparecer o seu entusiasmo por certas obras ou novas teorias.

4. Difusão online

A mais ampla difusão registou-se devido à indexação em diversas plataformas, portais de informação, bases de dados e índices: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ); *SciELO*, *Dialnet*, *Latindex*, *EBSCO – Academic Search Complete*, *WebQualis* (CAPES-A2). Em 2013, a revista passou a fazer parte da base de dados bibliográfica *SCOPUS*, privilegiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), permitindo que os resumos, citações e artigos publicados sejam automaticamente agregados aos identificadores pessoais dos seus autores, em bases de dados internacionais. A importância destas bases de indexação no meio académico contribuiu para atrair mais autores, tendo aumentado o número de textos submetidos para publicação e o número de leitores. Em 2010, a *Finisterra* passou também a integrar as plataformas académicas, tal como a *Academia.edu* e a *Researchgate* e redes sociais como o *Facebook*.

Em 2011, completou-se o processo de digitalização da revista, desde o seu primeiro número, com disponibilização em acesso livre, na página electrónica do CEG. Em 2012, a *Finisterra* foi uma das 10 revistas portuguesas escolhidas para integrar o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), uma plataforma electrónica para gestão *online* dos artigos desde o processo de submissão até à publicação; está em funcionamento desde 2013 e constitui também um excelente motor de busca.

A partir de 2015, os artigos da *Finisterra* passaram a ter *DOI* (*Digital Object Identifier*), atribuído através da agência *Cross-Reference*^{xiv} e obteve-se a integração da *Finisterra* na *Scielo Citation Index* na *Web of Science* (*Thomson Reuters*).

III. OS TEXTOS

Analisa-se seguidamente a forma de apresentação dos textos, a evolução do número de páginas e o âmbito espacial e temático dos textos submetidos à *Finisterra*.

1. Estrutura de apresentação e periodicidade

Desde o primeiro número que a apresentação dos textos na revista é feita em várias secções, mas o seu tipo e número (artigos, notas, recensões, etc.) foi sendo modificada. A organização foi a mesma até 1994 (n.º 58), alterando-se um pouco a partir de então (quadro V). Os artigos continuaram a figurar como primeira rubrica, mas as recensões ficaram separadas das notas a partir desse ano^{xv}, subdividindo-se as recensões em sínteses bibliográficas e actualizações bibliográficas. Desapareceram os elementos estatísticos e os documentos para o ensino, que até 1994 alternavam entre si, sendo substituídos por notícias.

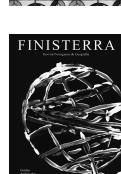
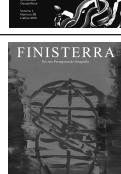
A decisão de que as “notícias” passassem a substituir os “elementos estatísticos” e os “documentos para o ensino” teve a ver com a diminuição de submissões de textos dessa índole, talvez pelo facto do Instituto Nacional de Estatística ter passado a publicar os seus relatórios e por terem surgido revistas específicas para o ensino básico e secundário,

nomeadamente a *Apogeo*, editada pela Associação de Professores de Geografia. Por outro lado, o número de reuniões científicas com participação de geógrafos do CEG aumentou de forma tão significativa, que se considerou útil criar uma secção específica para dar conta desses eventos.

O design da capa da *Finisterra* variou ao longo do tempo (quando V), mantendo sempre, no entanto, a esfera armilar. Inicialmente, esta destacava-se a preto, em fundo cinzento, num papel que deixou de se encontrar no mercado. Em 1995, foi composta nova capa por A. Lopes, então membro da Comissão de Redacção, utilizando o tema de um painel de azulejos do Palácio da Pena, conservando a esfera armilar. No decorrer do colóquio “Paisagem”, em 2002, Pedro Calapez fez uma oferta inestimável à *Finisterra* e ao CEG: várias pinturas de sua autoria, a partir das quais se seleccionou uma para compor a capa que vigora desde 2003 (quadro V). Neste 100º número da *Finisterra*, foi escolhida outra imagem das 7 anteriormente oferecidas. Toda a coleção será brevemente exposta nas novas instalações do CEG e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)^{xvi}, em funcionamento desde o início do ano lectivo de 2015-16.

Quadro V – Tipologia dos textos na *Finisterra* e diferentes capas.

Table V – Typology of texts in *Finisterra* and different covers.

| ANOS E Nº | TIPOLOGIA DOS TEXTOS | CAPA ^{xvii} |
|--|---|---|
| 1966-1994 (1 - 58) | ARTIGOS NOTAS E RECENSÕES ELEMENTOS ESTATÍSTICOS em alternância com DOCUMENTOS PARA O ENSINO Com índices temáticos e de autores por volume | Esfera armilar sobre fundo cinzento 1966-1991 (1-52) (A mesma capa com outro papel 1992-1994 (53-58))  |
| 1995-2015 ^{xviii} (59/60-99) | ARTIGOS NOTAS RECENSÕES 1. SÍNTESES BIBLIOGRÁFICAS 2. ACTUALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA Notícias Deixam de figurar índices temáticos e de autores. A partir de 2012 deixam de figurar NOTAS | Painel de azulejos (Composição: A. Lopes) 1995-2002 (53/54 – 74)  Esfera armilar sobre fundo azul (Pedro Calapez) 2003-2015 (75-99)  |
| 2015 (100) | ARTIGOS | Esfera armilar sobre fundo ocre (Pedro Calapez) 2015 (100)  |

Ao longo do tempo, também se verificaram outras alterações. Os resumos foram localizados no início dos textos (1995), e passaram a apresentar-se títulos de figuras e de quadros na língua em que o texto era escrito e também em inglês (1995). A indicação das ligações institucionais dos autores passou para a página de rosto de cada artigo, com o respectivo endereço electrónico (1992). A periodicidade definida desde o início (um volume por ano, em dois números) tem sido cumprida. De 1966 a 1997 a numeração das páginas dos dois volumes do ano era seguida mas, a partir de 1998, os dois números do ano passaram a ter paginação independente. Foram editados 3 índices decenais (1966-1975), (1976-1985) e (1986-1995), com registo de todos os autores e classificação do conteúdo dos textos por autor, regiões e temas e, em 2002, foi divulgado um *CD-Rom* com índices por autor (1966-2000), no âmbito do Colóquio “Paisagem”. Hoje em dia essa informação encontra-se disponível na página da revista no RCAAP.

2. Número de páginas

O total de páginas de cada número da revista e das dedicadas a artigos, tem oscilado bastante, embora se note que os primeiros números tinham dimensão menor e mais regular: entre cerca de 150 a 200 páginas, até ao início da década de 1980 (quadro VI). A partir de então os exemplares ultrapassam as 200 páginas, ou mesmo as 250^{xix}. As páginas dedicadas a artigos aumentaram nas duas últimas décadas, embora tenha diminuído o número de páginas por artigo (de cerca de 30 para uma média de 17), seguindo a tendência generalizada de apresentar artigos mais curtos (quadro VI).

Quadro VI – Número de páginas da *Finisterra* por artigos, por década.

Table VI – Number of pages per article, by decade.

| Década | Total pág. | Pág. de artigos | Média pág. por artigo |
|-----------|------------|-----------------|--------------------------|
| 1966-1975 | 2134 | 73 | 29 |
| 1976-1985 | 1864 | 63 | 30 |
| 1986-1995 | 2055 | 67 | 31 |
| 1996-2005 | 2208 | 135 | 16 |
| 2006-2015 | 2279 | 129 | 18 |
| | 10540 | 467 | |

IV. ARTIGOS

Constituindo os artigos a secção principal da *Finisterra*, segue-se a sua análise sob diversos aspectos: controle de qualidade, autores, idiomas, resumos e tipo de ilustrações. Para não alongar demasiadamente o texto, as “Notas”, apesar de frequentemente encerrarem temas de interesse, não foram contempladas.

1. Controle de qualidade dos artigos

Assegurar a qualidade dos textos publicados foi sempre um imperativo do qual a *Finisterra* nunca abdicou, mas a maneira de atingir esse propósito foi-se alterando. Até 1996 era principalmente a Direcção (com algum apoio da Comissão de Redacção com as suas diversas designações), que garantia a relevância dos manuscritos publicados. Posteriormente a qualidade dos textos passou a ser coadjuvada por “revisores científicos”, ou seja, investigadores independentes considerados peritos no assunto, escolhidos em reunião da Direcção com a Comissão de Redacção (depois Comissão Executiva). A Direcção segue todo o processo de supervisão e responsabiliza-se pela decisão final (publicação ou recusa) e pela revisão das provas em colaboração com os autores. O elevado número de textos submetidos, bem como o tempo que decorre habitualmente entre a submissão e a publicação (ou recusa de edição) levou em 2014 a iniciar o processo por uma triagem prévia dos textos, a cargo da Direcção e da Comissão Executiva, com o apoio de um investigador do CEG perito na matéria, para decidir com maior rapidez os que se adaptam aos propósitos da revista e têm qualidade para serem enviados aos revisores científicos. No caso de não-aceitação dos artigos para revisão, os autores são assim rapidamente notificados, por carta da Direcção ou do Editor responsável, com a justificação da decisão tomada.

Os textos aprovados para revisão são enviados a dois revisores externos, tendo sido criadas fichas de avaliação para uma apreciação escrita e anónima, onde nem revisores nem autores têm conhecimento recíproco (*double-blinded*). Havendo pareceres contraditórios ou avaliações insuficientemente justificadas, os textos são enviados pela Comissão Executiva a um terceiro revisor. Desde 2013 é o “editor responsável” de cada artigo, no âmbito da Comissão Executiva, que se encarrega de seguir todo o processo desde a submissão à publicação.

O contributo dos revisores científicos é valiosíssimo para manter a qualidade. Dadas as inúmeras tarefas dos docentes universitários e especialistas a quem recorrermos, o trabalho de revisão é merecedor de grande gratidão por parte dos responsáveis da revista. Recebemos revisões muito pormenorizadas sobre aspectos de conteúdo, organização e forma dos artigos, que são de grande utilidade para a remodelação dos textos, e valiosas para os autores, mesmo que o artigo não seja aceite. Respeitando o anonimato, os nomes dos revisores científicos são publicados em conjunto, apenas de dois em dois anos.

A manutenção da qualidade científica e formal da revista implicou ainda outras iniciativas: a especificação de “normas de publicação”, em português e inglês, com a normalização da dimensão e da apresentação dos textos e da bibliografia, a obrigatoriedade de figurarem resumos em vários idiomas, a inclusão de títulos de figuras e de quadros em inglês, etc. No número 81 (2006) foram efectuados alguns ajustes às normas de publicação, que se mantiveram até 2013, data em que a *Finisterra* foi integrada no RCAAP. A plataforma permite gerir de uma forma mais eficaz o processo de avaliação,

agilizando as tarefas da Comissão Executiva e dos Editores Responsáveis, assim como o contacto com os Autores.

2. Âmbito espacial dos artigos

Numa revista de Geografia tem interesse perceber quais as áreas geográficas a que é dada mais ou menos atenção e verificar se houve alterações no decurso do tempo. Para se analisar o âmbito espacial dos artigos partiu-se dos “índices regionais” que figuram nos 3 índices decenais publicados: 1966-1975, 1976-1985 e 1986-1995. Para os anos posteriores a 1995 mantiveram-se as mesmas divisões geográficas, com o objectivo de verificar a evolução. Mas tem de se reconhecer que não é fácil identificar os espaços geográficos aos quais a *Finisterra* tem dado mais ou menos atenção, por várias razões: há textos que não se referem a um espaço geográfico específico, como é o caso dos de índole teórica, dos de forte pendor metodológico, ou dos dedicados a pessoas ou instituições. Há também outros que se referem a espaços sem limites definidos.

Numa análise por país estudado, Portugal (não representado no mapa seguinte) ocupa o 1º lugar. Vêm depois a Espanha, o Brasil, Angola e Moçambique (fig. 1a). No fundo, regista-se a orientação que Orlando Ribeiro pretendia: que a revista se consagrasse a temas portugueses, devendo ser também “uma janela aberta para o mundo” (Ribeiro, 1966).

De notar que a situação se alterou ao longo dos anos. Os artigos sobre Portugal ultrapassaram sempre 30 por década, atingindo valores mais elevados entre 1996-2005. Na última década aumentaram muito os trabalhos sobre vários aspectos da Geografia de Espanha (7 artigos entre 1996/2005 e 25 entre 2006-2015) e do Brasil (3 na primeira década, 9 na última, fig. 1b). Angola, inicialmente objecto de muitos trabalhos, sobretudo por parte de investigadores do CEG, que aí investigaram e lecionaram, deixou praticamente de estar representada a partir de 1985 (só um artigo na década 2006-2015). Pelo contrário, depois de um interregno, Moçambique foi representado com 5 artigos entre 2006 e 2015, França e Cabo Verde foram sendo esporadicamente contemplados.

Numa apreciação de base espacial mais ampla a Ásia ocupa sempre o último lugar e a América o penúltimo. As posições relativas da África, Europa e Península Ibérica alteraram-se no decurso do tempo: África estava à frente da Europa e da Península Ibérica, tanto entre 1966/1975 como entre 1976/1985, mas a partir de 1986 as posições relativas passam a ser Europa, seguida da Península Ibérica e da África. Para esta evolução terá pesado a descolonização por um lado, a integração de Portugal na União Europeia por outro e, ainda, a crescente globalização^{xx}.

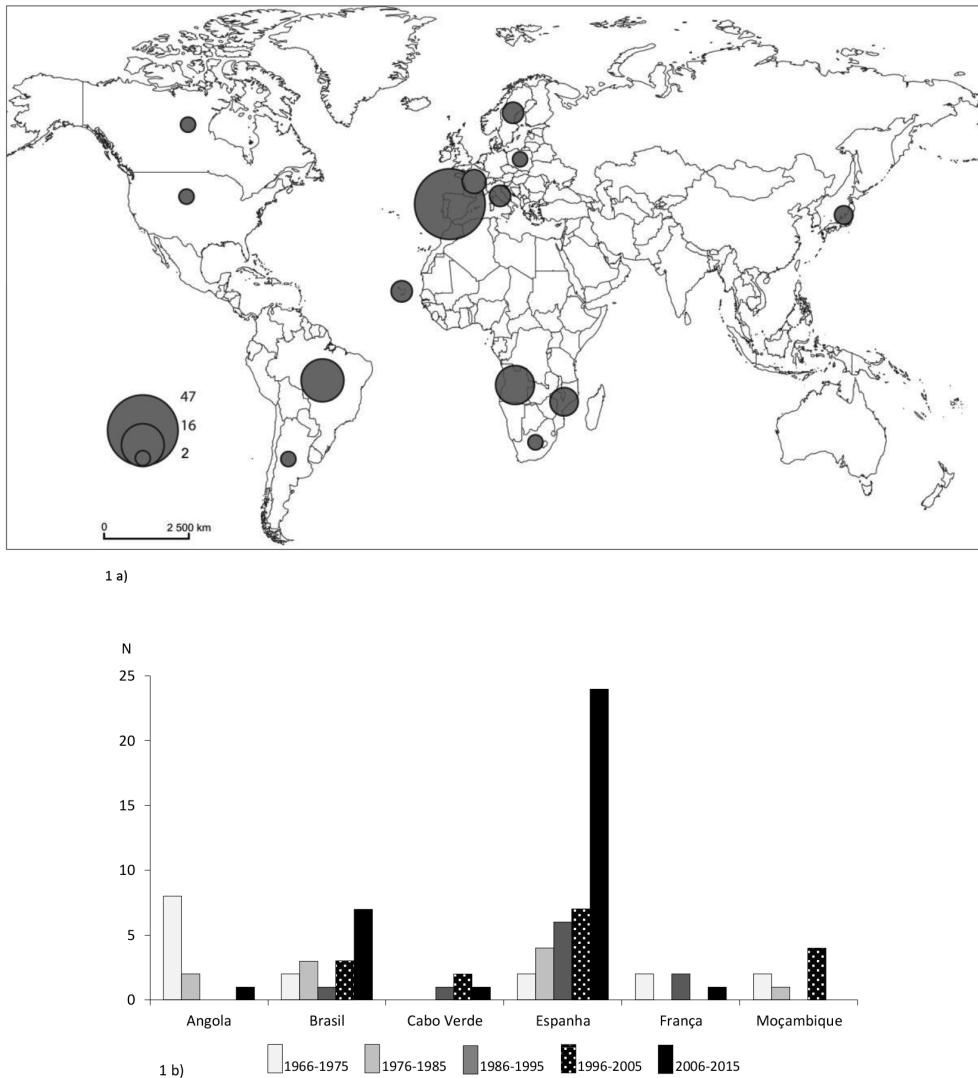


Fig. 1 – Âmbito espacial dos artigos da *Finisterra*:

- a) Número total de artigos por país (tratado em mais de dois artigos), excluindo Portugal;
 b) Número de artigos referentes aos países mais estudados, por década.

Fig. 1 – Spatial scope of articles in Finisterra:

- a) *Total number of papers referring to different countries, excluding Portugal;*
 b) *Number of articles referring to the most studied countries, by decade.*

3. Temas

Os temas dos artigos foram analisados com base na classificação usada nos índices referidos anteriormente, que foi adaptada e reorganizada para tornar possível a comparação das diversas décadas. Vários *items* foram subdivididos para melhor espelhar a evolução (fig. 2). Note-se que as percentagens dos vários grupos temáticos são aproximadas, pois nunca se consegue eliminar completamente a subjectividade da classificação.

Nas 5 décadas em análise, os temas mais tratados foram de Geografia social e cultural com 72 artigos, seguidos de Geografia urbana, Climatologia e Geomorfologia com perto de 50. Foram publicados 30 artigos sobre Planeamento e desenvolvimento regional, 25 sobre Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica e perto de 20 sobre Biogeografia e Conservação da Natureza, Geografia rural e Geografia regional.

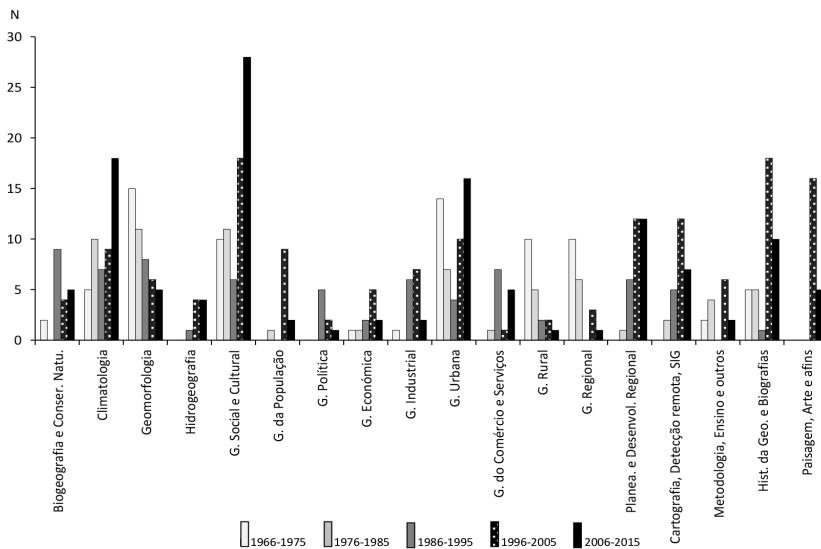


Fig. 2 – Temas tratados na *Finisterra* (número de artigos por década).

Fig. 2 – Subjects dealt with in Finisterra (number of papers by decade).

Será, no entanto, mais interessante, analisar-se a evolução por década da frequência dos vários temas tratados. No âmbito da Geografia física o número de artigos de Geomorfologia decresceu bastante. A sua importância nos primeiros números da revista estará relacionada com a longa tradição de estudos de Geomorfologia em Portugal (15 artigos na 1^a década); se bem que a sua prática continue a ser relevante no CEG ela já não está tão presente nos artigos submetidos à revista (5 na última década), o que se pode dever à selecção de outras revistas para publicação. Pelo contrário, a Climatologia, com presença modesta na altura do aparecimento da revista (5 artigos na primeira década),

já que então era pouco praticada no CEG, foi adquirindo peso ao longo das décadas (18 na última). Biogeografia e Conservação da Natureza adquiriram mais relevância a partir de 1986, enquanto a Hidrogeografia, mais recente no CEG como tema independente da Geomorfologia, se desenvolveu nas duas últimas décadas.

No caso da Geografia humana, nas primeiras décadas sobressaem os estudos de Geografia urbana e Geografia social e cultural e, com menos artigos, Geografia económica, industrial e de comércio e serviços. Os artigos sobre Geografia da população são mais frequentes na década 1996-2005, diminuindo depois. Vão sempre surgindo artigos sobre temas que são novidade no meio geográfico português, como a Geografia política e investigações de natureza teórico-metodológica. Nos anos mais recentes, observa-se um grande aumento de artigos de Geografia social e cultural, de Geografia urbana, Planeamento e desenvolvimento regional e sobre a História da Geografia, onde se incluem textos sobre o pensamento geográfico.

Alguns temas começaram por ter grande expressão na revista, mas desapareceram quase completamente nos anos mais recentes (passaram de 10 para 1 artigo por década): Geografia rural e Geografia regional. A diminuição dos estudos de Geografia rural terá relação estreita com o recuo do peso da agricultura na economia portuguesa. A Geografia regional, ligada a uma suposta Geografia clássica da “escola regional francesa”, foi durante décadas encarada como uma corrente ultrapassada por muitos investigadores do CEG. Ela foi substituída por uma Geografia mais moderna e aplicada, que teria expressão no grupo Planeamento e desenvolvimento regional. Quanto à Geografia política, os seus tempos áureos tiveram relação estreita com o período pós 25 de Abril de 1974, quando se começou a reflectir sobre as mudanças políticas e sociais desencadeadas por esta revolução.

Os artigos de Cartografia, Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica (SIG) aumentaram em número até à década 1996-2005, coincidindo com progresso no desenvolvimento dos de Cartografia e SIG, o que terá também relação com os dois números temáticos da *Finisterra* em 2003 (quadro VII). A Detecção remota era praticada no CEG desde a década 1980, o que se traduziu na publicação de alguns artigos (e também de notas, que não foram contempladas nesta estatística). O eclectismo da revista revela-se nos temas das colunas finais, pois no número temático sobre “Paisagem” e no presente sobre o “Espaço” (entre outros artigos mais “heterodoxos” que foram aceites devido ao seu interesse), foram publicadas contribuições que não se enquadram em qualquer das tipologias anteriores, mas que foram consideradas uma mais-valia. Por outro lado, houve números da revista, integral e intencionalmente dedicados a certos temas, ou a certas personalidades (quadro VII), que têm reflexos na distribuição dos temas tratados.

Nota-se que os números temáticos têm tido forte crescimento. Até 2000 (35 anos) publicaram-se apenas 8, dos quais 2 dedicados a fundadores da revista e 1 a Emmanuel de Martonne; depois desse ano (ou seja em 15 anos) houve 13 números temáticos, 4 dos quais com homenagens a 4 investigadores do CEG.

Os temas tratados na *Finisterra* revelam assim influências diferenciadas: i) o aparecimento de novas tecnologias que originam abordagens distintas (mudanças técni-

cas mas também conceptuais ou de especialização temática); ii) o aparecimento de revistas internacionais de temáticas específicas e alterações no paradigma de avaliação científica; e iii) a importância dos números temáticos, muitos deles resultado de projectos de investigação, revelam a evolução temática da ciência geográfica a nível nacional e internacional.

Quadro VII – Números temáticos da *Finisterra* (1966-2015).

Table VII – Thematic issues of *Finisterra* (1966-2015).

| Ano e Nº | Responsáveis pelo Nº | Temas tratados ou investigador homenageado |
|--------------|--|--|
| 1968 (6) | O. Ribeiro; S. Daveau; I. do Amaral | 1º Seminário Internacional de Geografia |
| 1973 (16) | O. Ribeiro; S. Daveau; I. do Amaral | Emmanuel de Martonne |
| 1975 (20) | Jorge Gaspar | Lisboa |
| 1994 (57) | Teresa B. Salgueiro e C. Carreras | Evocação dos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona |
| 1996 (62) | Jorge Gaspar | Geografia industrial e económica no CEG |
| 1997 (63) | Carlos Alberto Medeiros | Suzanne Daveau |
| 1998 (65) | Membros da Comissão PG, UGI | História do Pensamento Geográfico (PG) |
| 1999 (67/8) | Carlos Alberto Medeiros | Ilídio do Amaral |
| 2001 (72) | M. João Alcoforado e Margarida Queirós ^{xxi} | Orlando Ribeiro (35 anos da revista) e A Paisagem |
| 2003 (75 /6) | Direcção e Comissão de Redacção da <i>Finisterra</i> e D. Abreu | Sistemas de Informação Geográfica (SIG) |
| 2004 (77) | M. Lucinda Fonseca e Russel King | Migrações na bacia mediterrânea |
| 2005 (79) | M. João Alcoforado, Directora | Carlos Alberto Medeiros |
| 2006 (81) | Teresa Barata Salgueiro | Cidades, contributos Área Investigação Geog. Hum. e Regional |
| 2008 (85) | Suzanne Daveau | Conferencistas nos Colóquios da Biblioteca Orlando Ribeiro |
| 2008 (86) | Carlos Alberto Medeiros (coord.) | A. Machado Guerreiro (parte do n.º 86) |
| 2009 (87) | Gonçalo Vieira e Carla Mora | Ambientes frios pliocénicos e actuais/Iberian Research on Pleistocene and present-day cold environments |
| 2009 (88) | Mário Vale | Conhecimento, Inovação e Território/Knowledge, Innovation and Territory |
| 2010 (90) | Margarida Queirós | Barcelona(s) |
| 2012 (94) | Isabel André | Estratégias territoriais criativas/Territorial Creative Strategies |
| 2013 (96) | M. Lucinda Fonseca e J. McGarrigle | Neighbourhood integration, social relations and participation in European multi-ethnic cities |
| 2014 (98) | M. João Alcoforado | Henrique Andrade. Applied Human Bioclimatology |
| 2015 (100) | Direcção e Comissão Executiva da <i>Finisterra</i> | 50 anos da Revista e O Espaço |

4. Os autores

Enquanto nos primeiros anos da *Finisterra*, a Direcção precisava de procurar quem nela publicasse, vive-se agora a situação oposta, com grande afluxo de textos, sendo maior a dificuldade de contar com revisores científicos de qualidade e com disponibilidade. Como se referiu, tem havido grande afluxo de submissões por autores estrangeiros. Salientem-se os casos de Espanha, França e Brasil. No entanto, a nacionalidade dos autores variou muito ao longo dos anos. Por exemplo, como se observa na figura 3, a participação de autores franceses sempre ocorreu, sendo máxima (18%) na década 1996-2005 e decrescendo para 4% na década mais recente. No período inicial tinha atingido 10%. Pelo contrário, a presença de autores espanhóis aumentou regularmente ao longo do tempo, até alcançar 42% entre 2006 e 2015. Isso é apenas parcialmente devido a um número temático (nº 90, quadro VII). Nota-se também um aumento progressivo de autores brasileiros na *Finisterra* (14% na última década). Os autores publicados de outras nacionalidades decresceram na última década.

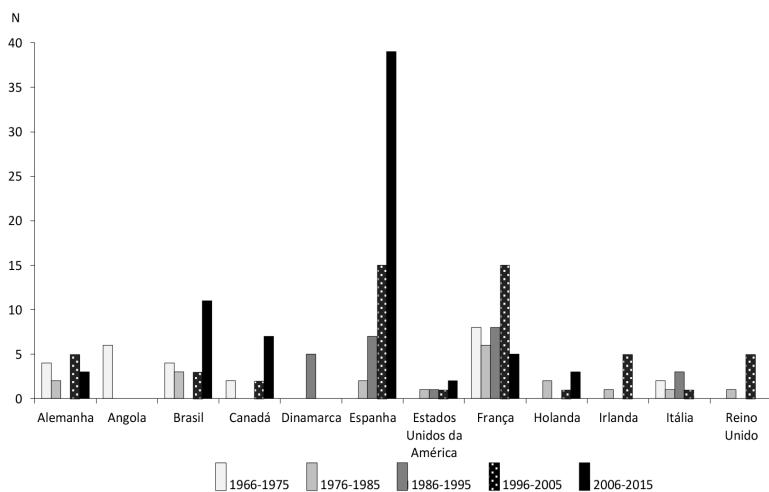


Fig. 3 – Número de artigos da *Finisterra*, por país de afiliação dos autores, por década.

Autores afiliados em universidades portuguesas excluídos (67% do total).

Fig. 3 – Number of papers in *Finisterra*, per authors' country affiliation, by decade.

Authors affiliated to a Portuguese university excluded (67% of total).

5. Idiomas de publicação

Como se referiu, a *Finisterra* recebeu, desde o início, a colaboração de investigadores estrangeiros. A língua estrangeira dominante foi indiscutivelmente o francês até aos meados da década de 1990, tornando-se depois mais esporádico (fig. 4). O inglês passou então a ser a língua estrangeira dominante. Apesar disso são poucos os ingleses, ou outros anglo-saxónicos, a submeter artigos (fig. 3), à excepção de alguns números temáticos. Publicam em inglês tanto alemães, como nórdicos, asiáticos e, desde há alguns anos, também portugueses e espanhóis. Isso significa que não se pode estabelecer ligação directa entre nacionalidade dos autores e língua de edição. Esta situação prender-se-á com o facto de actualmente a ciência de vanguarda e referenciada nos índices internacionais mais conceituados, se exprimir maioritariamente em inglês. Assim, apesar de o português ser a língua dominante, nas últimas duas décadas tem evidenciado uma diminuição em prol do inglês (fig. 4). O espanhol tem estado representado com percentagens bastante irregulares. Nos anos mais recentes ele iguala, ou supera mesmo, o inglês em certos anos (por exemplo, 2010), enquanto o italiano tem presença residual (um artigo em 1977 e outro em 1989).



Fig. 4 – Artigos da *Finisterra* em diferentes idiomas por década (%).

Fig. 4 – Finisterra's papers in different languages by decade (%).

6. Resumos

Nos primeiros números da revista, os resumos não eram obrigatórios, embora fossem frequentes. Não havia resumos na língua do próprio texto, fosse ele português ou francês

(as duas línguas então dominantes), já que o francês era conhecido e praticado por todos portugueses instruídos e tinha forte presença na Europa. Ou seja, até à década de 1970, na *Finisterra* só apareciam resumos em francês, para os textos escritos em português (a maioria) ou noutra língua. O primeiro resumo em inglês apareceu no n.º 9 (1970) num texto de Mariano Feio. A primeira excepção à regra de um só resumo acontece com o artigo de Orlando Ribeiro sobre Emmanuel de Martonne, escrito em francês, com resumo nesta língua e em inglês no n.º 16 (1973). Talvez a intenção de dar a conhecer a um largo público a obra do seu mestre e amigo tivesse pesado na decisão. Embora desde 1970 começasse a ser frequente a presença de resumos duplos, em francês e em inglês, só em 1974 o uso das duas línguas passa a ser regra. Resumos em português só esporadicamente figuraram antes do n.º 35 (1983) e resumos sistemáticos na língua em que o texto é publicado só ocorrem a partir de 1991. O número de resumos em línguas diferentes cresce muito a partir de 1996. As línguas sistemáticas e obrigatórias são o português, o francês e o inglês. A língua espanhola marca presença crescente nos últimos anos e, nos últimos números da revista, surgiram resumos em árabe e em chinês, fruto da crescente procura de artigos publicados na *Finisterra*, por falantes destas línguas.

7. Ilustrações

Ao longo dos seus 50 anos de existência, a *Finisterra* registou mudanças assinaláveis no modo como a expressão gráfica se tem efectuado. A figura 5 parece desmentir a tendência actual de valorização da imagem.

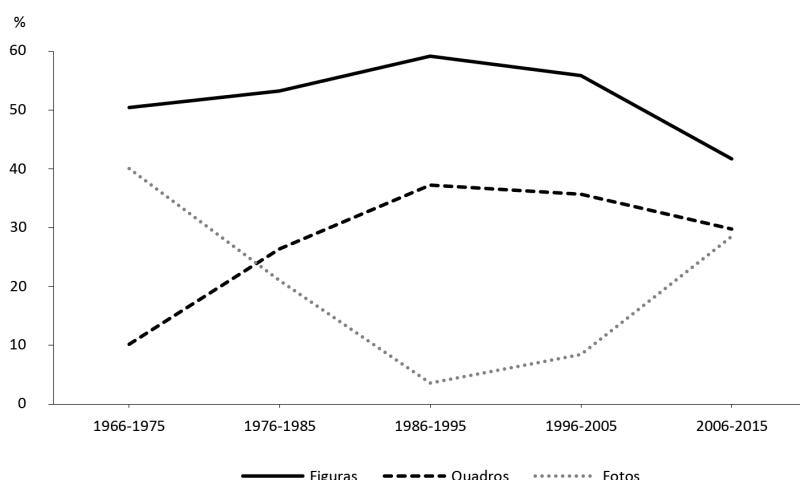


Fig. 5 – Ilustrações dos artigos da *Finisterra* por década (%).

Fig. 5 – Illustrations within Finisterra's papers by decade (%).

Na *Finisterra*, o número de figuras (mapas e gráficos) variou pouco ao longo do tempo (cerca de 50% da infografia, fig. 5), tendo, no entanto, sofrido uma recessão na última década (desceu para 40%). A evolução registada tem naturalmente relações estreitas com as mudanças na maneira de elaborar mapas e gráficos e o fim da secção de desenho do CEG. Apesar do actual uso generalizado de *software* de desenho, o número de figuras não terá aumentado por várias razões: as exigências de qualidade e rigor da *Finisterra* em relação às peças gráficas leva a que muitos autores tomem outras opções (por exemplo, apresentação de quadros); a *Finisterra*, no seu formato analógico, só publica a preto e branco, tornando ilegíveis algumas das figuras enviadas e, embora a versão *online* possa ter ilustração a cores, isso exige um aumento do consumo de tempo dos autores na execução gráfica e o domínio de *softwares* avançados. Na *Finisterra* procura-se, em concordância com os autores, que os mapas e outras figuras que ilustram os textos submetidos apresentem melhor qualidade gráfica e cartográfica possível. Os quadros têm vindo a crescer: de 10 para 30%, com um aumento maior nas três primeiras décadas. Descida mais precoce e acentuada ocorreu no que diz respeito às fotografias, cuja presença, nos primeiros anos da revista era constante, forte e de qualidade, provavelmente sob o incentivo de Orlando Ribeiro, grande fotógrafo, e dos colegas da sua geração. O fulgor da imagem nos mais diversos campos e a facilidade da sua aquisição talvez tenha levado os investigadores a voltar a utilizá-la como ferramenta geográfica (as fotografias passaram de 5% na década de 1986-95 para quase 30% entre 2006 e 2015).

V. BALANÇO E PERSPECTIVAS

Neste já longo percurso da *Finisterra* é possível distinguir períodos com características diferentes.

Entre 1966-1975, a fase de *lançamento* foi marcada pela decisão de criar uma revista de Geografia portuguesa. Poucos investigadores do CEG tinham experiência em colaborar com revistas, e os geógrafos universitários eram muito poucos. Acresce que, nesse período, a Geografia viveu uma fase de mudança de paradigma, de que o aspecto mais saliente foi, porventura, a tentativa de afirmação da chamada Nova Geografia, opondo-se à chamada Escola Regional Francesa. No entanto, todos os investigadores do CEG colaboravam na revista, qualquer que fosse a sua perspectiva face à Geografia. O confronto de ideias e a liberdade de manifestar estão patentes nos artigos publicados. Os textos da revista foram neste período dominados pela Geomorfologia, que os três directores praticavam, e também pela Geografia regional e rural. Portugal era então um país muito marcado pela ruralidade e a escola regional francesa, bem como a bibliografia em francês, dominavam em Portugal.

Seguiram-se duas décadas (1976-1994) de *consolidação*. Em 1986 cria-se a Comissão de Redacção, órgão consultivo com 6 doutores, todos investigadores do CEG. O conteúdo da revista também sofre alterações, por exemplo nas línguas estrangeiras de consulta

bibliográfica e nas línguas dos resumos. O francês, dominante até então, primeiro coexiste com o inglês, mas depois cede a primazia. Os temas dominantes nos artigos também se alteram: diminui a presença da Geografia rural e da regional. Os estudos climáticos sobressaem, mantendo a Geomorfologia lugar de destaque. Os artigos mais ligados aos aspectos humanos da Geografia cobrem áreas extremamente variadas. Sobressai o grande conjunto Geografia urbana, Geografia económica, Geografia do comércio e serviços, Geografia industrial e aparecem temas que são novidade no meio geográfico português, como a Geografia política e investigações de natureza teórico-metodológica. Certos aspectos de natureza gráfica começam a mudar na revista: ainda que a capa continue praticamente inalterada, mudam os tipos de ilustrações: as fotografias diminuem fortemente e a presença de mapas e de gráficos torna-se bastante flutuante.

O período entre 1995-1999 foi de numerosas *alterações estruturais*. Em 1995, foi criado o primeiro órgão consultivo externo, com 13 investigadores que não eram membros do CEG, 6 dos quais estrangeiros. No mesmo ano muda a estrutura de apresentação dos textos, com o desaparecimento dos “Elementos Estatísticos”, que alternavam com a rubrica “Documentos para o Ensino”, e a sua substituição pela secção “Notícias”. Também as “Notas” foram autonomizadas das “Recensões”. As “Normas de Publicação”, que existiam desde 1992 em português, passaram em 1998 a figurar também em inglês. Todos os títulos de figuras e de quadros passam a ser traduzidos para inglês em 1995, qualquer que fosse a língua de publicação. Deu-se também início a novo processo de apreciação da qualidade de textos, que seria aprofundado e melhorado nos anos seguintes. De facto, a Comissão Editorial criada em 1995, em substituição do Conselho de Redacção, tinha passado a incluir, de forma automática, todos os investigadores que concluíssem o doutoramento. O elevado número de membros deste órgão, bem como o aumento do número de textos submetidos, obrigariam a breve trecho a profundas alterações, para que a qualidade científica da revista pudesse ser mantida.

Observa-se um grande aumento de artigos de Geografia social e cultural e toma preponderância a História da Geografia, onde se incluem textos sobre o pensamento geográfico. Entre 2000 e 2015, apostou-se na *estandardização de procedimentos* e na *disfusão em acesso aberto*. As grandes mudanças num mundo que se diz globalizado tiveram repercussões na *Finisterra*. A colocação de todos dos artigos *online*, desde o primeiro número da revista^{xxii}, para consulta sem qualquer reserva, levou naturalmente à sua ampla divulgação. A ubiquidade da *internet* veio permitir uma maior visibilidade. O empenho colocado na integração da revista no maior número possível de listas de indexação – presentemente a *Scielo Citation Index*, *Scopus*, *WebQualis* (*Capes A2*), *DOAJ*, *Dialnet*, *Ebsco* e *Latindex* –, é uma exigência do meio académico, que é tão imperiosa quanto vantajosa acatar. Na revista publicam não só membros do CEG, mas também investigadores nacionais e estrangeiros de outros Institutos e Universidades, muitos deles em inglês, língua que passou também a ser escolha frequente dos autores de diversas nacionalidades. Nesta última década nota-se grande incremento de artigos de Geografia social e cultural (30), mas também de Planeamento e desenvolvimento regional, Geografia urbana e de Climatologia.

A preservação da qualidade científica tem sido uma preocupação constante. Do elevado número de textos submetidos, nos últimos 10 anos foram aceites cerca de 60%, alguns dos quais após modificações “substanciais” solicitadas aos autores. O período de tempo que decorre entre a chegada de um texto e a sua aceitação final (de conteúdo e formal) depende de muitos factores, mas o objectivo dos actuais órgãos executivos é diminuir cada vez mais este lapso de tempo. Não é demais salientar o trabalho dos revisores científicos, que contribuem para a qualidade dos textos publicados. Na tentativa de modernização dos processos de edição da revista, aliás à semelhança de outras revistas internacionais, utiliza-se a plataforma (RCAAP^{xxii}) para submissão dos artigos e diálogo com autores e revisores.

As páginas da *Finisterra* ficaram desde o início “abertas a todos os que, entre nós, cultivem estudos geográficos ou matérias afins, na margem necessariamente imprecisa, em que as Ciências se tocam, se recobrem e se confundem” (Ribeiro, 1966: 5). Foi a vontade, o empenho e a dedicação das sucessivas direcções, de todos os colaboradores e de todos os que nela publicaram ao longo dos seus 50 anos de existência, que permitiu não apenas a existência mas sobretudo a evolução e modernização da *Finisterra*, que procura manter o interesse, o rigor científico e a inovação nos textos publicados. Passados 51 anos após a sua fundação, inicia-se uma nova etapa da vida da *Finisterra*. Parafraseando novamente Rúben A. podemos afirmar com convicção “o geógrafo não cansa, avança” (*Diário Popular*, 20-2-1969).

ⁱ O ponto mais ocidental da Europa chegou a ser considerado o Cabo Finisterra na Galiza ($42^{\circ} 55' 28''$ N, $9^{\circ} 17' 29''$ W, ou em coordenadas decimais lat. 42.883333; long. -9.26666), mas na realidade é o Cabo da Roca em Portugal, cerca de 16,5 km mais a oeste ($38^{\circ} 47' 0''$ N, $9^{\circ} 30' 0''$ W, ou lat. 38.783333; long. -9.5).

ⁱⁱ Veio a descobrir-se que, em 1989, fora criada outra revista chamada *Finisterra. Uma revista de reflexão e crítica*. Como a *Finisterra* geográfica nunca se tinha preocupado com o registo do título e o promotor da revista literária, Eduardo Lourenço, desconhecia a existência de outra *Finisterra*, esse nome foi por ele escolhido e formalmente registado. Só em 1991 a *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia* conseguiria registrar este título, felizmente sem ter de o alterar, por se ter atendido ao subtítulo.

ⁱⁱⁱ Uma das mais antigas é o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, com início em 1876. O *Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra* foi publicado entre 1950 e 1967, substituído só em 1983 pelos *Cadernos de Geografia*. Outras revistas científicas com publicação regular são a *Biblos* da Universidade de Coimbra, desde 1927, e a *Análise Social* do Instituto de Ciências Sociais, a partir de 1963. Os Serviços Geológicos divulgam o *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal* desde 1941, e as *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* desde 1947, edições que deveram muito à iniciativa de Carlos Teixeira, contemporâneo e amigo de Orlando Ribeiro. A revista *Garcia da Orta*, publicada pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar (depois Instituto de Investigação Científica Tropical), teve início em 1953. De entre as revistas de Geografia estrangeiras mais antigas, contam-se *Die Erde*, editada na Alemanha desde 1853, a *Geographical Review*, publicada nos Estados Unidos desde há precisamente um século (substituindo o *Bulletin of the American Geographical Society*, fundado em 1859) e as *Annales de Géographie*, difundidos em Paris desde 1891.

^{iv} Amaral, I. do (2001) – *Finisterra. Uma revista com 35 anos de prestígio. Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI(72):11-25.

^v Entre 1992 e 1994 (nímeros 53/54 a 58) a coordenadora, Maria João Alcoforado, foi designada “secretária”; as outras pessoas que com ela colaboravam eram membros do “secretariado”.

^{vi} A lista com todos os nomes está registada no n.º 59/60 de 1995.

^{vii} Substituído por Herculano Cachinho no n.º 92 (2011).

^{viii} Substituído por Isabel Margarida André no n.º 91 (2011).

^{ix} Os 2 investigadores obrigatoriamente consultados para fazerem a avaliação podem pertencer ou não à “Comissão Editorial Externa”. A decisão depende da disponibilidade dos investigadores consultados (que por vezes recusam ou, o que é pior, não respondem)

e da tentativa de se escolher o melhor especialista familiarizado com o tema e a língua em que o texto é submetido. Este modo de proceder segue de perto o processo adoptado por grande parte das revistas científicas que integram as mais prestigiadas listas de indexação, em muitas das quais a *Finisterra* passou a figurar, como se regista na contracapa.

^x Rute Vieira, licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e bolsieira da FCT trabalha a tempo parcial para a Finisterra. O tempo de que dispõe é escasso para as tarefas que lhe competem. Esta sobrecarga tem vindo a aumentar com o incremento acentuado de textos submetidos e com a integração da revista em várias indexações internacionais.

^{xi} As instituições que deram apoio financeiro estão indicadas na contra-capa.

^{xii} Alcobacense (1966-1991); Colibri (1992-1998); Barbosa e Xavier (1999-2005); *Textype* (2006-2010); *Europress* (2011-2015).

^{xiii} Exclui-se o número 53/54 (1992) onde não figura a distribuidora.

^{xiv} O DOI é o identificador de documentos disponíveis online, que surge com a necessidade de segurança dos objectos, especialmente publicações em revistas e obras protegidas por copyright, muitas das quais localizadas em bibliotecas virtuais. A grande vantagem deste identificador prende-se com o facto de os objectos digitais se tornarem únicos e acessíveis, independentemente das configurações de rede, mudanças no nome do servidor ou até a sua extinção. Adicionalmente, o “registo” de propriedade é imediatamente atribuído não estando sujeito a atrasos ou problemas de publicação na edição em formato analógico.

^{xv} A partir de 2012 desaparece a rubrica “notas”, mantendo-se no restante a organização de 2011.

^{xvi} Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Edifício IGOT - Rua Branca Edmée Marques 1600-276 Lisboa, Portugal.

^{xvii} A esfera armilar da capa da Finisterra é a do frontispício do chamado Guia Náutico de Évora (c. 1516). O desenho foi usado sobre fundo cinzento de 1966 a 1994, (n.º 1-52) e sobre fundo azul (capa de Pedro Calapez) a partir de 2003 (n.º 75) até ao presente. Entre 1995-2002 (n.º 53/54-74), o desenho da esfera ficou diluído num painel de azulejos existente no Palácio da Pena, em Sintra. (capa de A. Lopes).

^{xviii} O n.º 77 (2004) apresenta o seguinte Sumário: “Articles, Notes, Book Reviews, News”.

^{xix} O que se deve, em parte, a ter-se passado a usar o mesmo tipo de letra em todo o número, quando até então os artigos tinham corpo maior do que as restantes rubricas.

^{xx} Com a colaboração de Paulo Morgado, João Vasconcelos, Jorge Trindade e Ricardo Garcia, além do apoio da Biblioteca Nacional de Portugal, Fundação da Universidade Lisboa e Faculdade Letras da Universidade de Lisboa.

^{xxi} Tendo-se começado por disponibilizar os números mais recentes, foi-se progressivamente recuando e, em finais de 2011, todos os artigos estavam on-line com acesso aberto a toda a comunidade.

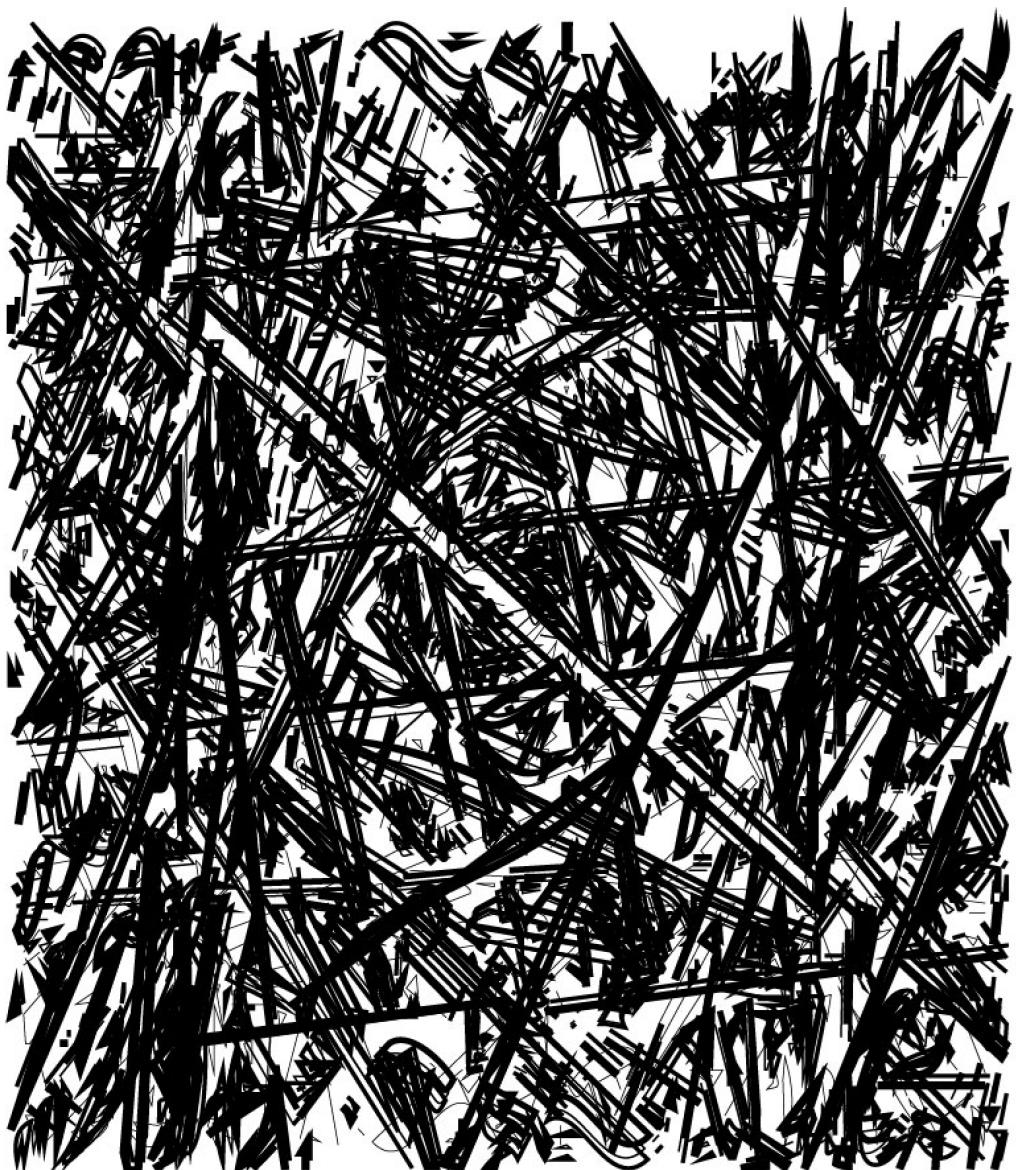
^{xxii} A *Finisterra* foi uma das 10 revistas portuguesas seleccionadas para fazer parte do “RCAAP” (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal), promovido pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento e operacionalizado pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) [<http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/enquadramento>] com o apoio da Universidade do Minho. <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/>

UM ESPAÇO QUE NÃO É

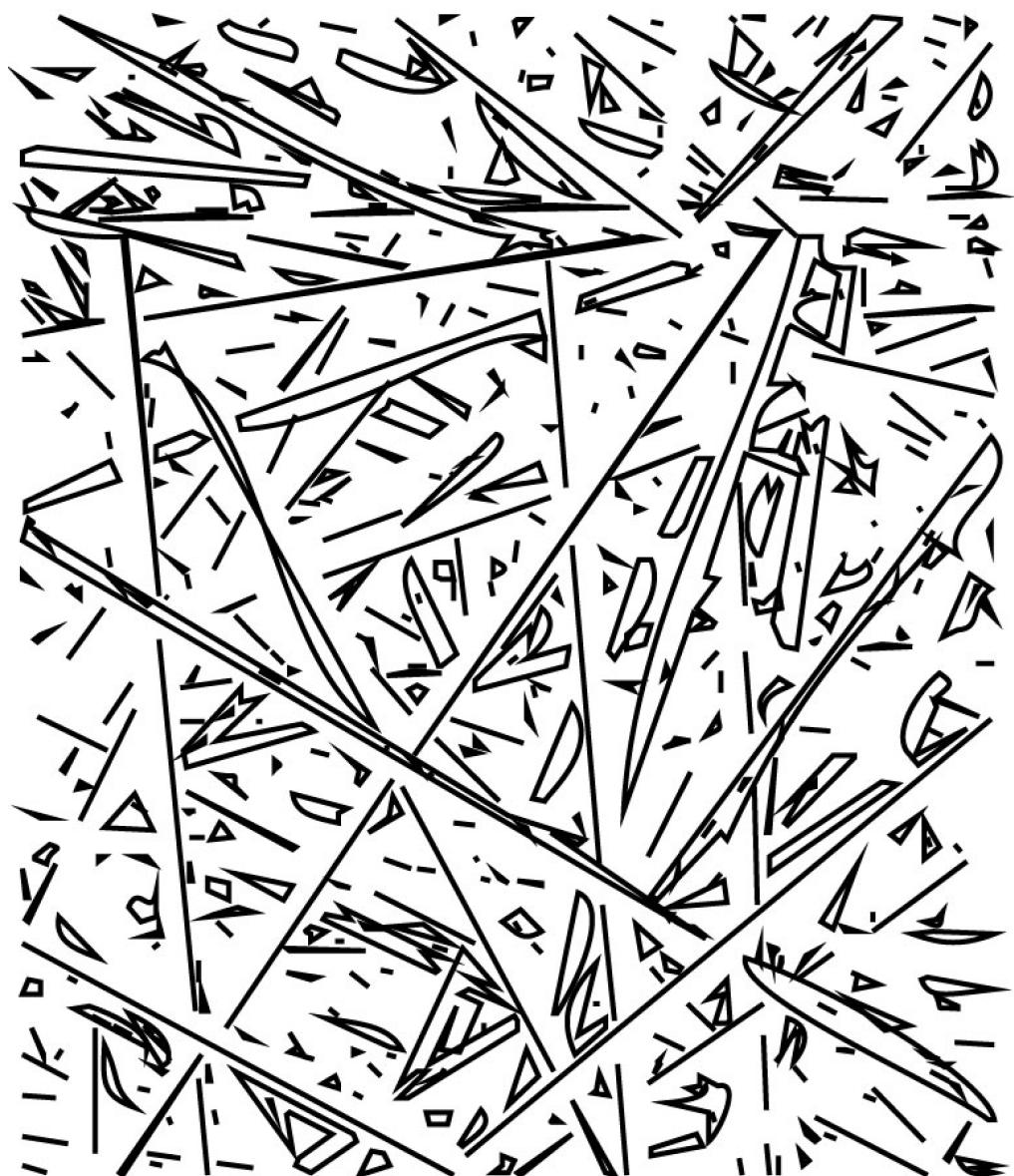
PEDRO CALAPEZ¹

¹ **Pedro Calapez**, vive e trabalha em Lisboa (1953). Começou a expor nos anos setenta tendo realizado a sua primeira exposição individual em 1982. Expôs individual e colectivamente em diversas Galerias de Arte e Museus, em Portugal e no estrangeiro e está representado em várias coleções públicas e privadas. Colabora regularmente com arquitectos desenvolvendo trabalhos de arte específicos ou obras de arte pública. Estudou na Faculdade de Belas Artes de Lisboa. URL: <http://www.calapez.com>. E-mail: pcalapez@gmail.com



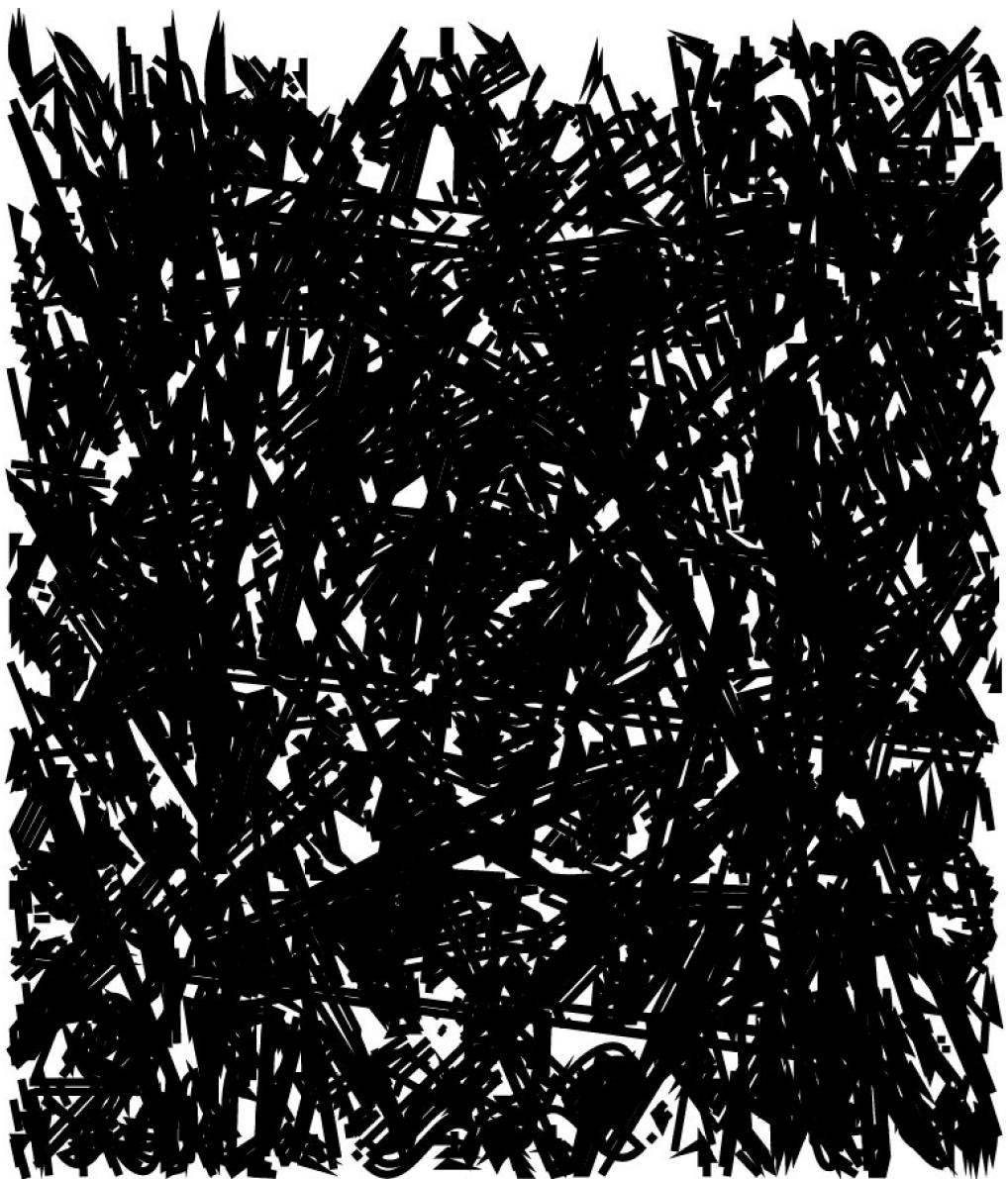


o espaço na distância – como recuperar – experiência e exaustão – afastar-me, para depois me aproximar – duplo destino – saber olhar – modelo imaginado – não vos posso ajudar – desencontro – extensão panorâmica – iludir o espírito da paisagem – momento isolado – imenso catálogo – perturbação nas escolhas – como viver o horizonte – construir espaço – entre tudo e nada – o silêncio ocupa um intervalo – eco de murmurios – e por vezes sinto medo.

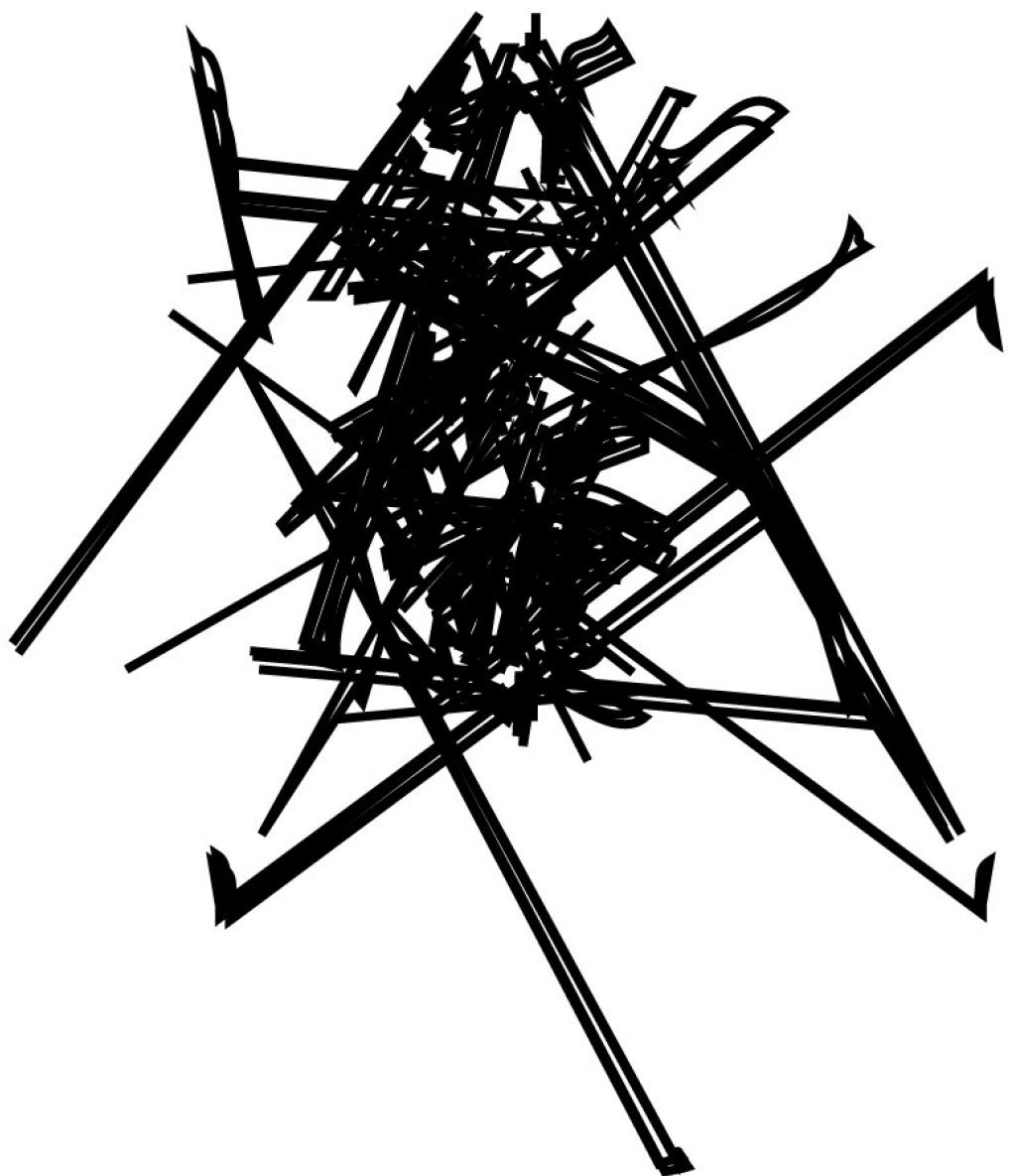


as estações mortas, o presente, a aurora – o passante olha sem parar – o detalhe desvanece-se - só ver completamente – totalidade – nada sei da vida e da morte - “Não te parece que a brisa que aqui corre resulta suave e perfumada”?

O caminho que a lado nenhum leva parece prometer um espaço, um espaço inacessível pois no fim desse caminho não chegaremos a lado nenhum - do bloqueio físico seguimos para um espaço virtual pois só aí poderemos continuar.



inicia-se por uma descida – deslizamos lentamente – os espinhos da amoreira silvestre raspam nas nossas faces – os sapatos enfiam-se no pó do chão que se levanta em pequenas nuvens – uma simulada tempestade de areia sobe junto aos nossos pés. As nuvens desfazem-se em pequenas ondas qual tsunami sem consequências a não ser a suave ilusão de caminhar sem um chão – vemo-nos a flutuar e somos suavemente empurrados pelo vento – desconheço para onde somos levados. o perdeu os seus contornos e só de tempos em tempos o vislumbramos – a ribeira lá longe contorna os montes – e continuamos – passamos por cima da floresta dos eucaliptos que nos incensam com o seu perfume. indeterminamos o espaço em que agora nos encontramos.



*Porque o espaço fora da cidade, fora da história,
é um espaço de encanto, de rapto, e o cenário que então nos aparece
é o arquétipo que nos conduz ao centro da interioridade.
Raffaele Milani, L'arte del paessaggio*

TINTA E PÓ. FOTOGRAFIAS EM VIAGEM

DUARTE BELO¹

Resumo – O trabalho a partir do qual se parte para estas palavras é de natureza fotográfica, num limbo entre o documental e o interpretativo, ou artístico. Essa fronteira pode ser, aliás, muito ténue. No entanto há alguns princípios documentais que se prendem com uma certa ânsia de cobrir um extenso território, todo o espaço português. No registo há duas faces, não podendo deixar de fugir a uma estetização do visível – é um apelo irresistível, talvez um convite ontológico. Este texto é uma reflexão sobre a prática da fotografia de paisagem, território, espaço. Cerca de 30 anos de recolhas fotográficas, mais de 1 350 000 de imagens feitas, 500 000 quilómetros percorridos em território português. Um número crescente de imagens dá origem a um arquivo vasto que se transforma numa entidade viva a partir do qual se estabelecem leituras renovadas, de revisitação, dos lugares fotografados no passado. A complexa teia de relações entre a realidade espacial e a sua representação pela fotografia, procura, mais tarde, formas de materialização do pensamento em diversos suportes, em projetos expositivos e editoriais.

Palavras-chave: Viagem, espaço, fotografia, arquivo.

Abstract – PAINT AND DUST. TRAVEL PHOTOGRAPHIES. The work which lays the ground for these words is photographic in nature, situated between documentary and interpretive or artistic styles. The boundary between these styles can be very tenuous. However, they grow out of documentary principles that stem from an eagerness to cover an extensive territory, namely Portuguese space. This record is double-sided, and it cannot avoid an aestheticization of the visible – an irresistible appeal, which is perhaps an ontological invitation. This text reflects on the practice of landscape photography, depicting territory, space. It represents nearly 30 years of photographic surveys, more than 1.35 million images taken in over 435,000 miles of Portuguese territory. A growing number of images gave rise to a vast archive that has taken on a

Received: Novembro 2014. Accepted: Janeiro 2015.

¹ Duarte Belo (Lisboa, 1968). Formação em arquitetura. Desde 1986 que trabalha no levantamento fotográfico sistemático da paisagem, formas de povoamento e arquiteturas em Portugal. Este trabalho continuado deu origem a um arquivo fotográfico de mais de 1 250 000 fotografias e vários livros sobre o tempo e a forma do território português. E-mail: dvartebelo@gmail.com

life of its own, and from which renewed and revisited readings of the places photographed in the past have stemmed. The complex web of relationships between spatial reality and its representation in photography materializes in various media, exhibitions and publishing projects.

Keywords: Travel, space, photography, archive.

Ao fim do dia procuramos um local para a pernoita. Deitamo-nos sobre o solo. A luz é tomada pela noite. Escuridão que se vai revelando num imenso detalhe, que abre novas portas para outras dimensões de tempo e pensamento. Ouvimos o mar, talvez um avião a passar, corre uma brisa suave, temperada. Não tarda a sentir-se a humidade do ar. Nas horas seguintes, se abrirmos os olhos, observamos a rotação da Terra na Via Láctea. A ‘abóbada’ celeste revela um número ilimitado de pontos luminosos. Estrelas ao redor das quais outros mundos podem existir. Fechamos os olhos. Um universo de lugares em expansão está dentro de nós. Desenhamos viagens imaginárias em distâncias indeterminadas. Percorremos lugares de memórias dispersas. Trazemos um espaço imenso dentro de nós. Como se, de novo, atravessássemos a montanha nevada, a floresta densa, quase impenetrável, ruídos de aves dispersos pelo tempo, o grande rio que transporta enormes penedos polidos, as paisagens cársicas a fazerem lembrar a ossatura de um animal gigante, os mares interiores, a extensa planície, uma última colina para observarmos o oceano, claro, luminoso. Durante o caminho, pontualmente, atravessavamo as cidades, povoadas de faces desconhecidas, de uma cultura dispersa, fragmentada, evolutiva, milenar. Há uma realidade de que nos parecemos aproximar, mas que constantemente nos escapa. Uma intuição. Talvez nada. O Sol nasce. Continuar a caminhar.

Partir para o terreno nunca sabendo o que se vai encontrar, mesmo levando um itinerário previamente traçado, mesmo conhecendo imagens dispersas de várias fontes, mesmo repetindo um percurso que se fizera no passado. Caminhar, fotografar, procurar fixar, de forma progressivamente intensa, aspectos das paisagens e das arquiteturas. A impossibilidade de abarcar um espaço vasto, de o registar exaustivamente pelo nosso movimento, pelas fotografias, transporta-nos para áreas geográficas restritas, espaços cada vez mais reduzidos. De horizontes abrangentes, colhidos, aparentemente, numa única imagem, encontramos pormenores que reafirmam o ilimitado do espaço, a dimensão fratal da realidade. Numa micro-paisagem parece sintetizarmos um espaço mais vasto, reparamos que construímos uma enorme abstração. O mínimo espaço transforma-se em infinito. Há um apelo que nos contrói em lugar novo, que ao mesmo tempo é a fabricação de um objecto, eventualmente singular, desvinculado do seu referente. A navegação por um imaginário complexo, traz outras imagens consigo, elaboradas na mente de cada observador. Livros de fotografias, exposições, imagens num ecrã luminoso, elementos de comunicação estritamente humana, invenções do absurdo, do inatingível ou intangível, do inac-

bado permanente. Uma marca deixada na pele, a memória de uma qualquer proximidade e do lugar onde não chegámos. Contradicoriatamente, nesses espaços mais pequenos, de imenso detalhe, encontramos o reflexo de nós próprios, que logo se converte em viagem renovada.

À medida que caminhamos e descrevemos a terra pelas fotografias, há uma margem de fazeres, aparentemente informe, que vai ganhando significado. São as pontas de um novelo que nos vai conduzindo por lugares desconhecidos que se bifurcam, ramificam. Parece que nos deslocamos como quem constrói uma fuga, não a fuga de um crime, medo, alguma cobardia, mas a fuga inconformada por uma condição que não se aceita, um movimento para a palavra, a liberdade. Talvez sejam apenas os passos constantemente repetidos na procura do paraíso, de uma terra prometida. Espaço refletido no tempo, lugar de uma pacificação que nunca, sabemo-lo entretanto, nunca vai acontecer. Mas há momentos em que tudo muda. Há pontos de inflexão, caminhos, fotografias, textos, objectos, possibilidade de novos diálogos, uma luz diferente derramada sobre uma mesma paisagem conhecida, agora diferente. Ao mesmo tempo damos um passo evolutivo. O espaço é uma procura constante, como se quiséssemos moldar o nosso corpo a uma realidade que permanentemente muda de forma.

Quando chegamos de viagem olhamos para as fotografias, para o resultado do trabalho. Podemos fazer milhares de imagens, mas deparamo-nos com uma realidade incontornável: o que vimos, a realidade que vivenciámos, era muito mais rica e complexa do que as imagens agora mostram. Mas, nas fotografias de espaço, de um pretenso mundo envolvente, há um fascínio. Não estamos apenas a fotografar os lugares, o território por nós habitado, estamos a registar algo a que já não temos acesso. Fixámos o passado que agora já não volta. As fotografias captam o tempo, talvez mais do que o próprio espaço.

As imagens vão adquirindo, ao longo dos anos, diferentes significados, o que também acontece com o próprio acto de fotografar. Torna-se claro que a tarefa de captura fotográfica do espaço não tem fim, um limite possível, como que explode por sendas antes não imaginadas. As paisagens, o olhar, as tecnologias de registo da realidade, tudo se transforma, sem nunca sabermos, previamente, a sua direção. O desejo de captar o universo visível, as faces da matéria, das coisas e dos seres, desaparece, por fugir a qualquer objetivação, por se esconder quando sobre essa imprecisão repousamos o nosso olhar. Há um diálogo, intrincado e dinâmico, entre espaço, tempo e ser. Entre centenas de milhar de fotografias, vamos alinhavando palavras para tentar descodificar o sentido de todo o caminhar, do que observámos em diferentes tempos agora confluentes no presente. Depois, a sensação de esmagamento, de impossibilidade de processar uma crescente quantidade de informação. Ocasionalmente parece formar-se, vaga, uma ideia coerente, mas que logo se desvanece, antes de a conseguirmos fixar. Aparentemente a compreensão dos nossos próprios fazeres requer uma exteriorização, olhar em redor. No fundo vamos procurando nas margens o sentido, o simbólico do rio que nos transporta, que tece o pensamento fluido associado aos nossos fazeres.



Fig. 1 – Arez (prox.). Nisa, 2014.



Fig. 2 – Antigas minas de ouro do Conhal do Arneiro. Santana, Nisa, 2014.



Fig. 3 – Rio Ocreza, Portas de Almourão. Foz do Cobrão. Vila Velha de Ródão, 2014.



Fig. 4 – Cascatas da Fraga da Água d'Alta. Oleiros, 2014.

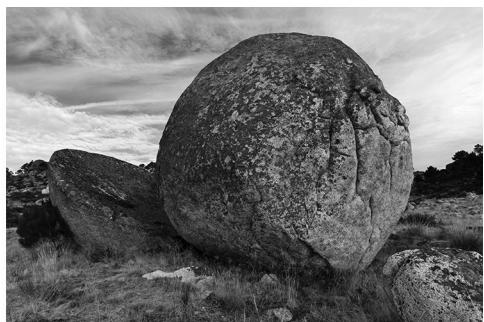


Fig. 5 – Serra da Gardunha, Fundão, 2014.



Fig. 6 – Furdas. Salvaterra do Extremo. Idanha-a-Nova, 2014.



Fig. 7 – Antigas minas. Segura. Idanha-a-Nova, 2014.

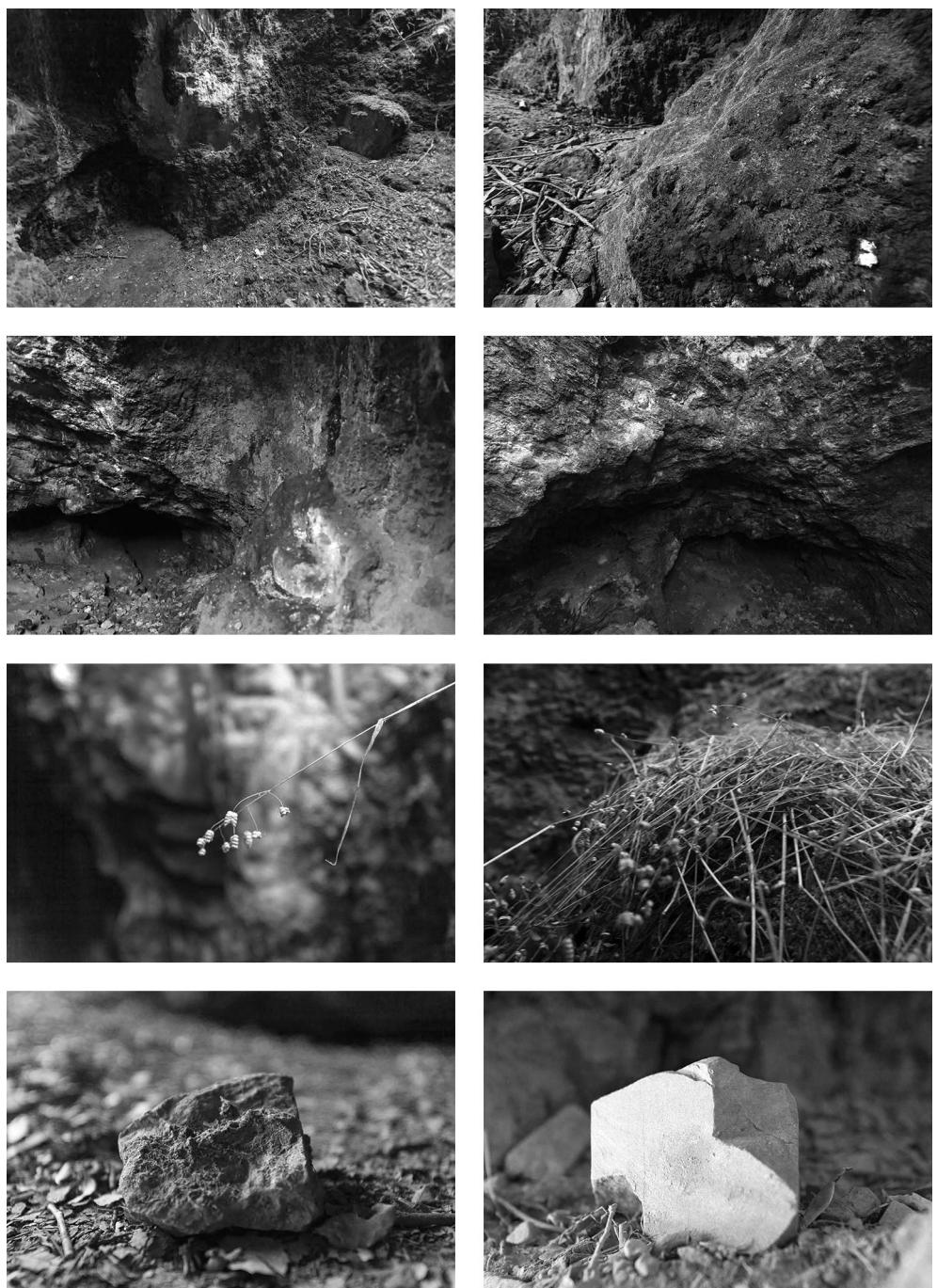


Fig. 8 – Antigas minas da Tinta e do Pó. Monforte da Beira, Castelo Branco, 2014.



Fig. 9 – Segura (prox.). Idanha-a-Nova, 2014.

O espaço pode ser uma coerência fictícia plasmada num imaginário de milhares de fotografias. Há uma certa ânsia de comunicar essa construção que se vai fazendo. Há um arquitecto que edifica, que se aproxima de uma síntese de todos os sítios por si visitados, uma casa mínima contendo todos os lugares, um espaço que não é utópico por ser espectral. A pacificação inquieta de lutas arcaicas, talvez inauguradas no misterioso passo lento da consciência de uma espécie que, ao mesmo tempo que rejeitava a imposição de uma natureza hostil, definia o ilimitado, o indeterminado como condição de habitar a terra. Resumir nos passos de uma caminhada milenar, toda a vida de todas as gerações humanas, do passado e do presente, todos os tempos petrificados nas mais arcaicas criaturas, desenhadas nas rochas engolidas pela terra, devolvidas, informes, por vulcões, fogo que tudo apaga. A memória apenas transporta em si, por breves segundos, toda a perplexidade de um espaço que se transforma em tempo. Tempo que não nos vai dizer o que ele próprio é. Não podemos fixar o olhar no rosto de Medeia, sob a condição de ficarmos petrificados. Talvez não possamos encontrar o pensamento sobre a natureza do espaço quando o procuramos frontalmente. Quando procuramos nas margens vamos vislumbrando fragmentos, as peças de um puzzle imenso do qual não sabemos à partida se todas as peças existem, nem tão pouco se o seu desenho fará sentido.

Há, num arquivo extenso, uma vertigem, a sensação de que há algo oculto de que nos vamos aproximando. As fotografias, quando despidas de uma certa plasticidade inebriante, de um belo-fácil, quando se dispõem em conjuntos alargados, estabelecem teias de conexões multiplas com o leitor/observador. Há a consciência progressiva de uma extensão enorme, particularmente quando o arquivo é vivo, quando é regularmente alimentado de novas imagens que, em certa medida, tentam completar lacunas. É o mesmo ‘ilimitado’ que experienciamos com o movimento sobre a Terra que, em boa verdade, é infinito e indefinido, pois está associado à dimensão tempo, que faz com que os lugares estejam diferentes no segundo momento em que os visitamos. À medida que as recolhas de imagem se vão estendendo a um território mais vasto, maior a sensação do seu sentido de ‘sem-limite’, como se estivéssemos a desfocar a nossa própria capacidade de compreensão, num movimento, aparentemente, auto-destrutivo, por tender para um aumento exponencial de entropia. Há um limiar difuso entre a lucidez e o colapso, entre o discernimento e o bloqueio, que é tão sedutor, quanto arriscado. Poderá haver um sentido de perda, mas também a noção da dureza e do fascínio da vida, da ausência de consciência numa integração cósmica, fim de algumas das principais angústias humanas, o esplendor da vida em toda a sua ausência de sentido, como que o reflexo absurdo da guerra, da sobrevivência extrema.

Ocasionalmente chegamos a um ponto, breve, em que tudo parece ter significado, todas as fotografias. Há um fascínio pela construção do belo, como se fosse esse um designio evolutivo, a procura de uma forma equilibrada, uma grande síntese, de todas as possibilidades. Parece ser este, no entanto, o ponto da perda da consciência, no mergulho na ausência de qualquer verdade, de qualquer juízo sobre as coisas.

Estamos defronte da barreira da comunicação, um jogo vital em que talvez se jogue a vida e a morte, o diálogo derradeiro antes de enfrentarmos outra qualquer dimensão, talvez apenas mais um passo na construção de um mundo único, que não deixará, em certa medida, de ser apenas nosso. Há aqui um equilíbrio frágil. As fotografias são o diálogo com o mundo visível, com a indefinida teia entre espaço e tempo, pensamento, tinta e pó.

Partia para Arez no dia 28 de agosto de 2014. Aí encontrava colossais penedos de granito, como que as ruínas de uma poderosa civilização perdida. Em vários momentos procurara estes lugares, como se nos pudessem transportar para o sentido corrupto dos tempos presentes. Seguia para Arneiro, para um solo povoado por calhaus rolados de média dimensão, que se estendiam por uma vasta extensão de terreno, até ao Tejo, à primitiva lagoa das Portas de Ródão. Caía a noite entre aquelas oliveiras que agora tomavam a paisagem mineira antiga. Seguimos, na manhã seguinte, para as Portas de Almourão, no rio Ocreza. O leito fluvial exibe, lado a lado, penedos que se soltaram, há não muito tempo, das encostas escarpadas, com outros, cujo polimento revela um tempo longo de exposição às fortes correntes do rio. Depois o miradouro das Cargas, um ponto elevado para a leitura da paisagem. Novamente um rio, uma queda de água, de Água de Alto. Rumamos à serra da Gardunha. Na manhã seguinte percorremos a área do Castelo Velho. Enormes rochedos ciclópicos que se amontuam caoticamente num solo de declives acentuados. Paisagem impressiva onde não nos demoramos para atravessarmos a extensa planície da Beira Baixa. Paramos em Salvaterra do Extremo. As *Furdas* são a cidade dos porcos. Lugar único e irrepetível. As minas de Segura são um dos últimos pontos de paragem. Noite na paisagem semi-árida daqueles territórios para seguir para Monforte da Beira. A viagem termina nas minas da Tinta e do Pó, como se nesses dois topónimos pudéssemos sintetizar os dias passados, a nossa vida. A ânsia da palavra e do registo, imagens. Tudo o que um dia será pó, átomos, planetas.

ESPAÇOS INVENTADOS, A VERDADEIRA E ÚLTIMA FRONTEIRA? ALGUNS EXEMPLOS

VICTOR S. GONÇALVES¹

Em memória de Orlando Ribeiro, que, ao visitar com Suzanne Daveau as minhas escavações em Vila Nova de S. Pedro, me explicou, tarde de mais, o que era a Faculdade de Letras de Lisboa em meados dos anos 80.

Só nos relatos de Marco Polo, Kublai Khan conseguia discernir, através das muralhas e das torres destinadas a ruir, a filigrana de um desenho tão fino que escapasse ao roer das térmicas. (...)

Os olhos não vêem coisas mas sim figuras de coisas que significam outras coisas: a tenaz indica a casa do arranca-dentes, a garrafa a taverna, a alabarda o corpo de guarda, a balança romana a ervanária. (...)

O atlas do Grão Khan também contém os mapas das terras prometidas visitadas em pensamento mas ainda não descobertas ou fundadas: a Nova Atlântida, Utopia, a Cidade do Sol, Oceana, Tamoé, Harmonia, New-Lamark, Icária.

Italo Calvino (2008), *Cidades Invisíveis:*
9-10, 17, 165

Received: Março 2015. Accepted: Julho 2015.

¹ Victor S. Gonçalves é Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fundou o Centro de Arqueologia (UNIARQ) e nele o Grupo de Trabalho sobre as antigas Sociedades Camponesas (WAPS). Conduziu também, desde 1974, todas as fórmulas dos cursos em Arqueologia. Para além de arqueólogo de campo, é um leitor militante de largo espectro e um adepto de Música (clássica, jazz e folk). Foi aluno, em disciplinas opcionais, de Orlando Ribeiro, Jorge Dias e Viegas Guerreiro. E-mail: vsg@campus.ul.pt

1. COMEÇANDO

Não falando de Jules Verne, que é de uma outra liga, durante muitos anos, a literatura dita «ficção científica», em sentido estrito, publicou textos curtos, ilustrados com extra-terrestres maléficos, damas bem desenvolvidas e robots de apreciáveis dimensões. Este gosto por mulheres pulposas, *aliens* e maquinarias semi-humanas gigantescas, tem naturalmente que ver com a invenção de alternativas, mecanismos de compensação e os próprios medos das sociedades que saem profundamente danificadas de duas guerras mundiais devastadoras. O mesmo, ainda que não exactamente, acontece com a literatura dita «fantástica», que ressuscita histórias que vêm pelo menos desde a Idade Média, onde fizeram furor. Como, em Portugal, a de Briolanja, a menina dos leões... Há no entanto o cuidado de as localizar em épocas específicas, até mesmo em planetas diferentes ou galáxias distintas, muitas vezes acompanhadas pelo mito da Espada, seja ela de aço superior (Conan, que obtém a sua numa antiga Sepultura «megalítica», ou Excalibur, de origem incerta) ou de luz (*Star Wars*, claro, sendo naturalmente vermelha a cor dos maus, frequentemente péssimos...).

Mas onde ficam Ilhas, Continentes, Oceanos, Planetas, Sistemas Solares, Galáxias? Onde realmente se passaram coisas e situações, quer em tempos curtos, quer em outros, mais longos? Menoridades geográficas ou nem por isso?

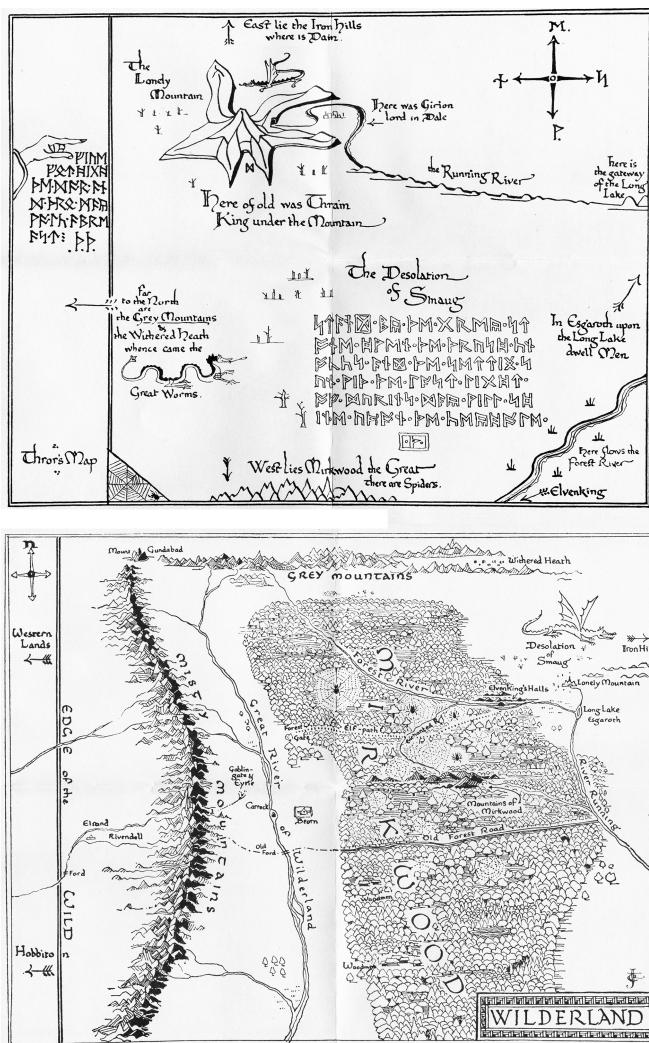
O que Marco Polo contava a Kublai Khan existia mesmo assim, sem mapas ou ilustrações, apenas na memória do viajante? Ou nem sequer era preciso que existisse? Até que ponto o traçado de um Rio ou as fronteiras de um Oceano não podem ser terrivelmente decepcionantes na sua inevitável minudência?

2. VIAGENS POR TERRA

J. R. Tolkien (1892-1973) não apenas escreveu sobre o Mundo dos Hobbits, mas também sobre o do Senhor dos Anéis. Parecem o mesmo, mas talvez não sejam. No entanto, o Mundo a que se referem fisicamente é um só e as longas peregrinações, ou buscas, é nele, e só nele, que decorrem, ainda que a força das imagens diacrónicas desse Mundo seja notável e a sua Geografia mude com o passar do Tempo, perante o peso do Terror e da Ameaça que deslocam os centros de acção no decorrer da Viagem.

E toda uma Geografia implícita começa logo com a designação de *Terra do Meio*. Se há uma Terra do Meio há forçosamente duas outras, se esquecermos os lados. E não é apenas no sentido geográfico, mas também no metafórico, que a categoria conta. Equilíbrio e desequilíbrio. O Mundo dos Hobbits é um mundo de equilíbrio relativo, Paz e Alegria. Fora dele, ainda que longe, mora a Guerra e os reinos devastados de humanos, combatendo entre si, restos de antigas disputas, reacendidas pelo Mal.

E os filmes da saga, no inevitável *merchandising* que geram, produziram também Cartografia. Em blocos, agendas e tantos outros suportes. Alguns com notável finura de traço (fig. 1).



Fonte / source: Moleskine, Edição especial

Fig. 1 – Hobbit, The desolation of Smaug.

Contrariamente ao que uma Geografia optimista poderia fazer esperar, a progressão no espaço não é apenas rigorosa pelos riscos que implica, mas pelos obstáculos cada vez mais evidentes de uma paisagem cada vez mais desolada. E nem a eventual morte do Anel ameniza o gigantismo das muralhas ou dos seres ressuscitados pelo Mal.

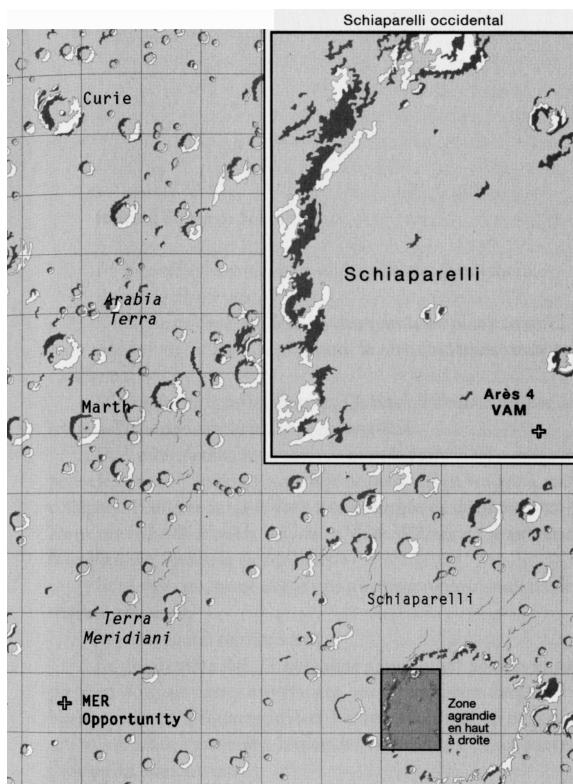
Jack Vance (1916-2013), em *O Ciclo de Tschaï* (1968, 1969a, 1969b, 1970), reconstrói um Mundo que só tem um início, o local onde cai a nave que vem da Terra, e um fim, o sítio de onde o astronauta perdido voltará ao espaço e, esperamos que sim, porque bem o mereceu, ao planeta de onde partiu.

O Ciclo de Tschaï não precisa de Geografia, é um percurso por categorias que envolvem a Terra, a da Superfície e a da Profundidade das cavernas, o Mar, o Ar e o Espaço interestelar. Tudo se toca e interpenetra, claro, mas não é isso que conta.

Vance foi um autor desconcertante, capaz de obras muito boas e de outras assim-assim. O seu gosto por deslocar a acção de uma trama única por vários planetas (ou absorver o espaço de um só, como no Planeta Gigante, 1951) torna as geografias impossíveis. Um herói único, muitos mundos. Cartografá-los ocuparia muito tempo.

Andy Weir (1972-), tal como, ainda que menos, Pratchett, usa uma Cartografia com dados importantes, ainda que simplificados (fig. 2). No mapa que abre *The Martian*, 2011, aparece uma escala gráfica como as que nós usamos, e, logo na página seguinte, uma ampliação sectorial do mapa. Claro que provavelmente não iremos nunca à cratera Schiaparelli ocidental (nem à oriental...), e que a ampliação é absolutamente inútil, mas a convicção e o brilho merecem relevo. Como o humor, graficamente não representável, (p. 205 da tradução francesa):

- Venkat, acreditas em Deus, perguntou Mitch.
- Claro. Sou hindu. Acredito em muitos deuses.



Fonte/source: *The Martian* by Andy Weir, 2011.

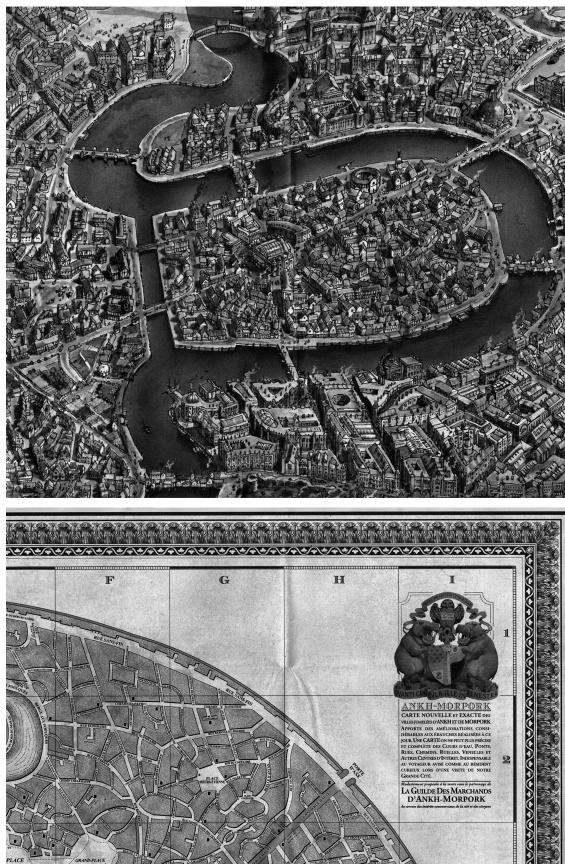
Fig. 2 – Cratera Schiaparelli em Marte.

Fig. 2 – Schiaparelli crater in Mars.

3. VIAGENS POR MAR

Nos quase infindáveis *Anais do Disco Mundo*, Terry Pratchett (1948-2015), que acaba de morrer, produz uma grande reviravolta na história das relações entre Geografia e espaços inventados, ao publicar *The Complete Ankh-Morpork* (em francês: *Tout Ankh-Morpork. Guide Touristique Exhaustif*). E isto porque o nome do livro é inultrapassável em precisão. É mesmo um Guia Turístico, com uma Cartografia tão exacta como totalmente inventada. Tal como as cidades gémeas de Ankh e Morpork. Quanto ao texto, adopta um grafismo (e conteúdo) brilhantemente adaptado de almanaques antigos...

Chamo a atenção para a força e excelência da grande planta em desdobrável que acompanha o livro, do detalhe do original e mesmo dos pormenores ampliados, com coordenadas alfanuméricas (fig. 3), de uma carta com «prático» uso turístico, se Ankh-Morpork existisse e fosse visitável...



Fonte/Source: Terry Pratchett, 2012.

Fig. 3 – A cidade imaginária Ankh-Morpork.

Fig. 3 – Ankh-Morpork fictional city.

Paul Kearney (1967-), nos cinco volumes de *As monarquias divinas* (1995, 1996a, 1996b, 1999, 2002), adopta o sistema mais económico possível: o mesmo mapa para os cinco volumes. Mais uma vez, um Mar (o Grande Oceano Ocidental), rodeado por pequenas Ilhas e por pontas maiores ou menores de continentes. Uma pequena escala e uma elegante seta indicando o Norte. E muitas cordilheiras, pouco imaginativamente orientadas Nor-Noroeste...

Mas o Mar, uma das Mães da Cartografia clássica, está presente pelo menos em quatro das cinco capas dos volumes da edição monegasca (fig. 4). E não é claro que não esteja no quinto volume: é um Rio que vemos? Ou a ponta de um Oceano?

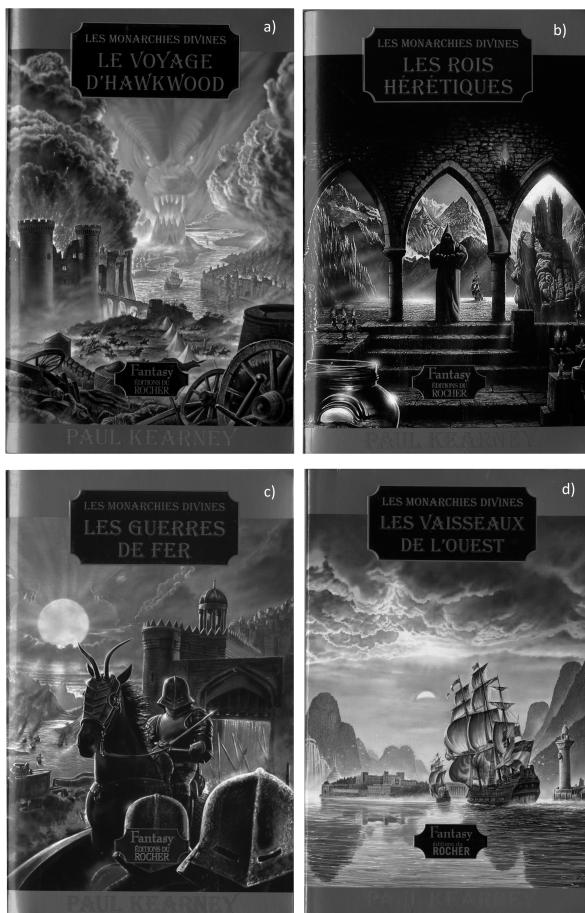


Fig. 4 – Quatro das cinco capas da edição monegasca de *The monarchies of God*:

O Mar (ou a água), um dos mitos urbanos da nova «Ficção Científica».

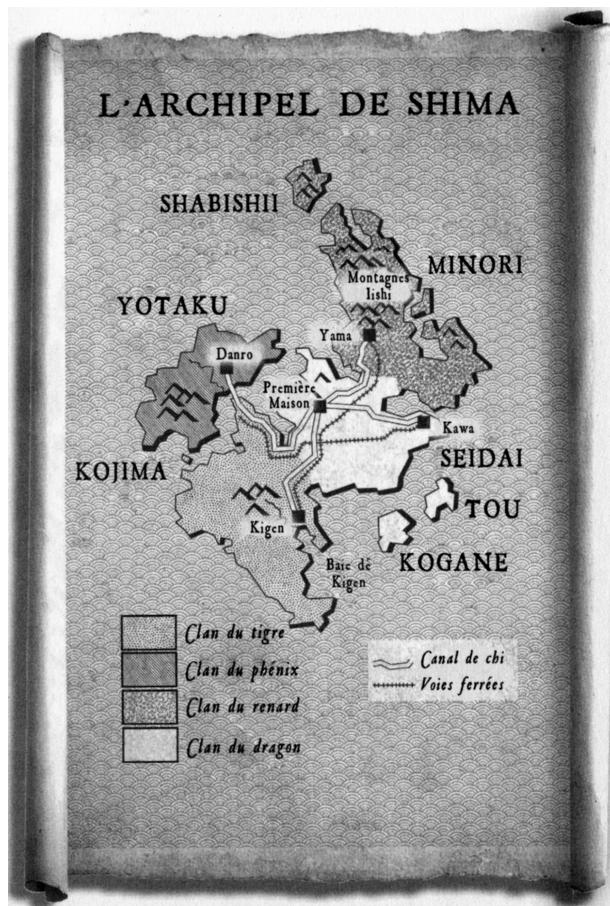
Fig. 4 – Four out of five covers of the Monegasque edition of The monarchies of God.

The sea (or the water) one of the urban myths of the new «Science Fiction».

a) vol. 1 (1995); b) vol. 2 (1996a); c) vol. 3 (1996b); d) vol. 5 (2002).

4. FANTASIA E FANTÁSTICO

Jay Kristoff (n. ?), em *Stormdancer*, *Kingslayer* e *Endsinger* (*The lotus war*, 2012, 2013, e 2015) não se afasta da economia de detalhes detectada entre outras situações, ainda que a virtuosidade da sua escrita tenha muito a ver com a eficácia japonesa. Um steampunk a propósito de um arquipélago que recorda (e com razão) o Japão comprimido por uma tenaz? Numa Cartografia insular (fig. 5), tão ao agrado dos autores da nova *Science Fiction*, esta proveniente da execução brilhante de David Atkinson (*handmademaps.com*)? Outra coisa não seria de esperar. Só falta a espada, uma espada que hoje seria certamente do super-aço japonês VG-1 San Mai III, como a minha Kukri...

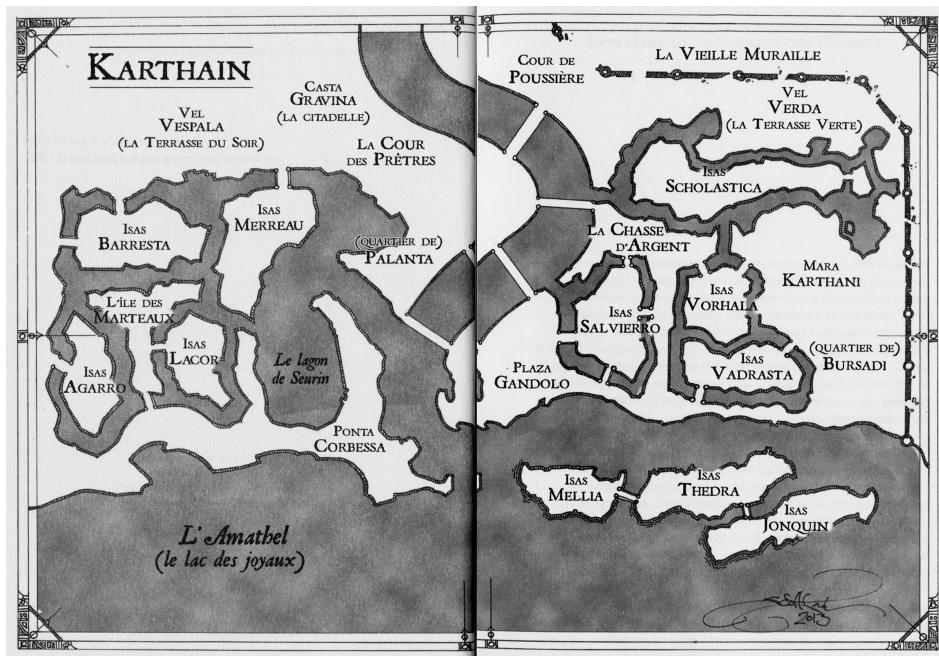


Fonte/Source: Kristoff, 2012

Fig. 5 – O arquipélago de Shima segundo Jay Kristoff.
Jay Kristoff nasceu na Austrália... uma super-ilha...

Fig. 5 – Shima islands by Jay Kristoff.

Scott Lynch (1978-), na sua trilogia *Les salauds Gentilshommes* (2006, 2007, 2014), também vive de algum modo da água e da Geografia improvável. Basta ver o mapa (fig. 6) desenhado para Karthain (nome inspirado em Cartago?), logo a abrir o 3º volume (2013). Dos estranhos cursos de água inventados só um deles desemboca no Amathel, o Lago das Jóias, um Lago com Ilhas bizarras.



Fonte/Source: Scott Lynch, 2013-14

Fig. 6 – A improvável Geografia de Karthain.

Scott Lynch nasceu em St. Paul, Minnesota, uma cidade com um belo Rio...

Fig. 6 – *The improbable Geography of Karthain.*

5. AHHH !! O ESPAÇO ??

Tirando Ix, um planeta especializado em máquinas e armas (Herbert, 1965), cujos detalhes geográficos deveriam comprehensivelmente ser mantidos em segredo, não há, surpreendentemente, grandes grafismos sobre os planetas governados pelo Padishah e idênticos super-líderes. E, sobretudo, o que seria ainda mais interessante, sobre as suas interligações espaciais. Sempre que há um Império no espaço, ou uma República confederada, como nos primeiros episódios de *Star Wars*, há ausências gráficas impressionantes e cada planeta por si. E com os muito úteis portais espaciais, espécie de Via Verde galáctica, então para quê cartografar? E é com alguma surpresa que ouvimos, em algumas

séries, falar misteriosamente de «territórios não cartografados», quando ao longo dos episódios que se desmultiplicam não se vê qualquer aparelho preparado para registar simples crateras ou rios integrados referidos nos textos escritos. Na sua longa série sobre a «Cultura» (11 volumes, se incluirmos *The Hydrogen Sonata*), Ian M. Banks (1954-2013) descreve um outro tipo de associação planetária que nada tem que ver com isto. Mas que, sob outras perspectivas, é exemplar. E também incartografável.

Autores mais antigos, como Poul Anderson (1926-2001), Isaac Asimov (1920-1992), Lloyd Biggle Jr. (1923-2002), Ray Bradbury (1920-2012), Philip Dick (1928-1982), Robert Sheckley (1928-2005), Ursula Le Guin (1929-) ou outros, mais recentes, como Dan Simmons (1948-), Kim S. Robinson (1952-), Joe Scalzi (1969-), oscilaram entre algum espaço, sempre facilmente transponível, histórias de *space opera* e narrativas mais sólidas, e a criação de inexcedível beleza das *Martian Chronicles* (de Bradbury, obrigatória a leitura da versão inglesa) ou a prosa poética de Le Guin ou o génio de Philip Dick.

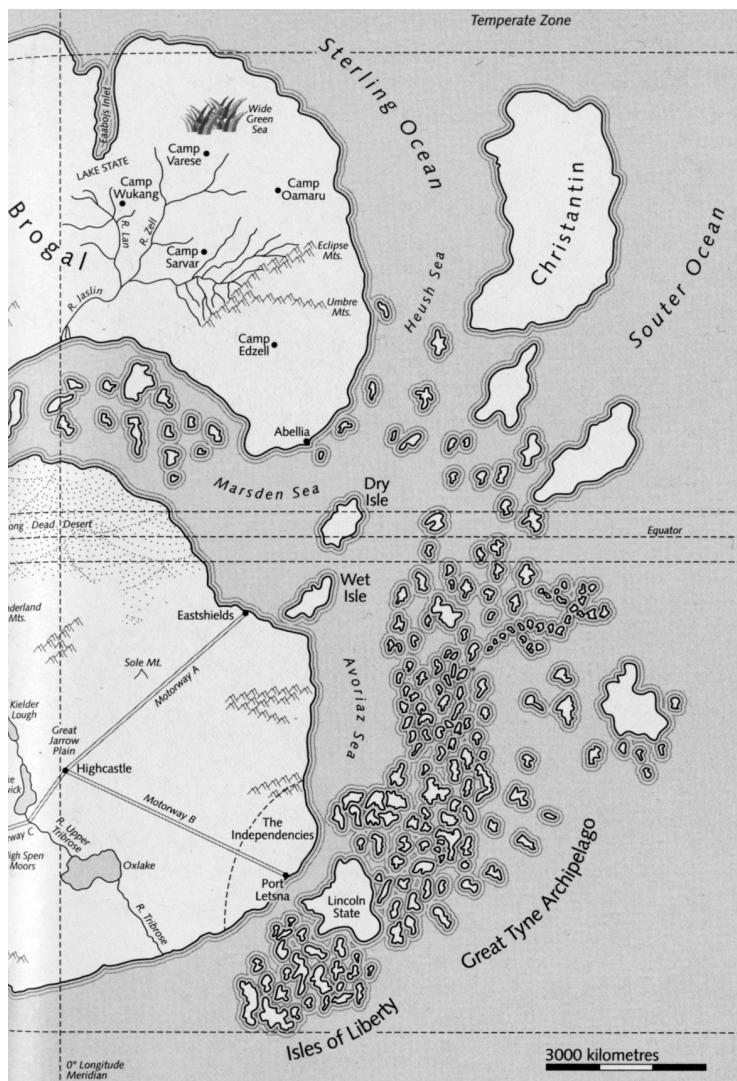
6. PARA ALÉM DE TUDO

O Rio que Orlando Ribeiro gostaria de ter fotografado só poderia ser o de Philip Jose Farmer (1918-2009). Aí temos a Geografia mais improvável, quando se fala do Mundo dos Mortos (*Riverworld*) como um percurso envolvente, em cujas margens todos acabaríamos por nos encontrar depois da morte (pensando em algumas criaturas que conheci, ao vivo ou por livros, mortas ou ainda vivas, só a perspectiva me aterriza... e não pertenço ao grupo dos que se assustam facilmente...). É uma Geografia felizmente impossível.

Mas como representar um Rio que não conta por ele próprio, mas pelo «conteúdo»? Um Rio com 32 milhões de quilómetros, com margens povoadas por 40 mil milhões de ressuscitados?

Não é um Rio que é importante para Peter F. Hamilton (1960-), mas mais uma vez a Água e o gosto pela representação de uma poeira de pequenas Ilhas na sua Cartografia (detalhe na figura 7, abertura da edição original, 2012). Hamilton nasceu perto do Rutland Water Park...

Uma palavra para Neil Gaiman (1960-), um não-geógrafo militante, mas alternativo. *American Gods* (2001), de que há edição portuguesa, cria uma nova Geografia, a da emigração dos deuses para a América, levados pelos seus adoradores. A Geografia traduz aqui um processo de colonização (e de subsequente afrontamento) entre divindades arrancadas do seu contexto de origem e que se reorganizam em solo estrangeiro. Um livro a vários títulos notável. Dispensada Cartografia. Em *Neverwhere*, uma obra sombria, que cito por vezes e pela qual tenho verdadeira afeição, está subentendida a Geografia dos dois mundos, que se fundem às vezes, tal como na quase infantil série *Torchwood*, com a vantagem para aquela de uma excelente escrita...



Fonte/Source: Hamilton, 2012, adaptado

Fig. 7 – *The great North Road* segundo Hamilton.

Fig. 7 – *The great North Road* by Hamilton.

Tal como em Arrakis, mais conhecido por Dune (1965), de Frank Herbert (1920-1986). A Guerra entre as Casas Harkonnen e Atreides passa-se no Espaço, mas sobretudo em Dune, um nome inspirado na verdadeira Mu Draconis, da Constelação Draco. Guerra controlada pelo Imperador Padishah, pela Guilda dos Navegadores e pelo *Landsraad*, numa subtil teia de manipulações. Cartografar esta complexa situação é quase impossível e Herbert não o fez.

Acabo este curto texto, de escrita rápida, com a evidência do contraste: a Geografia e o seu contraponto gráfico, a Cartografia, são imprescindíveis, quando o são. E claro que nós, portugueses, devemos ter orgulho em Fernão Vaz Dourado, João Teixeira de Albernaz e tantos outros, que desenharam mapas e os ilustraram com contornos «verdadeiros» e figuras que nem sempre o eram. E orgulhosos tanto pela Geografia que sai de imagens de satélite, de alta resolução, como pela que inventou o Preste João, que pouco importa se existiu ou não...

BIBLIOGRAFIA

A primeira data indicada, sempre que disponível, é a da edição original, a segunda, entre parênteses rectos, a da tradução utilizada. No texto, as referências correspondem à edição original.

- Banks, I. M. (2012). *The Hydrogen Sonata*. Londres: Orbit.
- Bradbury, R. (1950). *The Martian Chronicles*. Special USA Edition.
- Calvino, I. (1972 [2008]). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Teorema.
- Farmer, P. J. (1971 [1979]). *Le Fleuve de l'éternité, 1: Le monde du fleuve*. Paris: Pierre Laffont.
- Farmer, P. J. ([1971]). *Le Fleuve de l'éternité, 2: Le bateau fabuleux*. Paris: Pierre Laffont.
- Farmer, P. J. (1977 [1980]). *Le Fleuve de l'éternité, 3: Le noir dessein*. Paris: Pierre Laffont.
- Farmer, P. J. (1980 [1982]). *Le Fleuve de l'éternité, 4: Le Labyrinthe magique*. Paris: Pierre Laffont.
- Farmer, P. J. (1983 [1984]). *Le Fleuve de l'éternité, 5: Les Dieux du fleuve*. Paris: Pierre Laffont.
- Gaiman, N. (2001 [2002]). *American Gods*. Paris: Au Diable Vauvert.
- Gaiman, N. (1996 [2005]). *Neverwhere*. London: BBC Books; Headline Review.
- Hamilton, P. E. (2012). *Great North Road*. Oxford: MacMillan.
- Herbert, F. (1965 [1970]). *Dune 1*, Paris, Pierre Laffont.
- Howard, R. E. (1932-1933 [2007]). *Conan 1*. Paris: Bragelonne.
- Howard, R. E. (1934 [2008]). *Conan 2*. Paris: Bragelonne.
- Howard, R. E. (1934-1935 [2008]). *Conan 3*. Paris: Bragelonne.
- Kearney, P. (1995 [2004]). *Les monarchies divines 1 Le voyage d'Hawkwood*. Monaco: Éditions du Rocher Fantasy.
- Kearney, P. (1996a [2005]). *Les monarchies divines 2 Les rois hérétiques*. Monaco: Éditions du Rocher Fantasy.
- Kearney, P. (1996b [2005]). *Les monarchies divines 3 Les guerres de fer*. Monaco: Éditions du Rocher Fantasy.
- Kearney, P. (1999 [2006]). *Les monarchies divines 4 Le second Empire*. Monaco: Éditions du Rocher Fantasy.
- Kearney, P. (2002 [2007]). *Les monarchies divines 5 Les vaisseaux de l'Ouest*. Monaco: Éditions du Rocher Fantasy.
- Kristoff, J. (2012 [2014]). *Stormdancer. La guerre du Lotus 1*. Paris: Bragellonne.
- Kristoff, J. (2013 [2015]). *Kingslayer. La guerre du Lotus 2*. Paris: Bragelonne.
- Kristoff, J. (2015). *Endsinger: The Lotus War 3*. New York: Thomas Dunne Books.
- Lynch, S. (2006 [2007]). *Les salauds Gentilshommes. 1. Les mensonges de Locke Lamora*. Paris: Bragellonne.
- Lynch, S. (2007 [2008]). *Les salauds Gentilshommes 2. Des Horizons Rouge Sang*. Paris: Bragellonne.
- Lynch, S. (2013 [2014]). *Les salauds Gentilshommes. 3. La République des Voleurs*. Paris: Bragellonne.
- Pratchett, T. (2012 [2014]). *Tout Ankh-Morpork. Guide Touristique Exhaustif*. Nantes: L'Atalante.
- Tolkien, J. R. R. (1937) *The Hobbit*. UK: George Allen & Unwin.
- Vance, J. (1968 [2001]). *Le Cycle de Tschaï 1. Le Chasch*. Paris: J'ai lu.
- Vance, J. (1969 [1999]). *Le Cycle de Tschaï 2. Le Wankh*. Paris: J'ai lu.

- Vance, J. (1969 [1999]). Le Cycle de Tschaï 3. *Le Dirdir*.
Paris: J'ai lu.
- Vance, J. (1970 [1977]). Le Cycle de Tschaï 4. *Le Pnume*.
Paris: J'ai lu.
- Vance, J. (1951 [2008]). *Planète géante* (L'intégrale).
Saint-Mammès: Le Bélial.
- Weir, A. (2011 [2014]). *Seul sur Mars*. Paris:
Bragellone.

SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO “ESPAÇO” NA CULTURA OCIDENTAL

HENRIQUE GARCIA PEREIRA¹

Resumo – Este texto discute a categoria filosófica de “espaço”, atendendo à sua importância crescente na cultura ocidental. Estuda-se o impacto dessa categoria em diferentes ciências (para além da geografia) e sublinha-se o seu importante significado simbólico na literatura e nas artes (evocando o exemplo dos ROBOTS-PINTORES). Como interacção entre o espaço urbano e a mente humana afectiva, apresenta-se o caso da deambulação surrealista e da psicogeografia dos situationistas. Finalmente, salientam-se as modificações sofridas pelo espaço físico e virtual, em termos do seu tempo de atravessamento através das tecnologias físicas e computadorizadas.

Palavras chave: Viragem espacial, acontecimento, psicogeografia, ROBOTS-PINTORES, surrealismo.

Abstract – ON THE CONTEMPORARY CONCEPTUALIZATION OF ‘SPACE’ IN WESTERN CULTURE. This paper discusses the philosophical category of ‘space’, given its growing importance in Western culture. It explores the impact of this category in different sciences (beyond geography) and underlines its significant symbolic meaning in literature and the arts (evoking the PAINTING-ROBOTS example). Surrealistic *flânerie* and situationistic psychogeography are addressed as an interaction of urban space with the affective human mind. Finally, the paper focuses on the reordering of physical and virtual space in terms of its interaction with time, as a consequence of physical and computer-generated technologies.

Keywords: Spatial turn, event, psychogeography, painting-robots, surrealism.

I. INTRODUÇÃO

Não se pode analisar sob o prisma exclusivo do tempo (e sua aceleração descontrolada) o processo de modernização (e pós-modernização) cultural que caracteriza a cultura oci-

Recebido: Fevereiro 2015. Aceite: Abril 2015.

¹ Henrique Garcia Pereira é Professor catedrático do Instituto Superior Técnico, tendo como interesses principais a estatística e a epistemologia. Para além de uma centena de artigos em revistas de toda a índole, escreveu alguns livros, de que se destacam “Brasiliiana Tangencial” (IST Press) e “Fragments do Mediterrâneo” (Teorema, três volumes). E-mail: henrique.pereira@tecnico.ul.pt

dental contemporânea, já que as transformações conceptuais referentes ao “espaço” se vão tornando hegemónicas nos dias de hoje (e de maior complexidade, visto que o tempo é unidimensional e tem um sentido único, enquanto o espaço é – pelo menos – 3D, e cada uma das suas dimensões pode desenvolver-se em qualquer direcção e sentido).

Parece que é necessário conceber os dois conceitos – tempo e espaço – em pé de igualdade, como era convicção de Kant e Bergson. Mas “pé de igualdade” em termos valorativos não quer dizer obviamente equivalência em termos formais, como sustenta Hartmut Rosa, comumente considerado “filósofo do tempo”. Em Rosa (2011) – o seu importante texto que, aliás, é um libelo crítico contra a aceleração da vida contemporânea – afirma-se que a “data de nascimento” da modernidade coincide com a emancipação do tempo (o que implica a sua menoridade anterior). Essa emancipação do tempo relativamente ao lugar só foi possível a partir da invenção do relógio mecânico (Rosa, 2011: 45). Na sequência dessa invenção, a cultura ocidental passou a concentrar-se mais no tempo, face a um anterior primado antropológico do espaço, antes da Revolução Industrial.

Mas esta tendência em sobrevalorizar o tempo parece inverter-se nos nossos dias com a pregnância conceptual do espaço, em todas as suas facetas. Essa pregnância exprime-se por uma ontologia caótica (radicalmente diferente de época para época), ligada ao fenômeno da multiplicidade das identidades, em que cada instância identitária é situada num certo contexto espacial, destruindo a experiência secular da identidade única (“para a vida”, e por vezes para além dela, como no caso dos “heróis e santos”).

II. O ESPAÇO COMO CATEGORIA FILOSÓFICA HEGEMÓNICA NOS NOSSOS DIAS: “THE SPATIAL TURN” E SEUS ASPETOS SOCIOLOGICOS E POLÍTICOS

A partir da “revolução científica” do século XVII, a filosofia ocidental do *mainstream* – cujos novos contornos assinalavam a passagem do capitalismo comercial e mercantil para o industrial – tomava o espaço como algo de homogéneo e isótropo, uma abstracção que poderia ser vista como uma espécie de *background* liso onde se colocam os objectos cujas relações (métricas) se pretendiam quantificar segundo modelos baseados, em especial, na simples Geometria à la Pitágoras, ou na mecânica newtoniana, assente na primeira e na viragem coperniciana.

Com o desenvolvimento da topologia (de Euler a Poincaré), o conceito de espaço passou a abranger questões qualitativas novas como a vizinhança, a inclusão, a relação, excluindo (ou minimizando) o recurso à distância euclidiana para expressar as relações espaciais entre objectos, que se baseiam – desde o célebre problema das pontes de Königsberg, resolvido por Euler – no conceito de rede, expresso matematicamente na “teoria dos grafos” (Biggs *et al.*, 1986). Surge assim um novo conceito de espaço discreto, consistindo apenas de nós e ligações, em que o *background* fica indeterminado. Assim, as geometrias não-euclidianas (por exemplo o *approach* geométrico de Riemann que liberta as coordenadas de todo o sentido métrico), e a teoria da relatividade (em que a métrica é uma propriedade da matéria que não pode ser imposta *a priori*) – significativamente coevas tanto da segunda revolução industrial

(baseada no petróleo e na electricidade) como das vanguardas artísticas do princípio do século XX – tiveram o seu papel no “nivelamento” da importância filosófica das duas categorias (o tempo e o espaço), que acabavam por se constituir num espaço-tempo contínuo. Aliás, essas duas categorias tiveram um claro tratamento conceptual por parte de Minkowsky, que afirmava (em 1905): “Ninguém observou, ainda, nenhum lugar excepto num tempo, nem ninguém observou nenhum tempo excepto num lugar (citado em Gray, 1992: 255).

Em meados do século XX, com o trabalho de Lefebvre (1970) dedicado principalmente à reflexão sobre o urbanismo, o espaço torna-se uma categoria filosófica extremamente fértil, impondo-se ao próprio “tempo” (essa quintessência da filosofia ocidental desde Heráclito) pelos defensores do *spatial turn* (*vd.*, por exemplo, Pickles, 2004). De facto, Lefebvre defende que o espaço – onde se insere o fenómeno urbano que se tornou dominante no século XX – deve ser concebido como uma forma particular de interacção entre a geografia e o homem, exprimindo a **especificidade** da cidade, como “obra”, a qual é “mais aproximável da obra de arte do que um simples produto material”, nas próprias palavras de Lefebvre (2012: 56). Esta obra é revelada em especial de noite, vista de avião (como se ilustra na figura 1) e, para este sistema semiótico, a distância euclidiana “não funciona”, sendo necessário definir uma nova distância (denominada significativamente “distância de Manhattan”), em que o caminho mais curto entre dois pontos não é a recta, mas uma linha quebrada que segue o rumo imposto pela rede de artérias da cidade. *In addition*, numa deslocação física por uma malha urbana, podem surgir fenómenos de impossibilidade, como por exemplo os *cult de sac* (fenómenos que não podem obviamente ocorrer nos espaços desterritorializados, onde a distância euclidiana “salta todos os obstáculos”).



Fonte/source: composição do autor sobre imagem do Google Earth

Fig. 1 – O espaço urbano à la Lefebvre, com dois núcleos primários.

Fig. 1 – Lefebvre's Urban Space, with two initial nuclei.

Quando se vê a forma urbana “de cima”, reconhece-se em geral uma distribuição populacional organizada em torno de um (ou mais) núcleo(s) primário(s). Mas essa vista “de cima” é também a do Estado, reificada num mapa bidimensional, como se desenvolve seguidamente, nos seus aspectos ligados à sociologia urbana.

De modo mais geral, e aproximando-nos do cerne da filosofia ocidental do século passado (em que Lefebvre questiona a sociedade do nosso tempo a partir da sua componente mais visível: o “espaço”, transfigurado em mercadoria pelo capitalismo e sujeito às regras do mercado), poderemos sintetizar a contribuição do pensador francês neste domínio dizendo que a característica mais relevante do espaço é o facto de ter sido **produzido** pelo homem em sintonia com o seu desenvolvimento social cada vez mais complexo, o que implica que a cidade não é (só) o “cenário” onde se desenvolve a produção ou concentração de capitais. De facto, o papel mais importante do **urbano** é o modo como intervém na própria articulação dos meios de produção. Na verdade, Lefebvre – ao adaptar o pensamento de Marx às condições objectivas da segunda metade do século passado, inserindo dialecticamente o espaço na economia política – deduziu que a organização do espaço revela as relações conflituantes da sociedade que ocupa esse espaço (por exemplo, o *détachement* extremamente claro e veemente entre os bairros operários e as zonas da cidade ocupadas pela burguesia, nos tempos da revolução industrial). E o que é mais interessante é que esta ruptura entre espaços pode ser revelada precisamente pela ocultação de um deles (sempre, o mais “desvalorizado”), como nos conta Engels na sua célebre *boutade* sobre a “sua” Manchester natal, quando se deu conta de que os “seus” operários (que atulhavam, durante as horas de trabalho, as “suas” fábricas) desapareciam da cidade durante a noite. Essa constatação transformou-o talvez no primeiro sociólogo urbano, ao investigar o modo como a “sua” burguesia organizava o espaço da cidade de modo a que qualquer “viajante incauto” que percorresse Manchester de uma ponta a outra “fosse poupano” à própria **existência visível** dos degradados bairros operários, eficazmente segregados do espaço urbano da cidade. De uma perspectiva dialéctica, focada na influência das formas urbanas no modo de funcionar da sociedade (em que os termos permутam relativamente ao caso anterior relatado por Engels), e abarcando contextos latino-americanos mais simples do que os emaranhados palimpsestos da maioria das cidades europeias, podemos pensar que são as estruturas existentes no espaço que condicionam (até um certo ponto) as formas de organização da sociedade, como exemplifica Santos (2007), num significativo exemplo em que a dialéctica lefebvriana é vista no sentido cidade → sociedade (Santos, 1997). O tecido urbano pode assim ser descrito como um ecossistema, como unidade coerente que produz relações sociais específicas. A partir dos finais do século XIX, o proletariado – expulso para uma suburbanização forçada pela revolução industrial – perdeu a criatividade que a hibridez do centro da cidade tendia a fomentar, e que se manifestava em “obras” (não em produtos). Assim a realidade urbana é considerada como a projecção da sociedade sobre o terreno, dando origem a um conjunto de signos, em que os monumentos e as festas desempenharam um papel crucial (Lefebvre, 2012: 65).

Mas foi talvez Gilles Deleuze quem deu a contribuição mais expressiva para o *spatial turn* que bifurcou o pensamento filosófico contemporâneo (Deleuze e Guattari,

1980), levando a um novo *framework* teórico que deu origem a uma clarificação (e enriquecimento) no domínio da epistemologia da geografia, abrindo assim uma zona de interface onde floresce a colaboração geógrafos *vs.* filósofos. De resto, Deleuze declinou o espaço em todas as suas formas, da linha de fuga aos espaços lisos/estriados (Deleuze e Parnet, 1996).

Segundo Deleuze, em vez de analisar os acontecimentos como parte de um contínuo passado/presente, deveríamos analisá-los como fragmentos limitados e distorcidos de um futuro utópico, que está inactivo no presente (parecendo oculto), mas que é potencialmente explosivo.

Pode talvez sintetizar-se prosaicamente este conjunto de ideias através das linhas de abertura do prefácio de Kaplan (2012): *A good place to understand the present, and ask questions about the future, is on the ground, travelling as slow as possible.*

III. O CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE ESPAÇO

Nos primórdios do século XXI e no contexto da “crise” financeira do capitalismo globalizado, surgiu um *approach* teórico inspirado no movimento *Occupy* e na vaga de revoltas que varreu o mundo em 2011-2015, baseado no espaço urbano de uma miríade de países, e centrado nas “praças” centrais das principais cidades desses países (da Puerta del Sol a Wall Street, de Tahrir a Syntagma). Esse *approach* original, do qual Gordillo (2012) pode ser considerado o representante mais inovador, assenta numa versão não-trivial de “terreno” como reelaboração do antigo conceito de “lugar”, atendendo à “pulsação” afectiva característica dos diferentes tipos de ocupação subversiva do espaço físico das praças, recombmando esse espaço com o tempo (a forma material do “terreno” fica dotada de uma temporalidade que transforma o próprio espaço). Esta nova versão do conceito de “terreno” assenta em alguns factos empíricos que permitem uma certa reformulação de determinados aspectos da geografia “clássica”: por exemplo, sabe-se que, no Gran Chaco sul-americano, ao chegar a estação das chuvas, uma região plana e semiárida se transforma subitamente num vasto pântano intransponível; na Rússia, a chegada do inverno altera significativamente a forma do terreno pelo surgimento de sólidos blocos de neve que restringem seriamente (como no caso anterior) a mobilidade humana. Fazendo uma ponte simbólica entre estes casos da interface homem-natureza e o movimento das ocupações das praças, Gordillo (2012: 40), chamou a atenção para o facto de a tempestade de neve que assolou Wall Street no fim de Outubro de 2011 ter alterado profundamente o “estilo” de vida dos ocupantes: por exemplo, quando a polícia confiscou os caloríficos dependentes de fontes energéticas externas, foi necessário encontrar meios autónomos de aquecimento, em particular a geração de energia à custa de geradores accionados por “indignados-ciclistas” que pedalavam num sítio fixo, à maneira dos guerrilheiros da guerra do Vietname.

Obviamente ligado aos movimentos não violentos de contestação (do poder financeiro mundial) atrás referidos, que têm surgido com intensa pregnância nos países mais desenvolvidos (como queria Marx), emergiu – na segunda década do nosso século – uma

conceptualização profundamente original do espaço, ancorada no pensamento de Slavoj Žižek, um dos mais interessantes intelectuais dos nossos dias. Essa conceptualização baseia-se na ideia de *Event, which is an amphibious notion with even more than fifty shades of grey that appears to happen all of sudden, without discernible causes, and interrupts the usual flow of things* (Žižek, 2014: 1-2). Ao conteúdo do acontecimento ligado à política contestatária, adiciona-se uma miríade de outros significados com fronteiras *fuzzy*, como a questão crucial do **amor**, que partilha com as outras acepções uma circularidade constitutiva, em que o efeito do acontecimento determina retroactivamente as suas causas e razões, num poderoso *feed-back* positivo. Afirma Žižek (2014: 2): *I do not fall in love for precise reasons (her lips, her smile...) – it is because I already love her that their lips, etc., attract me.* Na conceptualização genérica do filósofo esloveno, o acontecimento é um efeito que parece exceder as suas causas, e o ESPAÇO do acontecimento é aquilo que abre o *gap* que separa o efeito das causas. Há uma separação espacial decorrente da COMPLEXIDADE multidimensional das ligações entre os seres e os objectos em redes profundamente enoveladas que não tem nada a ver com os *lags* que podem ocorrer em séries temporais, as quais – por construção – dependem só do parâmetro cronológico, obviamente unidimensional. Com esta (aparentemente) “banal” sobrevalorização conceptual do espaço em relação ao tempo, encontramo-nos – por via da causalidade – no *crux* da filosofia ocidental (Žižek, 2014: 4), ao problematizar a questão da generalidade dos *links* causais, assim expressa pelo pensador heterodoxo: *Does everything that exists have to be grounded in sufficient reasons? Or are there things that somehow happen out of nowhere?* (Žižek, 2014: 4). Estes dois *approaches* parecem ter dominado de um modo mutuamente exclusivo a filosofia ocidental desde os seus primórdios, e designam-se, respectivamente, por “transcendental” (corporizado em Heidegger), e “ontológico”, *accaparé* quase em exclusivo pelas *hard sciences*, e protagonizado hegemónicamente por Stephen Hawking. O que é espantoso (Žižek, 2014: 6) é que ambos os *approaches* venham a culminar em alguma noção de *event*: para Heidegger, o horizonte de conhecimento é que determina o modo como aprendemos a realidade e nos relacionamos com ela; para a concepção de um acontecimento primordial representada por Hawking (e outros, na mesma linha de pensamento), domina a ideia do Big Bang. E voltamos assim à questão da “multiplicidade inconsistente” atrás esboçada a propósito do AMOR, com a emergência surpreendente de algo novo que prevalece em qualquer esquema estável, e a que Hegel chamava “universalidade concreta”, uma universalidade que não é só um receptáculo do seu conteúdo particular, mas que engendra esse conteúdo através dos seus imanentes antagonismos e *deadlocks*. É fácil de ver que não estamos a falar de outra coisa do que do ESPAÇO.

IV. O ESPAÇO EM ALGUMAS DISCIPLINAS AFINS DA GEOGRAFIA (E EM OUTROS RAMOS DA CULTURA)

Para que a categoria “espaço” atrás esboçada seja útil no pensamento reflexivo em disciplinas (ou áreas do conhecimento) afins (ou conexas) da (com) a geografia, como

por exemplo a arqueologia, a geologia, a antropologia social, ..., é necessário trabalhar em conjunto nos dois domínios, postulando também alguns pressupostos básicos.

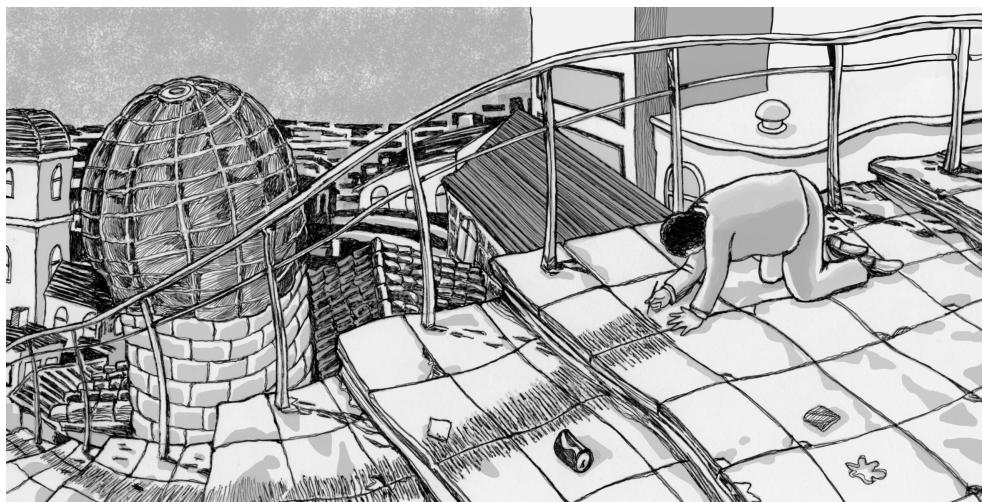
No que diz respeito à arqueologia, o mais importante desses pressupostos consiste em admitir que o *spatial patterning* dos artefactos arqueológicos (cerâmica, vestígios de construções, armas, utensílios metálicos...) encontrados **hoje** reflecte de algum modo o padrão espacial de actividades desenvolvidas no **passado**, e que esse padrão espacial (expresso por relações de proximidade, contiguidade territorial ou de *clustering*) teve um papel significativo na interacção humana. É no entanto crucial relativizar esse papel: o factor espacial é de facto significativo, mas só se estiver integrado num contexto construído a partir de uma miríade de outros factores (históricos, etnográficos, ecológicos, linguísticos, ...) que podem influenciar a estrutura cultural das comunidades examinadas pelo trabalho arqueológico. Assim, as correlações entre *groupings* arqueológicos e históricos têm de ser analisadas criticamente, para descartar a eventualidade (frequente) de associações espúrias decorrentes do facto óbvio de que as fronteiras entre unidades culturais são extremamente difusas e dinâmicas, não podendo, consequentemente, de modo nenhum serem “estabelecidas” exclusivamente a partir da similitude entre assemblagens espaciais. Apesar deste argumento (e desde que a interdisciplinaridade e o *approach* sistémico **funcionem de facto** na prática científica), existe efetivamente uma correspondência estocástica com valor heurístico entre *the archeological evidence for influence and change, and historical events*, como se demonstra convincentemente no trabalho pioneiro de Hodder (1978).

No que diz respeito à geologia, não há dúvida de que o seu estatuto epistemológico foi subvalorizado nos primeiros dias da Revolução Industrial, embora – paradoxalmente – fosse o corpo de conhecimentos que trouxe à luz do dia (metafórica e espacialmente) o carvão e o ferro que alimentavam e constituíam as máquinas que determinaram tal período crítico da história humana (este aspecto pode talvez ligar-se à circunstância de a Revolução Industrial ter sido conduzida primordialmente por “empreendedores” e não por cientistas, pelo menos no seu arranque). Só quando o “ambiente” entrou nas preocupações filosóficas de alguma cultura ocidental, no terceiro quartel do século XX, é que a geologia – como ciência onde assentam (teórica e fisicamente) as questões e as configurações do solo e da água – foi pensada filosoficamente como raiz de toda a actividade económica baseada nos recursos naturais (o tipo de milho depende da terra onde é plantado e mesmo os *chips* são feitos de silício!). A geologia ganhou então um “estatuto” mais expressivo, baseando-se no pressuposto do UNIFORMITARISMO (proposto já por Lyell no século XIX, mas cedo descurado pelo *mainstream* científico-filosófico, dominado pela física). O UNIFORMITARISMO consiste em admitir que os processos que se deram no passado (e que são o objecto da geologia) são análogos aos que se dão hoje, fechando a porta a algumas bifurcações do tipo catastrófico (*à la Thom*), e promovendo uma hermenéutica baseada num “trabalho de campo” em que não intervêm a geometria euclidiana senão para a cartografia baseada no GPS e no GIS (e num trabalho de laboratório a-histórico).

No que diz respeito à antropologia social aplicada aos movimentos subversivos que levaram à ocupação transgressiva do espaço público, Gordillo (2012: 34) afirma que

esta forma espacial de protesto parece única (e original) na história ocidental, mostrando um pulsar inédito de nós que constituem as articulações locais de uma rede anticapitalista sem *leaders*. Cria-se assim uma topologia política que funciona como uma caixa de ressonância cuja temporalidade não é linear nem previsível (assumindo-se como uma configuração “caótica”, no sentido científico de um sistema dinâmico não-linear).

Se nos desviarmos um pouco mais das *data driven sciences*, e nos debruçarmos sobre outros ramos da cultura (que manipulam, em especial, SÍMBOLOS, como a literatura e as artes), a categoria “espaço” pode surgir sob uma forma obviamente diferente (ligada, por exemplo à noção de “lugar” e de “não-lugar”) como se sugere ironicamente na figura 2, no que diz respeito à *escrileitura* do urbano...



Fonte/Source: Chico, 2014: 12

Fig. 2 – A Geografia escrita.

Fig. 2 – Written Geography.

Desenvolvendo agora um pouco as relações entre a literatura e a geografia, não podemos deixar de pensar na Lisboa de Pessoa, na Dublin de Joyce, na Buenos Aires de Borges, na Trieste de Svevo (e de Magris, que depois abriu para o “Danúbio”, um dos livros mais preciosos da geografia literária). Quanto à “geografia mítica”, esta elevou-se ao seu máximo expoente com as “Cidades Invisíveis” de Italo Calvino.

Mas o que é (aparentemente) mais insólito é que, quando Robert Louis Stevenson resolveu converter o seu Dr. Jekyll numa personagem dupla e o transforma em Mr. Hyde, o pluminívo escocês não se limita a fazer variar a fisionomia e o temperamento da sua personagem, mas modifica também o seu lugar de residência, já que, como diz Chico (2014), Hyde “não pode viver na mesma casa do seu *alter ego*”.

Fica assim espelhada na *escrileitura* a relação da palavra com o sítio, para além (*i.e.*, noutra configuração) do *locus amoenus* da poesia bucólica, arrumada nos palácios montanhosos do romantismo (e nas *villas campestres* de Ovídio). E não há dúvida de que a *Weltanschauung* de cada um de nós é algo que determina o (e é determinada pelo) lugar onde habitamos. Quanto aos viajantes nómadas, que não habitam em qualquer lugar como Chatwin, a sua filosofia é precisamente o nomadismo físico ou intelectual. A história da literatura pode assim ser vista como uma sequência de lugares que se sucedem indefinidamente, mostrando (e representando) não só um *Zeitgeist*, mas – especialmente – um *Raumgeist*.

V. A PSICOGEOGRAFIA A DIFERENTES ESCALAS

Para além dos aspectos ligados às ciências e à literatura, o “espaço” (ou a passagem por espaços diferentes), pode provocar na psique dos homens (em certos casos) um efeito não despiciendo: quantas vezes o *mood* dos indivíduos é afectado – e modificado – pela sua passagem por paisagens espaciais diferentes, tanto urbanas como rurais.

Num contexto urbano ligado à modernidade, este aspecto da interacção do espaço com a mente emocional foi desenvolvido extensamente por Baudelaire e Walter Benjamin na viragem do século XIX (e princípios do século XX), dando origem ao arquétipo do *flâneur*, aquele que deambula pela cidade sem objectivo bem definido, para além de “passar” ao sabor das suas “inclinações” psíquicas e caprichos emocionais (que se vão também modificando com a transição dos espaços).

O movimento surrealista – quer nas várias vertentes dos seus conteúdos diferenciados em diferentes países, quer nas escolas de pensamento, das quais a mais conhecida é a de Breton, de uma legendária ortodoxia – teve um papel crucial na conexão atrás referida entre o espaço e os sentimentos: basta lembrarmo-nos dos exemplos paradigmáticos de «*Nadja*» (Breton), e de «*Le paysan de Paris*» de Aragon (fig. 3).

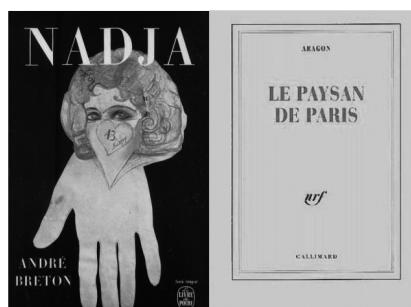


Fig. 3 – Dois livros importantes do surrealismo francês em que o espaço interage com os sentimentos das personagens.

Fig. 3 – Two important books from French surrealism in which space interacts with the characters’ feelings.

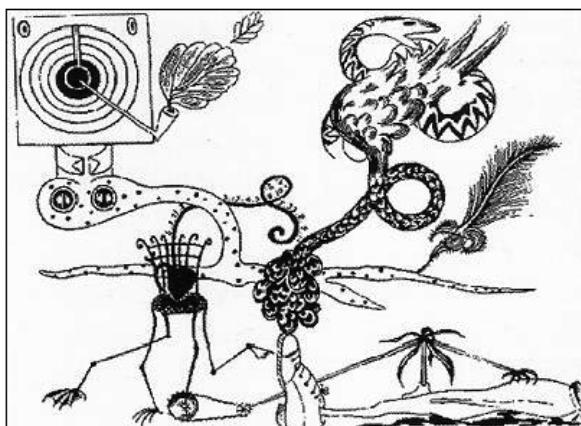
No domínio das “artes plásticas”, os surrealistas desenvolveram uma forma inédita de interacção de um grupo de artistas entre si, e com o espaço (neste caso, o espaço da tela). Trata-se de um processo artístico que produz um “*cadavre exquis*” (por exemplo a pintura representada na figura 4), resultante da seguinte sequência:

O primeiro artista toma o espaço de um canto da tela e pinta aí o que lhe apetecer.

Depois de escondido cerca de 2/3 do espaço da tela onde se situa a obra do primeiro artista, o segundo artista analisa a zona que ficou a descoberto (o restante 1/3, fracção que pode variar entre largos limites, como seria de esperar num procedimento surrealista).

A partir dessa análise, prolonga no espaço da tela a obra do primeiro artista com a sua própria contribuição, a qual deve ter (surrealisticamente) uma ligação qualquer com a obra do primeiro artista.

O processo continua nos mesmos moldes, segundo a regra de que cada artista nunca tem acesso à *Gestalt* da obra, mas apenas a uma pequena fração, que lhe serve de “semente” para a sua própria contribuição (aquilo que ele acrescenta, segundo o espaço disponível, ao que foi pintado pelos artistas que o precederam).



Fonte/source: Moura & Pereira, 2004

Fig. 4 – Cadavre exquis (Tzara, Hugo, Knutzen, Breton).

Fig. 4 – Exquisite corpse (Tzara, Hugo, Knutzen, Breton).

Em Moura e Pereira (2004), um procedimento homólogo, mas baseado em grandes mensuráveis (como a intensidade da cor) foi desenvolvido no âmbito de um projecto designado por ROBOTS-PINTORES, cujo objectivo era criar *artworks* por um colectivo autónomo de um *swarm* de robots. Nesse projecto, após uma inicialização aleatória, cada robot só “vê” (através dos seus sensores de cor) aquilo que os precedentes fizeram, e é dirigido através de um estímulo para as zonas do *terrarium* (o espaço subjacente aos robots enquanto pintam, *vd.* figura 5) já visitadas pelos anteriores agentes. O estímulo traduz-se por um “apelo” maior (expresso por um *feed-back* positivo programado no *chip*

do robot), o que leva a padrões diferenciados. A obra final é constituída pelos traços devidos na tela que cobre o *terrarium*, os quais têm uma gama de intensidade de cor mais visível nas regiões “mais frequentadas”.



Fonte/source: Moura & Pereira, 2004

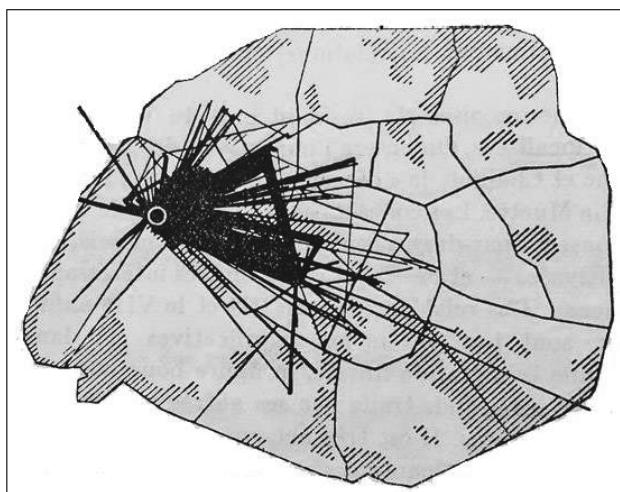
Fig. 5 – A digressão espacial dos ROBOTS-PINTORES
sobre a tela durante o processo criativo.

*Fig. 5 – The spatial digression of the PAINTING ROBOTS
on canvas during the creative process.*

As diferenças em relação ao *cadavre exquis* é que cada robot está programado para responder autonomamente (e *bottom up*) aos seus predecessores, enquanto os agentes humanos retomam o trabalho dos anteriores a seu bel-prazer (mas a programação dos robots e a sua interacção no espaço do *terrarium* conduz a trajectórias espaciais de tal modo flexíveis que não podem sair dois *outputs* iguais...).

Passando à escala da cidade, a deriva psicogeográfica – extensão da *flânerie* a grupos em interacção que registavam as diferentes experiências induzidas pela diferenciação do espaço urbano durante passeios a pé semi-planeados – foi intensamente exercitada em

meados do século passado por um grupo artístico-político de raiz francesa, designado por “Internationale Situationniste” (Vários, 1958). Após estudarem os percursos de uma estudante vivendo no XVI^{ème} (fig. 6), imaginaram um procedimento de deslocação a pé pela cidade que pudesse trazer alguma poesia à vida quotidiana, em oposição aos itinerários obrigatórios da grande maioria dos habitantes de Paris (e de outras cidades). Estes experimentos deram origem a novos conceitos de interacção com a paisagem que, no nosso século, se podem designar por *Walkscapes* (Careri, 2002).

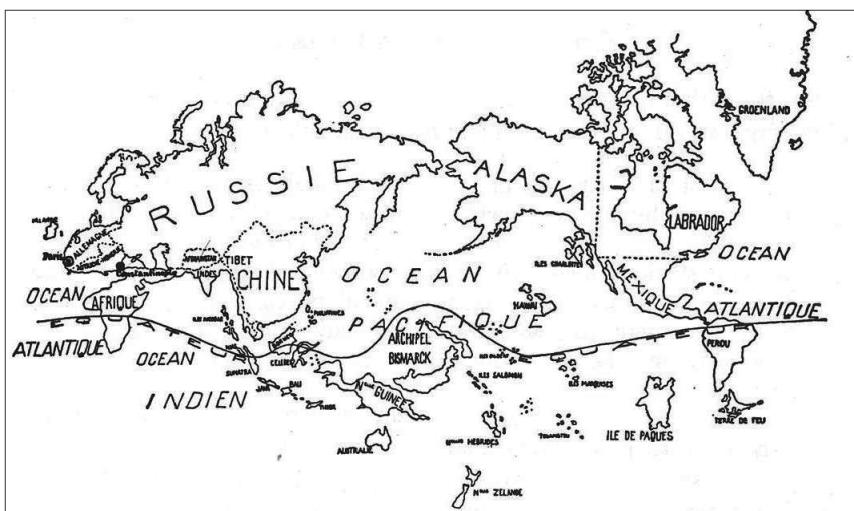


Fonte/Source: Vários, 1958, In C.de Lauwe, “Paris et l'agglomération parisienne”, PUF

Fig. 6 – Deslocações anuais de uma estudante vivendo no 16º bairro em Paris.

Fig. 6 –Annual movements of a student living in the 16º district in Paris.

Voltando aos surrealistas, agora no que diz respeito à cartografia imaginária à escala do Globo, analisemos a figura 7, que é uma distorção obviamente intencional do espaço, onde as anamorfoses nos dois sentidos (dilatação espacial da Rússia e do Alasca, desaparecimento da Ibéria e da Grécia) se fazem por vontade subjectiva dos “cartógrafos” que atribuíram uma área diferenciada a cada território em função do seu interesse emocional pelo espaço confinado por esse território. Por exemplo, no caso do desvanecimento da Grécia, é bem conhecida a sanha dos surrealistas contra os Gregos antigos, considerados “responsáveis” por todos e quaisquer MALES de que padece a civilização ocidental, cujas raízes na Ática eram indiscutíveis: o que faziam os surrealistas era afirmar aos quatro ventos (e de um modo bombástico, como lhes era próprio) que todo e qualquer “defeito” que encontravam no pensamento hegemônico a Ocidente resultava da “filosofia grega” iniciada – e quase terminada... – no século V a.C.



Fonte/source: Variétés, juin 1929, in Diego, 2008.

Fig. 7 – O mapa mundo segundo os surrealistas franceses.

Fig. 7 – The World map according to the French Surrealist Group.

VI. O ATRAVESSAMENTO RÁPIDO DO ESPAÇO (E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS)

Tentando tornar o espaço cada vez mais transponível em tempos cada vez mais curtos, o homem foi inventando meios de transporte cada vez mais rápidos, chegando – em termos quotidianos generalizáveis à maioria – ao avião, que veio “substituir” o sonho das pontes transatlânticas, imaginadas pelo nosso Repórter X (Reinaldo Ferreira). Com o transporte aéreo, pode implantar-se um certo “cosmopolitismo democrático”, impensável nos anos 1930, quando o jornalista português pugnava à *outrance* por essa valia cultural que ele pretendia ver ao alcance de todos (e não só dos engenheiros à la Álvaro de Campos).

Nos nossos dias, o atravessamento do espaço é praticamente instantâneo, pelo uso de meios de comunicação electrónicos. O que se passa de facto desde a revolução das TIC é que a cibercultura representa o triunfo do artificial sobre o antigo natural, de tal modo que Mario Perniola (2005) fala no *sex appeal* do inorgânico para denotar a apetência contemporânea por uma vida em rede, baseada em toda a espécie de dispositivos artificiais assentes na electrónica. Estes dispositivos em rede organizam-se segundo a teoria dos grafos referida atrás (Biggs *et al.*, 1986), em que impera o fenómeno das transições críticas de fase. De facto, em certos pontos do grafo onde se dão “transições críticas” (*i.e.*, onde se ultrapassa um certo *threshold*), surge o fenómeno da **emergência**, que consiste na inesperada e imprevisível aparição de qualquer coisa de novo que não se pode deduzir de um qualquer modelo clássico, baseado essencialmente em relações lineares. Faz-se assim

a ligação entre a teoria dos grafos e os sistemas dinâmicos não lineares (vulgo, teoria do caos) através de uma conceptualização não-euclidiana do espaço que abarca, em especial, um modelo viral de propagação de epidemias e outras doenças contagiosas (o qual pode ser visto como o “lado negro” – Mr. Hyde – dos *cadavres exquis* e robots-pintores atrás referidos, que fazem o papel do Dr. Jekyll).

CONCLUSÕES

O espaço ocupa um papel cada vez mais importante na contemporaneidade, “iluminando” algumas disciplinas para além da geografia. Mesmo naquelas *soft sciences* e nas artes que antes eram dominadas pelo tempo, o *spatial turn* que nelas se tem verificado nos nossos dias só tem valorizado o seu conteúdo formal, para além do incremento na sua produção cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Biggs, N. Lloyd, E. & Wilson, R. (1986). *Graph Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Careri, F. (2002). *Walking as an aesthetic practice*. Barcelona: Gustavo Gil.
- Chico, A. (2014). Geografía escrita. Una introducción. *Quimera – Revista de Literatura*, Abril, 2014: 11-12.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Minuit.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1996). *Dialogues*. Paris: Flammarion.
- Diego, E. (2008). *Contra el mapa*. Madrid: Siruela.
- Gordillo, G. (2012). Les occupations en tant que noeuds de résonance. In La Découverte (Eds.) #INDIG-NÉS! D'Athènes à Wall Street, échos d'une insurrection des consciences (pp. 34- 43). Paris: Zones.
- Gray, J. (1992). *Ideas de Espacio*. Milano: Mondadori.
- Hodder, I. (ed.) (1978) *The spatial organization of culture*. London: Gerald Duckworth Co.
- Kaplan, R. D. (2012). *The Revenge of Geography. What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House.
- Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. (Trad. Rui Lopo). Letra livre, Lisboa.
- Moura, L. Pereira, H. G. (2004). *Man+Robots, Symbiotic Art*. France: Villeurbane, Institut d'Art Contemporain, Collection Écrits d'Artistes.
- Perniola, M. (2005). *O sex appeal do inorgânico*. (Trad. Nilson Moulin). São Paulo: Studio Nobel.
- Pickles, J. (2004). *A History of Spaces: Cartographic Reason, Mapping, and the Geo-Coded World*. London: Routledge.
- Rosa, H. (2011). *Accélération. Une critique sociale du temps*. Series: «Sciences humaines et sociales», 1^e édition, traduit de l'allemand par Didier Renault. Paris: La Découverte.
- Santos, M. (1997). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, E. (2007). A produção do espaço urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem. *Caminhos da Geografia*, 8, (24), 33-45.
- Vários (1958). Internationale Situationniste 1, Paris. http://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/internationale_situationniste_1.pdf
- Žižek, S. (2014). *Event, philosophy in transit*. London: Penguin Books.

TRÊS CONVERSAS DE ESPAÇO

ANTÓNIO NÓVOA¹
ANDRÉ NÓVOA²

O melhor é voltar atrás, ao começo de tudo. Há mil anos (ou mais), alguém repara atentamente numa garrafa cheia de água e descobre a primeira objectiva. Lá está a imagem da realidade, quando os raios solares passam através da água.

Carlos de Oliveira

Em *Finisterra. Paisagem e Povoamento*, Carlos de Oliveira descobre a imagem da realidade nos raios que passam pela água, mas não deixa de acrescentar, um pouco mais à frente, quando fala de fumos e fogos: “Isto não é real... Não se pode fotografar” (1979: 164).

À partida, tudo nos inclinava para falar sobre o espaço num sentido metafórico – o espaço cultural, social, político. Mas acabámos por escolher outro caminho, mais arriscado, interrogando-nos sobre o espaço visível e invisível, conhecido e desconhecido.

Uma das personagens de Camilo Castelo Branco, nas *Noites de insónia, oferecidas a quem não pode dormir*, propõe-se falar com tempo: “Se a tua impaciência consente, conversaremos de espaço”. Também nós deixaremos três conversas, de espaço, que são mesmo três conversas, curtas, diferentes, mas que talvez se entrelacem entre si.

Recebido: Março 2015. Aceite: Junho 2015.

¹ António NÓVOA é Reitor Honário da Universidade de Lisboa. Foi Reitor da Universidade entre 2006 e 2013. Doutor em Ciências da Educação (Universidade de Genebra) e Doutor em História (Universidade de Paris IV - Sorbonne), é Professor Catedrático do Instituto de Educação. A sua obra publicada contém mais de 200 títulos sobre temas de educação e de história. E-mail: novoa@reitoria.ulisboa.pt

² André NÓVOA é research fellow em Geografia na Northeastern University, Boston, e investigador colaborador do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Doutorou-se em Geografia pelo Royal Holloway, University of London, com uma tese orientada por Tim Cresswell. Licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Antropologia pelo Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação centram-se em temáticas relacionadas com mobilidade humana e identidades contemporâneas. A sua obra está publicada em revistas como *Mobilities* e *Environment and Planning A*. E-mail: novoa.andre@gmail.com

A primeira é sobre os espaços infinitos, a necessidade de ir além da superfície horizontal do espaço e estudar o infinitamente pequeno e o infinitamente grande.

A segunda é sobre a proximidade e a distância, com o espaço a ser definido como distância até à época contemporânea, assistindo-se, nos tempos actuais, à emergência de novas lógicas, físicas e virtuais, de “estar próximo” e de “estar distante”.

A terceira é sobre o espaço no tempo, sobre a necessidade de pensar o espaço na sua relação com o tempo, e vice-versa, abrindo para uma compreensão dos espaços que existem no tempo e dos tempos que existem no espaço.

I. ESPAÇOS INFINITOS

Todo este mundo visível não é senão um traço imperceptível no amplo seio da natureza.

Pascal

É possível argumentar que vivemos, pelo menos desde meados do século XX, num mundo inteiramente cartografado. Toda a superfície terrestre foi observada, percorrida, lida e apreendida. Claro que há sempre novos aspectos a desvendar e que novas interpretações surgem daquilo que é conhecido. Já em 1947, num dos textos fundadores da Geografia cultural, afirmava John K. Wright:

“Actualmente, os geógrafos raramente ou nunca têm a oportunidade de entrar em alguma das *terræ incognitæ* literais – um território totalmente inexplorado (...). Se a *terra incognita* for concebida em sentido absoluto, como uma área na qual prevalece a total ignorância humana, nenhuma *terra incognita* existe hoje na superfície do planeta” (2014: 7).

Dito de outro modo: hoje, não seria possível um Livingstone, um Amundsen, um Cousteau. Ironia da história, talvez o último grande explorador tenha sido Neil Armstrong, que pisou a Lua, na falta de terra na Terra.

No nosso século, qualquer pessoa pode ter acesso à cartografia terrestre, através de um simples clique. No *Google Earth* estão todas as montanhas, rios, estepes, planícies, desertos e florestas do mundo. E as cidades, também. A terra inteira está em nossa casa, pelo menos na superfície, naquilo que é visível. Curiosamente, quando se abre o *Google Earth*, também se anunciam imagens de Marte e de terrenos subaquáticos.

O espaço tem sido pensado sobretudo na sua horizontalidade, um espaço estendido, esticado, plano, que vai da imagem da nossa casa à imagem da Terra. São estes os limites do espaço? E se puséssemos, como possibilidade, que as *terræ incognitæ* se encontram hoje fora da esfera do visível? Para as conhecer, seria necessário mudar de escala, passar à tridimensionalidade, conferir verticalidade ao espaço.

É preciso abrir o espaço a outras escalas, do infinitamente pequeno ao infinitamente grande, do átomo ao cosmos. A sugestão tem sido avançada por diversos autores. Stefan Helmreich (2008) fez “viagens antropológicas em mares microbianos”, que o levaram a repensar o conceito de vida. Dois anos antes, Hughes Martiny *et al.* (2006) propuseram-se

“colocar os micróbios no mapa”, fundando um novo campo do saber chamado biogeografia microbiana. Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006) redefiniram o conceito de “biopoder”, considerando uma paisagem composta não só por populações e indivíduos, mas também por moléculas, genes, células e genomas. Na outra ponta da escala, há quem tenha sugerido os planetas e o próprio cosmos como novos objectos de estudo das Humanidades do século XXI. Basta recordar as propostas de Peter Dickens e James Ormrod (2007) sobre a criação de uma “sociologia do Universo”, ou as *Geografias de Marte* de Maria D. Lane (2011).

As áreas de conhecimento mais dinâmicas estabelecem interpretações entre extremos, entre escalas *micro* e *macro*, que vão para além do olho humano, das frequências do visível, do audível, do palpável. O grande mistério da física contemporânea passa precisamente por estabelecer nexos causais entre o infinitamente grande e o infinitamente pequeno, entre a teoria da relatividade e a física quântica, e ainda está por compreender por que razão a matéria se comporta de forma diferente em escalas atómicas e em escalas cósmicas.

Há muito que este movimento tinha sido percebido na arte e na literatura. Veja-se o desdobramento de imagens até ao infinito ou o *Livro de areia* de Jorge Luís Borges. Aqui, a linha é formada por um número infinito de pontos, o plano por um número infinito de linhas, o volume por um número infinito de planos, o hipervolume por um número infinito de volumes... O *Livro de areia* não tem princípio, nem fim, não tem primeira página, nem última, o espaço e o tempo são infinitos. Por isso, não é fácil para alguém desfazer-se deste objecto, como explica o seu autor: “Pensei no fogo mas temi que a combustão de um livro infinito também fosse infinita e capaz de sufocar com fumo o planeta” (1983: 138).

Não nos basta o espaço que vemos. Precisamos de o abrir, de o multiplicar até ao infinito, de compreender o que está no espaço infinitamente pequeno e no espaço infinitamente grande. Estas são as nossas terras ainda incógnitas.

II. PROXIMIDADE E DISTÂNCIA

*Os longes e os pertos da pintura
todos têm a mesma distância.*
Padre António Vieira

Até à época contemporânea, o espaço definia-se sobretudo pelas distâncias, longínquas, intransponíveis, impossíveis de percorrer e de navegar. A cronologia ocidental reflecte uma leitura do espaço, marcando bem os períodos em que as distâncias se encurtam. As transições historicamente consagradas estão relacionadas com proximidades. Como se a História fosse um caminho que dissolve a separação.

Dois exemplos. Por um lado, a passagem da época medieval para a época moderna, que assinala um conjunto de mudanças culturais, mas também o desenvolvimento de inovações tecnológicas, sobretudo ao nível da navegação, que conduziram à “primeira

globalização” (Hopkins, 2002). Por outro lado, a passagem da época moderna para a época contemporânea, marcada pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, mas também pelas máquinas da revolução industrial, o motor a vapor e os comboios. Uma vez mais, o mundo encurtou. E a cronologia oficial firma-se neste encurtamento.

Entre os séculos XIX e XX dá-se um momento de viragem na concepção do espaço. O mundo começa a definir-se mais pelas proximidades do que pelas distâncias, torna-se pequeno demais para tanta gente. As guerras mundiais do século XX acontecem num mundo onde se esbatem as fronteiras recortadas pelo mar, pelas cordilheiras ou pelos desertos. O que conta são as “fronteiras imaginadas”, como escreve Benedict Anderson (1983).

A ideia de um mundo limitado, próximo, contíguo, ecoa nos grandes debates das Humanidades, sobretudo quando os processos de globalização se aceleram no último quartel do século XX. Na Antropologia, discute-se hibridismo, cosmopolitismo, multiculturalismo. Na Sociologia, redes e transnacionalismo. Na Geografia, mobilidade, migrações, com o conceito de espaço a ser lido e interpretado como fluxo e movimento. Discutem-se as formas e os modos de habitar um mundo cada vez mais pequeno. Um mundo da proximidade. Um mundo da vizinhança. Como se os longes e os pertos estivessem todos à mesma distância.

Em poucos anos, dá-se novo salto, por via das tecnologias. Fabricam-se outros espaços, potencialmente infinitos. O espaço virtual, sem limites, surge numa altura em que o espaço físico parece diminuto, limitado. O espaço virtual é infinito, por oposição à finitude da Terra. Pensar o espaço no século XXI obriga a compreender a proximidade e a distância, as fronteiras onde os lugares se encontram, as zonas de convergência e de continuidade.

É nesse sentido que Michel Serres se refere aos espaços topológicos, quando explica a realidade dos novos jovens que somos chamados a educar: “Graças ao telemóvel, aceadem a todas as pessoas; graças ao GPS, a todos os lugares; graças à teia, a todo o conhecimento: habitam um espaço topológico de vizinhanças enquanto nós vivíamos num espaço métrico marcado por distâncias” (2012: 13). E o filósofo francês explica mesmo que deixou de haver coordenadas cartesianas. Já ninguém distingue os três pontos do plano em que se situa, esteja onde estiver: “As redes fundem-se num curto-circuito geral. O nosso habitat torna-se topológico: de qualquer ponto a qualquer outro, já não há distância mensurável” (2001: 260).

No início do século XX, Georg Simmel já havia identificado a importância da relação entre proximidade e distância, dando conta de como o forasteiro, ou o estranho, tem obrigatoriamente de interagir com quem lhe está fisicamente *próximo*, mas socialmente *distante* (cf. Wolff, 1950). A sua análise merece ser hoje aprofundada, através de uma reflexão sobre as razões que, muitas vezes, nos fazem mais *próximos* de alguém que se encontra longe, e que podemos mesmo nunca ter encontrado, do que do vizinho do lado, formando relações que apagam e dissolvem as *distâncias*. O espaço físico encolheu, encurtou, estreitou. E, neste processo, abriram-se espaços virtuais, trazendo novas proximidades e novas distâncias.

III. O ESPAÇO NO TEMPO

Na criativa distância espacitempo (...)

somos a paisagem da paisagem.

Carlos Drummond de Andrade

A artista plástica Ana Freitas propôs-se fotografar o tempo. O físico Mário Novello explicou-lhe que não seria possível, mas propôs-se reflectir com ela sobre a seguinte frase: “A matéria curva o espaço-tempo em um processo eterno”. O diálogo deu origem a textos e exposições, de *arteciência*, que procuram pensar o espaço no tempo.

Somos convidados a olhar para um espaço, que não é limitado apenas pelas suas margens físicas, visíveis, que se liberta dos mapas físicos da mesma forma que o tempo se liberta dos relógios e dos calendários.

Esta reconceptualização é problemática, porque implica uma ruptura com concepções sensoriais de espaço e de tempo, como “coisas” que podem ser vistas e tocadas:

“A principal lição da teoria da relatividade de Einstein é que, quando pensamos nesses temas, não podemos confiar nos sentidos. Tanto Picasso como Einstein acreditavam que a arte e a ciência eram meios para explorar os mundos para além das percepções, para além das aparências” (Miller, 2001: 4).

Por isso, é importante proceder a um duplo trabalho: de desmultiplicação dos espaços, de compreensão das diferentes camadas espaciais, visíveis e invisíveis, do infinitamente pequeno ao infinitamente grande; e de desdobramento dos tempos, de compreensão de todos os “tempos” que existem num determinado período de tempo. É no cruzamento de distintas espacialidades e temporalidades que se encontram novas possibilidades de conhecimento.

Refira-se, por exemplo, o trabalho em que Tim Cresswell demonstra como “a mobilidade de alguns significa a imobilidade de muitos outros” (2006: 255), como no mesmo espaço e no mesmo tempo coabitam indivíduos que se movimentam e se regem por diferentes temporalidades. No aeroporto de Schiphol, convivem executivos e trabalhadores da limpeza. Para uns, vive-se num tempo rápido, da globalização, cosmopolita, moderno, um tempo em que é possível jantar em Nova Iorque, dormir nos céus e acordar em Singapura. Para outros, que tornam possível a mobilidade dos primeiros, o tempo é lento, de uma vida trabalhadora, rotineira, comum. É o tempo de um dia, com oito horas ou mais de trabalho, ora regulado por normas bem precisas, ora desregulado numa exploração sem limites.

Numa outra perspectiva, é útil prolongar a reflexão feita por Doreen Massey, nos anos noventa, sobre a política e o espaço-tempo. Em vez de uma concepção de tempo como processo linear e de uma perspectiva do espaço como superfície plana, é necessário sublinhar as quatro dimensões (melhor dizendo, as *n-dimensões*) das coisas. De acordo com a sua análise, o espaço não é estático, e o tempo não existe sem espaço. É certo que a espacialidade e a temporalidade são diferentes, mas uma não pode ser conceptualizada na ausência da outra:

“Uma forma de pensar é dizer que o *espacial* é parte integrante da produção da história, e, por isso mesmo, da possibilidade da política, do mesmo modo que o *temporal* é

decisivo para a Geografia. Outra forma, é insistir na inseparabilidade do tempo e do espaço, na sua constituição conjunta através das inter-relações entre fenómenos, isto é, insistir na importância de pensar o espaço-tempo” (1992: 84).

Estes exemplos destinam-se a sublinhar a necessidade de olhar para os vários espaços que existem em cada tempo e para os vários tempos que habitam cada espaço. Abre-se, assim, um mundo de novas interpretações, permitindo que o espaço não fique prisioneiro de uma visão “fixista” e que o tempo se liberte dos calendários e dos relógios. Deste modo, criam-se as condições para compreender a “criativa distância espacitempo”, para compreender relações que contêm sempre uma dimensão espacial e uma dimensão temporal, como verso e reverso da mesma realidade.

* * *

É corrente a ideia de que o século XIX ficou marcado pelo “tempo” e o século XX pelo “espaço”. Mas Edward Soja (1989) escreve que, no momento em que o *moderno* cedeu perante o *pós-moderno*, o espaço passou a ser entendido como uma metáfora, e Yi-Fu Tuan (1977) diz mesmo que se transformou numa abstracção.

Neste contexto, vários autores insistem na “irrelevância do espaço” (Bauman, 2000) ou na “morte da distância” (Cairncross, 1997). A vida e a realidade social passaram a ser metaforizadas como estando num estado líquido, gasoso, disforme, como explica Zygmunt Bauman:

“A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, mascarada como aniquilação do tempo. Num universo virtual, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; a diferença entre o ‘longe’ e o ‘perto’ anula-se. Por isso, o espaço conta pouco, ou não conta nada” (2000: 177).

E, no entanto, como procurámos demonstrar nestas três pequenas conversas, continua a ser importante pensar o espaço, não como metáfora ou abstracção, mas abrindo novas formas de o pensar e de o problematizar.

Em primeiro lugar, pensar para além das frequências do visível, do audível e do palpável. Conferir verticalidade ao espaço. Entender as relações entre o infinitamente grande e o infinitamente pequeno. Um átomo é quase integralmente feito de espaço. A distância que vai do núcleo a um electrão é cerca de 10 000 vezes superior ao raio do próprio núcleo. Entender as profundidades cósmicas e quânticas abre caminho a novas interpretações sobre a vida, a condição humana e o nosso lugar no espaço. Ainda existem muitas *terrae incognitae* por explorar. Apenas não conseguimos vê-las ou não temos olhos que as alcancem.

Em segundo lugar, repensar proximidades e distâncias. Reconhecer que o mundo já foi feito de distâncias intransponíveis (até ao século XIX) e de proximidades sufocantes (século XX), e que, agora, se abrem espaços virtuais, potencialmente infinitos. Ao estudarmos como muitos vivem *longe*, ainda que aqui ao lado, e outros vivem *perto*, ainda que tão distantes, perceberemos as novas instâncias de espaço da condição humana do século XXI, um mundo feito de novas dinâmicas de proximidade e de distância.

Em terceiro lugar, perguntar ao espaço quantos tempos o espaço tem. Einstein e Picasso habitam a mesma época. As ciências, mas também a arte e a literatura, descobriram, no início do século XX, a relatividade do espaço e do tempo. Precisamos de trazer esta mesma ruptura para as ciências sociais e humanas, não nos limitando a reproduzir concepções sensoriais de espaço e de tempo, e abrindo para uma infinidade de novas interpretações.

E assim concluímos as nossas *três conversas*. É impossível ter respostas definitivas para os problemas do nosso século. Mas isso não nos deve impedir de construir respostas provisórias, que nos permitam abrir novas possibilidades de pensar e de agir. Mesmo quando os temas são difíceis, podemos sempre conversar sobre eles. *De espaço*.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Andrade, C. D. de (1974). Paisagem: como se faz. In Livraria José Olympio (Ed.), *As impurezas do branco*, (40-41). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Bauman, Z. (2000). Time and space reunited. *Time & Society*, 9 (2/3), 171-185.
- Borges, J. L. (1983). *O livro de areia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cairncross, F. (1997). *The death of distance*. Boston: Harvard Business School Press.
- Castelo, B. C. (1874). *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Cresswell, T. (2006). *On the move: mobility in the modern Western world*. New York: Routledge.
- Dickens, P. & Ormrod, J. (2007). *Cosmic society: towards a sociology of the universe*. New York: Routledge.
- Freitas, A. & Novello, M. (2012). Diálogos sobre o tempo. *Cosmos e Contexto*, 2.
- Helmreich, S. (2008). *Alien ocean: anthropological voyages in microbial seas*. Berkeley: University of California Press.
- Hopkins, A. G. (2002). *Globalization in world history*. London: Pimlico.
- Lane, M. D. (2011). *Geographies of Mars: seeing and knowing the red planet*. Chicago: University of Chicago Press.
- Martiny, H., et al. (2006). Microbial biogeography: putting microorganisms on the map. *Nature Reviews Microbiology*, 4, 102-112.
- Massey, D. (1992). Politics and space/time. *New Left Review*, 196, 65-84.
- Miller, A. (2001). *Einstein, Picasso: Space, Time, and the beauty that causes havoc*. New York: Basic Books.
- Oliveira, C. de (1979). *Finisterra, paisagem e povoamento*. (3^a ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Rabinow, P. & Rose, N. (2006). Biopower today. *BioSocieties*, 1, 195-217.
- Serres, M. (2012). *Petite poucette*. Paris: Éditions Le Pommier.
- Serres, M. (2001). *Hominescence*. Paris: Éditions Le Pommier.
- Soja, E. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso.
- Tuan, Y-F. T. (1977). *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wolff, K. H. (1950). *The sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press.
- Wright, J. K. (2014). Terra incognitæ: o lugar da imaginação na geografia. *Geograficidade*, 4(2), 4-18.
- Wright, John K. 1947. *Terrae Incognitae: The Place of Imagination in Geography* *Annals of the Association of American Geographers* 37: 1-15

O ESPAÇO GLOBAL DE QUE FAZEMOS PARTE

TERESA LAGO¹

Aqui, será o “espaço” físico, o objecto. Para ir direita ao assunto, proponho: numa noite límpida e sem luar deite-se na relva, num local não poluído pela iluminação; olhe bem para o “céu” profundo, esmagador, nos milhares de objectos cintilantes. Contemple a sua beleza. E lembre-se que ocupa uma “nave” que se desloca, nesse espaço, a cerca de 29,8 km/s, em torno de uma estrela (como tantas outras...), o Sol. Mas tenha em conta que, em simultâneo, também ele (e todo o sistema solar) rodam a cerca de 220 km/s em torno do centro da Via Láctea, que pode vislumbrar sobre si, deslumbrante (fig. 1).

Ainda mais, a Galáxia, por sua vez, e também as diversas galáxias da vizinhança, “aceleram” a 1 000 km/s, em direcção ao “Grande Attractor” localizado a 150 000 000 anos-luz (Para completar a imagem, recorde que esta unidade, o ano-luz, que usamos em astronomia para referir as distâncias, é da ordem de 10 000 000 000 000 km – a distância que a luz percorre num ano à velocidade de 300 000 km/s).

Sem esquecer esses factos contemple a imensidão que o cobre e deixe-se “mergulhar” por algum tempo no abismo que é o espaço. Sinta a vertigem desse mergulho, que não deixa de ser perturbador. E tenha presente que afinal é também parte dele, em continuidade.

Falemos então do espaço. Olhemos “para fora da Terra” adoptando a visão da astronomia: espaço é tudo o que nos rodeia, exterior à Terra, objectos incluídos. Quer façam parte do sistema solar – planetas e seus satélites, asteróides, cometas, fragmentos ou poeiras do espaço interplanetário – quer sejam material galáctico: as estrelas – ou o que resta delas na sequência de ventos e ejeção mais ou menos violenta do material que as constitui, ou mesmo os seus despojos mortais – ou as nuvens moleculares, expectantes ou já em vigorosa contracção para formação de nova geração de estrelas, ou as poeiras do espaço interestelar. Ou mesmo material extra-galáctico. De fora, fica a Terra, mesmo sabendo que o seu estatuto não é diferente – ou será?

Received: Março 2015. Accepted: Junho 2015.

¹ Teresa Lago é Professora catedrática e investigadora (reformada) da Universidade do Porto. Criou na UP a primeira licenciatura do país em astronomia (1984), um mestrado europeu (1994) e o programa doutoral (2003). Fundou o Centro de Astrofísica da UP (1988) que dirigiu durante 18 anos. Foi Presidente da Sociedade “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura” (1999-2002). Foi uma das 22 personalidades europeias escolhidas para o conselho científico fundador do Conselho Europeu de Investigação (*European Research Council*, 2005-2013). Recebeu o prémio “Henri Chrétien” da *American Astronomical Society* (1985). É membro da Academia Europeia (1992) e foi eleita Secretária Geral Adjunta da União Astronómica Internacional (2015-2018). Email: mtlago@astro.up.pt



Fonte/source: ESO

Fig. 1 – Se pudéssemos ver de topo a Via Láctea... A galáxia NGC 1232 é muito semelhante à Via Láctea, mas com o dobro do diâmetro – 200 000 anos-luz. Está à distância de 61 000 000 anos-luz e, apesar disso, nesta imagem obtida com o telescópio VLT identificam-se claramente numerosos detalhes: o núcleo central da galáxia e a estrutura dos braços espirais, povoados de jovens estrelas muito brilhantes (e azuladas), de zonas de formação estelar e de nebulosas que reflectem a luz dessas estrelas ainda nelas embebidas. Se esta fosse a Via Láctea, o Sol estaria num dos braços espirais, distando do centro pouco mais do que um quarto do raio. Não sendo o Sol particularmente brilhante, não seria identificável nesta imagem.

Que dizer da Terra... com um raio cerca de 100 vezes menor que o Sol?

Fig. 1 (source ESO) – If we could see the Milky Way top down... The NGC 1232 galaxy is very similar to the Milky Way but twice in diameter – 200,000 light years across. It is at a distance of 61 million light years and yet in this image taken with the VLT telescope we can identify a large number of structural details: the nucleus of the galaxy, the spiral arms populated with very bright young bluish stars, star forming regions and nebulae that reflect the light from the stars still embedded in them. If this were the Milky Way, the Sun would be located in one of the spiral arms at a distance from the centre around one quarter of the radius. Not being particularly bright the Sun would not be identifiable in this picture. What about the Earth...with a radius approximately 100 times smaller than the Sun's?

Torna-se sempre mais simples avançar prudentemente, olhando primeiro o sistema solar, e depois daí para fora, porque as escalas de distância, de massa e até de tempo, são mais à nossa dimensão.

Neste contexto, tem sentido adoptar como referência a unidade astronómica – a distância média da Terra ao Sol, cerca de 150 000 000 km (8,3 minutos-luz). Os sete outros planetas “acreditados”, para além da Terra, com órbitas bem definidas em torno do Sol, localizam-se entre 0,4 e 30 unidades astronómicas. Esse espaço é também partilhado por centenas de luas e milhares de asteróides. Um deles, de seu nome “Portugal” (ou asteróide 3933), foi descoberto em 1986 pelo astrónomo dinamarquês Richard West, que lhe deu essa designação em homenagem à associação de Portugal ao ESO (Organização Europeia de Astronomia). Pois bem, Portugal, o asteróide, tem cerca de 10 km de diâmetro e orbita o Sol a 487 milhões de km (entre Marte e Júpiter) com um período de 5,9 anos. Mais longe, e até às 35 unidades astronómicas do Sol localiza-se o “cinturão de Kuiper” dominado por objectos gelados, de material volátil (dominantemente gelos de água e de amónia) de pequena dimensão, que poderão a qualquer momento ser atirados para o interior do sistema solar; Plutão, o despromovido planeta do sistema solar (2006), está aí integrado. Ainda mais externa, a “Nuvem de Oort”, estende-se das 2 000 até cerca de 50 000 unidades astronómicas. Será o remanescente do disco proto-planetário original, resultante da nuvem molecular de que se formou o próprio Sol; é “depósito” de um número elevadíssimo de objectos, que passam a ser designados por cometas quando ejec-tados para o interior do sistema solar. Atingiram-se assim os limites do sistema solar.

Aventuremo-nos para além desses limites! Neste percurso através do espaço é importante não esquecermos que, contrariamente à física e à química em que se podem preparar e controlar as experiências laboratoriais, alterar as condições de experimentação e investigar as inter-relações entre os diversos parâmetros, na astronomia o conhecimento é adquirido apenas através da observação da radiação recebida dos vários objectos. Em astronomia a experimentação é (quase) impossível:

as enormes distâncias a que se encontram os objectos de estudo na prática tornam-nos inacessíveis; com excepção dos planetas do sistema solar mais próximos da Terra ou, mais recentemente, de asteróides ou cometas que dela se aproximam suficientemente; e mesmo assim o acesso é muito complexo e restrito; as condições físicas dos objectos do espaço que estudamos são extremas; por exemplo, as temperaturas e densidades excessivamente baixas do meio interestelar, ou as temperaturas altíssimas das estrelas; ou as elevadíssimas energias envolvidas. A título de exemplo, a densidade do material interestelar (dominante mente um gás muito rarefeito de hidrogénio e hélio, com uma pequena percentagem de poeiras) pode variar entre 0,000 1 e 1 000 000 átomos por cm³; um “vazio” muito mais perfeito do que o melhor que se consegue produzir em laboratório; para ser mais fácil a comparação – o ar que respiramos tem uma densidade da ordem de 10 000 000 000 000 000 moléculas por cm³.

Tudo isto inviabiliza a duplicação dessas condições em laboratório, para fins experimentais. Há casos muito pontuais e emblemáticos de experimentação laboratorial, por exemplo em ligação com a capa dos grãos das poeiras interestelares, tema de algumas

experiências laboratoriais para melhor tentar entender a sua composição química e como se formam; ou a análise experimental dos meteoritos recolhidos à superfície da Terra, ou as amostras colhidas por sondas espaciais em alguns (muito poucos) corpos do sistema solar. Quase nada, tendo em conta a diversidade de objectos que constituem o espaço!

Em conclusão, o estudo do espaço é feito através da observação, do registo e análise da radiação electromagnética emitida pelos diversos objectos que chega até nós. O que registamos são os fotões de diferentes energias recebidos desses objectos e também a informação sobre as características do meio que atravessam nesse vasto percurso.

Há outros canais de informação que gostaríamos de poder utilizar, se soubéssemos como: raios cósmicos, neutrinos, ondas gravitacionais. Os raios cósmicos (descobertos por Victor Hess em 1912 e que lhe valeram um Prémio Nobel em 1936) são partículas com elevada energia, maioritariamente protões ou núcleos de átomos de hélio; alguns têm origem no Sol, mas também podem ser emitidos por outros objectos da nossa galáxia, ou mesmo de outras fontes extragalácticas e muito distantes. Os neutrinos, partículas com elevada energia, sem carga eléctrica e sem massa (ou com massa diminuta só recentemente calculada), são produzidos na zona mais central das estrelas (o núcleo) pelas reacções termonucleares que dão origem à própria energia das estrelas; outros, de maior energia, estão associados à explosão das estrelas como supernova; a detecção de neutrinos é talvez a que está mais avançada em termos de desenvolvimento experimental e condições de medida. De referir duas das várias experiências nesta área: *Homestake* – instalada por Raymond Davies (década de 70) – um tanque com cerca de 380 000 litros de percloroetileno (o produto utilizado na vulgar limpeza a seco) a 1 470 m de profundidade, numa mina de ouro abandonada, no Dakota Sul – resultou na primeira detecção e contagem de neutrinos emitidos pelo Sol; valeu-lhe o prémio Nobel, em 2002, partilhado com Masatoshi Koshiba, também pioneiro na detecção de neutrinos cósmicos com uma outra experiência (*Kamiokonde*) no Japão, iniciada na década de 80. Este foi um dos observatórios que, em 1987, registou a emissão de neutrinos da explosão supernova S1987A. Ondas gravitacionais identificadas como flutuações na curvatura do espaço-tempo, em resultado do movimento de um objecto massivo e que se propagam pelo espaço (tal como acontece com as ondas detectadas à superfície da Terra na sequência de um evento sísmico); porém, a detecção experimental de ondas gravitacionais não foi ainda confirmada.

Comum a estes três canais é não sabermos ainda como aceder a essa informação em condições estáveis de detecção e de medida. São canais diferentes e com informação complementar. A sua utilização regular como instrumento observational está dependente não só do desenvolvimento tecnológico, mas também do avanço do conhecimento.

Resta-nos assim estudar o espaço através da radiação electromagnética.

Para observar e medir a radiação emitida por objectos muito distantes precisamos de recorrer a telescópios de grande dimensão e complexidade que a colectem. É essencial não perder fotões da radiação que nos chega, ténue e preciosa em termos de informação. Torna-se por isso imperioso que esses telescópios, e os instrumentos que os equipam, sejam tremendamente eficientes. Que tenham a mais alta resolução para permitirem investigar os detalhes. Que operem a alta velocidade para permitirem o registo de variações temporais muito rápidas. Que nos permitam observar cada vez mais longe.

Em princípio, o ideal seria observar a partir do espaço exterior porque a atmosfera da Terra constitui um enorme obstáculo à observação astronómica: absorve e distorce a radiação que a atravessa e é mesmo opaca à grande maioria dela, deixando-se atravessar (parcialmente) apenas por uma gama muito restrita de comprimentos de onda: o chamado “visível” (tipicamente dos 4 000 aos 7 500 Å), o infravermelho próximo (8 aos 14 micron) e a banda rádio (entre 1 cm e 11 m).

É curioso que a atmosfera terrestre, essencial ao desenvolvimento e manutenção de vida na Terra, seja, em simultâneo, um obstáculo ao contacto dessa vida com o espaço.

A solução seria observar acima da atmosfera. Mas, colocar em órbita um telescópio e instrumentação acessória é extremamente dispendioso! Para se ter uma ideia dos montantes envolvidos, o custo da colocação de material em órbita baixa, isto é, até 2 000 km, excede os 20 000 € por kg de carga; por exemplo, o custo de cada lançamento do *space shuttle* americano excede os 1 000 000 000 €, sem incluir o custo do desenvolvimento do projecto (cerca de 200 vezes esse valor!). Quando se passa ao espaço exterior à atmosfera o custo das missões cresce ainda muito mais. Não só em termos do transporte, mas também do próprio design e concepção do equipamento, uma vez que a sua manutenção em órbita é de momento impossível. Por exemplo, a missão *Rosetta* (Agência Espacial Europeia) que com enorme sucesso se “encontrou” recentemente com o cometa 67P/Churymov-Gerasimenko, custou cerca de 1 400 000 000 €. Afinal, feitas as contas, e atendendo a que a missão decorreu entre 1996 e 2015, isso não corresponde a mais do que 3,5 € por cada europeu ... um custo pequeno para tamanha aventura!

Por isso o “velhinho” *Hubble Space Telescope*, que tem apenas 2,4 m de diâmetro – um telescópio muito modesto mesmo pelos padrões à época da sua colocação em órbita (1990) – foi colocado numa órbita muito baixa: cerca de 550 km acima da superfície da Terra, para poder ser acedido pelo *space shuttle* em missões de manutenção. Mas há (e tem havido) diversos telescópios, e mesmo observatórios espaciais, a funcionar em órbitas bem mais altas, completamente fora da atmosfera terrestre. Só assim se poderão registrar radiações ultravioletas, raios X ou raios gama, que a menor altitude serão completamente bloqueados pela atmosfera terrestre. Porém, continuam a ser de dimensão relativamente reduzida. Alternativamente podem construir-se à superfície da Terra telescópios de grande dimensão com custos bem mais modestos. Os maiores, já em operação, podem exceder os 10 m em diâmetro do espelho colector (por exemplo, o *Gran Telescopio Canárias* com 10,4 m instalado no Observatório de Roque de los Muchachos, nas Canárias). Há ainda a alternativa de construir sistemas inovadores com vários telescópios, que podem funcionar individualmente, ou combinando a radiação recebida por cada um deles em modo interferométrico; um exemplo é o **VLT** (*Very Large Telescope*), constituído por quatro telescópios de 8,2 m cada um, e que, quando operado em modo interferométrico se torna equivalente a um telescópio único com 130 m de diâmetro. A construção do VLT custou cerca de 330 000 000 €, um custo modesto quando comparado com o de uma qualquer missão espacial, ou mesmo com o do *Hubble Space Telescope* (mais de 5 vezes mais dispendioso). O VLT, que entrou em pleno funcionamento em 2001, é propriedade da ESO de que Portugal é membro; está instalado no Observatório do Paranal, um dos observatórios do ESO no deserto do Atacama, no norte do Chile.

O VLT está equipado com uma nova e extremamente avançada tecnologia – óptica adaptativa – que permite compensar parcialmente o efeito da atmosfera terrestre (fig. 2).



Fonte/source: ESO

Fig. 2 – Uma “estrela artificial” criada para poder compensar o efeito da atmosfera terrestre. A partir de um instrumento acoplado a um dos telescópios do VLT é emitido um potente feixe laser, na direcção da observação; da interacção da radiação laser com os átomos de sódio da alta atmosfera (cerca de 90 km de altitude), ou com as moléculas das camadas mais baixas (10 a 20 km) resulta uma “estrela artificial”; a radiação dessa “estrela” é então utilizada pelo telescópio para analisar e compensar, em tempo real, as distorções produzidas pela atmosfera na radiação recebida do espaço nessa direcção.

Fig. 2 – An “artificial star” created to offset the effect of the Earth’s atmosphere. A powerful laser beam is emitted in the direction of observation by a laser device coupled to one of the VLT telescopes; the interaction of the laser radiation with the sodium atoms in the upper atmosphere (about 90 km altitude) or with the molecules of the lower layers (at 10 to 20 km) results an “artificial star”; the radiation of such “star” is then used by the telescope to analyse and compensate in real time the distortion introduced by the atmosphere in the incoming radiation from space in that direction.

Um interferómetro ainda mais ambicioso, quer pela tecnologia e operação, quer pelo custo de construção é o ALMA – *Atacama Large Millimeter /submillimeter Array* (cerca de 1 300 000 000 €); é uma parceria do ESO, América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e Japão. Está instalado no planalto de Chajnantor, no deserto do Atacama, Chile, a 5 050 m de

altitude, e está em funcionamento desde Março de 2013. O ALMA é constituído por 66 antenas de 12 m e 7 m, que podem ser deslocadas para diferentes configurações, com distância entre antenas variando entre 150 m e 16 km, dotando assim o ALMA de uma enorme capacidade de zoom e permitindo simular uma antena única com 14 km de diâmetro... É certo que o ALMA está ainda sob a atmosfera terrestre, mas ela é, a essa elevada altitude, muito mais rarefeita, e quase sem vapor de água porque Chajnantor é um dos locais mais secos à superfície da Terra. É por isso ideal para a observação da radiação milimétrica e sub-milimétrica. Estes comprimentos de onda são característicos da radiação proveniente do interior das nuvens moleculares – os “casulos” onde se estão a formar estrelas – e também dos objectos mais distantes do Universo. A ambição do ALMA é o conhecimento das origens!

Os dados das observações são registados, arquivados, analisados e interpretados para permitirem construir modelos físico-matemáticos dos objectos observados e dos fenómenos que neles têm lugar. Assim se vai construindo o conhecimento em astronomia.

Naturalmente que em qualquer área do conhecimento se fazem estudos teóricos ou numéricos (computacionais) e se recorre a modelos físico-matemáticos; mas esses modelos terão sempre que ser validados. Pela experimentação, se ela for possível, ou, num procedimento mais complexo, pela observação, através da previsão de (novas) propriedades observáveis, que irão permitir testar a consistência do modelo, como é o caso da astronomia. Como um puzzle que se vai resolvendo e em que todas as peças têm que encaixar.

E assim, o estudo do espaço exterior é feito passo a passo, à medida que a observação mais rigorosa, mais completa e de objectos cada vez mais distantes se vai tornando possível. À medida que instrumentos mais eficientes e potentes vão surgindo. Quer se trate de telescópios (para colectar o máximo de fotões), de instrumentos acessórios (para detectar e analisar em mais detalhe essa mesma radiação) ou de computadores (para recolher quantidades crescentes de dados, trabalhá-los e arquivá-los em imensos bancos de dados, e também para construir modelos cada vez mais realistas dos objectos, que são observados).

É assim que chegamos a compreender como é constituída uma estrela, uma galáxia ou mesmo um enxame de galáxias. Como se formam, como evoluem e como terminam. Medimos as suas dimensões e determinamos a distância a que se encontram de nós. Identificamos a sua composição química. Determinamos a sua temperatura, densidade, estrutura e dinâmica. Esse tipo de estudo faz-se não só para os objectos individuais, mas também para o todo: como ocorrem as interacções entre objectos no espaço, como se caracterizam as estruturas de larga escala, como teve origem o próprio universo.

A partir desta Terra diminuta, ousamos questionar-nos sobre o todo, bem para além dos nossos horizontes. Mesmo que a nossa escala de tempos – as poucas dezenas de anos de uma vida – se não possam, de novo, comparar com as escalas de tempo características dos objectos do espaço: uma estrela como o Sol dura cerca de 10 mil milhões de anos; a idade do universo (marcada pelo momento em que a primeira radiação conseguiu escapar e portanto a observação se tornou possível) é da ordem de 13,8 mil milhões de anos. As diferenças brutais de escala, de todas as escalas envolvidas, não nos perturbam. Pelo contrário, agudizam a nossa curiosidade e aumentam a vontade de compreender. E é reconfortante concluirmos dessa investigação que a matéria de que são formados os objectos que estudamos não é diferente da nossa própria – os mesmos elementos químicos, afinal a continuidade do espaço. Apenas as

condições são muito diferentes. Condições hostis e impossíveis para nós. Apesar do deslumbramento produzido pelas imagens fabulosas que as observações nos revelam (fig. 3).



Fonte/source: ESO

Fig. 3 – Bolhas gigantes, não muito longe, no espaço... A imagem da “Nebulosa Capacete de Thor” foi obtida pelo VLT (5 de Outubro de 2012, aquando da celebração dos 50 anos do ESO). A nebulosa, com cerca de 30 anos-luz de dimensão está à distância de 15 000 anos-luz. A “bolha” cósmica resulta do impacto do vento da estrela central, muito quente (30 000 a 200 000 graus Kelvin) com a nuvem molecular envolvente. A estrela, de massa elevada (mais de 20 vezes a massa do Sol), está numa fase de evolução que antecede a explosão supernova, perdendo material, vigorosamente, através de um vento com velocidade da ordem de 2 000 km/s.

Fig. 3 – Giant bubbles in space, not too far away ... This image of the “Thor’s Helmet Nebulae” was obtained by the VLT at the time of the ESO 50th anniversary, 5 October 2012. The nebulae, about 30 light years across, is at 15,000 light years from us. The cosmic “bubble” results from the impact of the wind blowing from the very hot central star (30,000 to 200,000 degrees Kelvin) with the surrounding molecular cloud. The massive star (more than 20 solar masses) is at the evolutionary stage preceding the supernova explosion, loosing material, vigorously, through the wind which speeds up to 2,000 km/s.

De facto, sabe bem a relva macia, a partir da qual fizemos o nosso “mergulho”, no espaço!

A IMPORTÂNCIA DA PREVISÃO DO TEMPO NA PREVENÇÃO DE RISCOS METEOROLÓGICOS

JOÃO CORTE-REAL¹

Resumo – Este artigo trata do fundamento científico da previsão do tempo, bem como de aspectos operacionais fundamentais a ela associados. Em particular mostra-se como o início da moderna previsão do tempo resultou da visão de John von Neumann, que interligou de forma brilhante ciência, tecnologia e gestão.

Palavras-chave: Espaço, meteorologia, risco, modelos numéricos.

Abstract – THE RELEVANCE OF WEATHER FORECASTING IN THE PREVENTION OF METEOROLOGICAL HAZARDS. This paper discusses the scientific foundations of weather prediction, as well as the fundamental operational aspects associated with weather forecasting. The paper attributes the beginning of modern numerical weather prediction to the vision of John von Neumann, who brilliantly connected science, technology and management.

Keywords: Space, meteorology, hazard, risk, numerical models.

I. INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, tempo de vida da *Finisterra*, as ciências da atmosfera conheceram um impulso sem precedentes. Tal circunstância deve-se à forte interacção, não linear, entre conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico, que permitiu a concepção e construção de instrumentos de observação avançados, de computadores digitais com desempenhos crescentes, os quais tornaram possível o desenvolvimento da previsão

Received: Abril 2015. Accepted: Julho 2015.

¹ João Alexandre Medina Corte-Real, Professor catedrático aposentado da Universidade de Évora. Colaborador do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM) da Universidade de Évora. No presente, a sua área de investigação principal centra-se na variabilidade climática e seus impactes, na modelação de cenários regionais, na hidroclimatologia e na ecohidrologia. Desde 2011, é Professor Convidado do DAT – Departamento de Aeronáutica e Transportes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa. Coordenador do DREAMS (Centre for Interdisciplinary Development and Research on Environment, Applied Management and Space) da Universidade Lusófona, Lisboa, criado em 2013. E-mail : jmcr@uevora.pt e jamcr09@gmail.com

numérica do tempo, alargando-a à escala global com resoluções elevadas. Esta expansão do conhecimento científico e da capacidade de proteger vidas e bens, através da previsão de fenómenos atmosféricos adversos à actividade humana, ligou a meteorologia à prevenção de riscos. Neste tempo de comemorações (e de alertas permanentes) cabe pois falar do tempo, que pode representar um risco, ameaçando vidas e bens.

Neste artigo, procurar-se-á responder, numa base científica, a questões tais como: o que é o tempo? É possível prevê-lo? Se sim, como? Qual a relevância da previsão do tempo na prevenção de riscos meteorológicos e na actividade humana em geral?

II. O CONCEITO DE ESPAÇO EM METEOROLOGIA

A meteorologia é o estudo da atmosfera, fluido gasoso que envolve o globo. O espaço ocupado pela atmosfera é pois tridimensional e tem a potência do contínuo; é, além disso, espaço no conceito newtoniano i.e. espaço absoluto, cuja métrica é a mesma para todos os observadores. Os fenómenos atmosféricos que têm lugar nesse espaço evoluem no tempo duração (absoluto), dando assim sentido aos conceitos de análise e previsão do tempo atmosférico. Na prática, estes conceitos só podem no entanto aplicar-se a um espaço discreto, constituído por um número finito de pontos, dispostos numa rede regular e a evolução temporal é descrita apenas num conjunto discreto e finito de instantes. O conceito de espaço em meteorologia é, por consequência, distinto do conceito de espaço em geografia, embora ambos os conceitos não sejam disjuntos.

III. A ATMOSFERA E O TEMPO

A atmosfera é um dos componentes do sistema climático formado pela união da atmosfera, hidrosfera, criossfera, litosfera e biosfera. Este pode considerar-se um sistema fechado, mas não isolado, uma vez que recebe energia radiante do sol e perde energia radiante para o espaço. O sol constitui a fonte primária de energia para todos os processos que ocorrem no sistema climático. A atmosfera constitui o componente de maior variabilidade do sistema climático; trata-se de um sistema cuja circulação é turbulenta (irregular e instável), caótica (sensível às condições iniciais), no qual têm lugar processos não lineares, que ocorrem em múltiplas escalas espaço-temporais (que se influenciam mutuamente devido à não linearidade e que não podem por consequência ser analisadas independentemente umas das outras), sujeitos a mecanismos de realimentação e a teleconexões.

A atmosfera é um sistema aberto, i.e., permuta massa e energia com os restantes componentes do sistema climático em processos complexos, com as características apontadas. Diz-se que a atmosfera é *forçada* em múltiplas escalas espaço-temporais, pelos restantes componentes do sistema climático e pelo sol.

A atmosfera é constituída pelo ar, mistura gasosa, e por partículas em suspensão (aerosóis). Os componentes gasosos maioritários são o oxigénio molecular (209 500 ppmvⁱ) e o azoto molecular (780 800 ppmv); seguem-se o vapor de água (30 000 ppmv) e o árgon (9 300 ppmv). Os componentes minoritários, totalizando cerca de 400ppmv, incluem o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso, os CFCs, entre outros, sem esquecer aerossóis.

O vapor de água e os componentes minoritários são aqueles que interacutam com a radiação, absorvendo-a ou difundindo-a, sendo portanto aqueles que determinam a distribuição espacial das regiões de aquecimento e arrefecimento da atmosfera e, consequentemente, a forma como a atmosfera se move, i.e., a circulação atmosférica.

O componente água é o único componente atmosférico que pode mudar de fase, estando quantidades apreciáveis de energia associadas às transições de fase da água; por exemplo, a condensação de 1g de vapor de água, liberta $2\ 500\text{J} \approx 598\text{cal}$; reciprocamente a evaporação de 1g de água líquida requer a absorção de 2 500J; a libertação de calor latente aquece a atmosfera e a absorção arrefece-a. Por outro lado, a uma dada pressão, a massa de água que pode existir na atmosfera na fase vapor tem um limite máximo que depende da temperatura do ar, pelo que se pode concluir que as transições de fase da água na atmosfera, e as trocas de energia associadas, são inevitáveis. A condensação do vapor de água dá lugar à formação de nuvens, as quais difundem a radiação solar e absorvem a radiação terrestre.

Num dado instante, o estado termo-hidrodinâmico da atmosfera é definido pelos valores que as concentrações dos diferentes componentes, a temperatura, a pressão, a densidade e a velocidade, tomam em cada ponto do meio. Todas estas propriedades, caracterizam a partícula do meio que, no instante referido, ocupa a posição considerada. Na gíria meteorológica a velocidade é designada por vento.

A concentração do vapor de água determina a humidade do ar; caso esta seja nula, diz-se que o ar é seco; na situação oposta fala-se de ar húmido.

O estado termo-hidrodinâmico da atmosfera, numa dada região, num dado instante, é o tempo nessa região, nesse instante. Podemos assim falar do tempo à superfície, às 12 h de hoje, em Lisboa, ou do tempo às 18 h de ontem, sobre o Atlântico, ou a 5 500m de altitude. Como o estado termo-hidrodinâmico da atmosfera se altera no decurso do tempo, o tempo atmosférico modifica-se e evolui; o tempo de hoje não é necessariamente o tempo de amanhã, ou de um mês mais tarde.

Deve notar-se que não é possível conhecer o tempo, tal como foi definido; como já foi referido, o *continuum* espaço-temporal é, na prática, substituído por um *discretum*. Esta conclusão tem importantes consequências como veremos.

IV. A PREVISÃO DO TEMPO COMO PROBLEMA CIENTÍFICO

O que é prever o tempo? É determinar os estados futuros da atmosfera, a partir de um estado conhecido num dado instante, dito estado inicial, e de condições fronteira, que descrevem o forçamento a que a atmosfera está submetida.

Será isto possível? Em teoria, acredita-se que sim. Porquê? Porque as variáveis que definem o estado instantâneo da atmosfera estão ligadas entre si por equações que traduzem leis fundamentais da física, que por esta razão se designam por equações primitivas, e que incluem o forçamento da atmosfera pelos restantes componentes do sistema climático e pelo sol. Por outras palavras, a evolução do tempo é determinística: conhecido um estado inicial e condições de fronteira (forçamento) os estados futuros estão determinados e podem ser conhecidos, resolvendo as equações atrás referidas. Esta ideia enfrenta no entanto obstáculos que, até ao presente, continuam a ser intransponíveis. Com efeito, sendo a circulação atmosférica caótica (caos significa neste contexto, sensibilidade às condições iniciais, i.e. o movimento é caótico se estados iniciais muito próximos, evoluírem de forma completamente distinta no decurso do tempo), um pequeno erro na definição do estado inicial vai amplificar-se no decurso do tempo; ora, como não é possível conhecer com precisão nenhum estado instantâneo, haverá sempre erros na definição do estado inicial. Esta circunstância, impõe um limite temporal à possibilidade de prever o tempo, i.e. à predictabilidade da atmosfera; assim, só será possível estender a previsão com confiança, até poucos dias subsequentes ao dia inicial. Por outro lado, o forçamento da atmosfera também não é conhecido com precisão. Finalmente, as equações de prognóstico, são equações com derivadas parciais, não lineares, acopladas, para as quais a matemática desconhece métodos de solução (com exceção de casos particulares).

Em conclusão: prever o tempo consistiria em resolver um sistema de equações, para o qual se desconhecem métodos de solução, partindo de condições iniciais e de fronteira que são imperfeitamente conhecidas. Como estas dificuldades não têm, até ao presente, sido resolvidas, o problema da previsão do tempo, tal como foi enunciado atrás, não tem solução. Por isso, a previsão do tempo, assenta em métodos aproximados, baseados em dados de observações de superfície, de altitude (radiossondagens), de satélites, de radar, e na análise numérica.

A ambição de uma solução matemática para a previsão do tempo foi colocada pelo meteorologista americano Cleveland Abbe (fig. 1) em 1890. Abbe notabilizou-se pela organização de um serviço meteorológico sistemático, por telegrafo (inventado em 1837), em benefício do comércio. Nos primeiros anos do século XX, o físico norueguês Vilhelm Bjerknes (fig. 1), da Universidade de Bergen, desenvolveu aquela ideia com o objectivo claro de, à semelhança da astronomia, converter a meteorologia numa ciência exacta, numa verdadeira física da atmosfera. Bjerknes estabeleceu duas etapas para aquilo que designou por previsão racional do tempo: a etapa de diagnóstico, em que é definido um estado inicial com base nas observações, e a etapa de prognóstico, na qual o estado inicial é projectado no futuro, num processo ditado pelas equações primitivas, deterministas. No entanto, Bjerknes reconheceu não haver qualquer possibilidade de pôr as suas ideias em prática, uma vez que nada podia fazer nem analítica nem numericamente. Em consequência, Bjerknes propôs um método gráfico para a previsão do tempo, baseado no traçado de cartas de tempo ou cartas meteorológicas, de superfície e de altitude. As cartas meteorológicas eram traçadas à mão, com base nas observações disponíveis; a comparação da carta relativa a uma dada hora, com as correspondentes a horas anteriores, per-

mitia extrapolar, subjectivamente, as posições e intensidades dos centros de acção (depressões e anticiclones) e dos sistemas frontais, para um instante futuro. Deve notar-se que os conceitos de massa de ar, de superfície frontal e de frente, foram introduzidos pelo próprio Bjerknes e desenvolvidos pela escola de Bergen.

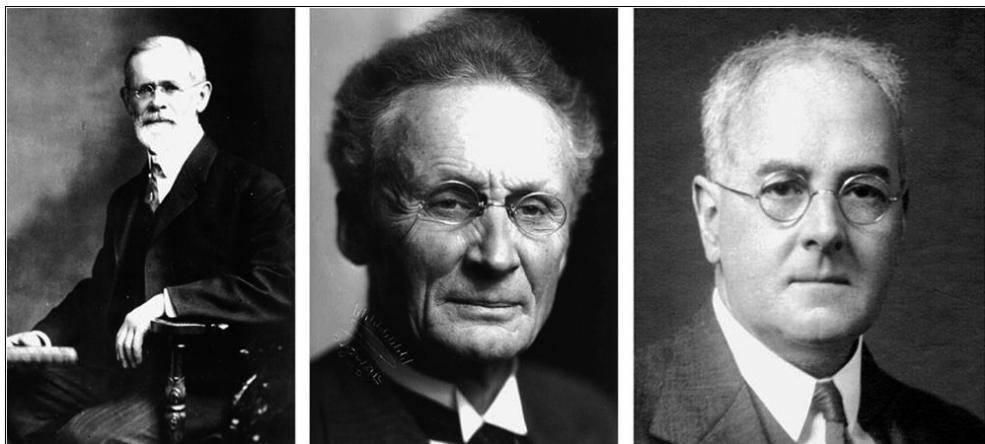


Fig. 1 – Cleveland Abbe, Vilhelm Bjerknes e Lewis Fry Richardson.

Em 1913, Lewis Fry Richardson (fig. 1), meteorologista inglês, levou a cabo a primeira tentativa para resolver as equações primitivas, utilizando calculadoras de secretaria. Richardson começou por simplificar as equações do movimento, introduzindo a hipótese hidrostática e, por aplicação de diferenças finitas, obteve valores dos campos meteorológicos num instante posterior, próximo do inicial. Em seguida, iterou o processo no tempo, até cobrir um intervalo de tempo da ordem do dia. Desta forma, Richardson pôde analisar variações da pressão atmosférica e do vento em dois pontos situados na Europa central. Os resultados foram completamente desastrosos; com efeito, para só falar da pressão, os valores calculados da tendência da pressão eram da ordem de 145hPa/6h, valores totalmente irrealistas, se se tiver em conta que tendências observadas são pequenas, da ordem de poucos hPa, ou décimos de hPa, em intervalos de tempo de 3h. As razões que levaram aos erros de previsão, na tentativa levada a cabo por Richardson, só foram integralmente compreendidas anos mais tarde, após desenvolvimentos teóricos cruciais, verificados na análise numérica (por Courant, Friedrichs e Lewy (Nebeker, 1995) e na dinâmica de fluidos e da atmosfera (e.g. Rossby, the “Weather Man”, Nebeker, 1995), e desenvolvimentos tecnológicos verdadeiramente inovadores, designadamente a invenção da radiosonda e do computador digital, inexistentes ao tempo da tentativa de Richardson.

Mas a busca dessa compreensão foi estimulada pelo fracasso clamoroso do meteorologista inglês, que foi de facto o precursor da moderna previsão do tempo. Coube a Jule Gregory Charney (Nebeker, 1995) o mérito da realização, em 1950, da primeira previsão

do tempo com sucesso, evitando os erros do seu predecessor. Charney havia sido convidado por John von Neumann (fig. 2), a participar no projecto, que este havia concebido e que supervisionava, de construção do primeiro computador electrónico no *Institute for Advanced Study* em Princeton, ao qual veio a ser dada a designação de *Electronic Numerical Integrator and Computer* ou ENIAC.

O ENIAC foi construído entre 1946 e 1952 e Jule Charney foi, no projecto de von Neumann, Director do Grupo 4, Meteorologia, entre 1948 e 1956. John von Neumann tinha discutido o projecto com Rossby e havia conseguido financiamento da marinha americana. Após o início do projecto, von Neumann organizou uma conferência de meteorologia, para conseguir o apoio da comunidade meteorológica, onde esteve presente Charney, que veio a assumir as funções referidas.

Em 1947 é criado em Portugal o Serviço Meteorológico Nacional (SMN), sob a direção do Professor Herculano Amorim Ferreiraⁱⁱ; em 1969, é criada, no SMN, a unidade de Previsão Matemática do Tempo, dirigida pelo Dr. Vítor Chiote Tavares.



Fig. 2 – John von Neumann.

V. A PREVISÃO OPERACIONAL DO TEMPO

Como já referido, a previsão do tempo assenta na aplicação de métodos numéricos. Para o efeito, a atmosfera é dividida em camadas, limitadas na base e no topo por superfícies, nas quais a coordenada de posição vertical se mantém constante (e.g. superfícies de nível ou superfícies isobáricas). Cada uma daquelas superfícies, com excepção da primeira (base da primeira camada) e da última (topo da última camada), é simultaneamente topo de uma camada e base da camada seguinte. Em cada superfície, é definida uma malha, rede, ou grade “horizontal” regular, por exemplo uma malha quadrada, de dimensão Δx . Desta forma, a atmosfera fica coberta por volumes regulares (e.g. volumes

paralelepípedicos) nos vértices dos quais, as equações primitivas são discretizadas, por aplicação de esquemas numéricos, que convertem derivadas parciais, espaciais e temporais, em diferenças finitas no espaço e no tempo. Assim, o sistema de equações primitivas fica substituído por um sistema de equações algébricas, não lineares, acopladas, para as quais há métodos de solução (aproximados), cuja aplicação depende da disponibilidade de utilização de um computador digital.

Deve notar-se que a dimensão Δx da malha regular sobreposta a cada superfície coordenada e o tempo Δt , que define o intervalo de discretização no domínio temporal, não podem ser independentes, antes devem obedecer à condição estabelecida em 1928, por Friedrichs, Courant e Lewy (Nebeker, 1995), da Universidade de Gottingen, portanto vários anos depois da tentativa pioneira de Richardson. Do ponto de vista físico, a referida condição significa que, no intervalo de tempo Δt , a onda mais rápida, solução das equações que regem o comportamento da atmosfera, não pode percorrer uma distância igual ou superior à dimensão Δx , da malha horizontal, i.e. a condição impõe que:

$$c\Delta t < \Delta x$$

ou

$$\frac{c\Delta t}{\Delta x} < 1$$

onde c é a velocidade de propagação da fase, da onda referida.

O não cumprimento desta condição leva, no decurso da integração numérica das equações discretizadas, ao crescimento da amplitude das correspondentes soluções; esta amplificação, sem contrapartida física, portanto espúria, representa uma instabilidade numérica de cálculo, designada por instabilidade computacional. Para valores elevados de c , o intervalo Δt tem de ser pequeno, para um dado Δx ; se as equações forem simplificadas, por forma a que ondas de alta velocidade de propagação não sejam solução, i.e. se ondas de alta velocidade de propagação forem filtradas das equações, então, para dado Δx , Δt pode assumir valores mais elevados. A filtragem de soluções com velocidade de propagação elevada (ondas sonoras e gravítico-inerciais) era necessária ao tempo de Richardson e de Charney von Neumann. O problema da filtragem foi resolvido por Charney (Nebeker, 1995), o que permitiu a seleção de valores elevados para Δt : mesmo assim, a previsão para 24h durou, com o ENIAC, 1 dia!

Na tentativa de Richardson, a desconhecida condição FCL não foi observada, pois o Δt era demasiado elevado, o que constituiu uma das causas de insucesso. Outra causa, reconhecida a posteriori, e insuspeitada por Richardson, residia nos erros contidos nos dados iniciais; esses erros comportaram-se, do ponto de vista numérico, como ondas gravítico-inerciais espúrias, de elevada amplitude e propagação rápida, responsáveis pela não observância do critério FCL.

Como se vê, a discretização espaço-temporal da atmosfera e a aplicação de métodos numéricos têm um preço elevado e estão longe de ser intuitivas. A substituição da atmosfera real por uma atmosfera discreta e a aplicação de técnicas de análise numérica só poderão conduzir a resultados que aproximem a realidade observada, se previamente forem compreendidos os processos físicos e as consequências que as referidas técnicas implicam, as quais devem ser consistentes, convergentes e estáveis. A previsão numérica do tempo acabou por consolidar-se porque a teoria física, a teoria matemática e o desenvolvimento tecnológico na computação e nos sistemas de observação atingiram, em conjunto, um grau de maturidade suficiente, que garantiu o sucesso da modelação numérica da atmosfera. No entanto, há ainda muito caminho a percorrer, apesar dos avanços notáveis conseguidos nos últimos 50 anos.

Outra dificuldade decorrente da discretização, sempre presente, portanto inevitável, que foi reconhecida e controlada é o falseamento (*aliasing*), em consequência do qual a energia das perturbações de alta frequência é acumulada numericamente, logo de forma espúria, na energia das perturbações de baixa frequência, as quais influenciam directamente o tempo atmosférico. Não sendo o falseamento controlado, a não linearidade das equações conduz a uma instabilidade numérica, dita instabilidade não linear, que tem de ser evitada, alisando (*smoothing*) regularmente, no decurso da previsão, os diferentes campos meteorológicos.

Finalmente, há outro aspecto crucial a ter em consideração quando o *continuum* atmosférico é substituído por um *discretum*; com efeito, processos caracterizados por escalas inferiores à escala determinada pela discretização não podem ser resolvidos na rede ou *grade* que lhe corresponde. Tais processos designam-se por processos de subescala. Por exemplo, com uma malha horizontal de dimensão 100km (ou 50km), processos como turbulência, atrito, convecção, transferência radiativa, efeitos dos aerossóis, efeitos das montanhas, transições de fase da água, microfísica de nuvens, etc. não têm representação directa no modelo considerado. Para uma dimensão de malha de Δx , a escala mais pequena que o modelo representa é $4\Delta x$. No entanto, processos de subescala exercem, via interacções não lineares, influências significativas na escala sinóptica e na mesoscala, bem como na circulação geral da atmosfera. É pois imperativo incluir os efeitos dos processos de subescala, nas escalas superiores, em particular para períodos de previsão alargados. A referida inclusão faz-se parametrizando os efeitos estatísticos dos processos de subescala, i.e. exprimindo-os como funções dos campos que caracterizam as escalas resolvidas pelo modelo considerado. Aquelas funções passam a constituir termos fonte ou sumidouro nas equações, i.e. termos de geração ou destruição nas equações de prognóstico das variáveis associadas às escalas resolvidas. As formulações matemáticas e numéricas das diferentes parametrizações não são simples e têm também evoluído significativamente de há anos para cá, embora, em certos casos, estejam ainda na infância da arte, como é o caso da parametrização da convecção.

VI. CONCLUSÃO

Não se conhecem métodos para obter soluções das equações que regem o comportamento da atmosfera. A previsão do tempo faz-se com modelos numéricos que constituem uma representação mais ou menos elaborada da atmosfera real e dos processos que nela ocorrem.

Desde 1950, ano em que se realizou a primeira previsão de sucesso, utilizando o primeiro computador digital construído nos Estados Unidos da América, o ENIAC, a previsão numérica do tempo consolidou-se como ciência, graças aos avanços na compreensão de processos físicos e químicos que têm lugar na atmosfera, aos desenvolvimentos na análise numérica e ao vertiginoso progresso tecnológico, nos meios de computação e nos sistemas de observação da Terra.

A previsão do tempo continua a constituir um dos enormes desafios colocados à espécie humana. A sua evolução é o resultado da cooperação internacional, do saber científico, do desenvolvimento tecnológico, aspectos que verificando-se em simultâneo, ou com pequenos desfasamentos temporais, permitiram atingir o nível de desenvolvimento actual. Sem dúvida que a capacidade de prever o tempo tem contribuído para a preservação de vidas e bens e para a melhoria da qualidade de vida da humanidade.

AGRADECIMENTO

Este trabalho contou com o apoio técnico de Regina Corte-Real.

BIBLIOGRAFIA

- Nebeker, F. (1995). *Calculating the Weather, Meteorology in the 20th century*, International Geophysics Series (Vol. 60), Academic Press: London.

ⁱ Partes por milhão em volume

ⁱⁱ Orlando Ribeiro colaborou com Amorim Ferreira em várias iniciativas, entre as quais vários fascículos de *O Clima de Portugal*

TERRITÓRIO E POLÍTICAS DO TERRITÓRIO. A INTERPRETAÇÃO E A AÇÃO¹

JOSÉ REIS²

I. INTRODUÇÃO

Neste texto revisito dois mundos: o da interpretação e do conhecimento do território e o das formas de lidar com ele através das políticas públicas. Não podem ser, como é evidente, coisas desligadas. Pelo contrário, uma informa a outra e deviam moldar-se reciprocamente. Mas bem se sabe que não é assim que acontece na maior parte das vezes. Porventura, as políticas desligaram-se do território, privilegiando outras deliberações e outros propósitos, enquanto o território carecerá, cada vez mais, de um regresso interpretativo que lhe revalorize os fundamentos e a pertinência. É esta opção que tomo, supondo que há razões para isso. Discuto o que nos levou a formular interrogações sobre o território e procuro responder à pergunta “o que é o território?”. Recuso que seja apenas uma questão de escala e acho que há uma epistemologia do território a construir, para podemos chegar a uma compreensão adequada do que dá valor à territorialidade. Assumo que as sociedades são estruturalmente polimórficas e nisso se manifestam as relações de poder que as constituem. As duas coisas devem ser centrais numa agenda territorialista.

Justamente porque é de poder que se trata, discuto por que razão há-de haver necessidade de formularmos políticas do território se as sociedades são, por natureza, espaciais. Por isso me parece que a “política-política” é que devia ser, ela própria, a sede da

Recebido: Março 2015. Aceite: Julho 2015.

¹ Este texto é dedicado ao António Gama Mendes, com quem tanto aprendi. Não foi apenas o sentido da suavidade da vida, nas suas alegrias e amarguras, que aprendi com o António ao longo de 40 anos. Foi a vontade permanente de uma compreensão fina das coisas, uma compreensão sempre provisória, inquieta, à procura da mais sólida imaginação. Sei que um texto como este não resiste às suas perguntas, às suas dúvidas, à sua crítica virtuosa. Sei que, com ele, a percepção do território, uma percepção vivida, vista de muitos lados, é sempre mais exigente. Mas esta é a minha pequeníssima homenagem, do modo que eu sei, a um querido amigo, a um geógrafo ímpar, estimadíssimo por gerações e gerações de alunos, a um universitário que se deu todo o tempo para o ser plena e integralmente, a um homem culto sem fronteiras nem disciplinas. (Coimbra, 31 de dezembro de 2014).

² José Reis é Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, Secretário de Estado do Ensino Superior e Director da FEUC. Tem estudado o território e as instituições da economia. E-mail: jreis@fe.uc.pt

territorialidade das políticas. Mas, porque assim não é na realidade, proponho uma taxonomia de políticas do território que acolham a proximidade, as densidades, a distância e o polimorfismo. Concluo desejando que toda a governação e todo o desenvolvimento fossem territoriais. Para que isso aconteça, ou na medida em que não acontece, faz sentido que mantenhamos uma agenda territorial capaz.

II. ESPAÇO E TERRITÓRIO

Defendi noutro lugar (Reis, 2013) que o desenvolvimento de perspectivas territorialistas na economia, da segunda metade do século XX para cá, resulta de um *pressuposto* – a importância da variável espaço no conhecimento –, de um *objetivo* – a busca de equidade socioeconómica – e de uma *ambição interpretativa* – a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas.

De facto, as ciências sociais começaram por ignorar o território, não lhe dando *lugar* entre as variáveis necessárias à compreensão das realidades socioeconómicas. Depois, juntou-se a isso uma *dimensão moral e ética*, acrescentando um propósito de equidade, o qual se alcançaria através da ultrapassagem das assimetrias e das desigualdades sociais evidenciadas pelo simples uso, na análise, de uma variável espacial. Não tardou, porém, que um *acréscimo de conhecimento* marcasse também os estudos territorialistas: interessava aos especialistas saber qual era ‘a razão de ser’ do que acontecia em cada território. Tanto podia ser a *mobilidade* dos fatores de produção (as pessoas, os bens e os capitais deslocam-se no espaço) quanto a *genealogia* dos processos, visto que estes ocorrem em lugares, quer dizer, originam-se e desenvolvem-se em circunstâncias locais concretas, identificáveis e diferenciadas.

Uma coisa e outra obrigam a interpelar o território: por que razão é que ele atrai ou repele; por que razão se geram ali, e não noutro sítio, dinâmicas ou défices? A interrogação sobre a genealogia é mais forte e exige uma resposta mais profunda do que a interrogação sobre a mobilidade. A razão consiste nisto: a esta última basta considerar o território como espaço, isto é, suporte de localizações, local de recepção, enquanto a primeira atribui ao território – ele próprio – um papel activo, uma acção interveniente nos processos que se pretendem analisar. Esta última preocupação situa-nos já num campo radicalmente novo. Exige uma epistemologia do território.

Também defendi noutro contexto que a relação entre ‘mobilidades’ e ‘territorializações’ (Reis, 2001) é uma das *tensões* que estabelecem a organização social. Para quem dedica atenção às espacialidades do desenvolvimento, esta proposta, num primeiro passo, não contém em si mesma nenhuma novidade. É facilmente aceite que os dois lados da formulação são elementos presentes no funcionamento dos territórios. Mas pode já não ser assim quando se *interpreta* a lógica da relação entre ambos os termos e, sobretudo, o que daí resulta. O problema é, então, simples: ou as territorialidades são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis, ou existe entre ambas uma *tensão* que obriga a equacionar o que confere força e poder a

ambos os lados. Esta última possibilidade tem que interpretar o território de um ponto de vista que inclua o poder que ele incorpora, as inter-relações e os atores que o formam, as iniciativas que ele gera e as transformações a que ele obriga. O problema não muda quando se consideram as ‘hiper-mobilidades’ (Damette, 1980; Hudson, 2004).

Sucede que a perspectiva territorialista tem na sua génese e na sua natureza o pressuposto de que a arbitragem entre mobilidades (ou fluxos) e territorializações não é uma simples procura de um equilíbrio formal entre as duas fontes de influência. Se assim fosse, tornava-se legítimo perguntar qual era a sua utilidade e a sua razão de ser. Tratar-se-ia seguramente de um exercício de bom senso, mas ele seria relativamente anódino e apenas formalmente relevante. Seria um resultado de soma nula. Não representaria um acréscimo epistemológico. Tratar-se-ia de pouco mais do que de uma delimitação de terreno, pois serviria sobretudo para definir o campo de trabalho de um grupo de especialistas, que assim estabeleceria e defenderia a sua ‘profissão’. Teríamos apenas mais um termo – território – no cardápio dos recursos discursivos e instrumentais das ciências sociais.

Neste sentido, o território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspetiva interpretativa em que se inclui – e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia das ciências sociais. Isto implica que se atribua à *proximidade* – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (a qual não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) ao de outros determinantes sociais. Implica também que se concebam as dinâmicas socioeconómicas globais como algo que não está organicamente estabelecido. As hierarquias não estão pré-definidas e não têm de ser previsíveis. Pelo contrário, os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada. O pressuposto funcionalista que antecede muitas das análises sobre a evolução dos fenómenos sociais deve recuar, em nome de uma pergunta verdadeiramente inicial sobre a sua genealogia. E, consequentemente, deve passar de uma visão organicista das estruturas sociais para uma noção que reconheça o seu polimorfismo.

Colocar o território num contexto epistemológico como este é reificação do território? Parece-me que não, pois o que está aqui em causa não é o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas o território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas.

Assim sendo, não me parecem satisfatórias as propostas que sugerem que uma boa apreciação dos fenómenos sociais exige um simples equilíbrio formal entre as variáveis em presença. Interpreto assim a proposta de Ray Hudson (2004), quando trata do entendimento das espacialidades que constituem as economias e as sociedades. Situando-se perante o mesmo problema que formulei acima e a que chamei tensão entre mobi-

lidades e territorializações, Hudson fala de *fixities of spaces* e de *fluidities of circuits and flows*. Contra as posições que defendem que o elemento-chave para compreender as sociedades contemporâneas está num destes elementos (sendo o outro necessariamente subsidiário), a sua proposta é *towards a conceptualization in terms of the relations between circuits, flows and spaces* (Hudson, 2004: 99). Uns e outros são complementares, mais do que concorrentes.

Há muito que sabemos que o território não é apenas o espaço físico. O território para que olham os economistas, os sociólogos, os planeadores é um *território relacional*. A ideia de que, nas sociedades contemporâneas, os territórios são *matrizes* quer sublinhar esta sua permanente condição relacional. A afirmação da natureza matricial do território exige, em primeiro lugar, a afirmação da sua relevância enquanto ordem material e socio-económica: as cidades e os sistemas urbanos são realidades materiais e não apenas construções concetuais; os recursos e os activos de uma região, assim como as mobilidades pendulares que mapeiam o seu sistema de emprego são identificáveis e geram economias locais diferenciadas.

A resposta à pergunta “o que é um território?” exige que consideremos três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais: (a) *proximidade*, (b) *densidade* e (c) *polimorfismo estrutural*.

A *proximidade* é o contexto e as relações que ela propicia: são pessoas em co-presença; são ordens relacionais; são consolidações de culturas práticas e de instituições; é conhecimento e é identidade partilhada de forma colectiva. É este conjunto de circunstâncias que desencadeia a formação de densidades.

As *densidades* exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens e competências (externalidades cognitivas) que coordenam a ação de atores sociais, em multiplicação ou definhamento de contextos institucionais e de governação.

O *polimorfismo estrutural* assinala o facto de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentro de ordens mais vastas. Quer dizer, o mundo não é representável por uma organicidade sistémica em que tudo-é-explicado-por-tudo, como acontece, por exemplo com a estrita lógica centro-periferia, ou pelas visões globalistas que dela são tributárias. O mundo é melhor representado pela ideia de polimorfismo, isto é, por uma visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e de autonomia, cujo desenvolvimento afirma a sua relevância própria e exerce efeitos de *feed-back* sobre outros espaços. Nisto consiste a noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo.

Argumento, pois, que há justificação de sobra para entender o território como detentor de um papel e de um significado próprios, não apenas complementares e muito menos derivados de determinações com as quais estabeleça uma relação hierárquica dependente ou sucessiva.

Das três dimensões que acabo de propor, duas – *proximidade* e *densidade* – formam a rede matricial interna dos territórios: representam a identidade, a copresença e a capacidade dinâmica, assim como o conflito, a ausência, as tendências regressivas. A terceira

dimensão – *polimorfismo estrutural* – representa essencialmente as relações de poder em que os territórios participam (e que podem ser positivas ou negativas, promocionais ou degradativas) e o modo como esses territórios se inscrevem no mapa estrutural do mundo (como margens ou como centros; como lugares ascendentes e transformadores da matriz global ou como lugares descendentes).

Nas discussões que hoje estão em cima da mesa sobressaem duas críticas principais às perspetivas territorialistas: o *poder* e a *política* (as relações de poder desiguais, o conflito) têm sido descartados do discurso e do quadro interpretativo que aquelas produzem, em favor da ênfase que é dada à região enquanto lugar comum e, muitas vezes, espaço auto-suficiente. Negligencia-se assim a existência de um processo de *desenvolvimento desigual* gerido por agentes de governação exteriores e com poder estabelecido, pensando que a ação cooperativa localizada é suficiente para fundar e estruturar as evoluções locais (produtivas, de inovação, de aprendizagem).

Niel Brenner (2003: 304) é muito veemente quando interpreta a emergência da escala metropolitana e da sua governação na agenda da organização territorial europeia como um processo essencialmente *crisis-induced*, derivado da transformação da espacialidade do Estado (um processo de *state rescaling*) e como a *politically mediated outcome of complex, cross-national forms of policy transfer and ideological diffusion*. Por isso mesmo, nas transformações territoriais que observamos, *regions have become major geographical arenas for a wide range of institutional changes, regulatory experiments and political struggles within contemporary capitalism*.

Segundo esta visão das coisas, o problema consiste em saber de que forma *social relations, operating across different geographical scales, interact in the reproduction of the political and economic landscape through time*. Neste sentido, as *regional institutions* são *key institutional channels through which wider regulatory practices are interpreted and ultimately delivered* (Cumbers et al., 2003: 335, sublinhado meu).

Nesta linha de pensamento, um programa de investigação suficiente seria o que se concentrasse nas conexões entre os *wider regulatory mechanisms and specific social and political interests within regions* (*ibid.*, *idem*). Os territorialistas seriam, assim, simples especialistas da *micro* e *meso* reprodução do *macroglobal* no território. Aliás, a esta luz, a materialidade do território – e, portanto, o seu significado ontológico – não faria sentido, pois ela é amplamente superada por um outro processo, o da “produção social das escalas”. As regiões não são elas próprias, mas antes “open spaces”, entidades úteis para a promoção da inovação e da aprendizagem na economia global, que é quem as molda e lhes define as possibilidades. Esta ideia de que há relações que precedem e anulam a materialidade territorial, sendo esta última caracterizada por um elevado grau de volatilidade, no quadro de “espaços abertos”, deixa de lado qualquer possibilidade de entendermos a morfologia, não só do poder, mas também das próprias realidades socioeconómicas.

A noção de *reprodução* e a visão de certos fenómenos e entidades como *canais* são consequências coerentes com o realismo crítico (Sayer, 1992), que é a posição filosófica em que as perspetivas que tenho estado a referir se apoiam.

The crux of the realist position is the ontological claim that there is an independent reality, made up of social objects and structures, although, crucially, our knowledge and understanding of this is always partial and provisional, being channeled through discourse and representation (Cumbers et al., 2003: 334)

Neste quadro, os territórios não seriam parte daquela “realidade independente”, estariam fora dela e, por isso, seriam essencialmente representações sociais, construções discursivas. Quer dizer, a influência do realismo crítico é superada por uma agenda que atribui dignidade ontológica a entidades como o poder, o Estado, a racionalidade dos agentes dotados de mobilidade, mas não aos territórios. Ora, *the idea that territorial differentiation within the modern state had been entirely eliminated was always an exaggeration* (Keating, 2014: 240)

A questão central a que as perspectivas territorialistas têm de responder é a que tem a ver com a relação entre o que define um território – interacções de proximidade, contextos de co-presença – e as suas relações heterónimas. É aí que a questão do poder e das relações desiguais essencialmente se coloca. Não basta postular estas duas dimensões, nem basta colocá-las lado a lado. O desafio é deduzir as resultantes das suas inter-relações: “não se trata de postular o local (...) mas de deduzi-lo” (Benko e Pecqueur, 2001: 39). Para isso, é útil a rejeição dos postulados da *convergência* (só há *one single best way*), da *hierarquia funcional utilitária* (os lugares só existem numa hierarquia porque são úteis ao seu vértice) e do entendimento de que os sistemas colectivos se “fecham” apenas através de um único *princípio de racionalidade e regulação*. A outro propósito, Charles Sabel (2004: 4) escreveu sobre “disruptive technology” para indicar que esta é *a superior alternative to the currently dominant know how, whose potential escapes the most masterful producers and users of the dominant method precisely because their experience teaches how to improve on what they already know; disruptive technologies therefore begin to realize their potential in secondary or peripheral markets*.

III. PARA CHEGAR ÀS POLÍTICAS: A QUESTÃO “INICIAL” E A RAZÃO DE SER

O que se diz acima acerca do território é, evidentemente, a base para ensaiarmos as políticas que lhe dizem respeito. Para pensarmos as políticas, o território tem, pois, que ser interpretado na sua ossatura e na sua diferenciação. Sabemos que ele é distância e que ele é proximidade. O *território-distância* é aquele sobre o qual se desenvolvem atividades e se interligam pontos. O *território-proximidade* é o que aglomera e proporciona a coordenação dos atores que nele agem e que, afinal, o constituem. Usarei, por isso, a proximidade como o principal dos critérios para apontar quais podem ser as políticas do território.

Já se sabe que as sociedades, as nações, as comunidades, a economia, a vida individual, as empresas se desenvolvem num espaço, assentam em territórios, não são pontos sem dimensão. Não há, por definição, países sem espaço. As sociedades são por natureza, entidades espaciais. A primeira razão pela qual os territórios confrontam necessaria-

mente as políticas públicas é, portanto, uma razão “natural”, “constituinte”. Tomar em conta o território deveria ser, pois, uma simples questão de administração, à maneira das que motivaram a formação inicial das nações ou qualquer outra forma de ocupação territorial e que, por exemplo, levaram os poderes em busca de soberania a criar cidades de fronteira, a construir castelos ou a estabelecer a justiça e formas locais de administrar. E não é por um território já estar constituído que ele deixa de ser a base do exercício do poder e da organização, assim como do funcionamento orgânico das comunidades. Por isso mesmo, também as sociedades contemporâneas tomam decisões que decorrem, porventura, da mesma necessidade de pressupor o território que correspondeu àquelas deliberações mais ancestrais. Por exemplo, conectar os pontos nucleares de um espaço organizado através de infra-estruturas que possibilitem uma mobilidade adequada e garantam a presença, pelo menos potencial, em todas as partes que constituem um espaço é, evidentemente, uma indicação da existência estrutural e incontornável do território. Assim sendo, a questão da inclusão do território nas políticas não deveria ser um problema ou mesmo um “assunto”. Não deveria ser preciso estar sempre a regressar ao início do mundo. Mas é. Há um eterno problema de conceção territorial das políticas. Porquê?

O argumento anterior inclui uma questão que também deve ser dilucidada: esta presença do território nas ações que organizam o espaço é para que sobre ele incida um poder e uma relação de heteronomia, ou para que cada território seja composto, ele próprio, pelas mesmas condições e pelos mesmos valores que definem o conjunto, e na ausência dos quais estaríamos perante uma óbvia demonstração de fragmentação? É para que o território seja objeto ou sujeito? Coletar impostos, sujeitar populações a um soberano ou distribuir “juízes de fora” foram formas de considerar a existência de territórios dentro de um espaço em construção. Mas foram essencialmente relações de domínio. Já a constituição de poderes locais, ainda que instituídos por forais, poderá ter sido uma maneira de assumir os territórios na sua condição de parte própria de um coletivo.

Por que razão, em síntese, é que há políticas territoriais? Porque há um *Estado local*, fruto da evolução democrática, e há atores políticos locais que o exigem? A existência de um Estado local é, ela mesma, a condição para que existam políticas do território ou elas existiriam sem ele? Ou existem políticas territoriais porque, sendo as sociedades entidades territoriais, se deve promover a *justiça espacial*? Mas, nesse caso, elas deverão ser encaradas como simples políticas redistributivas, uma espécie de alocação *top-down* de recursos? Ou o pressuposto de que a riqueza não está bem distribuída é essencial e as políticas territoriais têm de existir para que o *processo de criação de riqueza* seja, na sua origem e na sua natureza, tão robusto que inclua ele próprio, à partida, a justiça espacial, na medida em que de modo equilibrado valorize todos os recursos territorialmente disponíveis? A resposta mais adequada a dar é, defende-se aqui, a que torne as políticas do território num elemento básico da deliberação pública e não um suplemento mais ou menos forçado.

Esta relação necessária das deliberações políticas com o território, em vista da circunstância “natural” de as sociedades serem entidades territoriais, assim como a presença conflitual e muitas vezes dificilmente dilucidável da condição de objeto ou de sujeito, clarifica pelo menos uma coisa: as políticas, tendencialmente todas as políticas, têm *incidências*

territoriais. As diferentes evoluções do ordenamento espacial exprimem sempre o “movimento” do território, seja ele positivo ou negativo, reactivo ou endógeno. Por esta razão, a solução dicotómica de distinguir, por exemplo, políticas sectoriais de políticas territoriais merece ser discutida. Desde logo porque é frequente estabelecer-se uma espécie de relação subsidiária das segundas em relação às primeiras, da qual resulta que estas seriam as verdadeiras deliberações, enquanto aquelas seriam *compensações* ou formas de *mitigação*. Isto acontece, por exemplo, no modo como se entende o papel a desempenhar por certas políticas (ambientais ou “territoriais”) relativamente à influência, supostamente negativa, de políticas sectoriais específicas (como as de transportes ou as agrícolas) sobre as dinâmicas territoriais, devendo então convocar-se, para minorar as consequências, políticas de ordenamento do território, de desenvolvimento regional ou de conservação da natureza. A finalidade das políticas territoriais e ambientais seria então “gerir os efeitos desencadeados por políticas sectoriais”. Ora, na verdade, esta distinção não é aceitável, se nos colocarmos numa posição que pretenda discutir as questões a partir de uma base territorialista.

O ideal seria que se assumisse, tendo em conta o nosso pressuposto inicial, que difficilmente se pode admitir a noção de que há políticas territoriais e políticas não-territoriais. É verdade que há diferentes *sensibilidades* das políticas ao território, mas todas deveriam ser, enfim, territoriais. Admitamos que a política diplomática e de relações externas, assim como a de defesa, são, salvo casos específicos ou extremos, de incidência não-territorial. Mas já não é possível dizer-se, nos dias que correm, que a de justiçaⁱ ou da segurança (que compõe com a restante, as chamadas funções de soberania) cabem nesse conjunto. Isto remete-nos, aliás, para a ideia de que a estrutura essencial do Estado e da administração, independentemente das funções de que estejamos a falar, é intrinsecamente territorializada e tem, portanto, necessárias incidências territoriais. Há evidentemente deliberações que, podendo estar para lá de cada território e podendo considerar-se “sectoriais”, têm óbvia incidência territorial. O exemplo mais imediato é o das grandes infraestruturas de transporte ou da energia. Não é apenas porque elas ocupam e transformam o uso do território. É porque eles comportam lógicas de acesso e de ordenamento, no primeiro caso, e de alteração da hierarquia do uso de recursos, no segundo.

IV. AS POLÍTICAS DO TERRITÓRIO

A classificação das políticas do território que vou propor assenta em quatro categorias principais, a que acrescento uma quinta, de natureza geral. Encontrei razões para autonomizar um conjunto de políticas a partir da sua natureza territorial e definir aquilo que contribui para tal qualificação. Mas defendo que, na verdade, a distinção entre estas políticas e outras que se poderiam considerar como não-territoriais deveria ter escassa justificação e, para além de certas condições, até se pode ter por indesejável. De facto, sendo as comunidades humanas entidades territoriais, poucas hão-de ser as políticas que não são do território. E não teríamos de chegar a esta conclusão apenas pelas incidências espaciais que todas as políticas têm, mas pela sua conceção inicial.

A apresentação de uma taxonomia elementar de políticas do território, para além do que este objetivo representa em si mesmo, dá também lugar a uma visão pluralista sobre a forma de organização das economias e das sociedades. Com efeito, em vez da ideia de que os capitalismos se organizam apenas através da coordenação pelo mercado, é mais razoável supor que há vários mecanismos para atingir esse fim e que é daí que resulta a organização socioeconómica: há mercado, há Estado, há empresas e hierarquias empresariais, há associações e há comunidades e há, em concreto, comunidades territoriaisⁱⁱ. E é de tudo isto que resultam as deliberações e os comportamentos individuais, assim como as dinâmicas coletivas.

1. Uma definição: as condições da territorialidade de uma política

Refiram-se então as condições que devem ser tomadas em conta para se considerar a territorialidade de uma política. Podemos considerar que *as políticas do território são aquelas em que a coordenação entre atores se faz predominantemente pelo território e não por quaisquer outros mecanismos*. Courlet (2008: 46) distingue três tipos de coordenação: a que se faz pelo mercado, a que corresponde a uma ordem hierárquica – seja pública, seja dentro de uma grande empresa – e a territorial, resultante de interdependências entre agentes ou entre agentes e instituições, que originam dinâmicas específicas. É na medida em que, na sua origem e nas suas finalidades, estabeleçam laços entre atores locais, estruturem e capacitem o território, desenvolvam o capital social e dêem coerência a políticas tidas por setoriais que há políticas que assumem a qualidade de territoriais. Não deviam ser assim todas as políticas, na medida em que sejam políticas de desenvolvimento? Deviam, certamente. A própria abordagem horizontal não devia ser exclusiva de algumas políticas, então ditas territoriais, antes devendo ser matéria presente em qualquer metodologia de formulação e concretização de políticas.

Em todo o caso, admita-se que políticas territoriais são, tendo em conta a definição proposta, as que, no plano global em que se inserem (regional, nacional, europeu), *promovem o policentrismo, intervêm na organização dos meios territoriais a que se dirigem, assentam em redes de proximidade e consolidam institucionalmente as diferentes componentes espaciais de um todo*.

Estas três condições são, por assim dizer, condições da territorialidade de uma política. Se a lógica policêntrica (seja qual for a escala de intervenção) éposta em causa, pode estar a desfazer-se o que é mais intrinsecamente territorial numa política: a relação com um espaço estruturado, relacional, polimórfico. Se a condição de organização dos meios se perder, dificilmente é a política constituinte do território que recuará para a mera condição de espaço anódino de recepção de *inputs* externos. Se uma política não pressupuser e não tiver como finalidade densificar relações dentro do território a que se destina, valorizando a proximidade, será certamente uma política *no* território mas não *do* território. A condição final, a definição da natureza territorial de uma política, deve observar-se no plano institucional. Não apenas das instituições formais (políticas, jurídicas...) mas também das instituições materiais, aquelas que revelam a capacidade organizacional,

o desenvolvimento de vínculos substantivos entre as pessoas e as estruturas da economia e da sociedade: sistema de emprego, formação e qualificações, escola, actividades em que predominem as formas de *learning by doing*, por exemplo.

2. Uma taxonomia

Uma taxonomia de políticas do território é sempre redutora. É-o especialmente se tivermos em conta o que já se discutiu sobre a necessária consciência e inteligência territorial de quase todas as políticas. No entanto, o compromisso com a definição anteriormente proposta autoriza um exercício classificatório como o que se segue, através de quatro categorias e de uma adicional.

a) A política de ordenamento e infra-estruturação

O território apresenta-se, por natureza, em várias escalas. Há, em cada escala, macro territórios, isto é, os territórios que contêm territórios. A definição do quadro trans-escalar com que se concebe o território é, porventura, o nível mais amplo de construção de políticas: são políticas de ordenamento que se constituem através dos quadros concetuais que se estabelecem, dos espaços de deliberação que se instituem e da infra-estruturação que promovem. A *política de ordenamento e estruturação do conjunto composto por todos os territórios* inclui, por isso, o quadro de programação por que se opta, assim como a política de desenho da rede de equipamentos e de infra-estruturas e as relações de mobilidade e os transportes. É neste âmbito que ganha todo o sentido a ideia de promoção do *policentrismo* e dos princípios da *descentralização* que são próprias da lógica territorial.

Pode dizer-se que não apenas se tornou consensual que a gestão e o ordenamento do território constitui um *problema* relevante da sociedade, como também que há justificações de sobra para a convicção de que essa é a forma de dedicar atenção ao território entendido como recurso e como um contributo para a *solução* de certos défices persistentes nas nossas sociedades. É, por isso, que é essencial consolidar uma visão do território e identificar os espaços pertinentes de racionalidade das políticas públicas. Cremos poder defender que há hoje em Portugal um consenso suficiente acerca do modo como se podem identificar esses espaços, isto é, como constituir uma escala sub-regional apropriada a um correto entendimento das relações entre desenvolvimento e território. Mas não é claro que esse consenso resulte em políticas coerentes.

O PNPTOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – foi um exercício de definição, de um ponto de vista substantivo, desses grandes espaços pertinentes. Procurou-se, de facto, identificar a ossatura territorial existente. Fez-se isso, por exemplo, através dos grandes sistemas urbanos consolidados, ou dos que representassem novos dinamismos territoriais, assim como dos espaços de baixa densidade, ou dos territórios de “fronteira”, quer na aceção territorial do termo, quer para significar que são “fronteiras” de desenvolvimento.

b) A política urbana

A política urbana é, tem de ser, uma panóplia de várias políticas. No quadro de qualquer discussão, e muito particularmente na que estamos a propor, só pode ser encarada de forma global e integrada. É isso que decorre do *princípio da coordenação pelo território*. Se isto é verdade para qualquer meio territorial, é-o de forma particularmente intensa para os meios urbanos. Na verdade, as cidades, os conjuntos urbanos, as metrópoles, são casos de particular intensidade territorial. São ainda representações singulares da forte convergência entre políticas de intervenção física (no desenho territorial, no edificado, nas relações de mobilidade) e ações de natureza relacional, como as que dizem respeito à qualificação das pessoas, à inclusão social, à promoção de atividades ou à capacitação institucional. Na verdade, para além do óbvio significado territorial, material e de dimensão, um meio urbano ou metropolitano é essencialmente relevante pelo seu poder institucional e pela sua posição relacional face a outros espaços, sejam eles de poder maior ou equivalente, sejam menores. A política urbana combina assim de forma particularmente intensa aspectos físicos (concentrando intervenções complexas que dificilmente se podem encontrar noutras lugares), processos imateriais de incidência local e formas institucionais e relacionais com contextos externos. Os meios urbanos têm ainda a singularidade adicional de combinarem tempos históricos muito distintos e sobrepostos. A coalescência de diferentes temporalidades nas capacidades contemporâneas de uma cidade é, porventura, a sua marca mais distinta.

No conjunto, as cidades e as intervenções políticas de natureza territorial que elas e os meios metropolitanos suscitam resultam de uma circunstância absolutamente central na análise territorial: a presença de *aglomerações* e a gestão da *proximidade*. O mais poderoso exemplo de uma economia de proximidade é, evidentemente, uma grande metrópole. Através da forma como a condição urbana se consolida no território revela-se a *espessura* e a estrutura do próprio território. As cidades ou, numa aceção mais ampla, os sistemas urbanosⁱⁱⁱ são, de facto, uma forma lapidar de constituição do território, e isso tem sido demonstrado para Portugal em muitos estudos que, simultaneamente, tipificam as principais estruturas urbanas do nosso país. Já se sabe que a urbanização é um fenómeno marcante das sociedades contemporâneas porque a ele estão ligados muitos dos factores que influenciam a geração das mais relevantes dinâmicas: comunicação, cultura, poder, aprendizagem e conhecimento, inovação ou consumo. As cidades e os sistemas urbanos são, através das economias de aglomeração em que assentam e que geram, a grande *ossatura* do território. Pela co-presença ativa e pela proximidade são espaços de dinamismo e de mudança.

Numa sociedade como a portuguesa estas questões são particularmente relevantes. Por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, porque as áreas dinâmicas da economia são mapeadas pelas principais estruturas urbanas – a “região metropolitana de Lisboa” e a “aglomeração metropolitana do Norte litoral”, bem assim como o “polígono urbano do Centro do país ou a aglomeração algarvia” – e aqui residem muitos dos fatores específicos de qualificação e diferenciação positiva, designadamente os que resultam do

conhecimento, da criatividade, da conectividade e, em geral, dos recursos imateriais. A cidade é, pois, um meio especialmente qualificado. Em segundo lugar, os espaços urbanos são relevantes porque o bem-estar das pessoas, designadamente quando lhes está associada uma economia de serviços e o acesso a equipamentos é, em muitos aspectos decisivos, beneficiário da proximidade à cidade e às funções urbanas. Em terceiro lugar, a cidade e a organização urbana são elementos críticos de ordenamento do território, de coerência da rede de equipamentos e de infra-estruturas, de comunicações e mobilidade, de capacidade logística. Finalmente, porque a própria articulação dos diferentes espaços do país – designadamente a articulação do interior – tem nos meios urbanos um instrumento principal.

É bem sabido que o meio urbano, em Portugal, carece de organização, de qualificação e de articulação e que há problemas de exclusão graves relativamente ao que deveria definir a própria cidade, nos termos acabados de referir. Os problemas urbanos são, pois, importantes tanto pelo défice como pelo excesso. Pelo défice, porque há problemas ambientais por resolver, há problemas de qualidade do meio construído e do espaço público, há problemas sociais, há uma lógica local que perdura, não deixando tratar muitos dos problemas à escala intermunicipal exigida pelo facto de os sistemas urbanos que formam o território serem aglomerações de vários municípios ligados pela proximidade. Pelo excesso, porque há problemas de congestão, de redundância na conceção das estruturas urbanas devido à falta de conceção de cada sistema urbano como um todo, há problemas de sustentabilidade de equipamentos e de infra-estruturas, há articulações que é necessário promover.

c) A política para a baixa densidade

As duas condições apontadas anteriormente para compreender as políticas urbanas – *aglomerações e proximidade* – conduzem-nos, na mesma lógica, à que deve ser uma outra grande categoria de políticas do território: a que se dirige aos espaços de baixa densidade, aqui entendida não apenas como baixa densidade demográfica mas essencialmente como rarefação socioeconómica. A ideia de que há uma finalidade de gestão da proximidade mantém-se, evidentemente. Mas agora encontramos o simétrico da aglomeração. Mas nem por isso é menos território o que se qualifique como território de baixa densidade. Ele deve ser na mesma sujeito de políticas e elemento de coordenação de atores. Claro está que a estas políticas presidem fins próprios: estruturação territorial, organização e valorização de recursos específicos, definição de condições de bem-estar e acesso a padrões gerais de sociabilidade, qualificação institucional.

Os espaços de baixa densidade, tal como foram definidos anteriormente, constituem a mais ampla fatia do território nacional mas representam menos de 1/4 da população do país. São constituídos por espaços urbanos de pequena dimensão, sem proximidade física e socioeconómica com outros espaços urbanos (pensa-se nas sedes de concelho não integradas em sistemas urbanos plurimunicipais), e por espaços não-urbanos de características rurais profundas ou tributários dos anteriores. A sua importância para a organização

do país mede-se por dois indicadores: o papel que desempenham na ocupação e articulação do território (coesão territorial) e o modo como se constituem em lugares de vida de uma parte da população portuguesa (coesão social). É justamente na medida em que estes espaços são espaços de articulação do conjunto do território e lugares onde tem de ser garantido o acesso dos cidadãos que aí residem a serviços de natureza universal que eles são relevantes para as políticas públicas. As políticas que se lhes dirigem têm reconhecido estes aspectos e dão lugar especial à natureza dos recursos (endógenos) que as caracterizam e diferenciam.

d) A política para os sistemas produtivos localizados

O território manifesta-se também através da economia, isto é, através de *especializações produtivas* assentes em economias de proximidade e através da localização de recursos produtivos relevantes, de matérias-primas, de força de trabalho ou de conhecimento. De facto, as relações entre território e economia supõem uma opção activa e voluntarista pela estruturação da nossa economia à volta de sistemas produtivos localizados, entendidos como redes polares de qualificação das actividades em que a especialização regional pode ser desenvolvida. São sistemas diferenciados, que atendem à natureza estrutural de cada região, aos seus factores de competitividade específicos e à capacidade institucional instalada.

A condição para que a economia e a sua especialização produtiva possa superar a sua natureza frequentemente limitada e tecnicamente balizada (“segmental” e fragmentária), às quais é difícil atribuir impactos globais e efeitos de arrastamento cruciais no conjunto da economia, é, porventura, a sua valorização no quadro de sistemas regionais concebidos de forma articulada, propiciadores de condições competitivas horizontais e estimuladores da criação de plataformas organizativas comuns a várias atividades. Este parece ser um bom caminho para a geração de dinâmicas de nível superior. Ora, esta é uma tarefa que obriga a dar muita atenção à organização, às economias de eficiência colectiva.

Um pressuposto forte é que a inovação, sob as suas diferentes formas, pode ser altamente influenciada pelo território. Na sequência da influência de Alfred Marshall, os economistas usam a noção de *economias externas*. De facto, este economista identificou, no início do século XX, três grandes forças de aglomeração espacial da atividade produtiva: um mercado do trabalho localizado disposto de mão-de-obra numerosa e qualificada (mercado do trabalho regional); uma oferta local e regional de bens intermédios e serviços especializados (por extensão, oferta de bens e serviços de produção, em geral); uma maior facilidade de circulação da informação a curta distância. Cada um destes três fatores é susceptível de proporcionar externalidades positivas aos produtores, funcionando como força indutora de atividade económica no local/região.

De modo geral, quer a criação de conhecimento (Vale, 2011), quer a absorção por uma empresa de conhecimento externo (difusão), requerem recursos humanos altamente qualificados. Está demonstrado que a existência de infra-estruturas científicas e

tecnológicas numa região, isto é, a curta distância, é indutora de inovação ao nível da empresa por estas duas últimas vias. A manifestação mais expressiva desta influência do território na inovação encontra-se no fenómeno dos *clusters*, ou seja, dos grupos de agentes económicos (empresas, instituições de I&D, entidades de interface) fortemente interligados, numa base local e regional, por fluxos de inovação ou atividade conjunta realizada neste domínio.

A proximidade facilita a circulação do conhecimento. Esta influência, para além de poder realizar-se através da partilha de conhecimento produzido em conjunto (pelo processo já descrito a propósito da primeira força de aglomeração de Marshall), manifesta-se ainda através da transferência de conhecimento já existente. É particularmente relevante, neste último caso, a circulação do conhecimento *tácito*, pois este carece de contactos presenciais e extravasa de uns agentes para outros, não só pela via dos mecanismos do mercado, mas também, em parte, através de canais exteriores ao próprio mercado. A sua transferência realiza-se, nomeadamente, sob a forma de cooperação informal.

Um sistema regional de inovação é caracterizável do seguinte modo: no *vértice* estão as atividades de investigação e desenvolvimento do sistema de ensino superior e dos centros tecnológicos, conjugadas com as parcerias e as estratégias de internacionalização que as empresas foram capazes de concretizar; a *base* é constituída por setores ou, numa aceção voluntarista, por *clusters* que são o resultado da acumulação de saberes e capacidades formados na sequência de já longos processos de especialização. O essencial do sistema de inovação não está, contudo, nem no seu vértice nem na sua base, considerados em si mesmos: o essencial está no desencadear de processos criativos, em relações emergentes que beneficiem das articulações entre o vértice e a base. Assim sendo, a “economia” dos territórios – a especialização que os caracteriza e os recursos que aí se aglomeram – deve ser retida como um elemento crucial da governação das políticas públicas.

e) A política-política

Há políticas que são qualificáveis como do território e este texto debruça-se sobre elas. Mas é também claro que há outra política que, na medida em que é o lugar das grandes deliberações que organizam a sociedade, não é em nada alheia ao território. É o que podemos chamar a política-política. Ou, noutra perspectiva, o quadro institucional que, tanto no plano formal, como nos da cultura e dos comportamentos coletivos, organiza e qualifica uma sociedade e a ordem relacional em que ela assenta. É aqui, evidentemente, que se fica a saber o que vale o território. Se ele é sujeito ou objeto. Se é uma restrição a que tem de se atender ou valor que serve para estabelecer interações ou finalidades.

É também neste quadro que, enfim, ficamos a saber se é preciso falar de políticas do território, forçando dicotomias indispesáveis, ou se se assume já que, afinal, todo o desenvolvimento é desenvolvimento territorial e, por isso, estamos já para além dessas dicotomias e estamos perante políticas que, *ab initio*, valorizam recursos e promovem a justiça, sem qualificativos.

V. CONCLUSÃO

Há, pois, boas razões para dispormos de uma noção prática e útil de governação territorial. Algo que explice o modo como os diversos níveis espaciais são integrados no modelo institucional de organização da decisão, como a articulação territorial das políticas – tanto as sectoriais como as territoriais – é alcançada e como o modelo de administração e gestão das políticas públicas se inscreve no território e o assume. Tudo, afinal, o que nos permita supor que todo o desenvolvimento é concebido como desenvolvimento territorial.

Trata-se, sem dúvida, de uma escolha adequada das escalas territoriais pertinentes para a macro-conceção de um quadro global de atuação. Mas trata-se também da relação a estabelecer entre cada medida de política e a escala territorial em que elas se planeiam, decidem e executam (o âmbito territorial de cada política) ou das esferas da administração estatal que se elegem como agentes ativos de conceção, gestão e decisão ou, ainda, da relação a estabelecer com os atores sócio-político-económicos, tanto públicos como não-públicos. Evidentemente que estas considerações resultam do pressuposto de que o território é um elemento da governação das políticas públicas. Isto supõe que é possível definir com clareza qual é a materialidade do território e de que modo é que ela é um fator de operacionalização daquelas políticas.

BIBLIOGRAFIA

- Benko, G. & Bernard, P. (2001). Os recursos de territórios e os territórios dos recursos. *Geosul*, 16 (32), 31-50.
- Brenner, N. (2003). Metropolitan institutional reform and the rescaling of the State space in contemporary Western Europe. *European Urban and Regional Studies*, 10 (4), 279-324.
- Courlet, C. (2008) *L'Économie Territoriale*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Cumbers, A., Danny, M., & Robert, M. (2003). Institutions, power and space: assessing the limits to institutionalism in economic geography. *European Urban and Regional Studies*, 10 (4), 325-342.
- Damette, F. (1980). The regional framework of monopoly exploitation. In C. John, H. Ray & L. Jim (Eds.), *Regions in Crisis: New perspectives in European Regional Theory* (76-92). Londres: Croom Helm.
- Hudson, R. (2004). Thinking through the geographies of the new Europe in the new millennium. *European Urban and Regional Studies*, 11 (2), 99-102.
- Keating, M. (2014). Introduction: Rescaling Interests. *Territory, Politics, Governance*, 2-3, 239-248.
- Reis, J. (2001). A Globalização como Metáfora da perplexidade: Os Processos Geo-económicos e o 'Simples' Funcionamento dos Sistemas Complexos. In B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (109-134). Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, J. (2009). *Ensaios de Economia Impura*, Coimbra: Almedina.
- Reis, J. (2013). O regresso ao princípio do mundo: uma visão territorialista de denúncia e contraposição. In M. M. Serrano & P. Neto (coord.), *Espaço: Perspetivas multidisciplinares sobre a construção dos territórios* (29-39). Coimbra: Sílabo.
- Sabel, C. (1998). Constitutional orders: Trust building and response to change. In J. R. Hollingsworth & R. Boyer (Eds.), *Contemporary capitalism: The embeddedness of institutions* (155-181). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sabel, C. (2004). Districts on the move: Notes on the Tedis Survey of the internationalization of district firms", <http://www2.law.columbia.edu/sabel/>.

- Sayer, A. (1992). *Method in Social Science*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Vale, M. (2011). Innovation networks and local and regional development policy. In A. Pike, A. Rodriguez-Pose, & J. Tomaney (Eds.), *A handbook of local and regional development* (413-424). London: Routledge.

ⁱ Tem-se obviamente presente a questão do mapa judiciário na discussão nacional recente.

ⁱⁱ Para uma aproximação às várias formas institucionais de governação das economias veja-se Reis (2009).

ⁱⁱⁱ Um sistema urbano é uma realidade territorial sub-regional com as seguintes características: uma *aglomeração* de pessoas, uma situação de *proximidade* (é o espaço-tempo que melhor serve de medida para a distância), uma economia de tipo *urbano* (estão nestes sistemas as universidades, os institutos politécnicos e as escolas secundárias; estão os hospitais; estão os principais serviços; estão os centros de consumo e de lazer; estão também as bacias de emprego secundário e terciário; e todas estas características se sobrepõem e articulam num mesmo espaço), uma situação caracterizada por *relações intensas* e pela *mobilidade* (dentro destes espaços, em distância curta, muitas pessoas deslocam-se e interagem diariamente).

DE QUEM É O ESPAÇO ENTRE INSTITUIÇÕES?

PORFÍRIO SILVA¹

1. Parecerá absurda a pergunta: haverá teorias sobre a realidade que fazem de conta que o espaço não conta? Na verdade, absurdo mesmo é que a resposta seja positiva. Talvez não seja difícil imaginar que o exemplo vem da Economia. Vejamos.

Como teoria económica, o modelo neoclássico padrão, Walrasiano, que é um modelo de equilíbrio geral, baseia-se nas noções de mercado e sistema de preços: a oferta satisfaz a procura a um preço que é público; os mesmos bens e serviços (com as mesmas propriedades, fixadas antecipadamente) são negociados ao mesmo preço, sob as mesmas regras e virtualmente ao mesmo tempo; todos os agentes do mercado participam no processo e todos estão plena e igualmente informados sobre as mercadorias e sobre os termos da troca. Se as coisas se passassem assim, nenhum esforço seria necessário para efectuar trocas, excepto dispor da apropriada quantidade de dinheiro. Muitos autores têm notado que este modelo é profundamente irrealista, designadamente porque há trocas em contextos bilaterais (fora do mercado aberto), porque nem todos os participantes têm a mesma informação sobre as mercadorias em causa, porque a economia real envolve custos de transacção (mais sobre isto daqui a pouco).

Num plano mais geral, um forte elemento de irrealismo nesta economia ortodoxa é a obliteração do tempo: é como se toda a negociação para um conjunto de trocas de uma determinada mercadoria acontecesse ao mesmo tempo, por uma espécie de contrato de duração nula. O Prémio Nobel da Economia em 1993, Douglas North (1990: 30), fez precisamente esta crítica de irrealismo a esta ortodoxia económica, falando numa concepção em que as trocas aparecem como se fossem instantâneas. Mas acrescentou: é como se o mercado estivesse concentrado num único ponto do espaço.

Estamos a dizer que tais teorias negam a existência do tempo ou do espaço? Não; estamos a dizer que são teorias que atingiram um tal grau de formalismo que desconsideraram o tempo e o espaço nos seus fundamentos. E esse formalismo, tão

Recebido: Março 2015. Aceite: Junho 2015.

¹ **Porfírio Silva**, Filósofo das Ciências, é colaborador do Instituto de Sistemas e Robótica (Instituto Superior Técnico) e do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, onde desenvolve investigação sobre as sociedades artificiais e o papel social dos robots. Email: porfiriosilva@isr.ist.utl.pt

profundamente enraizado num padrão de “cientificidade” dominante, precisa de recursos teóricos alternativos para ser combatido.

Uma das várias estratégias para combater este irrealismo assenta na ideia de custos de transacção. Quer dizer: nenhuma acção no mundo real acontece sem esforço. As mercadorias ou os factores de produção têm de ser levadas de um ponto para outro (não, não estão todos no mesmo ponto do espaço). Não há parceiros automáticos para as trocas: é preciso procurá-los, analisá-los, escolhê-los; é preciso monitorizar o cumprimento de um contrato. Há organizações – não apenas mercadorias e preços e trocas instantâneas – e as organizações podem ser mais ou menos bem geridas e têm custos. As regras que supostamente ordenam um mercado (ou qualquer outra arena da acção humana) nem sempre são cumpridas, nem sempre são sequer claras; podem surgir diferenças interpretativas ou incumprimentos, litigância. Os mercados têm um enquadramento institucional (uma sociedade politicamente organizada, um sistema de justiça que pode prolongar os tempos de litigância, por exemplo). A actividade económica tem lugar no seio de uma sociedade, cujas regras influenciam quer os mercados quer os contratos (Furubotn e Richter, 1997: 43-48). Não se pode compreender nada disto com uma concepção que ignora o espaço.

Até por isso, ignorar o espaço vai de par com a incompreensão da incompletude como característica básica da nossa condição de seres humanos. Que é também incompreensão da nossa condição epistemológica. Nunca sabemos tudo sobre um mundo complexo e incerto, com imensos processos naturais que não compreendemos inteiramente, cheio de outros agentes que podem não partilhar e podem até esconder informação. E transformar dados em conhecimento utilizável custa esforço e tempo. Portanto, estamos em geral em condições de informação incompleta e assimétrica (porque, em regra, nem todos os agentes têm a mesma). E, em larga medida, é nos problemas de incompletude e assimetria de informação que assentam aspectos decisivos da questão dos custos de transacção.

Esta questão coloca-nos no ponto de intersecção entre as concepções sobre as práticas sociais e concepções mais gerais acerca da estrutura da realidade. Vamos agora deixar de lado a questão do tempo e concentrar-nos na questão do espaço.

2. Agnew (2011) sugere um cruzamento entre duas concepções de espaço e duas concepções de acção humana.

A visão objectivista do espaço em Newton opõe-se à visão relacional do espaço em Leibniz. O espaço newtoniano é absoluto, é uma entidade independente dos objectos e eventos que eventualmente o ocupem, contém esses objectos e eventos, tem poderes próprios (como os que resultam das forças que operam através dele, como a atracção gravitacional ou magnética) e esses poderes são separados dos poderes dos objectos e eventos que estão e ocorrem no espaço. Já na concepção leibniziana o espaço é relacional: tudo o que interessa no espaço resulta inteiramente das relações entre os objectos e os eventos; o espaço existe devido às relações entre lugares, nos quais eventos e objectos estão localizados com os seus poderes próprios.

A esta polarização entre uma concepção objectivista e uma concepção relacional do espaço vem juntar-se outra polarização entre duas concepções da acção humana. Nas concepções subjectivistas da acção humana, mesmo que se reconheça a força das circunstâncias e os condicionalismos, somos entendidos como essencialmente determinados a partir de dentro. Já as concepções objectivistas da acção humana sublinham como somos impelidos por forças que determinam ou empurram o que fazemos no mundo, sendo sempre as causas internas fracas para contrariar a maciça pressão do mundo sobre o indivíduo.

Cruzando estes dois eixos, Agnew diz, então, que as concepções subjectivistas da acção humana se conjugam com noções objectivistas do espaço (a acção humana, subjectiva, tem o espaço como o seu continente objectivo: é na realidade do espaço, e dos seus constrangimentos próprios, que encontramos o nosso caminho), enquanto as concepções objectivistas da acção humana vão de par com noções relacionais acerca do espaço (são as forças relacionais que empurram a acção humana que estruturam o espaço, porque o espaço é o resultado dessas relações).

3. Teríamos, então, uma oposição entre, por um lado, concepções subjectivistas da acção humana, articuladas com concepções objectivistas do espaço e, por outro lado, concepções objectivistas da acção humana articuladas com concepções relacionais do espaço. Ora, a verdade é que, se adoptarmos um ponto de vista institucionalista, temos de criticar essas oposições: a oposição entre subjectivismo e objectivismo é demasiado pobre para compreender aspectos importantes da acção humana (como defenderemos no ponto 4); a oposição entre uma visão objectivista e uma visão relacional do espaço ignora que, em certa medida, o que parecem relações dos humanos com o mundo físico são, afinal, e fundamentalmente, relações sociais mediadas por coisas (como defendemos no ponto 5).

4. Vamos agora tentar mostrar que a oposição entre subjectivismo e objectivismo é demasiado pobre para compreender aspectos importantes da acção humana. Para isso, partimos dessa importante especificidade das sociedades humanas que é a existência de instituições. Uma entrada incontornável para pensar estas questões é a obra de John Searle (1995) sobre a construção da realidade social.

A distinção básica a considerar é entre factos brutos e factos institucionais. Temos um facto bruto quando a sua existência nada deve aos observadores (o pico do monte Evereste está a N metros de altitude). Um facto social é aquele que envolve intencionalidade colectiva: estou a tocar violino como parte da orquestra estar a tocar uma sinfonia; a orquestra a tocar a sinfonia não é um sucedâneo de uma coleção de executantes a tocar partes da peça.

Agora, os factos institucionais são um subconjunto dos factos sociais. A criação de factos institucionais envolve os mecanismos pelos quais um colectivo decide atribuir certa função a um dado tipo de objectos, quando essa função não podia decorrer apenas das características físicas (ou químicas, ou biológicas) desse objecto e tem de ser activada pela cooperação continuada entre os indivíduos desse colectivo.

Partindo desta distinção, Searle (2006) sistematiza uma abordagem à realidade institucional como realidade especificamente humana, assente em três pilares.

Primeiro, a intencionalidade colectiva. Além da intencionalidade individual existe intencionalidade colectiva, descritível por formas como “Nós desejamos”, “Nós cremos”, “Nós tencionamos”. A intencionalidade colectiva pode apresentar-se, nomeadamente, como acção intencional colectiva (tocar violino como parte de tocar a sinfonia). Searle define os factos sociais como qualquer facto envolvendo intencionalidade colectiva de dois ou mais agentes humanos ou animais (por exemplo, um grupo de hienas a caçar um leão).

Segundo, as funções de estatuto. Os humanos, bem como certos animais, têm a capacidade de atribuir funções a objectos. Se uma pessoa pode usar um cepo como cadeira, um grupo pode usar um tronco como banco. Aqui, a atribuição funcional é suportada por características físicas dos objectos. Os humanos, parece que em exclusividade, são capazes de atribuições funcionais para as quais as características físicas do objecto são largamente irrelevantes. Nesse caso, falamos de funções de estatuto. Por exemplo, o dinheiro, como função, não depende do suporte físico escolhido para notas ou moedas, apesar de certos critérios terem relevância prática (facilitar o transporte, dificultar a falsificação). A moeda funciona graças ao estatuto que lhe foi atribuído colectivamente pelos humanos. Em geral, factos institucionais e instituições são criados por funções de estatuto, atribuídas por actos de intencionalidade colectiva.

Terceiro, os poderes deônticos. As funções de estatuto são veículo de poder na sociedade. Aceitando funções de estatuto aceitamos um conjunto de normas que dizem respeito ao que é obrigatório, proibido ou permitido. Ficamos, desse modo, imersos numa rede de poderes deônticos. Por exemplo, a propriedade, ou o casamento, dão-me específicos direitos e deveres.

Ora, defende Searle, as formas especificamente humanas de sociedade resultam desta combinação de funções de estatuto, poderes deônticos e razões para agir independentes de desejos — combinação assente na intencionalidade colectiva. Falamos, então, de instituições.

Isto interessa-nos aqui para dizer que a realidade institucional, se aceitarmos este tipo de abordagem, perturba aquela oposição entre concepções subjectivistas e objectivistas da acção humana. É que os factos institucionais não são objectivos, no sentido de não serem forças exteriores à própria acção humana, nem são subjectivos, na medida em que não são determinados pela interioridade do indivíduo. Tomemos um exemplo.

O pedaço de papel que tenho na carteira é uma nota de dez euros. Esse facto não é um facto natural; é um facto institucional, que depende do que muitas pessoas dizem e fazem, tanto no uso dessa nota, como na sua produção. Nesse sentido, não é um facto com força exterior à nossa própria acção como seres humanos. Não é um facto bruto. Mas, por outro lado, eu não tenho o poder pessoal de desfazer esse facto. Se eu não quiser reconhecer aquela nota como uma nota, aquele papel não deixa de ser uma nota por causa do meu querer ou do meu agir individual. Até posso fazer certas coisas como se o papel tivesse deixado de ser uma nota: posso deitá-la para o lixo, como se não valesse

nada – mas, mesmo assim, esse é um poder ilusório, porque eu perdi mesmo dez euros por ter deitado esse papel para o lixo. Esta não é uma região do mundo onde a minha subjectividade, agindo individualmente, tenha mais importância do que teria a minha ignorância sobre a altitude do pico mais alto do Evereste. Ora, sendo os factos institucionais dependentes do que nós fazemos colectivamente (podemos acabar com o sistema monetário que faz com que aquele pedaço de papel seja uma nota de dez euros, se colectivamente agirmos nesse sentido), mas não modificáveis pelo que nós fazemos individualmente, poderemos dizer que a oposição objectivo/subjectivo não serve para explicar a realidade institucional. Num certo sentido, sim, o colectivo pode impor-nos uma certa objectividade, ditando normas e esquemas de funcionamento que nos aparecem como exterioridade – mas nós fazemos parte desse colectivo e podemos, a partir da nossa subjectividade e mobilizando outras subjectividades, modificar as instituições. Nós podemos envolver-nos em trabalhos de construção institucional, modificando essa objectividade quase-dura das instituições existentes (porque é, efectivamente, difícil mudar no tempo das nossas vidas algo de substancial nas instituições sociais), mas não temos meio de impor a nossa subjectividade individual ao ambiente institucional que habitamos. Assim, numa perspectiva institucionalista, a oposição objectividade/subjectividade acerca da acção humana revela-se fraca.

5. Vamos agora tentar perturbar a oposição entre uma visão objectivista e uma visão relacional do espaço, mostrando, ainda de um ponto de vista institucionalista, que certos fenómenos, embora pareçam relações dos humanos com o mundo físico são, afinal, e fundamentalmente, também relações sociais mediadas por coisas. Ou seja: é problemático encarar o espaço como uma realidade física separável da realidade social; desde que compreendamos o mundo humano como um mundo de instituições, entendemos que parte do que encaramos como interacção com o mundo físico é, afinal, também um mundo de relações sociais.

Vejamos o exemplo da propriedade. A propriedade já foi encarada como a mera posse física de alguma coisa. A posse de um terreno implicava a capacidade para o controlar e impedir outros de nele exercerem qualquer actividade que o possuidor não desejasse. Entretanto, num quadro institucional em que há protecção legal de certos valores, posso ser proprietário de bens que não controlo fisicamente: até de bens que nunca vi.

Num artigo de 1960, Ronald Coase, falando de factores de produção de um modo que pode ser alargado a outras coisas materiais no mundo, apresenta de forma muito interessante a questão. Escreve Coase que a propriedade não é a posse física de alguma coisa, mas a detenção de certos direitos, o direito de levar a cabo certas acções constantes de uma lista restrita. E essa lista é susceptível de modificação, mesmo não mudando nada no aspecto físico da questão. E exemplifica: o proprietário de uma porção de terreno tem direitos limitados sobre o mesmo; eventualmente, nem sequer lhe será permitido levar parte da terra para outro lado (no caso de serem proibidas escavações naquele local); em princípio, é-lhe permitido proibir outras pessoas de lá entrar, mas nem sempre será o

caso: em certos contextos ser-lhe-ão impostos direitos de passagem; certos usos do terreno serão interditos: por exemplo construir edifícios em terreno agrícola, ou certas plantações em certas áreas. Esta lista de direitos, tenha base legal ou tradicional, mostrará, em qualquer caso, como a propriedade não se explica pela posse física de uma coisa, mas por uma certa construção de relações sociais.

Harold Demsetz também elaborou sobre este ponto, afirmando que no mundo de Robinson Crusoe não há direitos de propriedade, que são consentimentos dos outros para agir de certas maneiras e proibições de agir de outras maneiras (Demsetz, 1967: 347). As transacções no mercado não são meras transacções de coisas físicas ou serviços, mas transacções de direitos. Os preços e as quantidades envolvidas nas trocas não são factos brutos da natureza, na medida em que dependem dos direitos associados – e os direitos de propriedade são mediadores de relações complexas entre pessoas e coisas. Direitos de propriedade podem permitir a uma pessoa prejudicar ou beneficiar outras – e uma certa lista de acções permitidas e proibidas como forma de um certo direito de propriedade pode ter um aspecto estranho. Por exemplo, uma pessoa pode ser proprietária de um bem e mesmo assim ser proibida de o vender abaixo de um certo preço – e, ao mesmo tempo, ser-lhe permitido disparar contra outra pessoa para evitar uma invasão de propriedade. Ao mesmo tempo, o que os direitos de propriedade efectivamente são vai depender largamente da relação entre o mundo institucional e outros aspectos materiais e imateriais do contexto. Por exemplo, numa pequena cidade americana há uma intensa protecção legal e tradicional de um sem número de aspectos dos direitos de propriedade, enquanto os direitos de propriedade na Beirute dos anos 1980 estavam quase inteiramente na mão de quem se apoderasse deles pela força (North, 1990: 33-34).

6. As observações anteriores, guiadas pelo ponto de vista institucionalista, sugerem que a oposição entre as perspectivas objectivista e relacional acerca do espaço como infra-estrutura da realidade, bem como a oposição entre objectivismo e subjectivismo acerca da acção humana, são oposições cujo dualismo parece insuficiente para compreender o real. Face a estas questões, precisamos de romper quer com a oposição entre ser objectivo e ser relacional, quer com a oposição entre ser sujeito e ser objecto. É esse trabalho que faz, precisamente, a Teoria Actor-Rede.

Resultante principalmente da obra de Bruno Latour, a Teoria Actor-Rede (cf., para uma apresentação global, Latour, 2005) é uma filosofia da materialidade relacional, de um mundo em rede onde a acção colectiva é acção de todo o tipo de forças e não apenas do que costumamos chamar “actores” (como em “actores sociais”). Recusando as oposições dualistas entre sociedade e natureza, humano e não humano, conteúdo e contexto, intencional e não intencional, Latour concebe o mundo a ser feito por *actantes*: nem “actores” (porque também estamos a falar de átomos, comboios, numerais), nem “objectos” (porque os objectos também têm agência, porque objectos inanimados também são responsáveis pela construção de factos). Cada entidade, humana ou não humana, natural ou artificial, é uma força – e todas as entidades no mundo estão onto-

logicamente no mesmo pé. Enquanto *actantes*, todas essas entidades são as suas relações; cada uma reforça outras e resiste a outras, estabelecendo e rompendo relações, construindo alianças, negociando, modificando neste ou naquele sentido a grande rede do mundo material, constantemente deformando e reconstituindo identidades.

Latour insiste em que nada nesta perspectiva é construtivismo social: não se trata de que a sociedade dos humanos molde o mundo, porque o mundo resiste, a materialidade tem as suas próprias forças. Tão-pouco se trata de relativismo: não conseguimos fazer tudo o que queremos do mundo (contra Heidegger, o homem não é sequer o pastor do ser). Nem tudo o que fazemos no mundo é o que conscientemente queríamos fazer. O actor-rede não é a fonte da acção, mas está imerso em acção que o ultrapassa. Qualquer coisa que modifique o estado de coisas, fazendo uma diferença, é um *actante*: mas muita acção não foi intencionada por ninguém. É preciso mobilizar a materialidade do mundo para nele conseguir fazer alguma coisa. Até para concretizar um evento simples como organizar uma palestra numa sala com público, imensas entidades no mundo material têm de ser mobilizadas. A intersubjectividade precisa da interobjectividade: qualquer coisa que se faça no mundo passa por mobilizar, implicar *actantes* não humanos. Assim, trabalhar com a distinção entre Natureza e Sociedade é desinteressante, ou mesmo contraproducente: só grandes coligações de “actores sociais” e de “objectos não sociais” conseguem transportar forças das causas para os efeitos, concatenando longas séries de mediadores capazes de produzir alguma transformação. Por isso a “acção colectiva” só se produz num mundo comum onde o humano e o intencional não têm a prioridade, antes pelo contrário, são o menos resistente ao permanente embate das forças. E só entendendo isso nos habilitamos a compreender a proliferação ontológica dos nossos dias, onde os híbridos destroem fronteiras, entre a máquina e o orgânico, entre o natural e o artificial, entre o humano e o não humano.

Na Teoria Actor-Rede, tal como apresentada por Latour, as oposições subjectivo/objectivo e objectivo/relacional são desactualizadas pela supressão das distinções ontológicas entre entidades e forças e entre sujeitos e objectos. As entidades só são as forças que exercem e sofrem (e exercer ou sofrer força é ser entidade) e os sujeitos só são agentes em coligação com os objectos (e os objectos são agentes). Pensando a questão do espaço nesta perspectiva, o espaço é uma construção, mas não é uma construção subjectiva, nem puramente humana. O espaço é uma construção cooperativa entre a natureza e os agentes em sociedade. Metafisicamente (quer dizer, sem sermos capazes de conceber um teste empírico para esta hipótese) podemos conceber o espaço como o ser da totalidade do que existe em função do modo de existência dos *actantes*. Isto implicaria reconhecer que o espaço existe para lá da acção humana, mas que a acção humana pode modificar o espaço, reconfigurá-lo. Talvez seja pouco práctico pensar nisso à escala do universo, essa imensidão onde a presença humana é vastamente irrelevante.

Poderá o pensamento geográfico acolher um programa de investigação que transforme esta hipótese metafísica numa hipótese científica? Tratar-se-ia, então, de compreender se a acção dos humanos a (re)construir instituições pode, nesse passo, fazer

deles (de nós) também agentes de reconstrução do próprio espaço. Há espaços mais densamente ocupados por instituições e há espaços mais vazios de instituições: pode a expansão das instituições no espaço, a conquista institucional do espaço, transformar o próprio espaço? Pode o espaço entre instituições (o espaço ainda virgem de instituições) ser ocupado por instituições? E pode isso modificar o próprio espaço, distorcer o espaço, reconfigurar o espaço?

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, J. A. (2011). Space and place. In J. A. Agnew, & D. N. Livingstone (Eds.), *The SAGE handbook of geographical knowledge* (316-330). Londres: Sage.
- Coase, R. H. (1960). The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, III, 1-44.
- Demsetz, H. (1967). Toward a theory of property rights. *The American Economic Review*, 57, 347-359.
- Furubotn, E. G., & Richter, R. (1997). *Institutions and Economic Theory. The Contribution of the New Institutional Economics*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1995). *The Construction of Social Reality*. New York: The Penguin Press.
- Searle, J. R. (2006). Social ontology: some basic principles. *Anthropological Theory*, 6, 12-29.

PORtugal, TEMPO E ESPAÇO

MARCELO REBELO DE SOUSA¹

Portugal tem uma existência esquizofrénica, em matéria de tempo e de espaço.

De tempo – porque antecipa em questões essenciais e, depois, atrasa-se noutras, que acabam por limitar o sucesso das primeiras.

De espaço – porque foi precursor na abertura de novos espaços ou do acesso a eles e tem sido um desastre a gerir o seu espaço originário, como que parecendo complexado por ter de lidar com um ordenamento num quadro pequeno demais para a sua vocação universal.

E, no entanto, nem o tempo nem o espaço são de óbvia recuperação, uma vez perdidos ou malbaratados.

O mais curioso é que do tempo e do que significa perdê-lo vai havendo, amiúde, consciência.

Do espaço malbaratado é menor a percepção, apesar da sua presença quotidiana na nossa vida.

Received: Março 2015. Accepted: Abril 2015.

¹ **Marcelo Rebelo de Sousa** é Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se doutorou, e membro do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da mesma Faculdade. Destacado intelectual e comentador político, exerceu vários cargos políticos de relevo. É autor de numerosas obras científicas e membro de diversas associações jurídicas nacionais e internacionais. Entre as inúmeras publicações, são de destacar os vários tomos de Direito Administrativo Geral e as obras colectivas “Lições de Introdução ao Estudo do Direito” e “Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda”. Em 1972, foi um dos fundadores do semanário “Expresso” e fez parte da comissão que elaborou a primeira Lei de Imprensa em Democracia.

AS COSTUREIRAS, AS QUEENS E OS SEUS MANTOS. DESTERRITORIALIZAÇÃO, CULTURA MATERIAL E CONSTRUÇÃO DO LUGAR

FILOMENA SILVANO¹

Resumo – Durante as décadas de 1980 e de 1990 a noção de lugar na literatura antropológica foi sujeita a uma abordagem crítica que debateu as dimensões metodológicas e conceptuais envolvidas na sua construção. No seguimento desse debate, surgiram propostas de trabalho que, de maneiras muito diversas, conseguiram ultrapassar as limitações das concepções mais clássicas da figura do lugar. Essas propostas revelaram, no entanto, que, mesmo quando estamos face a uma lógica de desterritorialização, a figura do lugar pode reaparecer (embora obviamente transmutada, visto construir-se no interior de outras lógicas sociais, culturais e económicas). Partindo de um estudo etnográfico realizado na Ilha do Pico, o texto explora algumas das inovações, provenientes dos EUA no início do século XX, que foram introduzidas nas Festas do Espírito Santo. A principal inovação prende-se com a emergência de novos personagens: as rainhas (*queens*) coroadas durante o ritual, seguidas pelas costureiras indispensáveis à confecção dos seus vestidos e mantos. Centrado nos processos de feitura dos mantos, o texto pretende mostrar como a cultura material local se constrói e se transforma no interior de um movimento transcontinental constante de pessoas, rituais, coisas e técnicas. Num contexto transnacional, a mobilidade das pessoas pode “objectificar-se” em coisas que são feitas localmente, participando assim a desterritorialização na construção do lugar.

Palavras-chave: Lugar, transnacionalismo, cultura material, festas do Espírito Santo, Ilha do Pico (Açores).

Abstract – DRESSMAKERS, QUEENS AND THEIR CLOAKS: DETERRITORIALIZATION, MATERIAL CULTURE AND THE CONSTRUCTION OF PLACE. In the late twentieth century, during the 1980s and 1990s, the anthropological notion of *place* was subject to critical revisions.

Received: Fevereiro 2015. Accepted: Maio 2015.

¹ Filomena Silvano é Antropóloga, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e membro do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). No seu trabalho relaciona as questões das identidades colectivas e individuais com o estudo do espaço, do habitat, da cultura material e da cultura expressiva. É autora dos livros “Territórios da Identidade”, “Antropologia do Espaço” e “De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema”. E-mail: filomenasilvano@fcsh.unl.pt

The concepts and methodologies of its very foundations were questioned and new lines of work materialized, reaching far beyond the limits of those more classic concepts of *place*. These approaches revealed, however, that when we come across logics of deterritorialization, the notion of place may reappear – although changed, due to distinct social, cultural and economical environments. Grounded upon ethnographic fieldwork in the Island of Pico (Azores), the text explores some of the innovations that were introduced in the Holy Ghost Festivals (*Festas do Espírito Santo*) – brought from the United States in the early twentieth century. Its main innovation had to do with the emergence of new characters, the “queens”, who were crowned during the ritual, followed by the dressmakers, essential to the making of their costumes and cloaks. Focused on the manufacture of these cloaks, the text aims to show the way in which local material culture is created and transformed within a continuous transcontinental movement of people, rituals, things and techniques. In a trans-national framework, the mobility of people can thus become *objectified* in these locally crafted things, as such deterritorialization itself becomes a part of the making of place.

Keywords: Place, transnationalism, material culture, Holy Ghost festivals, Island of Pico (Azores).

No início dos anos 1980, altura em que a geração de antropólogos da qual faço parte começou, em Portugal, a fazer investigação, o espaço existia para nós apenas como pano de fundo onde se passavam as coisas que considerávamos como assuntos antropológicos. A necessidade de delimitar espacialmente os terrenos de investigação fazia com que a ideia de lugar se impusesse, sem que no entanto sentíssemos necessidade de a trabalhar e, ainda menos, de a desmontar. Foi o confronto com o mundo real – onde o início da globalização se manifestava sob a forma de mobilidades de vários tipos – e o aparecimento de uma literatura crítica a que se convencionou chamar antropologia pós-moderna (de origem americana), que nos foram conduzindo, nas décadas seguintes, pelos caminhos da desmontagem da noção de lugar. Essa abordagem crítica fez-se, no entanto, sem que o espaço existisse como um objecto de estudo antropológico autónomo.

O que estava em causa eram sobretudo os modos de fazer antropologia. Nessa altura partia-se do pressuposto de que existia uma correspondência entre cultura e lugar e questioná-los implicava pensar também a questão espacial: um “terreno” era percepcionado como um espaço delimitado onde vivia uma população cuja cultura o antropólogo estudava (era a esse espaço que correspondia a noção de lugar – na formulação de Marc Augé em 1992 de “lugar antropológico”). Como a correspondência entre cultura e lugar estava, de forma muito evidente, a deixar de dar conta do real, tornava-se necessário encontrar formas de estudar a cultura, permitindo que a libertassem das amarras da localização. Nesse contexto de reformulação epistemológica da disciplina, a noção de lugar foi posta em causa, tendo as propostas de deslocalização da etnografia – que estavam inseridas numa reformulação mais vasta que envolvia também questões de ordem conceptual – conduzido a uma reflecção específica sobre o estatuto do espaço na Antropologia.

O início da construção, no interior da Antropologia, de um campo dedicado ao estudo do espaço (autonomizando-o enquanto objecto de trabalho) deveu-se à academia francesa (que se mantinha então alheia às discussões que tinham lugar em língua inglesa), onde um contexto intelectual transdisciplinar interligou, a partir dos anos 1970, o trabalho de alguns arquitectos, urbanistas, sociólogos e antropólogos interessados em refazer as suas próprias disciplinas. A obra *Anthropologie de l'Espace*, publicada em 1983 por Françoise Paul Lévy e Marion Segaud, deu visibilidade a um novo campo disciplinar que, a partir daí, se foi afirmando, sobretudo nas academias do Sul da Europa. Duas décadas depois, nos EUA, mais uma vez num contexto de trabalho transdisciplinar, Setha Low e Lawrence-Zúñiga (2003) publicaram uma segunda obra, denominada *The Anthropology of space and place, locating culture*, que veio dar visibilidade ao mesmo campo disciplinar, inserindo-o desta vez no contexto académico anglo-saxónico onde se iniciaram as discussões relativas à deslocalização da etnografiaⁱ.

O facto, sempre reconhecido pela Antropologia, de todas as práticas culturais serem localizadas no espaço, passou a dar existência a um campo de estudo que propõe colocar o próprio espaço no centro dos seus interesses. Paradoxalmente – ou não! – o novo campo de estudo construiu-se em articulação com a desmontagem crítica da premissa que o legitimou, que afirma que o espaço tem um papel essencial na construção das identidades culturais. Na realidade, a associação entre espaço e identidade manteve-se, mas viu-se obrigada a uma reformulação que acompanhasse, por um lado as transformações do mundo, e, por outro, as da própria disciplina e do seu património metodológico e conceptual (as noções de cultura e de identidade sofreram, tal como a de lugar, uma revisão crítica que as afastou das formulações mais delimitativas). De entre as muitas propostas de trabalho que tentaram contribuir para essa reformulação, há uma que, a meu ver, se destaca, tendo-se revelado útil para o trabalho posterior de outros investigadores: para a formular, Appadurai (1997) propôs o neologismo *ethnoscape*.

Appadurai participou, durante uma década, nas discussões relativas à associação entre cultura e lugar (Appadurai, 1988a, 1988b; Gupta e Ferguson, 1992, 1997a, 1997b; Marcus, 1995a, 1995b, 1997; Clifford, 1997). Em 1997, quando a discussão epistemológica começou a traduzir-se em novas práticas etnográficas, avançou com a noção de *ethnoscape* para pensar algumas das novas formas de existência dos homens no espaço (aeroportos, meios de transporte, campos de refugiados, bairros de emigrantes...). A sua formulação pretendeu responder a questões que se colocavam em dois campos diferenciados. O primeiro, a que podemos chamar epistemológico, dizia respeito à questão da representação antropológica da cultura e do social. A desmontagem da ideia de nativo, associada à de lugar, levou Appadurai (tal como outros autores) a apelar para uma *desterritorialização* da observação e do olhar. O segundo dizia respeito às transformações que afectam as sociedades, os territórios e as formas de reprodução cultural dos grupos identitários no mundo contemporâneo. Dito de outro modo, às transformações reais com que a etnografia se confrontava. Estas reclamavam uma aproximação a visões mais flexíveis do espaço do que a ideia de lugar, visões mais próximas da ideia de fronteira, que passa a ser pensada não apenas como uma linha que separa espaços estáveis, mas como um espaço intermédio, deslizante, poroso.

Uma só verdade diz respeito à relação entre espaço, estabilidade e reprodução cultural. Há uma necessidade urgente de focalizar as dinâmicas culturais naquilo a que hoje se chama desterritorialização (Appadurai, 1997, in Silvano, 2012).

A proposta de trabalho de Appadurai implicou ainda uma aproximação aos denominados “estudos culturais” que, segundo ele, se justifica pelo facto de a imaginação ter adquirido um novo e singular poder na vida social.

Os termos da negociação entre vidas imaginadas e mundos desterritorializados são complexos e não podem seguramente ser capturados apenas pelas estratégias localizadas da etnografia tradicional. O que um novo tipo de etnografia pode fazer é capturar o impacto da desterritorialização nos recursos imaginativos das experiências vividas localmente (Idem).

Nos últimos anos os antropólogos têm tentado ensaiar formas concretas de responder aos desafios epistemológicos formulados durante as décadas de 1980 e de 1990. No meu caso particular, tentei, num primeiro momentoⁱⁱ, desterritorializar a etnografia acompanhando emigrantes portugueses nos percursos anuais entre as suas várias casas situadas em França e em Portugal (Silvano, 1997, 2002, 2011). Com essa experiência percebi que as várias casas em que as pessoas vivem se interpenetram, não só porque são habitadas pelas mesmas pessoas, mas também porque há objectos que circulam entre elas: as coisas transportam memórias de outros lugares, permitindo que os espaços ausentes se tornem noutros lugares, presentes. A porosidade e o deslize das *ethnoscape* de Appadurai manifestam-se muitas vezes através de materialidades deslocadas (as figuras dos santos padroeiros transmontanos protegem as casas de Paris, tal como os utensílios domésticos parisienses asseguram, em Trás-os-Montes, a manutenção das práticas alimentares parisienses). Essa constatação aproximou-me dos estudos de cultura material e levou-me a associar as interrogações relativas ao espaço àquelas que se referem aos objectos. Nesse sentido tentei, num segundo momento, através de uma etnografia desta vez localizada, perceber como é que a cultura material local se constrói e se transforma no interior de um movimento transnacional constante de pessoas, rituais, coisas e técnicasⁱⁱⁱ. Dela farei aqui uma pequena apresentação, tentando demonstrar que a mobilidade das pessoas (mais concretamente a emigração transcontinental) se pode “objectificar” (Miller, 1987) em coisas que são feitas localmente, participando assim a desterritorialização da construção do lugar. Como defendem vários autores (Olwig, 1997; Mapril, 2011; Silvano e Tamaso, 2012), a figura do lugar, uma vez pensada no interior de uma lógica transnacional, acaba por reaparecer (embora obviamente transmutada, visto construir-se no interior de outras lógicas sociais, culturais e económicas).

CULTURA MATERIAL E CONSTRUÇÃO DO LUGAR

As festas do Divino Espírito Santo têm uma grande importância na vida social e cultural do arquipélago dos Açores, onde estão presentes, segundo documentação histórica, desde o século XVI. Ao longo do século XX foram também organizadas por comunidades de emigrantes açorianos em vários lugares do continente americano (nos Estados Unidos

da América e no Canadá). Num movimento transnacional contínuo as festas foram-se transformando e hoje as componentes do ritual não são as mesmas em todas as ilhas do arquipélago. No caso da Ilha do Pico – onde localizei a minha etnografia – inovações provenientes dos Estados Unidos no início do século XX foram integradas nalgumas festas, tornando-se entretanto factores de diferenciação identitária significativos.

Se observarmos o conjunto do ritual, as festas – que consistem numa série de cerimónias em honra do Espírito Santo (aí representado por coroas de prata) – têm, no Pico e noutras ilhas dos Açores, uma organização semelhante. Em cada festa há um protagonista central, o “mordomo”, que deve pertencer a uma “irmandade” (instituição dedicada à sua organização). O ritual inclui uma série de celebrações religiosas (procissões, rezas, missas), sendo a coroação do mordomo, durante uma missa, o momento mais importante. Realizam-se também grandes refeições e são distribuídos alimentos (pão, pão doce, carne) a um número significativo de pessoas. A principal inovação, introduzida por emigrantes vindos dos EUA nalguns lugares da Ilha do Pico, consistiu na coroação de jovens raparigas – as “rainhas” ou *queens* – que se tornaram assim nos personagens centrais de todo o ritual. A introdução das rainhas deslocou o foco do ritual dos homens para as jovens raparigas. Estes novos personagens foram secundados pelas costureiras, necessárias para a confecção dos seus trajes (fig. 1).



Fig. 1 – Mantos e vestido das rainhas.

Fig. 1 – The queens' robes and dresses.

Emily Cabral, a primeira rainha (*queen*) que participou, em 1935, numa festa ocorrida nos Açores, era filha de um emigrante que havia feito fortuna em San Diego, nos EUA. A sua família introduziu assim, no lugar de Santa Cruz^{iv}, uma inovação cultural que a comunidade local rapidamente adoptou e que aí se reproduziu até aos nossos dias. Uma fotografia exposta no salão da irmandade da Segunda-feira (uma das duas instituições locais que organiza as festas), mostra Emily Cabral trajada com um vestido comprido e um longo manto debruado a arminho, em que sobressai uma gola que sobe por detrás do pescoço. Esse primeiro traje, trazido dos EUA para reproduzir uma prática ritual aí inventada por emigrantes açorianos na primeira metade do século XX, foi o ponto de partida para um duplo processo de inovação e de fixação da cultura material local. Ao longo do século XX os trânsitos entre a América e os Açores foram constantes; as pessoas, as roupas e os materiais fizeram viagens e foi no interior desse movimento que a cultura material associada às festas se reproduziu e se transformou – tanto nos Açores, como no Continente Americano^v. Depois da sua introdução em 1935, a personagem das rainhas tornou-se num dos traços distintivos do ritual das festas da Freguesia das Ribeiras. Os mantos do Pico são, nesse sentido, peças de cultura material que “objectificam” (Miller, 1987) localmente o transnacionalismo que marca a vida da comunidade.

As duas peças centrais daquilo a que podemos chamar o “traje das rainhas” – o vestido e o manto – reproduzem ainda hoje duas das características dos primeiros exemplares vindos dos EUA: os vestidos são quase sempre brancos e o manto, a peça principal, tem uma gola que sobe por trás do pescoço (localmente chamada “cabeção”). É a manutenção dessas duas características que sustenta a ideia da existência de um “traje das rainhas”^{vi}, pois apesar da diversidade há uma recorrência, que permite identificar um “traje ritual”. Mas a presença dessas duas características não quer dizer que tenha havido uma simples lógica de reprodução de um artefacto (no sentido de um conjunto estável que integra um saber fazer, materiais e uma forma^{vii}). Provavelmente, porque em Santa Cruz não havia nem os saberes artesanais nem os materiais que poderiam ter dado existência ao artefacto inventado nos EUA (pressupondo que nos EUA pudéssemos falar de reprodução de um artefacto, coisa da qual não estou certa). Consequentemente, as coisas fizeram-se sobretudo com os meios existentes no local. O *modus operandi* do “bricoleur”, bem identificado por Lévi-Strauss em 1962, é por isso um bom ponto de partida para a leitura dos nossos dados etnográficos^{viii}. Podemos ainda acrescentar-lhe a proposta de Tim Ingold que, no que diz respeito à tentativa de ultrapassar o dualismo pessoa/materialidade, valoriza o papel da relação do homem com a matéria e o meio envolvente, em detrimento do papel dos supostos modelos intelectuais de partida.

(...) *Les formes que les hommes construisent, dans leur imagination ou dans la réalité, surgissent au cours même de leurs activités, dans les contextes relationnels spécifiques de leur engagement pratique avec leurs environnements. La construction, dès lors, ne peut être comprise comme un simple processus transcrivant le modèle préexistant d'un produit final à un substrat matériel brut.* (Ingold, 2013: 173)

Quando Emily Cabral apareceu, vestida como uma rainha para inaugurar uma nova prática religiosa, ninguém na ilha tinha visto traje semelhante. Dois anos mais tarde, D. Berta, uma senhora que festejou os seus noventa anos nas festas de 2012, foi também coroada vestida com um manto de cetim azul debruado a arminho branco, bordado com pedrarias e ornamentado com uma gola levantada atrás do pescoço. Do modelo de Emily Cabral, D. Berta guardou o debrum de arminho e a gola levantada. Esta, que como referi se tornou num dos elementos obrigatórios do traje, é, desde o seu aparecimento, a peça que mais pôs à prova as capacidades das costureiras do Pico e das suas auxiliares (fig. 2). Interrogar um pouco o seu percurso ensina-nos coisas significativas sobre as maneiras de fazer localmente um objecto cuja origem se encontra no exterior.



Fig. 2 – Rainhas com o seu traje.

Fig. 2 – Queens in costume.

Não conheço as soluções técnicas encontradas para dar, na América, uma existência material aos mantos, mas sei que quando as costureiras do Pico quiseram reproduzir os cabeções não tinham nem o saber fazer artesanal nem os materiais apropriados. Uma costureira que fez mantos na primeira metade do século XX tinha trabalhado com um alfaiate e tinha por isso conhecimentos técnicos relativos à utilização de entrelas. A memória oral refere essa mulher como sendo aquela que encontrou uma primeira solução para fazer o cabeção: utilizou como entretela as telas das velas dos barcos

e montou a gola com esticadores de cortinas. Como um *bricoleur*, fez a sua gola com os materiais disponíveis no lugar. Desde aí, cada costureira imagina o seu cabeção e, partindo das soluções técnicas encontradas pela primeira costureira, encontra formas de o “fazer existir” (Latour, 2010). Cabe ainda dizer que a feitura dos mantos insere-se num contexto de “trabalho” excepcional: na maioria dos casos, os mantos e os vestidos são fabricados, sob a orientação das costureiras, por pessoas que não são da profissão e que pertencem à família da rainha ou ao seu círculo de relações. Mães, avós, e mesmo os pais, são convocados sempre que necessário: um dos mantos mais emblemáticos do lugar de Santa Cruz tem um cabeção cujo interior, de metal, foi feito pelo pai da rainha que é bate-chapas de profissão.

Durante quase um século houve fluxos contínuos de pessoas, técnicas e materiais que acompanharam a feitura dos trajes. Nesses fluxos houve materiais que vieram dos EUA e que foram utilizados para fazer os cabeções – por exemplo entretelas e esticadores – mas trata-se de uma peça que, na maioria dos casos, foi feita com materiais locais. Essa empatia com a matéria (Kuchler e Were, 2009) tem a particularidade de ser construída no interior de uma empatia do gesto: as costureiras manipularam as telas, em conjunto com os pescadores, como manipularam o metal, em conjunto com bate-chapas. Como Ingłod (2013) propõe, a cultura é também essa co-presença dos corpos que, na partilha do gesto, aprendem e inventam técnicas e coisas. A forma de certos objectos deve ser situada no interior de processos de mediação que se desenvolvem em circunstâncias interculturais e interpessoais complexas (Myers, 2004)^{ix}. Os mantos do Pico são um desses casos, implicando as circunstâncias, de formas diversas, dois continentes.

Podemos perguntar-nos se, como resultado dessas circunstâncias interculturais e interpessoais complexas, surgiu no Pico um estilo de mantos das rainhas das festas do Espírito Santo. Se tomarmos por referência a definição de Layton (1991), segundo a qual um estilo se refere às qualidades formais de uma obra e se traduz na presença de certos temas e na regularidade de formas usadas para os representar e para os organizar num conjunto, penso que podemos falar de um estilo: sobre a forma fixa do manto – um longo rectângulo com uma gola – organizam-se, ao longo das bordas, motivos decorativos, e, no meio ou nos ângulos, são colocadas imagens da iconografia do Espírito Santo (pombas, coroas, os sete Dons). Mas é necessário conceber o estilo mais como algo que enquadra a acção (e que portanto permite a introdução de variações, como refere Gell (1998)) do que como uma prescrição de um modelo. Face a uma inovação vinda do exterior as costureiras do Pico souberam inventar um estilo e, nesse sentido, contribuíram para a fixação de uma componente da cultura material da ilha. Hoje, tanto as novas componentes do ritual, como as novas componentes da cultura material a elas associadas, integram as características distintivas da identidade local da Ilha do Pico. O Museu dos Baleeiros organizou uma primeira exposição de mantos em homenagem a Maria de Lurdes Costa, a costureira mais talentosa da ilha, e a partir desse acontecimento o valor simbólico dos mantos expostos – que já era muito significativo – viu ser-lhe acrescentada uma nova componente patrimonial. É expectável que

num contexto futuro de *turistificação* os mantos do Pico – cuja história está, desde a sua origem, ancorada na mobilidade transcontinental da sua população – se venham a tornar numa componente do património local que será mostrada a visitantes à procura de uma qualquer “autenticidade” perdida numa ilha no meio do Oceano.

BIBLIOGRAFIA

- Appadurai, A. (1997). *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Appadurai, A. (1988). Introduction: Place and voice in anthropological theory. *Cultural Anthropology*, 3, 16-20.
- Appadurai, A (1988b). Putting Hierarchy in Its Place. *Cultural Anthropology*, 3, 36-49
- Augé, M. (1992). *Non-Lieux : introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil.
- Clifford, J. (1997). *Routes, travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge-Massachusetts -London: Harvard University Press.
- Gell, A. (1998). *Art and Agency – an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press.
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1997a). Discipline and practice: “The field” as site, method, and location in anthropology. In A. Gupta & J. Ferguson (org.), *Anthropological Locations – boundaries and grounds of a field science* (pp. 1-46). Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1997b). Culture, power, place: Ethnography at the end of an era. In A. Gupta & J. Ferguson (org.), *Culture, Power and Place. Explorations in Critical Anthropology* (pp. 1-29). Duke: Duke University Press.
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1992). Beyond “Culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, 7, 6-23.
- Hansen, K. T. (2004). The world in dress: anthropological perspectives on clothing, fashion, and culture. *Annual Review of Anthropology*, 33, 369-392.
- Ingold, T. (2013). *Marcher avec les dragons*. Zones Bruxelles: Sensibles.
- Kuchler, S. & Were, G. (2009). Empathie avec la matière - Comment repenser la nature de l'action technique. *Techniques & Culture*, 52-53, 190-211.
- Latour, B. (2010). Prendre le pli des techniques. *Réseaux*, 163, 15-31
- Layton, R. (1991). *A Antropologia da arte*. Lisboa: Edições 70.
- Leal, J. (2011). *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture and Transnational Connections*. Dartmouth MA: Center for Portuguese Studies and Culture. Dartmouth: University of Massachusetts.
- Leal, J. (2014). *From California to the Azores. Come Back Travels of the Holy Ghost: Seminar “Ritual, Ethnicity, Transnationalism, Holy Ghost Festivals in North America”*. Lisboa: CRIA (UNL).
- Lévi-Strauss, C. (1962). *La Pensée sauvage*. Paris: Plon.
- Low, S. M. & Lawrence-Zúñiga, D. (2003). *The Anthropology of space and place, locating culture*. Malden/Oxford/Carlton/Berlin: Blackwell.
- Mapril, J. (2011). *Islão e transnacionalism – uma etnografia entre Portugal e o Banglaodeche*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Marcus, G. (1989). Imagining the whole: ethnography's contemporary efforts to situate itself. *Critique of Anthropology*, 9 (3), 7-30.
- Marcus, G. (1997). Some strategies for the design of contemporary fieldwork projects: advice to new students. *Ethnologia*, 6-8, 55-64.
- Miller, D. (1987). *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell.
- Myers, F. (2004). Social agency and the cultural value(s) of the art object. *Journal of Material Culture*, 9 (2), 205-213.
- Olwig, K. (1997). Cultural sites: sustaining a home in a deterritorialized word. In O. Karen & H. Kristen (Eds.), *Siting Culture: The shifting Anthropological object* (pp. 17-39). Londres: Routledge.
- Paul-Lévy, F. & Segaud, M. (1983). *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou/CCI.
- Rodman, M. (1992). Empowering Place: Multilocality and Multivocality. *American Anthropologist*, 94 (3), 640-656.
- Silvano, F. (1997). Vidas em trânsito. *Ethnologia*, 6-8, 163-174.

- Silvano, F. (2002). José e Jacinta nem sempre vivem nos mesmos lugares: reflexões em torno de uma experiência de etnografia multi-situada. *Ethnologia*, 12-14, 53-79.
- Silvano, F. (2011). *De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema*. Caldas da Rainha: Palavrão.
- Silvano, F. (2012). *Antropologia do espaço*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Silvano, F. (2014). *Les petites reines et leurs couturières Hansen, tes reines et do por Jo Ottawa*. Atlantiques des objets et du savoir-faire, ram secundados faire sens l' Pico a Sdo por Jo: entre l'Amérique et les Açores, les parcours transatlantiques des objets et du savoir-faire : Colloque international de l'ACSLF. Ottawa: Université d'Ottawa.
- Silvano, F. & Tamaso, I. (2013). Dossier “Antropologia do Lugar”. *Sociedade e Cultura*, 16(1), Goiás.

ⁱ Para uma abordagem mais completa deste percurso, ver Silvano (2012).

ⁱⁱ Refiro-me ao acompanhamento das filmagens dos documentários de João Pedro Rodrigues “Esta é a minha casa” e “Viagem à expo” (em 1997 e 1998 respectivamente). Ambos os filmes foram editados com o ensaio “De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema” (Silvano, 2011).

ⁱⁱⁱ Refiro-me à minha participação no projecto “Ritual, Ethnicity and Transnationalism: Holy Ghost Festivals in North America - (PTDC/CS-ANT/100037/2008)”, coordenado por João Leal. A etnografia mencionada realizou-se na Ilha do Pico (Freguesia das Ribeiras) e centrou-se na observação, durante as festas do Espírito Santo do ano de 2012, do trabalho das costureiras responsáveis pela feitura dos trajes das “rainhas”, personagens centrais das referidas festas. Foi realizada na companhia de João Leal, que generosamente me transmitiu a informação mais geral sobre as festas necessária à elaboração do meu argumento (Leal, 2011, 2014).

^{iv} Santa Cruz pertence à freguesia de Ribeiras e ao concelho das Lajes do Pico.

^v Sobre o contexto transnacional mais geral – onde se integram a Freguesia das Ribeiras e San Diego – ver Leal (2014). Para uma versão mais completa do meu argumento ver Silvano (2014).

^{vi} Utilizo a palavra traje no sentido que dá Hansen (2004: 371) à palavra inglesa “costume” (por oposição às palavras “dress” e “clothes”): (...) costume used in dress scholarship for ensembles coordinated for masquerades, theatrical parts, dress from distinct historical periods, and native, indigenous clothing styles.

^{vii} “L’ artefact est donc la cristallisation d’une activité à l’intérieur d’un champ relationnel, et les régularités de ses formes correspondent aux régularités du mouvement qui le façonne” (Ingold, 2013: 215).

^{viii} “Son univers instrumental est clos, et la règle de son jeu est de toujours s’arranger avec les « moyens du bord », c'est-à-dire un ensemble à chaque instant fini d’outils et de matériaux, hétéroclites au surplus, parce que la composition de l’ensemble n’est pas en rapport avec le projet du moment (...).” (Lévi-Strauss, 1962: 27).

^{ix} “Here, the form of objects is addressed analytically not simply as an expression of a universal or even culturally specific aesthetics, but as situated in the mediation of complex intercultural and interpersonal political circumstances.” (Myers, 2004: 206).

A BALADA DO MAR SALGADO. VIAGEM FILMADA POR PAISAGENS SEM HOMENS

MARIA DO CARMO PIÇARRA¹

RESUMO – Neste artigo procuro analisar porque é que o filme *1º cruzeiro de férias às colónias ocidentais*, encomendado ao prestigiado fotógrafo de arte San Payo para registar o “primeiro cruzeiro de soberania” organizado pela Agência Geral das Colónias, foi projectado uma única vez durante o Estado Novo. Filme de viagens, um subgénero do cinema colonial de propaganda, é uma das primeiras obras de propaganda oficial com a qual se pretende projectar a ideia de que “Portugal não é um país pequeno”: (re)construir o país através de um novo mapa do império, portanto. Filme-síntoma de uma “cultura de mobilidade”, identificada por Jean Brunhes, quer atestar o domínio do espaço imperial através das novas tecnologias da comunicação. Inconsciente desse fenômeno, da aceleração, terá sido vítima da desintegração do olhar sobre o quotidiano das colónias? Ter-lhe-á faltado, para cumprir o designio de projectar a grandeza da nação, um movimento, mais íntimo, da contemplação para a compaixão (Orlando Ribeiro)?

Palavras-chave: Cinema colonial, mapa imperial, nação, filme de viagens, propaganda.

ABSTRACT – THE BALLAD OF THE SALT SEA: CINEMATOGRAPHIC TRAVEL THROUGH LANDSCAPES WITHOUT MEN. This paper analyses why the film *1º cruzeiro de férias às colónias ocidentais* (First Holiday Cruise to the Western Colonies), commissioned to the noted art photographer San Payo, was projected only once during the *Estado Novo*. This voyage movie, subgenre of colonial cinematic propaganda, is one of the first works of official propaganda intended to show that “Portugal is not a small country”: therefore, to (re)build the country through a new imperial map. This film is symptomatic of “mobility culture”, identified by Jean Brunhes; its purpose is to testify to the rule of imperial space through new communication technologies. Unaware of this phenomenon of acceleration, this movie may have been a victim of the shattered vision of day-to-day life in the colo-

Received: Janeiro 2015. Accepted: Abril 2015.

¹ Maria do Carmo Piçarra é investigadora de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade na Universidade do Minho e no *Centre for Film Aesthetics and Cultures*, da Universidade de Reading. É investigadora integrada do CEC-FLUL - Universidade de Lisboa, professora externa convidada no ISCTE-IUL e editora da ANIKI – Revista Portuguesa da Imagem em Movimento. As suas publicações incidem sobre propaganda e censura ao cinema, cinema militante e cinema colonial. E-mail: carmaramos@gmail.com

nies. To fulfil its design to project the nations' greatness, it might have lacked an even more intimate movement that would behold compassion (Orlando Ribeiro)?

Keywords: Colonial cinema, imperial map, nation, travel movie, propaganda.

I. INTRODUÇÃO

Em 1935 Manuel Alves San Payo (1890-1974) já era um fotógrafo de arte com notoriedade em Portugal mas só no Brasil, para onde emigrara por volta de 1909, realizara filmesⁱ. Pouco se sabe destas obras mas a sua realização e o reconhecimento do talento de San Payo como retratista terá motivado o convite que lhe foi feito por *O mundo português* (1934-1947), publicação da Agência Geral das Colónias (AGC) e do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), para filmar o *I cruzeiro de férias às colónias ocidentais*. Subjacente ao convite esteve a presunção de que San Payo dominava a linguagem cinematográfica como dominava a fotográfica. Se a presunção não falhou, até porque San Payo foi auxiliado por um director de fotografia experimentado, Artur Costa de Macedo (1894-1966)ⁱⁱ, o certo é que o filme da viagem foi projectado apenas uma vez, no S. Luiz, em Lisboa, a 29 de Junho de 1936. Num período de escassez de imagens em movimento das colónias, e dados os custos elevados do cinema, a que se deveu, então, a singularidade da projecção, e, ainda assim, só para os participantes no cruzeiro? Terá sido porque o filme ficou aquém do objectivo proposto: projectar a imensidão da nação e o domínio dos avanços tecnológicos que permitiam o controlo do espaço “aquém e além-mar”?

II. “PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO” PROJECTA-SE EM GRANDE ECRÃ

Recuemos para contextualizar a novidade do esforço para usar o cinema para “propagandear” as colónias. A faceta colonial de Portugal fora projectada cinematograficamente na Exposição Ibero-americana de Sevilha (1929), na Exposição Internacional e Colonial de Antuérpia (1930) e na Exposição Colonial de Paris (1931). Para mostrar não só as colónias, mas também o domínio das novas tecnologias da comunicação nas exposições internacionais, o Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, encomendara filmes sobre os territórios africanos a três equipas de cineastas tendo a produção beneficiado do apoio financeiro e logístico de empresas privadas e da administração colonial localⁱⁱⁱ. Má qualidade da fotografia, iluminação e enquadramento, ausência de sentido artístico e científico, titulação incorrecta e reveladora de mau conhecimento da geografia e etnografia, foram, porém, críticas feitas aos filmes^{iv}.

Como se articulou então a utilização do cinema com os desígnios imperiais do regime? Se a Primeira República não se interessou muito pelo cinema – o que é comprovado pela escassa legislação e inexistência de apoios directos – há que assinalar o recurso

ao seu potencial propagandista para gerar unidade em torno da participação na guerra. Tal não foi uma originalidade portuguesa. Em Inglaterra e França sucederam-se então os primeiros esforços organizados pelo Estado para a divulgação de doutrinas usando o cinema, o que terá servido como modelo. Foi o ministro da Guerra Norton de Matos (1867-1955) a criar a Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército (SFCE), através de despacho de 12 de Janeiro de 1917, duas semanas antes da partida para a Flandres da 1ª Brigada do Corpo Expedicionário Português (CEP). Após o final da guerra, a SFCE é transformada na Direcção dos Serviços Gráficos do Exército, através do Decreto nº 5935, de 28 de Junho de 1919, sobrevivendo a duas mudanças de regime: da I República para o Estado Novo, na sequência do golpe militar de 1926, e deste para a democracia parlamentar, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

O uso propagandista do cinema iniciado pelos militares alargou-se. Enquanto Armindo Monteiro é responsável pela pasta das colónias, entre 1931 e 1935, multiplicam-se eventos de projecção do império, sendo os mais importantes fixados pelo cinema: a participação nas exposições internacionais da época, não obstante a crise financeira; a Conferência Imperial Colonial, a I Exposição Colonial Portuguesa no Porto^v e o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias, em 1934; além da organização do I Cruzeiro, em 1935 a Sociedade de Geografia promoveu a “Semana das Colónias”.

Posteriormente ao “período Monteiro” mantêm-se iniciativas relevantes. Em 1938, a visita presidencial às colónias é acompanhada e filmada pela Missão Cinegráfica às Colónias, em que seguiu o “cineasta do regime”, António Lopes Ribeiro (1908-1995). Nos anos subsequentes, este lançou vários documentários sobre as colónias além de, em 1940, estrear o segundo e último filme de propaganda explícita do regime, *Feitiço do império*, estreado durante a Exposição Colonial do Mundo Português.

III. CRUZEIRO DE (RE)CRIAÇÃO NACIONAL SOBRE NOVO MAPA DO IMPÉRIO

Assente-se então que a organização, pela revista “*O mundo português*”, da viagem e do seu registo filmado, está subordinada à vontade de projectar, potenciando, a dimensão de Portugal – que, como se escreve no roteiro, “não termina no Algarve” e “são todas as colónias” – e exhibir a possibilidade de os portugueses viajarem depressa e comodamente, não obstante a dimensão do império, como turistas (e também como homens de negócios, cientistas e académicos), por uma “nova” cartografia do império. Na Exposição Colonial do Porto usara-se, pela primeira vez, um mapa que sobreponha o então império português a alguns dos principais países europeus, com o título: “Portugal não é um país pequeno”^{vi}.

A necessidade de projecção, externa mas também interna, vinha de longe e motivava, em parte, a participação portuguesa na I Guerra Mundial, devido aos rumores – que não cessam – de negociações para a partilha das colónias e atenta nas ambições da “nova Alemanha” nacional-socialista. O *Acto colonial* de 1930, anterior à Constituição do

Estado Novo de 1933, fora, aliás, a resposta urgente, de Salazar, à cobiça despertada pelas colónias, objecto de pretensões de outros impérios, justificadas pelo *deficit* colonizador português. E, para projectar o império, nada melhor do que começar com a doutrinação dos futuros homens de ciência e negócios.

Portugal não termina no Algarve; Portugal são todas as colónias. [...] Nada, portanto, como uma viagem oceânica para mostrar o tamanho deste grande país aos seus próprios filhos. E os portugueses precisam disto porque entre eles se vulgarizou a ideia duma pátria pequena. Até por carinho é costume dizer: "Portugal pequenino". Pois temos que nos habituar a dizer: o "grande Portugal". Mas para isso temos que visitar o Portugal que existe espalhado no Atlântico e em África, para não falar já das terras portuguesas da Ásia e da Oceânia (1935: 5).

No roteiro assume-se que o propósito de mostrar que “Portugal não é um país pequeno” esteve subjacente à criação d’*O mundo português*, pelo Decreto-lei 23482 de 20 de Janeiro de 1934, e à iniciativa de promoção de cruzeiros. Outro desígnio do cruzeiro, sustenta-se, é levar o Portugal continental às colónias. Trata-se de investir os viajantes da responsabilidade de “uma embaixada da terra-mater aos filhos distantes da pátria”. Para tal assumia *O mundo português* ser preciso:

[...] ter bem presente no espírito e no coração a imagem dum Portugal grandioso, redimindo e confiante no dia de amanhã, dum Portugal novamente enérgico, capaz de conquistar o Futuro, sempre orgulhoso do Passado mas sem a tristeza de uma nação saudosa.

Finalmente, o cinema impunha-se como o meio para projectar essa energia conquistadora e a vertigem da viagem rumo ao futuro. E porque o futuro era o que estava em jogo, o público-alvo desta viagem era o da “mocidade académica” da classe dominante.

Com estas viagens convenientemente orientadas por um critério pedagógico, não só se ministra à mocidade académica uma lição prática de geografia, que ela jamais esquecerá, mas também no seu ânimo juvenil se cria a consciência da grandeza de Portugal no mundo. E se daqui possivelmente não resultarem novas vocações para a vida colonial, há-de pelo menos robustecer-se o orgulho e a alegria de ser português, há-de fazer boa sementeira de propaganda das coisas belas do nosso ultramar e hão-de estreitar-se os laços morais que serão a mais forte garantia da unidade do Império.

Foi com estas palavras que o Ministério das Colónias reconheceu a utilidade dos “Cruzeiros de Férias” que tinham como propósito levar estudantes e professores para, segundo o artigo 2º do Decreto-lei 25555, de 28 de Junho de 1935, “dar a conhecer [...] a extensão, a importância e a riqueza das colónias visitadas”, além do objectivo de “estreitar as relações culturais e económicas entre a metrópole e o império ultramarino”.

O certo é que este cruzeiro de 1935 terá despertado uma “vocação” para a vida colonial em vários estudantes. Um dos que se veio a notabilizar foi Ruy Cinatti^{vii} que terá então conhecido e estreitado amizade com Orlando Ribeiro, um dos adjuntos do director cultural do cruzeiro, Marcello Caetano.

O convite a San Payo afigura-se então como uma tentativa de assegurar a qualidade artística do registo da primeira^{viii} “excursão”, organizada entre 10 de Agosto e 28 de Setembro, para dar a ver a cerca de 200 excursionistas o Portugal de além-mar, num roteiro que incluiu paragens em S. Vicente, Praia, Bissau, Bolama, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Sazaire, Luanda, Porto Aboim, Novo Redondo, Lobito, Moçâmedes, S. Tomé e Funchal. Note-se, porém, que, apenas as visitas a Luanda, Lobito e Moçâmedes duraram mais do que um dia, ficando os excursionistas escassas horas em todos os restantes locais, como pode comprovar-se no roteiro editado e que inclui o regulamento da viagem, etc (1935: 10). Atente-se, porém, nos propósitos da viagem que o referido artigo 2º do Decreto-lei 25:555 define claramente: “O Cruzeiro terá por fins principais dar a conhecer aos estudantes e professores que nele tomarem parte a extensão, a importância e a riqueza das colónias visitadas e a estreitar as relações culturais e económicas entre a metrópole e o Império Ultramarino”.

IV. FILME DE VIAGENS COLONIAIS COMO GÉNERO NUMA “CULTURA DE MOBILIDADE”

O filme *I cruzeiro às colónias* é um diário de viagem oficial, cujo planeamento e ritmo foi imposto pelo roteiro definido pelo director do cruzeiro, que também dirigia *O mundo português*, Augusto Cunha (1894-1947), e cuja montagem se ressente do ritmo intenso da deslocação no espaço e repetição do tipo de visitas – sobretudo a roças e fazendas –, que geraram pressão sobre a filmagem. Só em breves e curtos instantâneos se revela, aqui e além, a sensibilidade fotográfica do realizador sem que neste caderno de viagem filmado haja tempo para detalhar o quotidiano ou a vida nas colónias. Repetem-se as chegadas e partidas, as danças em homenagem dos visitantes da metrópole, as recepções oficiais, entre aspectos da viagem por mar, as excursões, em automóvel ou de comboio, apenas com pausas para visitas a explorações agrícolas ou oficinas.

Trata-se, pois, de um filme através do qual a AGC quis transportar os portugueses numa viagem pelo progresso das colónias. Os viajantes do cruzeiro e os espectadores do filme são levados a ver aspectos das paisagens e a organização do trabalho colonial em todos os meios de transporte modernos. A viagem faz-se tanto por picadas, serpenteando pelas florestas e pelas encostas a vencer, às vezes intransitáveis, quanto pelo mar, para se eliminar o além e se sublinhar antes a portugalidade inscrita na paisagem – através da igreja, presente há séculos, da casa do administrador ou da roça, num estilo arquitectónico característico, que se repete (como Gilberto Freyre tanto fará notar, em 1953, noutro caderno de viagem, *Aventura e Rotina*) –, como pelo caminho de ferro de Benguela, prodígio de modernidade.

Formatado pelo protocolo e pelo apertado programa de visitas, constrói-se como uma montagem de sequências em que o registo imposto é o da sucessão de viagens que atestam o domínio do espaço: de barco, primeiro; de carro, para chegar a locais pré-

-determinados (em S. Tomé, às roças Água Izé, Monte Café, e Rio do Ouro; em Angola, à fazenda Tentativa, à granja S. Luiz e outras fazendas não especificadas, além da Estação Zootécnica e missão na Huíla; no Príncipe, a roças não identificadas); de comboio, no coração de Angola. Impõe-se a exibição da velocidade da viagem – e também, literalmente, da velocidade com que se visitaram certos locais – e do domínio das novas tecnologias, confirmação de Portugal como potência colonial capaz de dominar a natureza, de redesenhar a paisagem, de assegurar o progresso social e económico (neste aspecto atente-se na quantidade de publicidade a empresas coloniais publicada no “roteiro” da viagem) e de o projectar e mostrar ao mundo. A tecnologia do cinema e as comunicações viárias integram-se, pois, num mesmo contínuo – de aceleração da existência humana, pela potenciação da velocidade com que se atravessa espaço e tempo e de projecção de imagens. De luz e sombras, as imagens de cinema; imagens de poder – um poder demiúrgico –, transversais a todas as novas tecnologias retratadas, sejam de deslocação efectiva no espaço e pelo tempo ou de projecção de luz. O avanço tecnológico, consagração das possibilidades de progresso garantidas pelas teorias evolucionistas, vem, porém, cavar o fosso que separa colonizadores e colonizados. Neste filme-metáfora, as tecnologias, de aceleração e de projecção, mostram os excursionistas num ensaio de dominação da paisagem, numa aceleração consagrada pelo próprio roteiro da viagem, deixando para trás, circulando a pé, com as cargas à cabeça, os naturais das então colónias. Terá sido, também, uma noção desse fosso, ampliado pela projecção, que determinou que o filme não fosse exibido mais vezes?

V. MOÇAMBIQUE: CULTURA E IMPERIALISMO NO GRANDE HOTEL COLONIAL

O navio era como um grande hotel. Para passar o maior número de horas em terra era preciso voltar ao nosso dormitório flutuante. Só em Angola se sorteou um grupo de vinte e cinco privilegiados que foram de comboio até Huambo (Nova Lisboa), daí por estrada, até Lubango (Sá da Bandeira), de onde desceram de comboio até Moçâmedes. A estes foram-se juntando outros tantos que conseguiram obter automóveis particulares (Ribeiro, 1978: 24).

Nas vésperas da partida do *Moçambique*^{ix} foi inaugurada a bordo uma exposição de produtos^x. A projecção do potencial económico das colónias – dos produtos e também do seu potencial consumidor – não foi descurada pela propaganda, atestando o esforço para integrar o país no movimento imperialista consagrado pela Conferência de Berlim.

Costa Ramos (2014: 190) cita o geógrafo Jean Brunhes para atestar a presciência deste quando, há um século, antecipava um “mundo globalizado pelo movimento da conquista, do comércio e da circulação de capital.”

No momento em que, devido à intensidade e à multiplicidade das comunicações, todas as partes do universo são postas violentamente em relação umas com as outras, a humanidade tende para uma certa uniformidade de usos, de necessidades e de hábitos

quotidianos. O facto económico e geográfico da circulação (a Verkehrskultur^{xii} como dizem os alemães) desempenha um papel tão predominante que, na concorrência mundial, as antigas pequenas unidades económicas que viviam a sua vida própria, com uma inteira independência, produzindo quase tudo de que tinham necessidade, são todos os dias ameaçadas na sua própria existência e dentro de pouco tempo terão desaparecido.(Brunhes, 1913: 37)

A listagem de “Industriais e comerciais” que expuseram no *Moçambique* evidencia que havia expectativa quanto à obtenção de receitas no mercado colonial pelos exibidores, muitos dos quais mostram produtos que não são oriundos das colónias, como a Adega de Colares, a Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto, A Fosforeira Portuguesa ou a Sociedade Nacional de Fósforos, a Fábrica de Porcelana Vista Alegre, a Kodak, a Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas ou o Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos^{xiii}. Além da participação do Grémio do Minho Colonial Português e da Sociedade Comercial e Industrial de Produtos Alimentares Tropicais não parece haver, de modo óbvio entre os expositores, empresas “coloniais”^{xiv}. Assinala-se que, se uma parte da publicidade incluída no *Roteiro* não foi adaptada visando o mercado colonial, há casos em que se denota essa preocupação, como evidencia uma publicidade genérica ao vinho do Porto em que se recomenda tomá-lo com quinino como “maravilhoso antídoto contra as febres de África” ou o da Diogo & Cia, que se anuncia como de importação e exportação de “Tecidos e artigos vários para permuta com o indígena”.

Em *Orientalismo*, Edward Said propôs que, sem examinar o “orientalismo” como um discurso (Foucault), não é possível entender o modo como a cultura europeia foi capaz de dirigir e mesmo produzir o Oriente política, sociológica, ideológica, militar e imageticamente (1978: 3)^{xv}. Esta assumpção de Said pode generalizar-se e aplicar-se ao discurso da portugalidade e, posteriormente, ao luso-tropicalismo. Os cruzeiros às colónias cumpriram uma missão ideologicamente orientada, não descurando a componente cultural. Não é em vão que Cardeira da Silva e Oliveira lhes chamam “cruzeiros de soberania” em “Paquetes do império: O Primeiro cruzeiro de férias às colónias”^{xvi}.

Foi Marcello Caetano quem definiu, com Augusto Cunha, o programa cultural e educativo a ministrar no âmbito da “missão pedagógica” a desenvolver a bordo por si e pelos adjuntos, Norberto Cardigos dos Reis^{xvii} e Orlando Ribeiro. Orlando Ribeiro escreveu que “vivendo a sonhar com viagens desde a infância”, teve “a sorte de ser indicado pelo director do Faculdade de Letras de Lisboa (o malogrado filólogo João da Silva Correia)” (1978: 22). Nas suas palavras: “Iríamos mostrar aos outros o que aparecia pela primeira vez aos nossos olhos deslumbrados”. O geógrafo comenta criticamente a falta de adesão geral dos professores de Geografia Colonial, lecionada à data nas universidades de Lisboa e de Coimbra, que “preferiram as férias na praia ou no repouso campestre” (1978: 23). A ausência destes foi colmatada, ainda segundo Orlando Ribeiro, por “colonialistas”:

um antigo oficial da marinha, da mais nobre estirpe, que se demitira com o advento da República, saudoso das escadas e das terras onde acompanhara o príncipe D. Luís Filipe^{xvii}; advogados, que conheciam por experiência um mundo chicaneiro; o corifeu do nacionalismo monárquico e autoritário, garante da sobrevivência do império; um herói nacional, que se batera contra os alemães e a tropa preta que enquadravam junto da fronteira do Sudoeste de Angola.

Note-se então que, além da “mocidade académica”, Orlando Ribeiro destaca a presença no cruzeiro do “corifeu do nacionalismo monárquico e autoritário” como contraponto à ausência, desinteressada ou simplesmente comodista, dos professores de Geografia Colonial.

Após a partida do *Moçambique* do Cais da Fundição, em Lisboa, a 10 de Agosto, Caetano, Ribeiro e Cardigos foram ministrando o “Curso de férias” destinado aos estudantes, o qual também era aberto aos restantes viajantes, que poderão ter aderido em quantidade à iniciativa, a avaliar pelo filme de San Payo, que documenta uma aula leccionada pelo futuro Presidente do Conselho, mas também, a 24 de Agosto, pela reportagem do *Diário de Notícias* que relata que estas eram muito frequentadas pelas “senhoras, que às horas das aulas disputava(m) os melhores lugares para ouvirem as interessantes lições de História e Geografia coloniais”.

As matérias leccionadas incluíam “Noções sumárias de geografia do continente africano”, “O descobrimento da África Ocidental”, “História das colónias da África Ocidental”, “O mar”, “Noções sumárias das Ciências da Colonização” e “Noções sumárias da Administração Colonial Portuguesa”. Pedia-se aos inscritos que, nas excursões em terra, apontassem as observações e impressões para posteriormente escreverem relatórios da viagem, alguns dos quais foram publicados em *O mundo português*. Aos professores cabia examinar criticamente as notas, corrigindo-as e completando-as. O regulamento do cruzeiro advertia expressamente que entre as impressões não deveriam constar reflexões políticas, pois o regulamento, definindo os deveres dos excursistas, exigia, na alínea f, que se abstivessem de “discussões de carácter político”.

VI. PAISAGENS SEM HOMENS: MOVIMENTO DA CONTEMPLAÇÃO PARA A COMPAIXÃO

Não terá sido, pois, possível discutir a bordo uma das descobertas feitas em Cabo Verde – a do flagelo da fome – que Orlando Ribeiro descreveu depois em *A ilha do Fogo e as suas erupções* (1945).

A fome não estaria também ausente de Angola. Se, em *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Orlando Ribeiro descreve a paisagem avistada na Huíla é para logo afirmar a necessidade da deslocação, necessária, da contemplação do naturalista para a sua compaixão com os homens e mulheres afectados pela pobreza extrema. O excerto em que descreve a Huíla poderia ser sobreposto às paisagens cinematográficas de San Payo. Com um senão: nestas não se fixa a realidade da seca, comentada por Orlando Ribeiro.

Moçâmedes fechou o ciclo da variedade das paisagens de Angola, desde a mata densa de Ndalande onde o cafezeiro espontâneo medra no sub-bosque, aos montes-ilhas na subida para o Huambo, às escarpas imponentes na Serra da Chela, ao mato ralo no seu sopé, até aos traços geometricamente puros do deserto do Namibe. Planaltos rasos, vales incisos, vertentes ritmicamente cortadas por cornijas de rochas duras e horizontais, de uma tonalidade entre amarela e cinzenta, e dunas em forma de crescente, de uma pureza de linhas e de cores – o branco das areias listrado por uma pátina arroxeadas. Como vegetação, odres, de nome tão sugestivo, e essa incomparável Welwitschia mirabilis, com o seu caule rasteiro em forma de taça para recolher as condensações ocultas e duas folhas rasgadas pelo vento que fazem lembrar tentáculos de um polvo gigantesco (...).

Mas para o geógrafo, nem tudo cabe na contemplação de naturalista. Longe das paisagens belas e inúteis do deserto absoluto, os homens padecem. As terras cultivadas da Huíla haviam sofrido um ano seco. Perderam-se colheitas e gados, gastaram-se reservas alimentares, foi preciso acudir às populações, a um bodo vieram mais de dois centos de famintos, entre pretos e brancos: não há como a pobreza para irmanar raças que, no êxito, tendem a supor-se superiores.

O que o filme de San Payo fixa não é um movimento, recomendado por Orlando Ribeiro, da contemplação para a compaixão. A introdução do factor humano como elemento central à compreensão geográfica, característica distintiva fundamental do trabalho de Orlando Ribeiro, afirma-se pois como o elemento em falta neste filme de viagem, vítima de uma aceleração e de uma cultura do movimento que o torna cego porque vazio de compaixão. Num ou noutro retrato vê-se “voyeurismo” mas não compaixão. Há um olhar fugidio que não se detém, que não vê porque é um olhar-movimento de um filme atormentado e sem consciência da condição de objecto dominado pela cultura do movimento. Se, como propõe Costa Ramos, foi a capacidade de Jean Brunhes de compreender as “culturas de mobilidade e de comunicações” do seu tempo a impor a sua geografia humana fazendo dele um grande defensor da instrumentalização da fotografia e do cinema pela investigação, Orlando Ribeiro tem a consciência de que é preciso acrescentar-lhe a compaixão do investigador, rompendo com a tara positivista dominante. É notável que Brunhes tenha defendido apaixonadamente o cinematógrafo pela capacidade de “registo exacto e perfeito de tudo o que é do domínio da vida” (Brunhes, 1913: 38), antecipando que “ele vai tornar-se cada vez mais num dispositivo de investigações científicas (Costa Ramos, 2014: 190-191) sendo o humanismo de Orlando Ribeiro fundamental para evitar que a ciência e a cultura se tornem reféns do imperialismo. Um certo tipo de cinema, com declinações em vários subgéneros, entre os quais o filme de viagens colonial, serviu projectos imperiais de nações que então construíam para si novos mapas. Devido, porém, à natureza oxímórica do cinema, mesmo os filmes de propaganda – por vezes sobretudo estes – expõem, de modo cru, a desumanização dos processos de expansão colonial. O filme de San Payo foi quase certamente “vítima” disso mesmo. Numa bulimia do movimento, no centro de uma cultura de mobilidade, faltou-lhe o movimento mais íntimo, profundo e subtil: da contemplação para a compaixão.

BIBLIOGRAFIA

- ANÔNIMO (1930). O filme de Angola: O Sr. César de Sá quere [sic] que lhe façam justiça. *Cinéfilo*, 77. 2 de Fevereiro, 1930.
- ANÔNIMO (1935). *Diário de Notícias*, 24 de Agosto de 1935
- ANÔNIMO (1932). Um documentário português. *Imagen*, 48. 21 de Janeiro, 1932.
- ANÔNIMO (1935). Roteiro do 1º cruzeiro às colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola, iniciativa do Mundo Português. *O Mundo Português*. A.G.C / S.P.N., Lisboa.
- ANÔNIMO (1935). *O Mundo Português*. A.G.C / S.P.N., Lisboa.
- Castro, T. (2013). Viagem a Angola: cinema científico e etnográfico. In M. C. Piçarra & J. António (Eds.), *Angola, o nascimento de uma nação. Vol. 1 O cinema do império*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Freyre, G. (1954). *Aventura e rotina – Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Garcia, J. L. L. (2011). *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Tese de Doutoramento em História, especialidade Histó-ria Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Piçarra, M. C. (2013). *Azuis ultramarinos: propaganda colonial nas actualidades filmadas do Estado Novo e censura a três filmes de autor*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, variante Cinema e Televisão, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Pimentel, J. (2007). Um filme de amigos. In P. Bernaschina (Ed.), *Missão botânica transnatural. Angola 1927-1937*. Artez: 127-136.
- Pimentel, J. (2012). La collection coloniale de la Cinémathèque Portuguesa. *Journal of Film Preservation*, 64, 22-30.
- Ramos, J. C. (2014). *Atlas da memória e esperança. As tecnologias de informação e comunicação podem ser instrumentos de cidadania dos sujeitos e comunidades de espaços urbanos segregados?* Tese de Doutoramento em Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Ribeiro, O. (1978). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Stilwell, P. (1995). *A condição humana em Ruy Cinatti*. Lisboa: Editorial Presença.

ⁱ A partir de 1916 filmou *A quadrilha do esqueleto*, um policial de longa-metragem; a tragédia *A cabana do pai Tomás; O senhor da posição*, além de vários documentários.

ⁱⁱ Formado em direcção de fotografia pelo pioneiro Manuel Maria da Costa Veiga, para cuja produtora, Lusitânia Film realizou actualidades. Depois de ter trabalhado com Leitão de Barros num dos primeiros filmes realizados por este, *Mal de Espanha* (1918), começou a trabalhar para a Invicta Film, realizando vários documentários. Foi aí que assegurou a direcção de fotografia de *Mulheres da Beira* (1923) de Rino Lupo, tendo no mesmo ano mas para outra produtora, filmado, com Lupo, *Os lobos*. A partir de 1924 foi produtor independente, realizando vários documentários sobre monumentos portugueses além de filmar actualidades para produtoras internacionais, como a Éclair, Fox News e Paramount News, e de assegurar a direcção de fotografia de várias longas-metragens de ficção. Além de ter fundado, em 1918, uma produtora de documentários e filmes publicitários, a Laboratório Cinematográfico, voltou a colaborar com Leitão de Barros nalgumas das obras de referência deste: *Nazaré, praia de pescadores* (1929) e *Lisboa, crónica anedótica* (1930).

ⁱⁱⁱ Antes da encomenda destas obras, que filmes coloniais tinham sido feitos? Poucos e sobretudo de propaganda. O primeiro filme colonial conhecido é de 1909. Trata-se da longa-metragem documental *Cultura do cacau*, filmada por Ernesto de Albuquerque (1883-1940) em S. Tomé e Príncipe, para responder à campanha internacional, pela Cadbury, de denúncia de trabalho forçado nessa ilha. *Ernesto de Albuquerque*, de A. Videira Santos, é a única publicação a fornecer elementos sobre a produção desta obra.

^{iv} João César de Sá, "O filme de Angola: O sr. César de Sá quere [sic] que lhe façam justiça", *Cinéfilo*, nº 77, 2 de Fevereiro de 1930 e "Um documentário português", *Imagen*, nº 48, 21 de Janeiro de 1932.

^v Dela resultaram *Primeira exposição colonial portuguesa* e *O cortejo histórico com a representação de todas as colónias portuguesas*, de Aníbal Contreiras e Manuel Luiz Vieira respectivamente.

^{vi} O mapa foi “organizado” por Henrique Galvão, que veio depois a desviar o paquete Santa Maria.

^{vii} No regresso, Cinatti decidiu que o seu futuro passaria pelas colónias. Stilwell (1995: 33) refere uma carta para Amy Christie, com data de 28 de Novembro de 1935 em que escreveu: “Está assente, irei para África, para Angola, irei para Timor, irei para alguma das distantes províncias do meu Portugal. Oh! Que benção foi para mim estar nesses territórios. Aqueles horizontes largos alargaram a minha visão das coisas” [tradução minha]. Silvino Silvério Marques, futuro governador de Angola, terá sido outro dos alunos marcadados por esta viagem.

^{viii} É a primeira excursão pública com fins propagandistas assumidos pela entidade organizadora. No entanto, já em 1929 tinha sido organizada a primeira Missão Académica a Angola, organizada pela Junta de Educação Nacional e dirigida pelo botânico Luís Carrisso, da Universidade de Coimbra. Nela participaram 22 pessoas, entre alunos e professores universitários. A viagem foi registada em *A Missão Académica a Angola – Alguns aspectos cinematográficos da viagem* (1929, 35 mm, 34 min), filme amador de Maximino Correia, professor de Medicina que nunca filmara antes e que comprou uma câmara de filmar para registrar a viagem. Explica Castro (2013: 129-130): “Pouco se sabe sobre a decisão de documentar cinematograficamente a viagem, cujo objectivo não é o de recolher espécimes botânicos (como para as missões realizadas em 1927 e 1937), mas antes a de realizar ‘uma propaganda intensa das colónias, como campo de trabalho, nos meios académicos portugueses’ (Carrisso, 1932:51). [...] A missão académica a Angola é verdadeiramente um filme de amador, ou “de amigos”, na expressão de Joana Pimentel (Pimentel, 2007:127-136). Mas as instâncias para que remete estão longe de se limitar a uma esfera ‘intima’: [...] o filme escolhe registrar – e assim memorizar – as marcas mais explícitas da presença colonial: sessões solenes em honra da missão, escolas, vias de comunicação, empreendimentos industriais (como a exploração de diamantes no Dundo), missões. O espaço social no qual se movem Correia e os seus companheiros de viagem é perfeitamente delimitado pelas instâncias oficiais”.

^{ix} Um dos navios alemães apreendidos, nos portos portugueses, durante a I Guerra Mundial e que, depois de recauchutado, integrou a frota da Companhia Nacional de Navegação.

^x Segundo o roteiro, os expositores que participaram na excursão foram Armando Leão e Silva, Ernesto Pedroso, François Reynaud, Joaquim da Silva Pereira, John Mac Donald Cohin, José Mantua, Manuel Cardoso Pereira, Mário Águia de Pina.

^{xi} Cultura do tráfego ou da mobilidade.

^{xii} Repete-se o modelo ensaiado durante a Exposição Colonial do Porto.

^{xiii} As outras empresas são A Furbana (tecidos de seda), Aurélio António Domingos & C^a Lda (louça de alumínio, latão e alpaca), C. R. Almeida (tapetes), Companhia Nacional Mercantil (calçado e correias), Companhia Portuguesa de Higiene (produtos químicos e farmacêuticos), Consórcio Português de Conservas de Peixe, Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, Corporação Mercantil Portuguesa (fibrocimento), Fábrica de Bolachas, Biscoitos e Chocolates “Favorita”, Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos (vinhos e fruta), Guilherme Graham Júnior & C^a (tecidos de algodão, papel, cartão, etc.), Guimaraens & C^a (vinhos do Porto), Indústrias Portuguesas de Munições, Mário Navega (louças e artigos de ferro esmalтado), Ourivesaria Aliança, Sociedade de Perfumarias Nally, Simões & C^a (artefactos de malha), Viúva de J. J. Nunes & C^a (cartas de jogar). Além dos expositores outras empresas anunciam-se no roteiro, ajudando ao encaixe necessário para financiamento da viagem (com 150 contos dados pelo governo e os valores das inscrições dos excursionistas).

^{xiv} *Culture and imperialism* (1993) aprofunda a análise.

^{xv} Se esta não foi a primeira “missão” às colónias, foi a primeira de grande escala e teve sequência, logo em 1937 mas em sentido inverso, com o *Primeiro cruzeiro dos estudantes das colónias à metrópole*, seguido dos cruzeiros dos velhos colonos, dos cruzeiros da Mocidade Portuguesa e, finalmente, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

^{xvi} Nas palavras de Orlando Ribeiro, “um dos mais distintos estudantes de Geografia e dos melhores docentes da matéria no liceu”.

^{xvii} Primeiro e último príncipe português a visitar as colónias.

A SERRA⁽ⁱ⁾

ALEXANDRA LUCAS COELHO¹

*Os estabelecimentos humanos
raro sobem até aos cumes mais elevados.*

Orlando Ribeiro

Ao sétimo glaciar ficou como está. Depois o tempo começou a trabalhar no granito. Vieram pastores, celtas, e veio o império romano, diz-se que até Júlio César. E quando o império se foi, continuaram a vir nómadas, transumantes, pastores vestidos de pele e burel, surroboco e pelica, com manta, cajado, alforge de pão, um corno para gordura ou azeitonas, uma aferrada para cozer batatas ou tirar leite. Punham coleiras com picos nos cães para os lobos não lhes saltarem ao pescoço. Havia lobos, raposas, javalis, víboras, lagartos, águias, corvos, trutas nas lagoas e ovelhas nos covões cobertos de erva tenra durante o Estio. De Abril a Outubro, os rebanhos de todos subiam a serra pastoreados à vez. Quem tinha 20 ovelhas, pastoreava um dia, quem tinha 40, dois, quem tinha 100, cinco. A isto chamava-se correr a andana ou correr a volta. Quando chegava a noite, os pastores arrumavam os rebanhos nas malhadas, lugar onde os covões estão rodeados de rochas, e enrolavam-se na manta, ao abrigo de alguma lapa, até à manhã seguinte. Dormir dizia-se que era amanhoar.

Lá em cima, despontavam ranúnculos brancos, sargaços amarelos, campainhas, fetos, zimbros. Fazia-se queijo de ovelha e mel de urze. A terra dava o que dá no alto, centeio e batata, nos prédios que a gente do vale cultivava, em subidas regulares. Gente de passagem, gado sazonal, era isto. Mas alicerces, não.

Recebido: Junho 2015. Aceite: Outubro 2015.

¹ Alexandra Lucas Coelho nasceu em Lisboa. Tem carteira de jornalista desde Janeiro de 1987. Publicou cinco livros: “Oriente Próximo” (2007), “Caderno Afegão” (2009), “Viva México” (2010), “Tahrir” (2011) e “Vai, Brasil” (2013). Em 2012 lançou o seu primeiro romance, “E a Noite Roda” e em 2014 o segundo, “O Meu Amante de Domingo”.

Até que Sousa Martins, futuro santo, propôs à Sociedade de Geografia uma expedição às alturas. Por volta de 1880, a tuberculose progredia como “o mal do século”, a altitude podia ser a salvação e aquela era a serra. O tísico Alfredo César Henriques quis ser o primeiro a estabelecer-se, comprovando a pureza de ar e água. Há fotografias do abrigo que mandou construir debaixo de uma fraga em 1882, num entusiasmo pulmonar. Chamou-lhe Casa da Fraga. Foi a primeira de várias, milagrosamente poucas, ao longo do trilho que leva à lagoa.

O Observatório. A Casa do Telégrafo, mais tarde do Correio. A Casa de Afonso Costa. A Pensão Montanha, para 30 doentes, junto à Cabeça do Preto, uma daquelas pedras com forma humana a que os cientistas chamam antropoglifites. O Estado fez a “pousada exclusivamente destinada a viajantes e excursionistas, com a demora máxima de três dias (quatro quartos, sala de leitura, quarto de banho, fogões)”, ainda hoje descrita no egrégio “Guia de Portugal”, e plantou pinheiros, abetos e castanheiros pelas encostas. Apareceu a estrada, a capela e o café que também era pensão e criação de cães. Mas em não querendo, até de Verão se ia pelos caminhos sem ver ninguém.

Gargantas, circos, ravinas, escadas de gigantes, entaladas. Nomes de pastores: lagoa comprida, escura e do peixão, poios brancos e poio do judeu, covão dos cântaros e d'ametade, da mulher e do ursa, do vidual e do bicho, do ferro e das canelas, fragão do corvo e do passarão, fragões das candeeiras, fragas da cruz, da morte, da estrela e da batalha, penhas dos abutres e do gato, moreia do alforfa e do zêzere, cabeça do velho e da velha, vale do rossim e das éguas, seixo branco, mondeguinho.

Três rios a nascer. 147 dias de nevoeiro, 117 de chuva, 35 de neve.

E no Inverno, ninguém a sério. Os trilhos ficavam cortados durante dias. Quando passou a haver estradas, as estradas ficavam cortadas durante dias. Só no Observatório havia luz nas casas de granito. Durante anos a gente do Observatório viveu isolada da família, rondada por lobos e sem ver gente. O correio era uma mulher que subia a serra a pé pelo atalho, no meio das feras e do frio. Lá em baixo, no vale, nasciam filhos de cada vez que os do Observatório vinham de visita à família. Mas era difícil falar. O Inverno fecha a gente, põe-na para dentro. Um homem sozinho no cimo de uma serra torna-se impermeável. Se a sua natureza não o tira dali é porque a sua natureza também é aquilo.

A gente acrescentava vogais, dizia a iágua, o cuarro. São das primeiras palavras de que me lembro.

O frio era escuro e soprava. O calor era branco e cheirava a sabão de lençóis a corar ao sol. No Verão, as casas abriam-se pela estrada fora, da Casa da Fraga até à lagoa. Um Verão dormimos no Sanatório. Tinha muitas casas de banho abandonadas, de um lado e do outro. Noutro Verão dormimos na Casa do Correio. Tinha um rato. De dia,

aprendíamos o telégrafo e à noite a via láctea. Houve o Verão da Casa da Galeria e o Verão da Casa Dividida. O Verão dos 39 Degraus no Café do Samuel e o Verão em que as meninas viram aquilo dos rapazes.

Algumas pedras eram grandes como casas. Outras montavam-se como animais. Tinham musgos, e o dorso quente. Nas noites de Lua Cheia, a serra era a Lua, as pedras ficavam brancas. Nas noites de Lua Nova, via-se o pó das estrelas, era o cimo da terra.

Mas quando o turismo começou a subir, o pico mais alto não era ali, graças aos céus e à última glaciação.

E a 1380 metros continuámos a respirar.

Lisboa, 22 de Julho de 2008

COMUNIDADE

(pequeno bilhete, sete anos depois)

Viajei muitas vezes com Orlando Ribeiro. Não em pessoa, claro, nem sequer em livro, mas com uma ideia de comunidade. Era o Mediterrâneo, em todas as suas margens e extensões, Ocidente-Oriente. O Levante, essa invocação.

Não vem da universidade, não me lembro de o estudar, não sei como num curso de comunicação não tínhamos uma cadeira de geografia, mas não tínhamos. Orlando Ribeiro chegou-me em viagem, veio com os árabes, com as oliveiras, saber até onde vão e como isso nos une, o azeite, o pão, o vinho, o queijo, o tomate, o peixe pescado antes de todo este horror, das mortes entre sul e norte, do muro na água, da barbárie nas areias onde não mais me sentarei para comer entre barcos, junto a onde o alfabeto nasceu.

Tenho uma pequena primeira edição de *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição* que queria ter comigo agora, mas estou no interior de Minas Gerais, a milhares de quilómetros desse mar. E no entanto, vejo nesta serra pedras que levam ao meu começo. Orlando Ribeiro é a construção de um nós, pensamento que conhece a raiz porque a transporta, além, e além, e além, para que seja mais e não menos. Para que todos sejamos mais.

Pedra do Papagaio, 25 de Junho de 2015

ⁱ A primeira parte deste texto (“A Serra”) saiu em 2008 na revista *Egoísta*.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. A *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia* está aberta à colaboração científica, que dé a conhecer o resultado de investigação no domínio da Geografia e disciplinas afins.
2. A *Finisterra* publica artigos e recensões em português, francês, inglês e espanhol.
3. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
4. Os originais submetidos serão apreciados por dois especialistas. A sua aceitação final depende de decisão da Direcção, com base nos dois pareceres referidos. A aceitação de um texto para publicação pressupõe que não foi publicado previamente, que não está a ser submetido em simultâneo a outras revistas e que não será reproduzido total ou parcialmente sem autorização da Direcção da *Finisterra*.
5. Cabe aos autores obter autorização para reproduzir material sujeito a direitos autorais.
6. Normas para a apresentação de originais.
 - 6.1. Os textos, originais devem ser submetidos através da plataforma www.revistas.rcaap.pt/finisterra
 - 6.2. Os artigos não devem exceder 20 páginas A4, incluindo bibliografia, figuras e quadros.
 - 6.3. Os artigos devem ser propostos juntamente com os respectivos resumos (cerca de 700 caracteres), que contenham o essencial do trabalho: a) resumo em português; b) resumo em inglês; c) no caso de o artigo ser escrito noutra língua incluir também o respectivo resumo. Devem ser fornecidas **palavras-chave** nas línguas dos resumos, bem como as respectivas **traduções do título**.
 - 6.4. Os quadros deverão ser incluídos no mesmo documento *word* do texto, com numeração romana. As figuras (mapas, gráficos, fotografias, etc.), com numeração árabe, **não deverão ser incluídas no mesmo ficheiro do texto**. Cada figura será enviada separadamente (ex: **silva_fig1.jpg**) sendo aceites os seguintes formatos: *jpeg, tiff, bmp, cdr, wmf*, com uma resolução nunca inferior a 300 dpi. As figuras deverão ser bem legíveis considerando a dimensão da mancha da *Finisterra* (19 x 12cm). Solicita-se que sejam cumpridas as regras básicas de representação cartográfica e que, sempre que possível, sejam utilizadas convenções gráficas, em substituição de escalas de círculos. Há a possibilidade de publicar figuras a cores, mas

PUBLISHING RULES

1. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia* [*Finisterra-Portuguese Journal of Geography*] is open to scientific collaboration aimed at the dissemination of the results of scientific research within the ambit of Geography and its neighbouring fields.
2. *Finisterra* publishes articles and reviews in Portuguese, French, English and Spanish.
3. The authors bear full responsibility for the opinions and concepts included in their contributions.
4. The submitted originals shall be refereed by two specialists in the field. The final decision as to their publication rests with the Editorial Board and shall be taken based on the reviews by the two referees. Acceptance of a text for publication presupposes that it has not been previously published, that it is not being submitted to other journals for publication at the same time and that it cannot be fully or partially reproduced without the authorisation of the Editorial Board of *Finisterra*.
5. The authors are responsible for obtaining the authorisation to use any material subject to copyright.
6. Rules for submitting original texts.
 - 6.1. The texts to be submitted should be uploaded in: www.revistas.rcaap.pt/finisterra
 - 6.2. The articles must not exceed 20 pages A4, including bibliography, figures and tables.
 - 6.3. All articles must be accompanied by their respective abstracts (around 700 characters), which should provide an overview of the main contents: a) abstract in Portuguese; b) abstract in English; c) should the article be written in a language other than Portuguese and English, an abstract in that language should also be included. The key-words and the translated versions of the title should also be indicated in all the languages of the abstracts.
- 6.4. The tables should be included in the same *word* document as the text and should be numbered in roman numerals. The figures (maps, charts, photographs, etc.) should be numbered in arabic numerals and **should not be included in the same file as the text**. Each figure should be sent separately (e.g. **silva_fig1.jpg**) in one of the following acceptable formats: *jpeg, tiff, bmp, cdr, wmf*. The resolution should be equal to or greater than 300 dpi. The figures should be easily legible, considering the printed area of the *Finisterra* journal (19 x 12cm). The authors are urged to comply with the basic rules of cartographical

estas serão custeadas pelos autores. Os quadros e figuras deverão ser referidos no texto. Os seus títulos deverão ser curtos, expressivos e estar traduzidos para inglês.

- 6.5. Os originais devem conter, em nota de rodapé na 1.^a página, o endereço profissional e o *e-mail* dos autores.
- 6.6. Todas as outras notas de rodapé foram substituídas por notas de fim de texto.
7. As notícias não devem exceder as 4 páginas.
8. Normas para a bibliografia.
- 8.1. Na bibliografia devem constar todas as referências citadas no texto e somente estas. As referências bibliográficas deverão ser elaboradas em função das normas APA. www.apastyle.org
- 8.2. Os autores são citados no texto apenas pelo apelido, seguido da data de edição (ex: Gripp, 1994). Em casos de dois autores, os apelidos deverão ser separados por “e” (ex. Benn e Evans, 1998). Quando há mais de dois autores, cita-se só o primeiro seguido de *et al.*
9. Direitos de edição: todos os direitos de edição pertencem ao Centro de Estudos Geográficos, na sua qualidade de Editor da revista.

representation and, whenever possible, graphic conventions should be used instead of grey scales. Colour figures can be included in the text, but the costs of their publication should be borne by the authors. All the tables and figures should be referred to in the text. Their titles should be short, expressive and accompanied by their translation into English.

- 6.5. The authors' mailing addresses and *e-mail* addresses should be indicated in the original text as a footnote to the first page.
- 6.6. All other footnotes have been replaced by endnotes.
7. Geographical news should not exceed 4 pages.
8. Rules for bibliographic references.
- 8.1. The bibliography should include all the references indicated in the text, and only those. All the bibliographic references should comply with APA format. www.apastyle.org
- 8.2. The bibliographic references throughout the text should consist of the author's surname followed by the year of publishing (e.g. Gripp, 1994). Should there be two different authors, their surnames should be separated by “and” (e.g. Benn and Evans, 1998). Should there be more than two authors, only the first author's surname should be indicated, followed by *et al.*
9. Copyright: all copyrights rest with the Centro de Estudos Geográficos as Editor of *Finisterra*.

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

MEMÓRIAS

| | € |
|--|-------|
| Alcoforado M J (1992) <i>O clima da Região de Lisboa</i> . 15, 347 p. | 15,00 |
| Alegria M F (1990) <i>A organização dos transportes em Portugal (1850-1910)</i> . As vias e o tráfego. 12, 560 p., fig. e mapas | 10,00 |
| Dias M H (1991) <i>Leitura e comparação de mapas temáticos em geografia</i> . 13, 433 p., fig. e mapas | 10,00 |
| Fonseca M L (1990) <i>População e território. Do país à área metropolitana</i> . 14, 416 p. | 15,00 |

PUBLICAÇÕES AVULSAS

| | |
|--|-------|
| Amaral A (1996) <i>Bibliografia Científica de Ilídio Amaral</i> . 106 p. | 6,50 |
| Barata Salgueiro T, Cachinho, H (Eds.) (2011) <i>Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration</i> . 332 p. | 15,00 |
| Cavaco C (coord) (2008) <i>Turismo. Inovação e desenvolvimento (Actas do I Seminário “Turismo e Planeamento do Território”)</i> . 393 p. | 20,00 |
| Daveau S (2010) <i>Um antigo mapa de Portugal (c. 1525). Reconstituição a partir do Código de Hamburgo</i> . 359 p. CD-ROM | 20,00 |
| Daveau S (1998) <i>Bibliografia científica de Orlando Ribeiro (2.ª Parte, 1981-95)</i> | 1,00 |
| Dias M H, Botelho T, Coronel Henrique F (Coord.) (1999) <i>Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa</i> , (2.ª Ed.), LIV p. + 71 p. | 20,00 |
| Fonseca M L (coord) (2008) <i>Cities in movement. migrants and urban change</i> . 281 p. | 20,00 |
| Fonseca M L (coord.) (2006) <i>Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares De Turismo E Lazer</i> . 361 p. | 20,00 |
| Gaspar J, Vale M (1998) <i>Desenvolvimento industrial e território (actas do seminário internacional)</i> . 326 p. | 12,50 |
| Henriques E B, Sarmento J. M, Lousada, M A (Eds.) (2010) <i>Water and Tourism Resources Management, Planning and Sustainability</i> . 269 p. | 20,00 |
| Medeiros E J R (2009) <i>O Processo de Cooperação Transfronteiriça na EU. Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega</i> . 144 p. | 14,00 |
| Medeiros I M (2011) <i>Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado)</i> . 163 p. | 12,00 |
| Moreira, L M (2011) <i>O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas</i> . 349 p. | 10,00 |
| Oliveira F R de (coord) (2012) <i>Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal</i> . 191 p. | 5,00 |
| Oliveira F R, Mendoza Vargas H (2010) <i>Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX</i> . 643 p. | 20,00 |

| | | |
|---|--|-------|
| Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americanano de História da Cartografia.</i> | | |
| Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório. 94 p. | | 8,00 |
| Pires I M (ed.) (2008) <i>A integração dos Mercados Ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?</i> 201 p. | | 18,00 |
| Simões J M, Ferreira C (Eds) (2009) <i>Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios.</i> 411 p. | | 20,00 |
| Simões J M (concepção), Costa E M da, Henriques E B, Queirós M, Lousada M A, Neves M (colaboração) (2007) <i>Portugal: Olhares da Geografia.</i> 211 p. | | 50,00 |
| Vários (2007) <i>Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia Homenagem a Jorge Gaspar.</i> 717 p. | | 25,00 |

PUBLICAÇÕES DOS GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO (*)

| | |
|--|----------|
| Abreu D de (2011) (1ª reimpressão) <i>Análise de Dados II. Programa.</i> E.P.R.U., 69: 114 p. + 288 p (Anexos) | 22,50 |
| Abreu D de (2006) <i>Análise de Dados II. Programa.</i> E.P.R.U., 69: 150 p. | Esgotado |
| Abreu D de (1993) <i>Programa de Análise Regional e Urbana.</i> E.P.R.U. ¹ , 40: 111 p. | Esgotado |
| Alberto A (2001) <i>O contributo da educação geográfica na educação ambiental.</i> <i>A Geografia no Ensino Secundário.</i> E.G.H.R. ² , 43: 177 p. + anexos | 18,50 |
| Alcoforado, M J (2010) <i>Climatologia Urbana para o Ensino.</i> CliMA, 3: 179 p. | Esgotado |
| Alcoforado M J (1993) <i>Programa de Climatologia.</i> A.I.G-E. ³ , 16: 99 p. | Esgotado |
| Alcoforado M J, Alegria M F, Pereira A R, Sircgado C (2009) <i>Domínios Bioclimáticos de Portugal. Definidos por comparação dos índices de Gaussem e de Emberger.</i> CliMA, 1: 57 p. e mapas (reedição)..... | 8,00 |
| Alcoforado M J, Andrade H, Lopes A, Oliveira S (Eds) Fragoso M, Lombardo M, Matzarakis A (2008) <i>Estudos sobre cidades e alterações climáticas.</i> A.I.G-E., 8: 108 p. | 12,00 |
| Alcoforado M J, Dias M H (2002) <i>Imagens climáticas da Região de Lisboa.</i> A.I.G-E. (CD-ROM). | 5,00 |
| Alcoforado M J, et al. (eds) (2004) <i>Urban climate studies in Lisbon.</i> A.I.G-E., 1: 72 p. | 10,00 |
| Alcoforado M J, Lopes A, Andrade H, Vasconcelos J (2005) <i>Orientações climáticas para o Ordenamento em Lisboa.</i> Área de Investigação de Geo-Ecologia, 4: 81 p. | Esgotado |
| Alegria J M (2004) <i>As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora.</i> E.P.R.U., 58: 213 p. | 18,00 |
| Almeida D (2011) <i>Planeamento e gestão de frentes de água. A frente ribeirinha norte de Almada.</i> TERRiTUR, 3: 112 p. | 10,00 |
| Alves T, Carvalho F T (org. e ed.) (2012) <i>Portugal. Vinte anos de integração na Europa. Mudanças e Perspectivas.</i> MOPT, 102 p. | 10,00 |
| Alves T (2010) <i>Geografia da Noite: Conhecer, Compreender, e Repensar os Territórios.</i> TERRiTUR: 176 p. | 14,00 |

* Algumas das publicações esgotadas estão disponíveis online.

¹ E.P.R.U – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano.

² E.G.H.R. – Estudos de Geografia Humana e Regional.

³ A.I.G-E – Área de Investigação de Geo-Ecologia.

| | |
|---|----------|
| Alves T (2005) <i>Serviços e desenvolvimento que oportunidades para as áreas rurais</i> . E.P.R.U., 62: 118 p. | 15,00 |
| Alves T (2005) <i>Geografia dos serviços</i> . E.P.R.U., 65: 176 p. | 12,00 |
| Andrade H, Vieira R (2005) <i>O estudo climático de um Espaço Verde de Lisboa: o Jardim da Gulbenkian</i> . A.I.G-E., 5: 45 p. | 12,00 |
| André I (2005) <i>Metodologias de investigação em geografia humana</i> . E.G.H.R.: 90 p. | 12,50 |
| Arrabaça P (2003) <i>Formas urbanas na cidade construída. Agualva-Cacém, 1953-2001</i> . E.P.R.U., 57: 286 p. | 20,00 |
| Aurindo M J (2006) <i>Portugal em Cartaz – representações do destino turístico</i> . E.G.H.R., 48: 208 p. | 15,00 |
| Avelino J L (1998) <i>O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo</i> . E.P.R.U., 48: 315 p. | 20,00 |
| Barata H D (1996) <i>O Porto de Lisboa. O porto, a economia regional e o território</i> . E.P.R.U., 44: 188 p. | 10,00 |
| Barata Salgueiro T (1993) <i>Programa de geografia urbana</i> . E.G.H.R., D6: 126 p. | Esgotado |
| Barata Salgueiro T (1998) <i>Globalização e reestruturação urbana</i> . E.G.H.R., D7: 118 p. | Esgotado |
| Barata Salgueiro T (2002) <i>Lisboa e os desafios da nova economia</i> . E.G.H.R., 44: 132 p. | 18,00 |
| Cavaco C (2004) <i>Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 59: 135 p. | 15,00 |
| Cavaco C (1999) <i>Desenvolvimento rural desafio e utopia</i> . E.P.R.U., 50, 455 p. | 20,00 |
| Cavaco C (coord.) (2002) <i>Repensar Portugal na Europa, perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 55: 393 p. | 20,00 |
| Cavaco C (coord.) (1995) <i>As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu</i> . E.P.R.U., 43: 408 p. | Esgotado |
| Cavaco C, Ramos A, Gomes H (1999) <i>O tapete no desenvolvimento local de Arraiolos</i> . E.P.R.U., 47: 56 p. | 4,00 |
| Cavaco C, Fonseca M. L. (2001) <i>Território e turismo no Brasil</i> . E.P.R.U., 53: 225 p. | 18,00 |
| Claudino S (1995) <i>Ensino superior português, diplomados e desenvolvimento regional</i> . E.G.H.R., B9: 220 p. | 11,00 |
| Correia S (2013) <i>Análise de padrões temporais e espaciais de descargas eléctricas atmosféricas em Portugal Continental</i> . CliMA, 5: 124 p. | 15,00 |
| Dias M H (2007) <i>Cartografia temática: programa</i> . A.I.G-E., 6: 146 p. | Esgotado |
| Dias M H (coord.) (2003) <i>Contributos para a história da cartografia militar portuguesa</i> . CEG-IgeoE (CD-ROM) | 20,00 |
| Dias M H (1993) <i>Expressão gráfica</i> . (2ª Edição), 11: 71 p. | Esgotado |
| Ferreira A B, Ramón J, Romaní V, Zèzere J L, Rodrigues M L (1999) <i>A glaciação Plistocénica da Serra do Gerês</i> . A.G.F.A. ⁴ , 37: 151 p. | Esgotado |
| Ferreira D de B (2005) <i>Geografia física dos oceanos</i> . A.G.F.A.: 240 p. | 20,00 |
| Ferreira D de B (1993) <i>Agroclimatologia</i> . A.G.F.A., 34: 119 p. | 5,00 |
| Fonseca M L (1993) <i>Programa de geografia económica</i> . E.P.R.U., 39: 106 p. | 5,00 |
| Fonseca M L (coord.) (1995) <i>Lisboa: abordagens geográficas</i> . E.P.R.U., 42: 136 p. | 9,00 |
| Fonseca M L (2005) <i>Migrações e território, programa</i> . E.P.R.U.: 202 p. | Esgotado |

⁴ A.G.F.A – Área de Geografia Física e Ambiente.

| | |
|--|----------|
| Fonseca M L, Malheiros J (2005) <i>Social integration & mobility: education, housing & health.</i> E.P.R.U., 67: 154 p. | 15,00 |
| Fonseca M L, Malheiros J, Esteves A, Caldeira M J (2002) <i>Immigrants in Lisbon - routes of integration.</i> E.P.R.U., 56: 111 p. | Esgotado |
| Fragoso M (2004) <i>O contexto atmosférico dos episódios de precipitação intensa no Sul de Portugal.</i> A.G.F.A., 39, 148 p. | 20,00 |
| Gaspar J, Kulhe E, Schätzl L (1998) <i>Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic Development in Portugal.</i> E.P.R.U., 46: 159 p. | 7,50 |
| Gaspar J, Pires I, Henriques E B (2000) <i>Towards a rural-urban partnership in Europe. Some findings from SPESP study.</i> E.P.R.U., 51: 165 p. | 12,50 |
| Leal M (2008) <i>As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: factores condicionantes e desencadeantes.</i> SLIF, 8: 136 p. | 15,00 |
| Lopes A (2005) <i>Modificações no clima de Lisboa como consequência do crescimento urbano. Vento, ilha de calor de superfície e balanço energético.</i> A.I.G-E, 3: (CD). | 5,00 |
| Malheiros J M (2009) <i>Ambiente social urbano – programa da unidade curricular.</i> NETURB: 103 p. | 14,00 |
| Marques R J (2000) <i>Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências.</i> E.G.H.R., 42, 193 p. | 15,00 |
| Medeiros C A (1999) <i>A Ilha de S. Jorge (Açores).</i> E.G.H.R., C17: 67 p. | 5,00 |
| Mora C (2006) <i>Climas locais da Serra da Estrela. Características regionais e particularidades locais dos planaltos e do alto vale do Zêzere.</i> A.I.G-E, 7: (CD-ROM) | 5,00 |
| Moreira F J (1994) <i>O Turismo em Espaço Rural.</i> E.G.H.R., B8: 225 p. | Esgotado |
| Morgado P, Rocha J (2008) <i>Modelação geográfica de indicadores de desenvolvimento sustentável. Uma aplicação à área metropolitana de Lisboa.</i> E.P.R.U. 71: 137 p. | 17,00 |
| Neto C S (1993) <i>A flora e a vegetação dos meios palustres do Superdistrito Sadense.</i> A.I.G-E., 96 p. | 7,50 |
| Neto C S (2009) <i>Fitogeografia de Portugal.</i> CliMA, 2: 246 p. | 20,00 |
| Neto C S (2012) <i>Ambiente e Biodiversidade: Programa.</i> CliMA, 4: 159 p. | 15,00 |
| Neves M (2006) <i>Os sistemas litorais da Estremadura norte: classificação e caracterização geomorfológica.</i> DILIF, 4: 118 p. | 12,50 |
| Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório.</i> HEGEC: 94 p. | 8,00 |
| Oliveira P (2003) <i>Inundações na cidade de Lisboa. Guia de Hidrogeografia Urbana.</i> DILIF ⁵ , 181 p. | 15,00 |
| Paixão R (2012) <i>Avaliação da vulnerabilidade biofísica do sistema dunar de Peniche-Baleal.</i> SLIF, 9: 147 p. | 15,00 |
| Pereira A R (2008) <i>Sistemas litorais: dinâmicas e ordenamento.</i> DILIF, 5: 113 p. | 15,00 |
| Pereira A R, Regnault H, Dias J A, Laranjeira M M (1994) <i>Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal.</i> L.A.G.F ⁶ , 35: 91 p. | Esgotado |
| Pereira A R, Ramos C e colaboradores (2000) <i>Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental.</i> DILIF, 1: 40 p. | Esgotado |

⁵ DILIF – Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial.

⁶ L.A.G.F – Linha de Acção de Geografia Física.

| | |
|--|----------|
| Ramos C (2009) <i>Dinâmica fluvial e ordenamento do território. Programa de unidade curricular do 2.º ciclo.</i> SLIF, 8: 96 p. | 15,00 |
| Ramos C (2005) <i>Programa de hidrogeografia.</i> DILIF: 122 p. http://www.ceg.ul.pt/descarga/Publicacoes_Download/CRamos/Programa_Hidrogeografia.pdf | Online |
| Reis J, Torres A, Mendes L, Lopes P (2004) <i>Boas práticas na educação geográfica.</i> E.G.H.R., 46: 177 p. | 18,00 |
| Rocha J, Sousa P M (2007) <i>Integração de dados estatísticos na classificação de imagens de satélite.</i> E.P.R.U., 70: 158 p. | 17,50 |
| Rodrigues M L (2009) <i>Geodiversidade, Património Geomorfológico e Geoturismo.</i> TERRiTUR: 123 p..... | 15,00 |
| Sarmento J, Henriques E B (Eds) (2013) <i>Tourism in the global south: heritages identities and development.</i> TERRiTUR: 250 p. | 20,00 |
| Simões J (2009) <i>Geografia do Lazer e do Turismo. Programa.</i> E.P.R.U., 66: 171 p. (reedição) | 12,00 |
| Taborda J P, Alcoforado M J, Garcia J C (2004) <i>O clima do sul de Portugal no século XVIII.</i> A.I.G.-E., 2: 211 p. http://clima.ul.pt/images/pdf/pub/b_mja_2004_climasulportugal.pdf | Online |
| Trindade, J (2010) <i>Monotorização e análise de indicadores da dinâmica de praias expostas.</i> SLIF, 7: 120 p. | 15,00 |
| Vale M (coord.) (2001) <i>Desinvestimento e impactos económicos, sociais e territoriais.</i> E.P.R.U., 54: 289 p. | 20,00 |
| Vale M (2005) <i>Teorias e políticas de desenvolvimento regional.</i> E.P.R.U., 63: 96 p. | 15,00 |
| Vários (1994) <i>Regional Conference of the International Geographical Union.</i> E.P.R.U., 41: 109 p. | 6,00 |
| Vários (2000) <i>28th International Congress of the International Geographical Union.</i> E.P.R.U., 52: 116 p. | 7,50 |
| Vários (2002) <i>Olhares sobre o território e a espacialidade.</i> E.G.H.R.: 152 p. | 18,00 |
| Vários (2005) <i>Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII e XIX.</i> 176 p. | Esgotado |
| Ventura J E (1996) <i>Aspectos da Distribuição Espacial das Chuvas no Sul de Portugal.</i> A.G.F.A., 36: 92 p. | Esgotado |
| Zêzere J L (2001) <i>Distribuição do Ritmo dos Movimentos de Vertente na Região a Norte de Lisboa.</i> A.G.F.A., 38: 167 p. | Esgotado |
| Zêzere J L (2005) <i>Dinâmica de Vertentes e Riscos Geomorfológicos, Programa.</i> A.G.F.A., 41: 128 p. | Esgotado |

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA

Série Investigação

| | € |
|---|------|
| Barata Salgueiro T, Cachimho H (2002) <i>Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano</i> | 3,00 |
| Barata Salgueiro T, Cachimho H (2006) <i>As Relações Cidade - Comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos</i> | 2,50 |
| Benko G (2000) <i>Mundialização da economia e metropolização do Mundo</i> | 2,00 |
| Borges B, Duarte A, Paixão R, Pedro P, Ramos C (2007) <i>Cheias Rápidas em Áreas Urbanas e sua Percepção: o caso da Bacia da R.^a de Odivelas</i> | 4,00 |
| Esteves A, Caldeira M J (2000) <i>Reivinjando culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural de Lisboa</i> | 3,00 |
| Fernandes A, Santos C, Neto L, Ricardo S, Pereira A R (2004) <i>Turismo Natureza no concelho de Marvão. Uma proposta condicionada em Agosto/Setembro de 2003</i> | 2,50 |
| Gaspar J (2000) <i>Perspectivas da Geografia para o século XXI</i> | 3,00 |
| Gaspar J (2001) <i>Developing cohesive cities: a perspective from the ground</i> | 2,00 |
| Gaspar J (2001) <i>The structuring role of urban systems in Peripheral European Regions</i> | 3,00 |
| Henriques E B (2000) <i>As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas</i> | 1,50 |
| Lopes A, Vieira H (2001) <i>Heat fluxes from Landsat images</i> | 3,50 |
| Lousada M A (2003) <i>The police and the issues of urband spaces, 1780-1830</i> | 1,50 |
| Medeiros C A (2000) <i>Ponta Delgada no contexto das cidades insulares portuguesas</i> | 1,50 |
| Pereira A R (2000) <i>Risco em ambiente litoral</i> | 1,50 |
| Pereira A R, Neves M (2000) <i>The interaction between marine and sub-aerial processes in the evolution of rocky coasts. The example of Castelejo - SW, Portugal</i> | 1,50 |
| Pereira A R, Laranjeira M M, Neves M (2000) <i>A resilience checklist to evaluate coastal dune vulnerability</i> | 2,25 |
| Pereira, A R; Zêzere, J L; Morgado, P (2006) <i>Recursos naturais em Portugal: da inventariação à avaliação das potencialidades do território</i> | 3,50 |
| Rodrigues M L (2008) <i>A cartografia geomorfológica: evolução, conceitos e metodologias (O mapa geomorfológico de pormenor e alguns aspectos de aplicação)</i> | 2,50 |
| Vale M (2000) <i>How successful is Lisbon and Tagus valley. Former peripheral european region?</i> | 1,50 |
| Vieira G T (2000) <i>Cálculo do efeito de sombra com o Sistema de Informação Geográfica ILWIS 2.1</i> | 2,50 |
| Zêzere J L (2000) <i>A classificação dos movimentos de vertente: tipologia, actividade e morfologia</i> | 2,00 |
| Zêzere J L, Pereira A R, Sousa P M (2006) <i>Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental</i> | 3,00 |

Série Ensino

| | |
|--|------|
| Gaspar J, Henriques E B, Vale M (2000) <i>Lisboa: porta para o Sudoeste Europeu</i> | 3,00 |
|--|------|

REFEREES 2014-2015

- Abdelillah Hamdouch (U. F. Rabelais, Tours)
 Agota Szucs
 Albano Augusto Figueiredo (U. Coimbra)
 Alessandra Prata-Shimomura (FAUUSP S. Paulo)
 Alexandre Tavares (U. Coimbra)
 Alina Esteves (ULisboa)
 Ana Stevens (ULisboa)
 András Zöld
 André Carmo (ULisboa)
 Angel Cebollada (UAB)
 António Campar Almeida (U.Coimbra)
 António Covas (U. Algarve)
 António Gonçalves Henriques (ULisboa)
 António Lopes (ULisboa)
 Aquilino Machado (ULisboa)
 Attila Kovacs (Washington U. School of Medicine)
 Augusto Pérez-Alberti (U. Santiago de Compostela)
 Carlos Balsas (U. Albany)
 Carlos Ferreira (ULisboa)
 Carlos Neto (ULisboa)
 Carme Miralles (U. Autònoma de Barcelona)
 Catarina Ramos (ULisboa)
 César Capinha (ULisboa)
 Daniel Scott (U. Waterloo)
 David Vale (ULisboa)
 Diana MacCallum (Griffith University)
 Dulce Pimentel (U. Nova de Lisboa)
 Eduarda Costa (ULisboa)
 Eduardo Brito Henriques (ULisboa)
 Elisabete Silva (U. Cambridge)
 Emilio Ibarra (University of Phoenix)
 Eusébio Reis (ULisboa)
 Fátima Nunes (U. Évora)
 Fernando Marques (ULisboa)
 Filipe Beja (ULisboa)
 Flávia Martins (UFF)
 Francisco Roque de Oliveira (ULisboa)
 Gerald Mills (U. College Dublin)
 Gonçalo Vieira (ULisboa)
 Gutierrez Puebla (U. Complutense de Madrid)
 Helena Esteves (ULisboa)
 Herculano Cachinho (ULisboa)
 Horacio Capel (U. Barcelona)
 Inês Fonseca (ULisboa)
 Isabel André (ULisboa)
 Isabel Rodrigo (ULisboa)
 Iva Pires (ULisboa)
 Jean -Yves Bernot
 Joan Nogue I Fonte (U. Girona)
 João Andrade Santos (UTAD)
 João Cabral (ULisboa)
 João Ferrão (ULisboa)
 João Guerra (ULisboa)
 João Honrado (U. Porto)
 João Mourato (ULisboa)
 João Sarmento (U. Minho)
 João Vasconcelos (I.P. de Leiria)
 João Verde (ANPC, ULisboa)
 Joaquim Farinós (U. València)
 Jorge Gonçalves (U. Porto)
 Jorge Malheiros (ULisboa)
 Jorge Rocha (ULisboa)
 Jorge Trindade (ULisboa)
 José Afonso Teixeira (U. Nova de Lisboa)
 José Alberto Rio Fernandes (U. Porto)
 José Cândido Stevaux (UNESP)
 José Luís Zêzere (ULisboa)
 José Ramiro Pimenta (U. Porto)
 José Vaquero (U. Extremadura)
 Joseli Silva (U. Estadual Ponta Grossa)
 Juan-Luis Klein (U. Québec Montréal)
 Luís Gómez-Pujol (ICTS SOCIB)
 Lori Dengler (Humboldt State U.)
 Lucila Labaki (UNICAMP)

- Lúcio Cunha (U. Coimbra)
Luís Moreno (ULisboa)
Marcelo Fragoso (ULisboa)
Márcia Chuva (UNIRIO)
Margarida Pereira (U. Nova de Lisboa)
Margarida Queirós (ULisboa)
Maria Alexandre Lousada (ULisboa)
Maria Assunção Gato (ULisboa)
Maria Encarnação Sposito (UNESP)
Maria Fernanda Alegria (ULisboa)
María García-Ramon (U.A. Barcelona)
Maria João Alcoforado (ULisboa)
Maria Prats Ferret (UAB CAT)
Mário Neves (ULisboa)
Mário Pereira (UTAD)
Mario Vale (ULisboa)
Martin Lohmann (I. for Tourism and Recreational Research in Northern Europe)
Mattheos Santamouris (U. Atenas)
Nuno Costa (ULisboa)
Nuno Ganho (U. Coimbra)
Nuno Soares (U. Nova de Lisboa)
Olivier Crevoiser (U. Neuchâtel)
Patrícia Abrantes (ULisboa)
Paulo Madeira (ULisboa)
- Pedro Arsénio (ULisboa)
Pedro Carreiro-Martins (ULisboa)
Pedro Tildes Gomes (ULisboa)
Piotr Migon (U. Wroclaw)
Rafaello Bergonse (ULisboa)
Ricard-Alegret (U.A. Barcelona)
Ricardo Mendez (U. Complutense, Madrid)
Roberto Falanga (ULisboa)
Rossana Estanqueiro (U. Nova de Lisboa)
Rui Pedro Julião (U. Nova de Lisboa)
Rui Taborda (ULisboa)
Sandra Oliveira (U. Coimbra)
Sérgio C. Oliveira (ULisboa)
Shuko Hamada (Nagoya University)
Sílvia Ortigoza (UNESP - Rio Claro/SP – Brasil)
Sofia Thorsson (U. Gothenburg)
Suzanne Daveau (ULisboa)
Tanja Cegnar (Slovenian Environment Agency)
Teresa Barata Salgueiro (ULisboa)
Teresa Sá Marques (U. Porto)
Teresa Santos (U. Nova de Lisboa)
Viriato Soromenho-Marques (ULisboa)
Vladimir M. Arango (U. Antioquia)
Wilfried Endlicher (Humboldt-Universität zu Berlin)
Zoran Roca (U. Lusófona)